

AFFONSO DE E. TAUNAY



HISTÓRIA DAS  
BANDEIRAS  
PAULISTAS

TOMO II



EDIÇÕES MELHORAMENTOS

Je ne fay rien  
sans  
**Gayeté**

*(Montaigne, Des livres)*

Ex Libris  
José Mindlin





AFFONSO D'E. TAUNAY

---

# HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS

*Tomo II*



EDIÇÕES MELHORAMENTOS

Todos os direitos reservados pela  
**COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO,**  
*Indústrias de Papel*  
Caixa Postal 8120 — São Paulo

---

7, V. 3

Nos pedidos telegráficos basta citar o n.º 2356

“A tradição heróica das “entradas”, constitui o único aspecto original de nossa história”

Euclides da Cunha

*“Há muito tempo que os paulistas se aproveitaram do Tietê para encetarem a jornada gigantesca e perigosa que os conduzia a Cuiabá. À jusante do salto de Itu, em Pôrto Feliz, começavam estas navegações prodigiosas que causam o espanto do europeu acostumado a seus rios mesquinhos. Embora atravancado por grande número de corredeiras permite o Tietê chegar-se à sua confluência no Paraná e dali rumar para o rio da Prata ou para Goiás ou afinal para Cuiabá e Mato Grosso.*

*Esta última navegação, freqüentemente, ajudou os paulistas em suas expedições longínquas, a conduzi-los às minas de ouro de Cuiabá, navegação quase tão longa quanto a de Europa às Índias Orientais. Tão perseverantes quanto intrépidos, os antigos paulistas arrostavam todos os perigos. Não receavam nem a flecha do selvagem, nem a fome, nem as intempéries das estações, nem a falta de repouso, nem as privações de todos os gêneros, nem mesmo as moléstias pestilenciais que, entretanto, haviam devorado, no meio dos desertos, tão grande número dos seus antecessores.*

Augusto de Saint-Hilaire (1820)

*“Foi esta vila de São Paulo sempre fértil de sujeitos, os quais se necessitaram das campanhas da Europa, em que exercitavam o valor, tiveram contudo as imensas brenhas do Brasil, nas quais devorando trabalhos, fomes e sêdes, e trazendo a cada passo a morte, se fizeram de tal sorte temidos de seus contrários, que, rendidos ao ímpeto de seu valor, se lhes sujeitavam como escravos, deixando suas antigas pátrias, e seguindo-os como a conquistadores dêste novo mundo.*

*Mas tudo isto fôra de pouca estimação, se, tendo conquistado a superficie da terra, não cuidaram em investigar o mesmo centro, descobrindo no íntimo de suas entranhas as mais preciosas veias de ouro, e fina pedraria, sendo tão pródigos destas preciosidades que enriquecendo a todo o mundo se conservam sempre pobres, podendo dizer-se dêles o que de si disse o Mantuano:*

*Sic vos non vobis mellificatis apes*

*Sic vos non vobis vellera fertis oves*

*Muitos anos se conservou São Paulo com o título de Vila, até que no ano de 1711, atendendo o serenissimo Rei D. João o V ao muito, que com as suas conquistas tinham aumentado seus moradores os Reais tesouros, e o Reino todo, a enobreceu com o título de cidade. E não se satisfazendo sua Real magnificência só com êste prêmio, enriqueceu seus cidadãos com vários privilégios, querendo que por êste modo fôsem não sômente estimados como leais vassallos, mas ainda reverenciados como nobres.*

(Pe. Manuel da Fonseca, S. J.).

Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus, da Provincia do Brasil” (1752).

*“Parece que os paulistas contraíram novo pecado original para não serem jamais bem vistos e ser a fazenda real a prejudicada só para que êles não tenham o prêmio.*

*Adornam-se da condição de jamais pedirem mercês fazendo glória de consumir as fazendas e as vidas no serviço do seu rei e natural senhor, sendo êles totalmente os que conquistaram os bravos gentios do sertão da Bahia em 1672 até 1674, os do sertão do rio de São Francisco, os que penetraram o sertão desde São Paulo até o Maranhão, os que acudiram por muitas vêzes a socorrer a praça de Santos, a do Rio de Janeiro, os que fizeram descobrimentos de minas de ouro e ferro em São Paulo em 1597 e os mais descobrimentos de minas também de ouro, em Pa-*

ranaguá e Curitiba, em a ribeira do Iguape, chamadas minas de Cananéia, em Paranapanema e Apiaí, em Minas Gerais de Sabarabuçu em 1675 até 1700, as de Cuiabá em 1719 até 1720, as de Mato Grosso em 1736, as de Goiás em o dilatado tempo de três anos e três meses desde 1722 até 1725. E finalmente as minas de esmeraldas em 1681 e por causa deste descobrimento então se conheceram os diamantes do Sêro do Frio”

Pedro Taques”...

“Algum astro desconhecido ainda das observações astrológicas domina sem dúvida no horizonte da cidade de São Paulo, o qual com influxos mui ativos inclina os ânimos dos paulistas, seus habitantes, não só a serem nobres, mas altivos, não só valorosos, mas temerários, não só laboriosos, mas exploradores, não só obedientes, mas hoje também obedientísimos, não só desprezadores de cabedais, mas também ambiciosos de honras.

Esta união de circunstâncias que néles concorrem, os moveu desde o princípio da sua povoação a deixarem o cômodo de suas casas, a companhia de suas mulheres, o amparo de seus filhos, e a comunicação dos parentes para explorarem, e reconhecerem os países circunvizinhos à custa de suas próprias vidas e fazendas.

A êste fim entraram pelos intrincados dos bosques de que estavam povoados aquêles vastíssimos sertões, e abatendo altas e grandes árvores, abriram caminho, atravessaram caudalosos rios, combateram com os bárbaros habitantes das suas margens, devastaram os animais ferozes, que os acometiam nos matos, e destruíram bichos formidáveis e venenosos, com as mesmas armas que levavam para a sua defesa, granjearam, caçando, o seu próprio sustento e alimento.

Entranhados em países estêreis da sua pátria, acabado o provimento da pólvora e chumbo, com que saíam com êle munidos, levando nas bôças das suas armas o remédio para as suas, e achando-se sem os meios precisos para a caça, os constrangia a fome a nutrir-se, comendo raízes de árvores e de plantas desconhecidas, cuja venenosa qualidade os condenava a uma arrebatada morte.

Outras vêzes morriam os paulistas despedaçados nas unhas e garras dos tigres e das onças, e a muitos engoliam as cobras, especialmente as chamadas boiguçuçus, jibóias e sucuris.

E se acaso algum homem ferido cai em certas lagoas ou rios em um abrir e fechar de olhos fica consumido, sem aparecer mais vestígios do que o rio tinto em sangue, porque uns peixes que na língua brasileira lhes chamam Piranhas, que no idioma português se chama peixe tesoura, dão tais dentadas no corpo que com ossos e carne despedaçam tudo por terem os dentes como navalhas.

Outros acabam a vida quando por mitigarem a sede lhes é preciso por falta de águas cavarem a terra, ou descobrirem charcos imundos, e lódo venenoso, e lagoas inficionadas de bichos peçonhentos, e imundícies onde com o veneno bebem a morte, pondo um pano sobre o lódo para mitigarem a sede com a umidade da terra e árvores amargasas.

Outros assaltados de improviso por uma multidão de bárbaros eram últimas sacrificadas à sua fereza e crueldade.

Estes acompanhando com os seus altos e dissonantes clamores o horroroso das suas buzinas e caixas de guerra e trombetas tóscas que podem causar susto ao valor mais intrépido, cegando ao mesmo tempo com a poeira que levantavam, batendo o drido chão com os pés, e com as lanças, disparavam contra êles chuweiros de frechas e de outras armas curtas de arremêso, chamadas bilros, e reduzem ranchos inteiros a tão lamentável estado, que nem um só escapava para referir no seu país esta fatalidade, e só se revistavam pelos campos, quando vinham outras tropas, as ossadas dos corpos que, como despojos da vitória dos inimigos, se patenteavam, e frontando aos olhos dos paulistas, choravam êstes a infelicidade de seus pais e filhos, vendo a uns lanceados, outros frechados, outros laçados, outros despedaçados, e finalmente outros já sem cabeça, porque as que escapavam de serem quebradas, lhes tiravam para dos mesmos cascos fazerem copos para bebêrem água, e as suas costumadas bebidas, tendo por troféu de vitória bebêrem por cascos das cabeças dos homens brancos.

Outros formavam os seus acampamentos em lugares em que pernoitavam fabricando quando podiam, cabanas para passarem a noite, ou alguns meses, enquanto se preparavam de mantimentos, ou plantavam e colhiam para poderem continuar

a jornada, e com algum abrigo e acauteladamente pondo guardas no arraial, que vigiassem por quartos para se segurarem dos assaltos das onças e do gentio. Mas estes, havendo assinalado de dia o sitio, em que acampavam, faziam por elevação tiros sôbre as cabanas, e por meio do fogo, que sabem pôr nas pontas das frechas, excitavam nelas um incêndio, que devorava com as suas chamas os que o trabalho do dia tinha sepultado no sono mais profundo.

Quantos não podendo já agüentar o trabalho das marchas, fomes, sédes, fadigas, trabalhos, doenças, e vencidos de sua própria debilidade, considerando por infeliz a uma vida tão laboriosa se metiam pelos matos mais espessos, buscando a morte por alívio, e a vida por trabalho, e ali uns moribundos, e outros mortos lhes davam sepultura as feras nas suas entranhas?

E não haverá narrativa por mais apressada que seja, que possa explicar sem muitas lágrimas o que têm padecido os paulistas nestes descobrimentos, que parece que a mesma terra, quando aos montões se despenha com a violência dos terremotos, e tempestades, principalmente quando para tirarem ouro, abrem, e rasgam os pés dos montes para se entranharem pelo meio da terra, e esta em pedaços sepulta aos homens para não serem mais vistos, nem conhecidos no mundo.

Mas a grande constância de outros, desprezando as inclemências do tempo, desatendendo ao trabalho das marchas, vencendo os discômodos da vida, e perdendo o temor aos assaltos, continuavam a cortar bosques, a abrir caminhos, a penetrar sertões, a combater com o gentio bárbaro, fazendo a muitos e algumas mulheres prisioneiros conseguiram descobrir sitios fecundíssimos em minas de ouro no Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Rio das Velhas e tôdas Minas Gerais, Sêrro do Frio, Rio das Mortes, Guaiases, Cuiabá, Mato Grosso, e outras de finíssimos diamantes, e de esmeraldas, e já hoje pelo Brasil com minas de prata desfruta a Real Coroa destes Reinos, e com que se tem enriquecido uma inumerável multidão de portugueses, que concorreram a aproveitar-se das produções deste inexplicável trabalho dos paulistas.

Uns estabelecendo-se no mesmo país, que sendo dantes inculto e deserto se acha hoje cheio de povoações, de que algumas logram já o titulo de cidades e de vilas; outros recolhendo-se a Portugal com as riquezas que ali adquiriram fundaram casas, e vivem com a opulência que nunca souberam granjear seus avós.

Estas trabalhosas fadigas dos moradores de São Paulo acrescentaram uma considerável extensão aos domínios da Coroa de Portugal, e um aumento mais avultado ao seu tesouro, para o qual conduzem anualmente as frotas da América mais quantidade de ouro, do que nunca transportaram as que Salomão mandava de Ofir, maior número de diamantes, de que em nenhum tempo tributou Golconda ao Grão-Mogol.

Mas também produziram as grandes mercês e honras, com que os nossos Augustos Monarcas atendendo a tão importante serviço, lhes fizeram, não só especiais para as suas pessoas, mas comuns para tôdas as famílias de São Paulo, presentes e futuras, enobrecendo a sua vila com o titulo de Cidade, conferindo aos seus Cidadãos o mesmo predicamento de Injunções que por mercê antiga logram os do Pôrto, elevando a sua Igreja Matriz a Sé Episcopal, e estabelecendo nela a residência do Governador da Província, ainda que haja suprimido o govêrno mas com esperanças de que Sua Majestade por sua Real Grandeza há de ser servido prover de Governador e Capitão-General erigindo na Cidade Mariana outra Catedral, mandando erigir templos e paróquias, enriquecendo-as com vasos sagrados de ouro e prata, e com ornamentos preciosos.

Finalmente as minas, que ao princípio tiveram o nome dos povos que as descobriram, vieram ao depois de comuas a ter o das Minas Gerais. A sua capitania, a das Guaiases e a de Cuiabá, que hoje se acham divididas em governos particulares, tôdas devem o seu descobrimento à de São Paulo.

Todos êses sertões que em outros tempos só eram habitados por feras bravas ou por homens, que, abstraída a forma, em pouco lhes eram diferentes, se acham povoados de gente católica, o que não só deve Portugal aos paulistas o uso do seu domínio, também lhe deve a Igreja a extensão, que hoje tem o divino e verdadeiro culto."

Padre Ângelo de Siqueira  
Botica preciosa da Lapa (1754).



# Í N D I C E

## PRIMEIRA PARTE

### *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*

#### CAPÍTULO I

*A descoberta do jazigo de Cuiabá. Conseqüências deste fato. Inexplicável ignorância dos cronistas sobre a ocupação seiscentista, pelos paulistas, do Sul de Mato Grosso* ..... 13

#### CAPÍTULO II

*Apreciação dos historiadores. As diversas vias de acesso a Cuiabá. Os índios de além Paraná.* ..... 19

#### CAPÍTULO III

*Posse de Rodrigo César de Meneses na Capitania de São Paulo. Primeiros contatos com as povoadores do Cuiabá. Informações ao Rei. Medidas policiais e fiscais* ..... 25

#### CAPÍTULO IV

*A abertura do caminho terrestre de São Paulo a Cuiabá. O registro do Rio Grande. Descaminho do ouro. O êxodo para Cuiabá. Providência de ordem policial e fiscal.* ..... 31

#### CAPÍTULO V

*Serviços de Pascoal Moreira Cabral. A infeliz iniciativa dos "Deputados" Providências contra os maus imigrantes.* ..... 33

#### CAPÍTULO VI

*Sebastião Fernandes do Régo e os irmãos Leme. Os antecedentes dos famosos régulos. Plano contra eles maquinado e sua consecussão.* ..... 37

#### CAPÍTULO VII

*Projetos de Rodrigo César de Meneses de uma jornada ao Cuiabá. Morte de Pascoal Moreira Cabral. Fernando Dias Falcão e João Antunes Maciel. Partida de Rodrigo César. Aprestos de sua monção.* ..... 47

## CAPÍTULO VIII

<i>Chegada de Rodrigo César. Elevação do arraial bandeirante a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. O que era êle em 1727. Providências do Capitão-General. Regresso de Rodrigo César. Seu substituto. ....</i>	55
--	----

## CAPÍTULO IX

<i>Medidas contra os paiaguás. O espantoso caso dos quintos transformados em chumbo. ....</i>	63
---	----

## CAPÍTULO X

<i>Sebastião Fernandes do Rêgo e sua extraordinária pugnacidade em prol da recuperação da liberdade. Regime de terror em São Paulo. Perseguição movida aos descobridores de Goiás. Novo e escandaloso caso. ....</i>	69
--	----

## CAPÍTULO XI

<i>Antônio de Almeida Lara, personalidade de singular destaque. Recrudescência das agressões paiaguás. Grande emigração de cuiabanos para Goiás. A catástrofe da monção do Ouvidor Lanhas Peixoto. A "Bandeira dos Emboabas". ..</i>	75
--	----

## CAPÍTULO XII

<i>Manuel Dias da Silva e a sua expedição à Vacaria. Confusão estabelecida a tal propósito pelo Visconde de São Leopoldo. O relato de Pedro Taques. ....</i>	79
--	----

## CAPÍTULO XIII

<i>A expedição de represália de Gabriel Antunes Maciel. Novas hostilidades dos paiaguás. A expedição de Antônio de Almeida Lara e seu triunfo relativo. ..</i>	81
--	----

## CAPÍTULO XIV

<i>A primeira entrada dos Pais de Barros ao Mato Grosso. Situação aflitiva de Cuiabá. Providência do Capitão-General, Conde de Sarzedas. Organização de grande expedição contra os canoieiros e cavaleiros. ....</i>	83
--	----

## CAPÍTULO XV

<i>A segunda fase da campanha de Rodrigues de Carvalho. Extraordinário triunfo. Acusações de Sarzedas ao comandante da expedição. Novos assaltos a monções e vitórias dos canoieiros. Abertura do caminho de Cuiabá a Goiás. ....</i>	87
---	----

## CAPÍTULO XVI

<i>Depressão da produção nas lavras cuiabanas. O êxodo para as novas minas de Mato Grosso. Representação da câmara de São Paulo sobre a necessidade de via terrestre para o Cuiabá. Novas miragens auríferas. Supressão da Capitania de São Paulo. ....</i>	93
---	----

## CAPÍTULO XVII

<i>O anal de Vila Bela e seus preciosos informes. A jornada de Artur e Fernão Pais de Barros. Os primeiros anos das minas de Mato Grosso. A peste de 1738. Informes económicos.</i> .....	101
---	-----

## SEGUNDA PARTE

### *Monções cuiabanas no século XVIII*

#### CAPÍTULO I

<i>O Tietê, instrumento máximo de penetração do Brasil Sul Ocidental.</i> .....	109
---	-----

#### CAPÍTULO II

<i>Papel capital do rio Tietê nos fastos da conquista ocidental. O episódio das monções cuiabanas, impar nos anais da História Universal. Documento monçoeiro inédito e valioso. A mais antiga descrição de Cuiabá.</i> .....	113
---	-----

#### CAPÍTULO III

<i>Novos documentos inéditos e valiosos sobre o percurso monçoeiro. Abundância de informações e pormenores.</i> .....	121
---	-----

#### CAPÍTULO IV

<i>Iconografia das monções. A contribuição notabilíssima, insubstituível de Hércules Florence.</i> .....	135
--	-----

#### CAPÍTULO V

<i>A navegação dos rios monçoeiros e seus riscos. Depoimentos diversos e concordes. As preciosas informações de Teotônio José Juzarte. Curioso depoimento de D. Manuel de Flores.</i> .....	139
---	-----

#### CAPÍTULO VI

<i>As distâncias do percurso monçoeiro. Depoimentos diversos.</i> .....	147
---	-----

#### CAPÍTULO VII

<i>As flotilhas monçoeiras. Informes preciosos de Juzarte. Os camarotes. A tripulação. Acomodação da carga. Aprovisionamento dos barcos. As agruras sofridas pelos embarcações.</i> .....	151
---	-----

#### CAPÍTULO VIII

<i>As observações climatéricas e nosológicas dos autores monçoeiros. Disenteria, psicoses, paludismo. Os recursos farmacêuticos da época. Antídotos e amuletos. Teriagas. As pragas das viagens monçoeiras. Insetos e aracnídeos.</i> .....	159
---	-----

## CAPÍTULO IX

<i>Os recursos havidos da agricultura sertaneja. Preços dos víveres. Camaçã, odsis civilizado. Incidentes de viagem. ....</i>	163
---	-----

## CAPÍTULO X

<i>Os recursos venatórios do trajeto monçoeiro. A pesca e a caça ao longo dos rios. ....</i>	167
--	-----

## CAPÍTULO XI

<i>Os índios ribeirinhos do percurso monçoeiro. Perigos da sua presença. ....</i>	173
---	-----

## CAPÍTULO XII

<i>Lendário e hagiografia do Tietê. Anchieta e o Abaremanduaba. Belchior de Pontes e Frei Galvão. A nau catarineta de Juzarte. O monstro de Pirataraca. As iaras de Lacerda e Almeida. ....</i>	177
---	-----

## CAPÍTULO XIII

<i>Cartografia das monções dos séculos XVII e XVIII. ....</i>	183
---	-----

## TERCEIRA PARTE

### *Os primeiros anos de Goiás (1722-1748)*

## CAPÍTULO I

<i>Bartolomeu Pais de Abreu, notável personalidade. Destaque de sua atuação. O segundo Anhangüera. João Leite da Silva Ortiz. Pródromos da grande bandeira de 1722. ....</i>	187
--	-----

## CAPÍTULO II

<i>As primeiras expedições de devassa do solo goiano. Dúvidas sobre a biografia do Anhangüera. ....</i>	191
---	-----

## CAPÍTULO III

<i>As diversas fontes de estudo para fixação do itinerário do Anhangüera. As "notícias" de Silva Braga, documento capital. O trajeto da bandeira. ....</i>	197
--	-----

## CAPÍTULO IV

<i>Incerteza do destino da bandeira. Expedição de socorro. As primeiras notícias dos triunfos do Anhangüera. Volta ao bandeirante a S. Paulo. Resguardo de direitos. ....</i>	203
---	-----

## CAPÍTULO V

*A segunda entrada do Anhangüera. Primeiros arraiais fundados. Redução dos goiases. Grande afluxo de aventureiros. Início do Governo de Caldeira Pimentel. Perseguição movida aos descobridores. ....* 209

## CAPÍTULO VI

*Providências régias sobre o caso das mercês feitas ao Anhangüera. Depoimentos sobre a mineração e a vida goianas. ....* 219

## CAPÍTULO VII

*Fundação dos primeiros núcleos do povoamento goiano. Controvérsia sobre o Arraial de Sant'Ana. Os principais povoados de 1726 a 1750. ....* 225

## CAPÍTULO VIII

*Primeiros atos do Conde de Sarzedas. Proibição de comunicação entre o território aurífero goiano e as Minas Gerais, os currais da Bahia e Pernambuco. Perturbação da ordem. Luta improficua com desencaminhadores e contrabandistas. Deficiências do Governo do Anhangüera. ....* 229

## CAPÍTULO IX

*A Junta de 25 de abril de 1735. Sugestões em favor da criação de uma capitania abrangendo as terras de Goiás e as de Cuiabá, extinguindo-se a de S. Paulo. Estabelecimento da capitação e repulsa dos povos. Partida de Sarzedas para Goiás. Arbitrariedades contra o Senado da Câmara de S. Paulo. ....* 233

## CAPÍTULO X

*Estada do Conde de Sarzedas no território goiano. Conflitos de jurisdição entre as Capitanias de S. Paulo e Maranhão. Falecimento de D. Antônio Luís de Távora. O governo interino de Gomes Freire de Andrada. ....* 241

## CAPÍTULO XI

*Dom Luís de Mascarenhas, novo Capitão-General de S. Paulo. Acusações que lhe foram assacadas. Argumentos em sua defesa. Ida do sátrapa ao território aurífero. Instauração da Vila Boa de Goiás. Providências diversas. ....* 245

## CAPÍTULO XII

*Encontro de Dom Luís de Mascarenhas com o Anhangüera. Burla por parte da coroa das promessas e mercês feitas aos descobridores de Goiás. A reparação do Conde d'Alva. ....* 249

## CAPÍTULO XIII

*Os dois Antônio Pires de Campos. Confusão acerca destes ilustres sertanistas. Campanhas contra os caiapós. ....* 253

#### CAPÍTULO XIV

*Domingos Rodrigues do Prado e sua atuação em Goiás. Notícias sobre diversos povoadores de destaque. .... 261*

#### CAPÍTULO XV

*Atos diversos de Dom Luís de Mascarenhas. Conflito com os governos do Maranhão e do Pará. Medidas para impedir o acesso ao distrito diamantífero. .... 267*

#### CAPÍTULO XVI

*Bandeiras paulistas na Amazônia. As jornadas de Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado. João de Sousa de Azevedo, figura de real relevo. .... 271*

#### CAPÍTULO XVII

*Conspecto geral do movimento bandeirante. .... 273*

**PRIMEIRA PARTE**

**OS PRIMEIROS ANOS DE CUIABÁ E MATO GROSSO**



## CAPÍTULO I

*A descoberta do jazigo de Cuiabá.  
Conseqüências dêste fato.  
Inexplicável ignorância dos cronistas sobre a ocupação  
seiscentista, pelos paulistas, do Sul de Mato Grosso.*

Ao fim da segunda década setecentista novos clamores atroaram o Brasil: Ouro! Ouro!

Segunda descoberta se realizara prometendo imensos proventos. Verdade é: em região incomparavelmente menos acessível que a das Minas Gerais, e a enorme distância da costa, ilhada no coração da selva, atingível após a mais penosa e perigosa das travessias. Não importa! Era riquíssima!

E a turba dos aventureiros se preparou febrilmente para acudir em massa à exploração daquela nova bolsa de metal amarelo que jazia à flor da terra.

Êste segundo Eldorado devia-se novamente aos paulistas; para êles e sobretudo para sua capitania e capital teria o achado as mais notáveis conseqüências imediatas e mediatas.

Graças a êle se dilatariam as fronteiras do Brasil até quase o sopé dos Andes. Promoveria a incorporação ao nosso país de território três vêzes maior do que a Península Ibérica e a fixação posterior da fronteira pelo Paraguai e o Guaporé.

Como conseqüências imediatas: o reflexo sobre a Capitania e a cidade de S. Paulo levando o Rei à criação de govêrno separado do de Minas Gerais e à assistência permanente, na cidade paulistana, de um delegado régio.

Representa a fundação cuiabana fato absolutamente inédito no conjunto dos fastos da história universal.

E realmente esta situação de um núcleo civilizado distante milhares de quilômetros de sua base e ilhado pelo deserto, pelas enormes dificuldades de acesso, criadas pelos acidentes geográficos, a hostilidade do percurso insalubre e a agressividade dos habitantes da região atravessada representa um conjunto de circunstâncias adversas como poucas vêzes tiveram os mais audazes desbravadores da Terra o ensejo de afrontar.

Quanto sincero o brado de desabafo do singelo sargento-mor Teotônio José Juzarte quando rememorando as agruras do apossamento das terras de além Paraná expendia: mais não terão sofrido os vassalos da conquista do Oriente!

Vejamos porém como se deu tal descoberta.

Três cronistas principais dela se ocuparam, valendo-se dos primitivos acervos arquivais mato-grossenses Joseph Barbosa de Sá, Filipe José Nogueira Coelho e Joaquim da Costa Siqueira.

Curioso é, porém, que todos estes cronistas escrevendo em época próxima dos milésimos da descoberta de Cuiabá não hajam recolhido a menor recordação de incidente absolutamente capital, a saber: o fato de os paulistas, desde as vizinhanças de 1680 haverem-se mantido às margens do Miranda, desafiando os espanhóis do Paraguai.

A documentação espanhola apontada pelo sábio Pastells e por nós utilizada, deixou este episódio irrefragavelmente estabelecido.

Falando do achado do *placer* cuiabano e referindo-se a Antônio Pires de Campos, o *Pai Pirá*, afirma Barbosa de Sá, ter êle sido “o primeiro que sobio o rio Cuyabá assim chamado dizem huns que por acharem em suas margens cabasos plantados de que fazião cuya para seos uzos, outros que o nome de cuyabá procedeo de huma cuya que os primeiros que sobirão este rio acharão sobre as agoas que hia rodando, outros dicerão que o nome de Cuyabá hé apelido do gentio que nas margens deste rio habitava”.

No ano immediato seguiu Pascoal Moreira Cabral o mesmo caminho em procura dos índios coxiponés. Não os achando subiu o rio Coxipó-mirim. Logo acima da barra encontrou ouro em granetes cravados pelos barrancos; no pouso dêste primeiro descobrimento deixou a bagagem e seguiu rio acima até o lugar depois chamado Forquilha. Ali avistou gentios entre os quais fêz prêsas com bastantes mostras de ouro em batouques e outros enfeites. Juntando-se aos companheiros com êles desceu ao local da depois chamada Aldeia Velha.

Aí formaram arraial para tomar descanso, dando-se mútuos parabéns de sua fortuna. Achavam-se uns com cem oitavas e outros meia libra e cinqüenta oitavas todos participantes conforme a diligência que cada qual fizera em cavar com as mãos, que outra ferramenta de minerar não tinham”

Os que haviam acompanhado o Capitão Pascoal Moreira voltaram com libra e meia de ouro todos participantes dos “aurinos frutos” uns colhidos da terra outros das mãos dos gentios.

Trataram logo de fabricar casas e lavouras pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó.

Passados alguns dias chegou ao arraial a bandeira dos Antunes que com a notícia do ouro uniu-se aos descobridores.

Assentaram fôsse Gabriel Antunes a povoado dar notícia e levar amostras dos descobertos e trazer as ordens necessárias para o bem comum e serviço régio. E, com efeito, partiu. Os que ficaram mandaram “escrever hum aranzel para seo regimem”.

A oito de abril de mil setecentos e dezenove, no arraial já intitulado de Cuiabá, realizou-se junta.

Junta presidida pelo Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral para assinalar o “descobrimento novo do ribeirão do Coxipó, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha de França e da partida do Capitão Antônio

Antunes com amostras de ouro para o General da Capitania” Declarou-se que na primeira entrada, que durara uns dias, achara-se pinta de vintém e de dous e quatro vinténs e meio. A mesma pinta se encontrara na segunda entrada em que Pascoal estivera sete dias.

Ele e todos os companheiros exploraram à sua custa com grandes perdas e riscos em serviço de Sua Real Majestade, tendo morrido oito homens brancos, fora os negros.

Para que a todo o tempo fôsse dada a notícia a Sua Majestade e para não perderem direitos e por assim ser verdade assinaram todos os sertanistas o termo então lavrado. Foram eles Pascoal Moreira Cabral, e mais vinte e dois cujos nomes obscuros pouco relêvo alcançaram nos fastos bandeirantes.

No mesmo dia elegeu o povo Pascoal Moreira Cabral seu guarda-mor regente, até vir ordem do General, para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar composições aos mineiros e botar bandeiras tanto às minas como aos inimigos bárbaros.

Comprometeram-se os signatários a não se retirar até a volta de Antônio Antunes.

Relata Sá que por “notícias de alguns daqueles tempos” ouviu que partira seu irmão Gabriel Antunes. Fôra êste quem de tudo informara as justiças da cidade de São Paulo e estas ao General da Capitania o Conde de Assumar. Êste o noticiou logo ao Marquês de Angeja, Vice-Rei do Estado, e um e outro a D. João V.

Divulgada a notícia foi tal o movimento causado nos ânimos que das Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de tôda a Capitania de São Paulo abalou muita gente, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos para os sertões, “como se fôra a terra de promessa ou o Paraíso incoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais”

Eloqüentes as rudes linhas em que o cronista compendia a enorme soma de desgraças desencadeadas pela notícia da descoberta das jazidas cuiabanas entre os famélicos do ouro:

“Ano de mil setecentos e vinte partiram dos povoados bastantes gentes para estas conquistas divididas em diversos comboios de canoas embarcando na “Aritaguaba” descendo o rio Tietê e o Grande, subindo o Anhandoi acima da barra do Rio Pardo, atravessando a Vacaria, descendo pelo Mateteú e dêste pelo Paraguai acima, padeceram grandes destroços, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos práticos, que ainda os não havia, mortandade de gente por falta de sustento, doenças, comidos das onças e outras muitas misérias.

Não sabiam pescar nem caçar, nem o uso de soldar as canoas, que tudo lhes apodrecia, com as chuvas, nem o invento dos mosquiteiros para defesa dos mosquitos que muitos anos ao depois é que foi a experiência e necessidade ensinando estas coisas pelo que padeceram os que escaparam da morte, misérias sôbre misérias.

Houve comboio em que morreram todos sem ficar um vivo, achando os que vinham atrás com as canoas as fazendas podres e os corpos mortos pelos barrancos dos rios e redutos; e rêdes armadas com os donos

dentro, mortos, sem que chegasse este ano pessoa alguma ao Cuiabá nem outra novidade alguma”

Sem querermos de modo algum escurecer a figura de Antônio Pires de Campos, o famoso *Pai Pirá*, formidável sertanista, quer nos parecer que sua atuação no Cuiabá pouco representa se a compararmos à de Pascoal Moreira Cabral, cujos serviços, como fronteiro do Mboteteú, são inexcelsivelmente notáveis.

Importante pormenor é-nos ministrado por uma nota anônima, a Siqueira, que Piza atribui ao erudito Diogo de Toledo Lara e Ordonhes. Por ela se vê quanto, para o apossamento do Cuiabá, notavelmente contribuiu outro ilustre bandeirante, Fernando Dias Falcão.

Declarou Pascoal Moreira: “O capitão-mor Fernando Dias Falcão me chegou a êste arraial do Carandá com 130 homens de guerra de socorro, na era de 1718, estando eu e os mais sem armas, sem pólvora, sem chumbo e sem ferramenta, sem têrmos nenhuma resistência, e com êste socorro ficamos remediados de tudo e restaurou nossas vidas, que estávamos sentenciados pelo gentio à morte.”

Afirma Pedro Taques, porém, que Falcão foi o condutor dos primeiros quintos, 942 oitavas e meia de ouro, com os quais chegou a S. Paulo em 1723.

A longa versão de Pedro Taques não pode deixar de ser igualmente consultada, dada a autoridade do linhagista.

E traz tantos pormenores, provavelmente ouvidos *in loco* — pois estêve o linhagista em Mato Grosso antes de 1740 — que a sua palavra como que assume a feição de contraprova a Barbosa de Sá.

Não menciona o *Pai Pirá* e afirma que o emissário de Pascoal Moreira foi Antônio Antunes.

Refere Taques: o Capitão-mor regente Fernão Dias Falcão governou aquelas minas por cinco anos com os acertos da sua acreditada capacidade.

Descobriu Azevedo Marques importantíssimo documento que retifica a Taques o “têrmo que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas minas de Cuiabá” a 6 de novembro de 1720.

É a ata da eleição de Falcão e Pascoal Moreira para capitão-mor e guarda-mor das novas minas.

A êste documento assinaram quarenta e dois sertanistas.

Dos primeiros povoadores do Cuiabá adquiriram alguns notável relêvo e outros excepcional importância no conjunto dos fastos bandeirantes.

Figuram sob êste ponto de vista, na primeira plana, os irmãos Leme. Além dêles alguns, porém, se distinguiram notavelmente como sejam: Antônio de Almeida Lara, Tomé de Lara Falcão, José Pais de Almeida, Antônio Antunes Maciel, Ângelo Prêto.

Na ótima monografia do Cônego Luís Castanho de Almeida, *Bandeirantes no Ocidente*, uma das melhores obras dêste autor tão profundamente versado em assuntos do passado paulista quanto criterioso e probo na exegese documental, perto de vinte páginas se consagram à biografia de Pascoal Moreira.



Pascoal Moreira Cabral.

*Estátua no vestibulo monumental do Museu Paulista, de autoria de Amadeu Zani.*

Nasceu o grande fronteiro, supõe Castanho de Almeida, em 1655. No arquivo paroquial de Sorocaba encontrou o nosso autor documentos comprobatórios da existência do campo entrincheirado de Pascoal Moreira no Mboteteú, na década de 1684 a 1694.

Passou Pascoal alguns anos sem voltar ao Sertão.

Em 1710 reapareceu em Sorocaba

Em fins de 1716 data a sua partida definitiva para o longínquo Oeste.

Verificou o douto autor, nos vinte anos anteriores a 1716 não haverem os bandeirantes perdido o contato com a terra mato-grossense, surgindo no registro paroquial em 1704, 1710, etc., a batizar "pagoins dos certoins"

## CAPÍTULO II

*Apreciações dos historiadores.  
As diversas vias de acesso a Cuiabá.  
Os índios de além Paraná.*

**T**ratando da descoberta de Cuiabá expende Southey:

“Excedidos em número pelo influxo de gente das outras capitanias e de Portugal, submeteram-se os Paulistas em Minas Gerais à perda do seu ascendente com mais resignação, do que de tão resoluto e infrene raça fôra de esperar, especialmente por alguma razão de queixa terem do tratamento que dos forasteiros recebiam e da parcialidade que mostrava o govêrno.

Não tardou muito que descobrissem novas minas de ouro em partes mais remotas dos sertões. Foi no coração mesmo da América do Sul que o paulista Pascoal Moreira Cabral descobriu as minas de Cuiabá, minas que desde muito estariam nas mãos dos espanhóis do Paraguai ou de S. Cruz, se houvessem êles possuído metade do gênio empreendedor e atividade dos brasileiros”.

Acentua o autor inglês o que eram os terríveis obstáculos à jornada cuiabana e o perigo da agressão indiática.

Sabemos quanto Varnhagen, em geral, pouco desenvolveu os capítulos da descoberta e apossamento dos territórios centrais e conseqüentes achados do ouro.

Contenta-se em dizer que às minas de Cuiabá “descobriu Pascoal Moreira Cabral, seu primeiro guarda-mór tendo por capitão regente a Fernando Dias Falcão”.

Explicando a continuidade da penetração paulista em Mato Grosso escreveu Calógeras algumas belas páginas cuja sùmula seria muito melhor se o eminente autor d’*As Minas do Brasil* houvesse conhecido a documentação espanhola de Sevilha.

Em magistral monografia, *As raias de Mato Grosso*, explica Virgílio Correia Filho a versão relativa à bandeira do *Pai Pirá* valendo-se de documento de grande valia, a *Memória a respeito do descobrimento dos Martírios*, da autoria do Padre José Manuel de Siqueira.

Depois de narrar o casual encontro, em pleno sertão bruto, das bandeiras do primeiro Anhangüera e de Manuel de Campos Bicudo, observa que transcorrido quase meio século, Pires de Campos retomara o caminho percorrido cinco décadas antes, e atingira o rio Cuiabá.

No ano imediato, vindo-lhe na esteira, Pascoal Moreira, em compensação ao revés que sofrera ao cometer as tabas indígenas, no Mu-

tuca, descobrira ouro nas ribanceiras do Coxipó, onde estanciara iniciando o povoamento mato-grossense.

Divergem os cronistas no circunstanciar as particularidades da descoberta, mas filiam todos, sem discrepância, a êste fato inesperado a transformação da bandeira de Pascoal Moreira Cabral, originariamente organizada com o fito de prear índios, em leva de mineradores.

Arranchados em S. Gonçalo Velho, aí constituíram o primeiro arraial duradouro de povoadores.

Enquanto aguardavam refôrço, que lhes permitisse afastar os belicosos coxiponés, estenderam as roças pelas matas do Cuiabá, e seu afluente, ao mesmo tempo que faiscavam à cata de ouro, pela circunvizinhança. Abastecidos, a contento, pela monção de 1720, subiram o Coxipó até a Forquilha.

Aí estacaram, empolgados pela abundância do metal, que se lhes oferecia à ganância, com minguado trabalho.

É o que com a habitual argúcia e poder sintético resume Capistrano:

“Sem serem procuradas apareceram as minas de Cuiabá. Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam à cata de índios quando encontraram os primeiros grãos de ouro, em 1719, em tamanha abundância que se extraía com as mãos e paus pontudos. Tirava-se ouro da terra como a nata do leite, na expressão pinturesca de Eschwege.

Os bandeirantes viravam mineiros sem pensar e sem querer. A experiência das desordens das Minas Gerais foi aproveitada e não houve aqui as terríveis desordens que fizeram tristemente célebre o rio das Mortes”

Assim como vemos os autores que estudaram a descoberta dos *placers* de Mato Grosso basearam-se geralmente, em Barbosa de Sá e desconheceram a circunstância capital da longa permanência de Pascoal Moreira Cabral Leme nos seus entrincheiramentos do Mboteteú.

Rememorando o que vira e o que sofrera na viagem de Cuiabá a Aritaguaba, anotou o ilustre Francisco José de Lacerda e Almeida os continuados trabalhos e prejuízos, pelos quais naquele milésimo de 1788, passaram os jornadeadores daquela já bem trilhada e conhecida via, quando já se achava quase livre dos assaltos dos gentios:

“Se lançarmos os olhos para os *Anais* da Câmara de Cuiabá e fizermos o cômputo dos homens, que têm custado aquêlê estabelecimento desde o seu princípio, mortos não só pelos trabalhos, fomes, enfermidades e mais misérias, como também pelas grandes e horríveis mortandades, e, em alguns anos, o geral destrôço dos navegantes, até ainda pela riqueza da descoberta, e atropelando todos os obstáculos, corriam após do ouro e ficaram sacrificados ao furor dos gentios, que pelo espaço de mais de vinte anos fêz lastimosa carnagem, não deveremos justamente exclamar como o poeta:

*Quid non mortalia pectora cogis  
Auri sacra fames?*

A esta citação antológica bem poderia o reparador ajuntar outra da mesma proeminência e ainda relativa a êstes aventureiros aurifamélicos

o horaciano *Illi robur et aes triplex circa pectus erat...* tanto mais aplicável ao caso quanto alude a navegantes de temerosa navegação.

Falando dos incessantes e iminentes perigos que ameaçavam os tripulantes das canoas entregues à fúria dos saltos e corredeiras anotava o astrônomo: “se nestas cachoeiras freqüentadas há sessenta anos, e cujos canais e escapos estão bem conhecidos, se perdem tantas embarcações, não havendo cachoeira que não tenha sido um teatro de mortandades, que não sucederia aos primeiros que as passaram totalmente faltos de experiência?”

Chamou-nos a atenção mestre Capistrano de Abreu para um documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a que muito encaixou certa *Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de S. Paulo se servem para os rios Cuiabá e Provincia do Coxiponé*, papel anterior a 1727. Assim o divulgamos.

Começa o autor, aliás anônimo, por se referir à navegação do Tietê até o Paraná, caudal onde “os paulistas para as suas entradas tomavam os braços aos rios conforme os sertões ou Nação que pretendiam conquistar e muitas vêzes para o mesmo Sertão uns tomavam um rio mais abaixo e outros outro mais acima”

Aos mais conhecidos destes itinerários nos reportemos.

Certos sertanistas entravam pela barra do Pardo e a êle remontavam durante quinze dias até onde desse navegação. Ali faziam roças. E punham-se a caminhar por terra, em estrada aliás pouco florestada, chegando a Cuiabá em 25 dias.

Havia outros que do Pardo seguiam às cabeceiras do Itiquira, Piajuí e Piqueri, onde fabricavam canoas com as quais navegavam êstes rios. Em cinco ou seis dias estavam em Cuiabá.

Outros ainda deixavam o Pardo e tomando à esquerda atingiam o Taquari. Navegavam-no durante oito dias até o Paraguai. Subindo por êste chegavam à barra do Cuiabá, que alguns também chamavam Porruídos.

Mais outros ainda deixavam o Pardo descendo para o Sul até o Ivinheima. Subiam-no até o seu afluente Jaguari, viagem para dezoito dias até um ponto onde deixavam as canoas e faziam lavouras.

Dêsse pôrto marchavam às cabeceiras do Mbotetêú onde fabricavam embarcações com as quais desciam em doze dias às águas do Paraguai. Mas neste caminho havia o perigo de encontro com os guaicurus.

Havia quem preferisse subir o Verde, afluente da direita do Paraná, durante dez ou doze dias, até certo salto, onde ficavam as canoas. Por terra e ao cabo de 25 dias chegava-se a um pôrto do Piqueri.

Havia sertanistas, porém, que não faziam conta das terras da bacia do Paraguai. Uma vez saídos do Tietê embicavam pelo Paraná a contracorrente e subiam o Paranaíba.

Havia a vencer violentas correntezas e contínuas cachoeiras. Eram ambos os grandes rios marginados de matas muito grossas, povoadas de muitas nações nômades, sobremodo ferozes.

Depois de se referir a êstes caminhos mistos descreveu o anônimo autor aquêle que alguns afirmavam ser praticável. E todo terrestre.

De Itu buscava-se a margem do Pirachicaba (sic.). Em quatro dias estava-se nos campos chamados de Aracoarara (sic.). Tomava-se o rumo do Nordeste à esquerda acompanhando-se a floresta ribeirinha do Tietê até a barranca do Paraná. Era distância vencível num mês.

Atravessado o Rio Grande, em breves dias chegava-se à margem do Rio Verde, que devia ser acompanhado até uma cachoeira donde, com um percurso de vinte e cinco dias, se atingia um pôrto do Pequiri. Daí mais seis dias e o viandante encontrava o Cuiabá.

De Itu ao Paraná raro sucedia qualquer encontro com os caiapós.

Do Paraná ao Rio Verde era a estrada muito perigosa. Grande vigilância se requeria dos viandantes, que os assaltos dos índios ocorriam contínuos.

Poderia alguém perguntar, após esta douta preleção geográfica sôbre as vias de acesso dos paulistas às terras mato-grossenses, se haveria outras que levassem ao Coxiponé.

Pelo rio de S. Pedro, adiante de Laguna, qualquer trânsito se tornava impraticável.

Enfim a corografia do nosso autor só podia ser esta mesma naquelas enormes vastidões ainda hoje compreendendo largas áreas semi-ignotas.

Na volta a S. Paulo havia a vencer-se a dificuldade da navegação a contra-corrente no Paraná e Tietê.

Para evitar o primeiro óbice preferiam algumas monções descer o Paraná da bôca do Pardo à do Paranapanema, que era navegado até o salto chamado Paranan-Itu em quatorze dias de jornada. Ali deixavam as canoas, marchando através da mata seis dias e no campo até a mata de Botucatu por mais sete. Daí a Sorocaba ainda havia sete dias de viagem.

Precioso informante sôbre os índios mato-grossenses foi Antônio Pires de Campos, o *Pai Pirá*.

O seu depoimento *Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo*, é dos mais curiosos e preciosos papéis bandeirantes.

Revela cultura extraordinariamente superior ao comum da dos seranistas, facilidade de expressão realmente notável para um dominador de índios ferozes. Dêste relatório demos rápido transunto do que escrevemos na *História Geral* mencionando apenas as principais nações gentias.

No Tietê viviam as margens desertas de gentio. No Paranaíba havia muitos caiapós. Levavam as correrias à barra do Rio Pardo e por outro lado até o Taquari. Rondavam por Camapoan obrigando os roceiros dali a contínua vigilância.

Abaixo da barra do Mboteteú no Paraguai habitavam os canoeiros (paiaguás) sempre embarcados, sem domicilio certo, corsários, fluviais emboscados nas voltas dos rios, autores de grandíssimos danos aos brancos.

Viviam em grandes bandos, ao longo das margens e tinham a assistência dos guaicurus.

No manejo das flechas e lanças mostravam-se destríssimos e desferiam vários tiros enquanto os bandeirantes davam um único.

Extraordinários nadadores, avançavam nas canoas e atiravam-se à água, inclinando uma borda do barco para lhes servir de broquel contra as balas. Súbitamente tornavam a endireitar a embarcação e a fazer novos disparos. Se compreendiam que não podiam vencer a resistência dos brancos alagavam os barcos, mergulhavam, e antes de passar muito tempo tornavam a desalagá-los, fugindo com tal velocidade que pareciam ter asas.

Os cavaleiros ou guaicurus, êstes viviam montados. Homens fortíssimos, dispunham de excelentes cavalos andaluzes. Seus aliados paiaguás lhes forneciam os meios de transpor os rios. Realizavam enormes correias e algaras sobretudo do Mboteteú para o Norte.

Os paiaguás estendiam o raio de ação até o rio dos Porrudos (S. Lourenço).

Existiam comedores de carne humana ao longo do Paraguai e do Sipotuba.

Depois de se referir aos índios do São Lourenço e Cuiabá para o Sul, tratou Antônio Pires de Campos do Reino dos Parecis, reino mui dilatado, onde tôdas as águas corriam para o Norte, a saber para o Amazonas.

Gentio de brandos costumes, numerosíssimo, vivia de suas lavouras, mostrando as virtudes do incansável trabalhador. Nação de grandes caçadores, nunca agressora, mantinha estradas largas e bem conservadas.

Dispunham os parecis de rudimentar indústria. Julgava Pires de Campos que fácil seria converter ao Cristianismo aquela multidão de pagãos.

Curioso é que os Capitães-Generais de S. Paulo e os Reis tanto tenham legislado no sentido de defender êstes índios contra os seus escravizadores. Donde proviria tal preferência? ou antes, tal unilateralidade de um amparo que não dava assistência a outros autóctones?

Terminando, afirma categórico o grande bandeirante:

“Todos êstes sertões e gentios de que dou notícia foram descobertos pelos paulistas”



### CAPÍTULO III

---

*Posse de Rodrigo César de Meneses na Capitania de S. Paulo.  
Primeiros contatos com os povoadores do Cuiabá.  
Informações ao Rei.  
Medidas policiais e fiscais.*

A 5 de setembro de 1721 tomou Rodrigo César de Meneses, perante a Câmara de S. Paulo, posse do cargo de Capitão General Governador da Capitania de São Paulo e Minas de sua Repartição da qual fôra desmembrado o território da nova Capitania das Minas Gerais. Serviria por quase seis anos, até 14 de agosto de 1727,

Sobre o seu Governo existe excelente monografia da autoria de Washington Luís: *Contribuição para a História da Capitania de São Paulo (Governo de Rodrigo César de Meneses)* obra de seguro e íntegro informante.

Pertencente a uma das grandes casas do Reino, fôra nomeado Governador de S. Paulo quando seu irmão o Conde de Sabugosa já desde 1720 era Vice-rei do Brasil.

Na patente que a primeiro de abril de 1721 recebeu, inscreve-se-lhe a brilhante fé de ofício de brigadeiro dos exércitos reais.

Chegava prevenidíssimo contra os seus governados, escreve W. Luís. E não era para menos do que ouvira dos incidentes da Guerra dos Emboabas e dos motins recentes a que sufocara o Conde de Assumar.

Bem sabia, contudo, quanto êstes turbulentos vassallos eram os grandes promotores do alargamento das terras da coroa e do desvendamento de riquezas minerais, donde provinha o recente *noli me tangere* do arcabouço fiscal da Colônia: os quintos reais.

Seus primeiros comunicados à Côrte são violentos requisitórios contra os paulistas a quem atribuiu um ror de vícios e defeitos:

“Defraudadores da fazenda real, contumazes, turbulentos, perigosos e incorrigíveis matadores” Mais tarde modificaria êste conceito em atestados solenes.

Ainda não se sabia bem em Portugal o que representava a nova conquista do Cuiabá.

Apenas empossado, comunicava ao soberano que a perspectiva acêrca da riqueza do *placer* cuiabano se mostrava excelente. Remetia-lhe 150 oitavas (quase meio quilo) do ouro em pó que lhe trouxera um homem dali chegado. Eram os primeiros quintos régios daquelas minas. E esperava logo mais notícias auspiciosas. Já para ali haviam partido mais de dois mil paulistas. No caso de se realizarem novos descobrimentos tor-

nava-se indispensável que o Trono distribuisse mercês, sobretudo hábitos de Cristo a gente tão vaidosa como os paulistas, que só se lembrava de honras, desprezando conveniências.

Nas minas viviam alguns criminosos que se contavam entre os melhores sertanistas, e os que, como ninguém, sabiam fazer descobrimentos graças à larga experiência de muitos anos. Assim, por ser de suma conveniência permitisse-lhe o soberano poder agraciá-los em seu real nome.

A 6 de fevereiro de 1722 participava que a abundância do ouro cuiabano era muito maior do que a princípio se supusera.

Dois sertanistas de lá recém-chegados relataram que por falta de ferramenta os bandeirantes revolviam as areias com os canos das espingardas. Um dia de trabalho rendia por cabeça três a quatro oitavas e até mais às véses. Assim mesmo julgava César que os depoimentos dos informantes deviam ser insinceros pela repugnância que êstes homens tinham de pagarem os quintos reais, pecado em que todos tropeçavam”

Cada vez mais se convencia êle, General, da necessidade de concessão de anistia aos criminosos e de mercês régias aos descobridores.

Querer reduzir pela violência aquêles homens de ferro era absurdo, em virtude da distância e da força de que dispunham.

Indispensável vinha a ser a abertura de caminho terrestre de S. Paulo ao Cuiabá.

Prevenia Rodrigo César que resolvera embargar o caminho pela Vacaria por se tratar de território litigioso, freqüentado por castelhanos.

Concorria muita gente de Minas Gerais para o Cuiabá e de passagem por S. Paulo pretendia passar não só sem licença como arrebanhando índios das aldeias reais.

Assim opunha a maior resistência às pretensões desta turba de aventureiros.

A 5 de setembro de 1722 criou o General um Registro à margem do Rio Grande (Paraná) a fim de se evitar o descaminho dos reais quintos. Para provedor da nova casa nomeou Domingos da Silva Monteiro, “sujeito de muita experiência, capacidade e valor”.

A 10 de outubro seguinte, comunicava Rodrigo ao monarca novas impressões sôbre a importância do Cuiabá, onde já se achavam muitos dos homens principais da Capitania.

A tal propósito expendia o sátrapa haver a experiência demonstrado que só os paulistas haviam sido os descobridores de ouro, pela capacidade e largo conhecimento dos sertões.

Os que se encontravam no Cuiabá eram conhecidamente infensos aos reinóis.

Assim para evitar rompimentos tornara-se-lhe preciso usar de diplomacia mesmo porque não dispunha de soldados.

Assim se dirigira em nome d’El Rei aos principais dêstes bandeirantes Pascoal Moreira, o primeiro explorador do descobrimento, Fernando Falcão, João Antunes Maciel, Lourenço Leme e Domingos Rodrigues do Prado, (êstes dois últimos com maior séqüito e os mais

poderosos daquele sertão não só pelo respeito como pelo grande poder de gente. Pedira-lhes a cooperação de bons vassalos.

E se Sua Majestade entendesse de bom alvitre êle, General passaria ao Cuiabá disposto aos maiores sacrifícios em favor do real serviço.

Alargava-se a área descortinada do jazigo e plantavam-se grandes roças.

Apesar de todos os cuidados sabia-se que diversos indesejáveis haviam logrado partir para os novos *placers*.

A nenhum estrangeiro se admitiria a assistência na região, de qualquer nação que fôsse. Também não se consentiria o mais leve contato com os espanhóis. Se acaso por lá aparecessem jesuítas castelhanos ser-lhes-ia embargado o passo, mesmo quando alegassem estar missionando.

Devia Domingos Monteiro no Registro do Rio Grande exercer a maior vigilância sôbre os passageiros das monções que desciam de Araraçuaba. Especialmente sôbre os clérigos regulares que despindo o hábito pretendiam forçar a entrada às minas.

Fôssem detidos todos êstes indesejáveis e recambiados a S. Paulo, pois eram os mais prejudiciais ao sossêgo público.

Coisa que enfurecera os paulistas de tôda a Capitania, noticiava Rodrigo ao Irmão Vice-Rei, era a notícia espalhada pelo governador das Minas Gerais de que intentava abrir caminho de Pitangui para o Cuiabá.

Alegavam todos que tal caminho não só seria via logo aproveitada pelos descaminhadores dos quintos reais como, e sobretudo, novo processo para a espoliação dos paulistas “primeiros descobridores das Minas Gerais e os únicos agora em condições de pedir esmola”.

Se fôssem novamente despojados da sua descoberta haveria perturbações graves da ordem. Assim, lhe pediam remédio e êle os consolara e despersuadira. Não acreditassem em semelhante notícia! O Governador D. Lourenço de Almeida não se atreveria a invadir território a que não governava!

Relatando êstes graves fatos pedia Rodrigo César nada menos do que a expedição de um bando cominando pena de morte a quem intentasse abrir tal comunicação!

Os principais vassalos de S. Paulo e os já assistentes em Cuiabá pediam-lhe com grande instância que para lá passasse, porque de outra sorte seria muito difícil que ali reinasse a harmonia.

Em nova carta dava Rodrigo César dentro em breve ao Conde Vice-rei mais informações.

Não havia motivo algum de se alarmarem os espanhóis do Prata pelo fato da conquista do Cuiabá como aventara o Governador da Colônia do Sacramento ao do Rio de Janeiro. Equivocado ou vítima fôra do maquiavelismo dos castelhanos, que falsa e pèrfidamente falavam no avanço dos paulistas sôbre as suas povoações.

Os melhores sertanistas afirmavam que das novas minas a estas havia três meses de viagem e por terrenos de difícil travessia.

Tanto os castelhanos respeitavam os de São Paulo que lhes bastava ouvir o nome "paulista a quem intitulavam por feras" para não intentarem nenhum projeto.

Convinha muitíssimo, porém, que se procedesse e quanto antes à demarcação das fronteiras entre os territórios das duas monarquias. A incerteza reinante constituía o maior óbice a muitos e importantes descobrimentos.

A Vacaria no consenso unânime dos paulistas estava compreendida em terras de Portugal. Vivia zelosamente espionada pelos espanhóis, que procuravam até impedir o estabelecimento ali de qualquer povoação portuguesa receosos de que na região houvesse prata.

Um enxame de aventureiros e criminosos saídos das Minas Gerais afluía a S. Paulo, querendo embarcar para o novo pactolo. Procurava deter esta horda de indesejáveis, mas como havia muito por onde varasse, receava que de tal escumalha muitos lograssem passar.

Viviam os paulistas muito agitados com o ânimo "bastantemente empedernido" Proclamavam que ainda sentiam as feridas frescas recebidas nas Minas Gerais. A descoberta dos jazigos auríferos dali fôra sua e entretanto eram exatamente os que sem honras nem riquezas tinham ficado!

Não consentiriam que o seu novo achado passasse a quem os quisesse dêle espoliar. Se os "apertassem" dariam obediência a quem os atendesse; insinuação claríssima pois se sabia que o Cuiabá estava contíguo aos castelhanos.

Em março de 1723 novo relatório enviava Rodrigo ao Vice-rci. Cada vez mais favoráveis às notícias da riqueza do jazigo cuiabano. Ali havia, porém, muita falta de escravos. Os que de lá voltavam a S. Paulo vinham à busca de negros. Nestas condições tinham chegado os dois homens mais poderosos do novo descobrimento, os irmãos João e Lourenço Leme da Silva. Confirmavam ambos que as minas eram permanentes e as mais abundantes.

O único meio prático de se fazer a cobrança dos reais quintos era a tributação por batéia, como se praticava nas Minas Gerais. Continuava a policiar os embarques em Araraitaguaba, procurando deter sobretudo os giróvagos.

Os últimos chegados daquele Sertão, "alguns homens principais de verdade e inteligência" noticiavam que o jazigo descoberto daria para ativa mineração de dez ou doze anos. Mas havia muito ainda o que se descobrir. Tornara-se necessário, porém, extinguir o gentio sobremodo numeroso e agressivo.

Num dos jazigos recém-descobertos o jornal era de duas e três oitavas. Prejudicava-o porém a falta d'água para a mineração.

Outro era de ouro à superfície do solo e muito rico também mas à sua exploração estorvava a presença da multidão do gentio bárbaro. Quando estivesse em Cuiabá esperaria aniquilá-lo logo que chegasse.

Mais ou menos na mesma época entendeu D. João V refrear as tendências do seu delegado barateador dos favores reais.

Advertiu-o que não devia outorgar perdão nem prometer as mercês das três ordens militares senão a pessoas que realmente as merecessem.

Política mesquinha e vesga, diria de si para si o sátrapa advertido, de quem não estava a par do que era o ambiente de sua rude colônia.

O enorme afastamento do novo pacto fez com que a série de informes sobre as suas condições de mineração viesse a ser incomparavelmente menos volumosa de que a referente à exploração dos campos auríferos do Espinhaço e terras adjacentes.

Sobretudo faltou-lhes um Antonil.

Assim só transcorrido quase um século da descoberta é que nos surge um depoimento apreciável sobre as condições de exploração do ouro em Cuiabá, a *Memória sobre a decadência das três Capitânicas de Minas e os meios de a reparar*, manuscrito de uma vintena de páginas, publicado por Sérgio Buarque de Holanda. Foi seu autor o Padre José Manuel de Siqueira.

Escrevendo em 1802 dizia este clérigo que as minas cuiabanas em sua origem só conheciam como ferramenta a alavanca, o almocafre, a batéia e o carumbé. A força de braços se fazia o desmonte das terras até se atingir o cascalho ou saibro argiloso, assente sobre o esquisto ou piçarra.

Havia paralelamente a este serviço o do esgotamento da cata, feito a braço escravo por meio de receptáculos a que se dava o nome de *pias*.

Um dos desenhos que ilustram o texto de Siqueira mostra-nos uma teoria de pobres servos carregando à cabeça as tais *pias* pelo declive da escavação acima, a transportar a água removida dos "tijucais, tabuleiros e fechos dos morros"

No método de trabalho seco chamado de batatal ou guapeara o trabalho mostrava-se mais fácil. A guapeara não tinha a profundidade da cata, indo de um palmo a pouco mais de 5 de altura (de 0,22 m a 1,10 m).

Tirava-se o entulho fazendo rasgões. E apartando-se-lhe as pedras grandes, joeirava-se ou "escoava"-se a terra para a eliminação de seixos e pedrisco.

Mas esta operação realizada a seco era a pior possível, pois "desperdiçava o ouro cento por cento". Mas que fazer se não havia água senão "formar caxambu", como diziam os pretos da Costa de Minas para designarem um monte?

Este caxambu era grosseiro cone; lançava-se a terra aurífera às suas encostas "e ela correndo abaixo soltava as pedras que facilmente se apartavam da terra" Perdia-se, porém, muito ouro que acompanhava as pedras.

Quer nos parecer que o montículo peça principal do escudo de Cuiabá, brasão composto por R. César de Meneses, seja um caxambu.

Outro recurso decorrente da falta d'água era a lavagem em *cuiacá*. Mas tal método vinha a ser simplesmente "sórdido" Ia-se batendo a terra com a mesma água enlodada. Quando ficava muito grossa esgo-

tava-se o pequeno poço lançando-se-lhe nova água a fim de continuar a sumária lavagem.

O melhor método, "o mais aseado e cômodo" e o mais rendoso era o do talho aberto, tão usado nas Minas Gerais. Com a topografia montanhosa, e abundância de fontes, ali, praticável era. Mas onde na planura cuiabana encontrar "as águas superiores podendo cobrir os terrenos auríferos?"

Só mesmo a caualização de longe, mas esta custava caríssimo e estava acima das posses dos mineiros.

Nos fastos cuiabanos tornou-se célebre a obra do longo rêgo do Butuca, do qual tanto se esperava e tantos sacrifícios exigiu bem pouco compensados.

Mais um método arrola o Padre Siqueira: o do acompanhamento dos filões quartzosos que se entranhavam horizontalmente pelos montes ou diagonalmente pelas planícies as chamadas "minas de ouro de pedra" ou "veeiro de cristal.

Obrigava êste processo à trituração por meio da marrêta, realizada grosseiramente. Era o quartzo levado ao "bulinete" o local de lavagem da terra debaixo do rebôjo de uma queda d'água "que horizontal e artificialmente caía, depositando todo o ouro despegado de água ou barro"

Método generalizado no Cuiabá nas três primeiras décadas, deve ter sido o da faiscagem "o mesmo que andar colhendo ouro sem destino certo", método próprio dos escravos trabalhando a jornal, lavando a terra crua.

Achava Siqueira em 1802 que os processos empregados ainda eram os seculares, ensinados pelos pretos da Costa do Ouro.

Afirma ainda que o mais ignorante minerador de Minas Gerais sabia dirigir melhor uma mineração do que o mais entendido minerador de Goiás. A seu turno o mais ignorante goiano tinha mais conhecimento de sua arte que o mais entendido mato-grossense.

Provinha isto de que em Mato Grosso o ouro era mais copioso e de muito mais fácil extração, enquanto fôra encontrado à flor do solo. Por vêzes em abundantes buxos, como o de Miguel Sutil que passava por ter sido o mais rico do Brasil, o de Antônio de Almeida Lara, etc.

## CAPÍTULO IV

---

*A abertura do caminho terrestre de S. Paulo a Cuiabá.  
O registro do Rio Grande. Descaminho do ouro.  
O êxodo para o Cuiabá.  
Providências de ordem policial e fiscal.*

Impunha-se a abertura de estrada terrestre que ligasse São Paulo à nova região aurífera, cujo acesso era até então feito, exclusivamente pelos rios. Reconhecendo o conde de Assumar, quanto se apresentava a empresa imprescindível, ajustara em 1720, por cinco anos, a fatura de tal estrada com Gabriel Antunes Maciel. Aceitando este a incumbência, dentro em pouco a deixara, desanimado de levar tão penosa obra a cabo.

Afoita e imprudentemente apresentou-se então Bartolomeu Pais de Abreu, oferecendo-se a executá-la.

“Saiu de São Paulo para o sertão de Cuiabá, em 1721, e tendo chegado, com picada, à altura do Rio Grande, deixando três feitorias de plantas de milho “feijão e outros legumes” e em uma delas 250 bois para se sustentar a tropa, voltou a S. Paulo com a notícia de ter chegado Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general da Capitania de São Paulo”, escreve Pedro Taques.

Mas desde os primeiros dias mostrou-lhe o sátrapa decidida aversão negando-lhe terminantemente o apoio à pretensão.

Já nos primeiros dias de governo tomou Rodrigo César de Menezes uma série de providências de ordem policial e fiscal, visando impedir a passagem de maus elementos a Cuiabá.

Estabeleceu passaportes, proibiu a condução de índios às minas e a ida de bandeiras ao Sertão da Vacaria, além da abertura de qualquer picada para as terras de Oeste.

Com que penas acenava! Dez anos de degrêdo em Angola, dois mil cruzados de multa. Isto para qualquer pessoa branca, fôsse qual fôsse sua “calidade e condição”. Para os índios e negros além de degrêdo a sobrecarga de quatrocentos açoutes!

*Risum teneatis?* Seria novo caso de se arguir ao promulgador do bando se acaso esta chapa horaciana tão estafada não estivesse. Fechar o caminho do sertão mato-grossense! Em 1722?

À casa do Registro, à margem do Paraná, deu-se contemporaneamente severíssimo regimento.

A 30 de outubro de 1723 comunicava Rodrigo César ao Conde Vice-rei que Sua Majestade lhe permitira e agora lhe reconduzava passar às minas do Cuiabá, o que êle pretendia fazer entre maio e agosto de 1724.

Corriam os tempos porém muito mal. Terrível epidemia flagelava os moradores ribeirinhos de todo o percurso fluvial.

Principiara no Rio Grande, onde vitimara o Provedor Monteiro e muito mais gente e atingira o Cuiabá com tamanha violência que em certas tropas de cem pessoas haviam escapado ao mal apenas quatro!

Enquanto não serenasse tal tempestade tornava-se a viagem arriscadíssima.

As últimas notícias de Cuiabá desvairavam as mais sólidas cabeças. Num mês, haviam Miguel Sutil, seus escravos e os demais moradores do arraial da Forquilha conseguido apurar quatrocentas arrôbas de ouro! perto de seis mil quilos de metal, maravilha jamais observada em qualquer outro lugar do Brasil!

Tais notícias, provocavam formidáveis *rushes* de imigrantes. Também daí decorriam pavorosas catástrofes!

É bem típico o que a tal propósito Pedro Taques relata de uma destas transmigrações infelizes dos sedentos do ouro, ao fazer a biografia de João Carvalho da Silva, nobre repúblico paulistano, sobrinho de Fernão Dias Pais.

Narra Barbosa de Sá outros casos do mesmo quilate.

Emigrava todo o mundo. Nobres e peões, seculares e eclesiásticos.

A descoberta do Cuiabá deveria trazer considerável recrudescência do tráfico africano para Santos.

Havia imensa falta de mulheres no novo descoberto e o Capitão General baixou, a tal propósito, severíssimo bando.

A fim de se evitarem graves conseqüências, mui prejudiciais ao serviço de Deus, e de Sua Majestade, mandou que pessoa alguma de qualquer estado e condição levasse em sua companhia, para as minas nenhuma mulher branca, suspeita de bastarda, ou mulata fôrra, sob pena de multa de trezentos mil réis para a fazenda real e quatro meses de prisão na fortaleza da barra de Santos. O mulherio prêso iria degredado para a nova colônia do Sacramento.

Com a morte de Domingos Monteiro ficara péssima a situação de sua repartição fiscal, onde a cada passo era o escrivão desautorado pelos turbulentos viandantes.

Assim, para atalhar grave prejuízo à real fazenda, ordenou Rodrigo César o confisco de todo o ouro, não declarado na Casa do Registo, ou ali dado sem fiança.

A 26 de agosto de 1724 escrevia a D. João V a lhe contar que por completo fracassara a tentativa de abertura do caminho terrestre para Cuiabá por Manuel Godinho de Lara.

Luís Pedroso de Barros se oferecera a realizar tal obra. Estivera nove meses no sertão e voltara mal satisfeito com os resultados.

## CAPÍTULO V

---

*Serviços de Pascoal Moreira Cabral.  
A infeliz iniciativa dos "Deputados"  
Providências contra os maus imigrantes.*

Como vassallo temente, procurara Pascoal Moreira Cabral arrecadar os quintos régios, desde os primeiros dias da mineração.

Era o que a 15 de julho de 1722 alegava o descobridor ao próprio Rei em carta datada das minas do Coxipó.

Traçou o histórico dos seus feitos. Desde 1716 percorria aquêles sertões com cinquenta e seis companheiros brancos, afora escravos e servos, todos sustentados à sua custa exclusiva.

Conquistara reinos do gentio, adquirindo muitos dêles para o grêmio da Igreja. Na diligência de encontrar ouro, prata e pedras, afastara-se da cidade de São Paulo mais de quatro meses de viagem.

Nestas campanhas perdera um filho e quinze dos seus bandeirantes, brancos, além dos escravos mortos e devorados pelo gentio. Com inumeráveis riscos de vida descobrira o ribeiro aurífero do Coxipó, nas cabeceiras do rio Cuiabá. Ali repartira muitas datas entre os companheiros, sem se esquecer da de Sua Majestade, quintando ouro para o seu soberano.

Depois disto descobrira novos ribeiros e córregos de boa pinta. Sobrava-lhe a convicção de que as novas minas teriam as grandezas das das Gerais, com muitos lucros para a Fazenda Real.

Despachara três tropas para novas pesquisas e êle próprio estava de partida, com setenta homens de guerra para outros descobrimentos, valendo-se das informações dos gentios.

Da faina de descortinar o sertão, ficara com os cabedais exaustos. Precisando manter a família, pedia a Sua Majestade que lançasse os olhos ao seu leal vassallo e o confirmasse no pôsto de Capitão-mor, Regente e Guarda-mor das novas minas.

Os primeiros quintos, conta Barbosa de Sá, foram extraídos realmente por Pascoal à razão de duas e meia oitavas (quase nove gramas) por ano, de quem trabalhasse em qualquer offício, branco ou preto.

E assim apurara quatro arrôbas (58,752 kg), entregues à Provedoria Real de S. Paulo.

Ano e meio após êstes fatos, soube-se em Cuiabá da tomada de posse de Rodrigo César.

Chegou então o regimento para a arrecadação dos quintos a que acompanhavam providências sôbre a capitação e entradas. Ordenava

o Capitão-General que se constituísse novo govêrno presidido pelo Guarda-mor e assistido por doze deputados eleitos.

Conta Barbosa de Sá que tal inovação foi detestável. Viviam os povos muito satisfeitos com o govêrno de Pascoal Moreira: repartia lavras, acomodava contendas, fazia pagar dívidas, julgava demandas, sem forma de processo, com tanta prudência, acôrdo e agrado das partes que todos lhe ficavam obrigados, vencedores e vencidos.

Com os deputados "houveram logo muitas novidades de condenações, vexações e queixas do povo". Queriam todos ser justiças, "queriam ser reis e rocas".

Correu 1722 no Cuiabá do modo mais calamitoso, contam-nos os cronistas.

"Faltou o milho e a população recorreu ao aleatório da caça, não faltando quem trocasse um escravo por quatro alqueires de milho; vendia-se um dourado por 7 e 8 oitavas de ouro. Morreu muita gente de fome, sobretudo dos que haviam chegado recentemente. Como as canoas da monção não tivessem toldas, ficaram as fazendas nelas embarcadas, podres, e muita gente tripulante pereceu pela viagem, de doenças e fome ou vitimadas por onças.

Aproveitaram-se os exploradores da miséria pública. Um tal Joaquim Pinto de um pacu reduzido a postas embolsou meia libra de ouro, 128 oitavas!

Interveio em represália o conselheiro dos deputados que lhe mandou confiscar os bens, sob o pretexto de que não pagara os quintos reais!

Nesta ocasião de tamanhos infortúnios ocorreu a descoberta de um buxo de prodigiosa riqueza realizada pelo sorocabano Miguel Sutil de Oliveira.

Numa área que Barbosa de Sá diz ter sido dum retângulo de 400 braças sôbre 150 (880 m × 330 m) dentro de um mês saiu o melhor de quatrocentas arrôbas de ouro (5 875,200 kg).

Pensa Castanho de Almeida que no entanto acabou na pobreza êste descobridor do mais rico jazigo aurífero do Brasil. Morreu a 18 de agosto de 1755 e seu testamento não pôde ser cumprido por falta de dinheiro.

Tiveram as extraordinárias notícias da descoberta de Sutil enorme repercussão em todo o Brasil.

Recrudescceu o afluxo de imigrantes para o Cuiabá; vindo muita gente das Minas Gerais, devedores remissos fugindo aos compromissos e trazendo escravos alheios.

No intuito de atender a conveniência do sustento dos mineiros e mais pessoas assistentes nas novas minas, ordenou Rodrigo César que se lançasse bando incitando os criadores do sertão da Vila de Curitiba a conduzirem pontas de seu gado ao Cuiabá. Fácil emprêsa!

Permitia o General que qualquer pessoa amansasse os bois alçados da Vacaria para os levar às Minas. Ninguém lhes opusesse o mínimo estôrvo! Fácil emprêsa!...

Apesar de tudo, cresciam os reais quintos. Na frota de 1724 haviam seguido para Lisboa três arrôbas de ouro de Cuiabá.

Anunciava-se a partida de mais duas. A imposição aceita de seis oitavas por batéia era verdadeiro triunfo, comentava Rodrigo César.

Nas outras minas rara vez excedera de duas. Sua aceitação bem mostrava quanto aquêles mineiros e habitantes revelavam a lealdade ao Trono.

A propósito de tal "aceitação" lembra Piza que dela decorreu ficarem os povos de Cuiabá prostrados, na iminência de, em massa, abandonarem as minas.

Com a gente que projetava oportunamente levar, esperava Rodrigo César que a população cuiabana se elevasse a sete mil almas.

Já nesta ocasião vivia o governador influenciado por um dos maiores ladravazes (se não o maior) de que rezam os nossos fastos coloniais, indivíduo de notável inteligência, incomparável audácia e pertinácia, e incomensurável cupidez, de quem teremos largamente de tratar: Sebastião Fernandes do Rêgo.

Em S. Paulo encontrara como Ouvidor-geral Corregedor da Comarca um dos mais infames indivíduos que jamais pisaram em terras do Brasil: o Dr. Manuel de Melo Godinho Manso. Sujeito de insaciável cupidez e idêntica inescrupulosidade, converter-se-ia em verdadeiro flagelo de seus comarcões.

Achara em S. Paulo e num pé de real prosperidade a Sebastião Fernandes, homem incapaz de recuar diante de qualquer crime para satisfazer a ânsia da fortuna.

Era natural, pois, que a afinidade do temperamento dêstes dois sacripantas os aproximasse e os tornasse comparsas de uma série de atentados.

No decurso de 1723 dar-se-ia uma questão que encheria de assombro os povos da Capitania: a famosa perseguição movida pelo Capitão-General, instigado por Sebastião Fernandes e o Ouvidor Godinho, aos irmãos João e Lourenço Leme da Silva.



## CAPÍTULO VI

---

*Sebastião Fernandes do Rêgo e os irmãos Leme.  
Os antecedentes dos famosos régulos.  
Plano contra êles maquinado e sua consecussão.*

A questão da série de horríveis crimes que se prendem à vida e morte de João e Lourenço Leme, e tanto impressionaram os paulistas de todos os tempos, não pode ser estudada isoladamente.

Bastante já se têm ocupado os cronistas e romancistas da personalidade ainda mal estudada dêsse Sebastião Fernandes do Rêgo, aventureiro da pior espécie que estabeleceu a sede das operações audaciosas e arriscadas na cidade de S. Paulo, em princípios da segunda década do século XVIII.

A sua carreira de façanhas espantosas, para o tempo e o meio em que operou, assinala fatos incríveis e arriscadas proezas tórvas da mais vasta seara criminal.

Julgamos que em tôda a história colonial do Brasil não se aponta quem como êle haja operado em tão vasta escala e tamanho êxito contra a fortuna pública e particular.

E isso sem que tenha ocupado posições muito destacadas, pois apenas chegou a ser Provedor da Fazenda Real, da Casa da Moeda e Função de São Paulo e Procurador da Coroa.

Já a 8 de outubro de 1713 era assinalado na cidade de São Paulo a requerer uma concessão de terras minerais e pretendendo descobrir esmeraldas.

Fôra depois contratador do estanco do sal, o que lhe valera enormes proventos abusivos da cordura dos povos.

Nomeado Rodrigo César ao Rei representou sôbre a conveniência de haver em São Paulo tropa de linha, algum corpo de soldados "porque sem êle não se conservava o respeito nem se fazia bem o serviço real"

Assim propunha a criação de uma companhia de cavalaria. Sebastião Fernandes prontificava-se a fazer a Sua Majestade grande "conveniência" dando a cavahada de tal tropa, selada e enfreada, além de construir à sua custa, quartel para esta gente. A única regalia em troca desejada era o comando da Companhia e o direito de escolher o seu alferes.

Sujeito de diabólicos enredos, no dizer de Pedro Taques, insinuara-se no espírito do Capitão-General.

Meditara a apropriação da largá fortuna dos dois irmãos João e Lourenço Leme da Silva, filhos de Pêro Leme, o *Torto*, e como o pai famosos sertanistas, a quem se devera o varadouro de Camapoã e be-

neficiários dos primeiros grandes achados do ouro do Cuiabá em extraordinária escala.

Nesta tórva história ficou manchado o Governador pelo menos por frouxo e complacente, ante as maquinações do ouvidor Godinho e as de Sebastião Fernandes.

O profícuo assalto à grande fortuna dos Lemes foi a primeira larga façanha do sinistro e insaciável intrujão.

Eram êstes Lemes, filhos do famoso sertanista Pedro Leme da Silva, cognominado o "Torto", famoso pelas façanhas em Mato Grosso, como já vimos.

Dêles falando, escreve o linhagista da *Nobiliarquia Paulistana*:

"Êstes dois irmãos fizeram várias entradas ao sertão a conquistar bárbaros gentios de diversas nações: com êste exercício adquiriram grande prática da disciplina militar e conhecimento dos incultos sertões dos rios grandes chamado Paranã, do Uvaí, do Paraguai e outros.

Eram temidos dos mesmos bárbaros, principalmente dos índios *paiaguases*; e capazes ambos da maior facção de guerra, se algum movimento então se intentasse contra os castelhanos daquelas regiões.

Homens de incrível violência, descambaram êstes insignes mateiros para a prática de numerosos e horríveis crimes. Pedro Taques e Cardoso de Abreu os enumeram copiosamente.

Disponham em 1722, de abundantes arrôbas de ouro, narra-nos a *Nobiliarquia Paulistana*. A princípio amigos de Fernando Dias Falcão, haviam passado a odiá-lo fazendo capital questão de sua demissão de capitão-mor regente. Embora perfeito sabedor de tôdas as suas atrocidades a Rodrigo César, levaram as instigações da política a atitudes amistosas para com os dois temíveis vassalos.

A 31 de maio de 1722, escrevia-lhes cordial carta, que os encontrou a caminho de S. Paulo. Em janeiro de 1723 chegavam a Sorocaba, com os seus índios, negros, bastardos e carijós.

Vinham adquirir mais escravos e novos elementos necessários ao maior êxito de sua prospérrima mineração.

Convidou-os Rodrigo César de Meneses a se apresentarem, em palácio, o que recusaram, quiçá receosos das conseqüências dos crimes ou desejosos de não terem contato com o Delegado Régio.

Empregou êste todos os esforços para que viessem à sua presença multiplicando convites, ordens, rogos. E para os tranquilizar expediu *carta de seguro*, redigida com tôdas as fórmulas da garantia pessoal a 27 de janeiro de 1723.

Percebera Sebastião Fernandes quanto os Lemes seriam formidável presa cujos despojos lhe fariam imenso avultar a fortuna. Assim interveio.

Atenderam os dois irmãos ao convite do governador, hóspedes de Sebastião, que os encheu de obséquios. Deslumbraram o hospedeiro com a generosidade rude de homens, que distribuíam o ouro fácil do Cuiabá com a indiferença dos nababos.

Recebera-os Rodrigo César "entre poderoso e paternal; um misto de reserva e afabilidade, rodeando-os, entretanto, de atenções", escreve W. Luís.

“Indagou novas das minas recém-descobertas, elogiou os paulistas e quiçá até os próprios Lemes. Paternalmente deve ter aludido ao seu passado tórvo. Sermoneando-os deu a entender que êle o esquecia e Sua Majestade os perdoaria atendendo ao valor de tais vassalos. Incidente e ligeiramente aludiu à sua qualidade de Capitão-General Governador, às fôrças de que dispunha, ao poderio do irmão, Vice-Rei do Brasil. Chegou mesmo a mentir, dando a entender que podia puxar um têrço da infantaria do Rio de Janeiro; e acabou prometendo-lhes hábitos militares, honras, foros de fidalgo e assegurando-lhes todo o seu valimento para obtenção dessas mercês, mais que justas e às quais tinham incontestável direito”.

Afirmavam os Lemes que outra coisa não os movia senão o real serviço, e saíram encantados dessa entrevista, crentes na amizade de Rodrigo César de Meneses.

Entregaram, depois, avultada soma a Sebastião Fernandes, para que lhes comprasse negros, e tudo de quanto ainda necessitavam.

Recolheram-se depois a Itu, certos de que podiam confiar completamente na palavra do generoso hospedeiro.

Destas relações enganadoramente amistosas provieram as nomeações de provedor dos quintos e sargento-mor das minas de que Lourenço e João Leme se viram alvo. As respectivas patentes levou-as Sebastião Fernandes pressurosamente a Itu, para onde partiu a 25 de maio de 1723.

É mais que provável que obtivesse do governador o encargo de tal diligência, que *de jure* deveria ser executada por algum dos oficiais de palácio ou um delegado qualquer.

Aproximava-se o momento propício ao bote. Desaparecidos os régulos cuiabanos por mão da justiça, seus grandes capitais a êle confiados, sumir-se iriam às mãos hábeis.

Esperava, com a tenacidade e a paciência das faculdades perversas o momento propício para prostrar aquêles cujos opulentos despojos tanto cobiçava.

A aceitação das nomeações feitas pelo governador seria a anulação do tórvo plano maquinado.

Era indispensável que os Lemes as recusassem e acintosamente, de maneira a se indisporerem sèriamente com o agraciador. Em Itu foi hóspede dos dois irmãos, que requintaram em retribuir as finezas em S. Paulo recebidas e caíram redondamente nas malhas da intriga. Dias mais tarde obtinha as almeçadas recusas.

A 28 de maio despachou para S. Paulo um oficial com três cartas para o governador: uma sua, outra de João e outra de Lourenço Leme

A Rodrigo César advertiu que Lourenço havia ficado sobremodo satisfeito com a nomeação, o que não se dava com o irmão. Alegava êle haver nas Minas Gerais ocupado maiores empregos, como o de Capitão-mor Regente.

Gabou-se de que lhe bastava ser quem era para, em Cuiabá, sem cargo algum, conservar o prestígio graças ao qual havia feito Capitão-mor regente a Fernando Dias, por não o desejar ser.

Pensando agora diversamente e querendo fazer serviço a S. Magestade, havia pretendido ocupar o pòsto de Mestre de Campo Regente. Já que não vira bem sucedida a pretensão por má vontade do Capitão-General não aceitaria incumbência alguma, advertindo ao irmão que também devia recusar a patente.

À vista da atitude do irmão, declarava Lourenço Leme que desistia da Provedoria, como seu sempre fiel companheiro em todos os trabalhos.

Finalizando, dizia Rêgo: “por mais jeito que lhes tinha buscado por todos os modos lhes não achara algum de tomarem outra resolução, mais do que a de partirem rio abaixo, donde com mais segurança, esperavam a última resolução de S. Exa., querendo mais brevemente seguir jornada”

Arrogantemente declaravam os dois altanados que Fernando Dias Falcão não exerceria a ocupação de regente, e que só se satisfariam se outrem o fósse.

Assim, era patente que os temíveis sertanistas iriam contender com Falcão, com quem já mantinham séria querela.

Aliás, viviam os dois irmãos a proclamar que saberiam receber o Governador com tôdas as honras, estando certos de que êle partiria na primeira monção.

Estuda W. Luís o papel capital desempenhado por Fernandes, com abundância de argumentos. Assim, pensa que incontestavelmente as três cartas eram da sua lavra exclusiva. Não saberiam os Lemes, rudes, ignorantes e autoritários, empregar as fórmulas bajulatórias nelas existentes.

Tudo força a convicção de que, em tais papéis, só havia dos Lemes a má caligrafia e a ortografia pitoresca quanto possível.

É natural que se houvessem entregue a Sebastião do Rêgo, para pautar as respostas.

“Só assim se compreende que, nessas cartas, apareça insistentemente o aviso, insidiosamente colocado, de que êles, com tôda a pressa, com tôda a brevidade, se aparelhavam para a jornada do Sertão, dando a entender que a recusa era um desafio, uma declaração de guerra, e que êles já se precavam, pondo-se fora do alcance do governador, internando-se no Sertão”.

Por que tal provocação quando até aí o governador se mostrara tão bem disposto a seu favor? tão em desacôrdo com a insignificância de simples recusa de postos, que não eram obrigados a aceitar?

Lançara Sebastião Fernandes mão dos recursos totais da enorme astúcia.

Conhecendo o temperamento irascível e orgulhoso de Rodrigo César, apontava-lhe a recusa como atrevida desobediência. E pior ainda: mostrava ao sátrapa as intenções dos Lemes, de se oporem, pela fôrça, a atos de sua administração, perseguindo os delegados de sua confiança.

Prevendo a explosão do suspicaz e suscetível governador, indicava-lhe ainda os meios de lhe garantir a correspondência, sem que corresse o perigo de ser interceptada pelos Lemes, porque afirmava: “ti-



Pêro Leme, o Torto, e a bandeira castelhana do sertão de Vacaria.  
*Panel de Antônio Luís Gagni, no Museu de Itu.*

nha a certeza de que êles procuravam saber de tôdas as cartas que S. Exa. mandava para as minas”.

Hábil manobra esta do conhecedor do gênio irritadiço, autoritário e desconfiado, do governador.

Ao irmão Vice-rei do Brasil, a 15 de junho de 1723 confidencialmente escrevia Rodrigo que no Cuiabá viviam os dois irmãos, despoticamente governando o novo território aurífero.

Convidara-os a vir à sua presença, o que fôra difícil, tratando-se de homens a quem tanto repugnava obedecer. Conhecia-lhes, porém, a extraordinária vaidade, e assim haviam correspondido ao convite, embora a protestar, que o faziam somente por quererem prestar grande serviço ao seu monarca.

Ora, todos os moradores da Capitania eram unânimes em afirmar que os Lemes estavam em condições de exercer a regência e a Provedoria dos quintos. Assim resolvera nomeá-los até a sua ida a Cuiabá.

Convinha agir com jeito, tanto mais quanto não dispunha de fôrça militar para se fazer obedecido. Andavam as coisas "tão vidrentas", que se tornava indispensável contentar os homens do Sertão, principalmente aos dois recém-vindos. De outra sorte se desmancharia o que estava feito. Voltando êles para as minas com o séqüito de que nelas dispunham, e o mais que se lhe havia de agregar, de homens criminosos, daí, sem dúvida, resultariam irremediáveis conseqüências.

Atendendo a tôdas estas razões, inclinara-se a acompanhar o parecer de todos e tomar tal resolução por se tratar de caso em que era preciso fazer de um ladrão um fiel.

Observa Washington Luís com tôda a judiciosidade:

"Essas e outras reflexões salvariam os Lemes, se não existisse Sebastião Fernandes do Rêgo, ou se com êste não estivesse a fortuna dos Lemes"

Em todo o caso adiaram-se os planos do tórvo maquinador. Recebeu êste do Governador carta, visivelmente destinada à divulgação: Louvava-lhe muito a boa amizade com os Lemes, pois se faziam dignos de tôda a atenção.

Mas não podia deixar de culpar ao seu correspondente de lhes não dizer, ouvindo as queixas, a pouca ou nenhuma razão que tinham para as fazer: a primeira era que tendo confabulado ambos com êle, se não haviam declarado, então, como agora o faziam, no intento de sua pretensão; a segunda, que êle Capitão-General ignorava o emprêgo que ocupara João Leme da Silva. Se o soubesse, lhe não daria patente inferior à que já tivera. Tudo deveria êle Rêgo dizer-lhes.

Mandaria, pois, levar a patente a João e o regimento a Lourenço Leme.

A ambos escreveu o sátrapa cartas iguais. Era êle e não êles quem devia ser o queixoso, pois achando-se um e outro em sua presença lhe não haviam comunicado o que agora lhe representavam. Informado como se achava estava pronto a lhes dar o apetecido gôsto como de seu inteiro desejo.

Cedera, pois, o delegado régio e nomeara João Leme mestre de campo regente das Minas do Cuiabá! Tal despacho não esperava de certo, Sebastião Fernandes do Rêgo que no íntimo deve ter verberado a fraqueza do Capitão-General, sem contudo desanimar de conduzir o seu plano por meio de outros processos.

Dentro em pouco, e radicalmente, conseguiria modificar a situação.

Deu-se pressa em voltar a S. Paulo, onde imediatamente conferenciou com o governador. De tal conferência deveria resultar a perda dos Lemes. Insinuantíssimo, fêz ver ao sátrapa quanto nomeando João Leme regente e conservando Lourenço Leme na provedoria demonstrara a fraqueza da autoridade. Recuara um delegado d'El-Rei ante a insolência de mero vassalo, receoso de, com êle, abrir conflito. Não se atemorizasse, porém. Garantia-lhe que se os Lemes eram pelos excessos e violências, temidos, inúmeros se contavam os que dêles tinham queixas e agravos.

Nas minas a hostilidade a Falcão angariara-lhes novo e poderoso adversário. Também os contrariaria João Antunes Maciel, por êles agravado, e muitos outros, sequiosos de vingança.

Fácil parece ter sido a Sebastião Fernandes convencer o Capitão-General de que deveria lançar bando proclamando os dois irmãos traidores à Coroa.

Hesitou a princípio, Rodrigo César, quiçá receoso de provocar algum grande conflito, quiçá alguma nova Guerra dos Emboabas.

Foi então que Sebastião lhe sugeriu novo programa de desfôrço.

De Antônio Fernandes de Abreu, um dos assassinados pelos Lemes, restava um filho nas Minas Gerais. Fôsse secretamente chamado, a fim de que responsabilizasse os matadores do pai.

Sequioso por dar lição de mestre àqueles atrevidos vassalos, achando de tôda a conveniência reprimir estrondosamente, aquela nova manifestação dos alevantados paulistas, cego pela cólera, não reparava Rodrigo César no interêsse que Sebastião do Rêgo punha em perder os dois irmãos; quiçá já pensava até em fazer justiça, na praça pública de S. Paulo, para escarmento dos patrícios, como Assumar obrara em Vila Rica com Filipe dos Santos.

Cumpriu-se à risca o plano de Rêgo.

De Minas veio Abreu a dar queixa, não só da morte do pai, como dos mais crimes de seus assassinos.

O processo, instaurado pelo ouvidor-geral, célere caminhou sob o mais completo sigilo.

Expediu Godinho a ordem de prisão dos régulos e fêz vir fôrça de linha da guarnição de Santos.

Como porém fôsem os incriminados poderosos, resolveram as autoridades recorrer aos processos indecorosos da traição.

Pelos meados de setembro, a Itu chegou a tropa destinada à prisão dos Lemes. A ela reforçaram as ordenanças de Sorocaba, de Parnaíba e Itu, pequeno corpo de exército sob a direção suprema de Godinho, que, em pessoa, presidia a perigosa diligência.

A 15 de setembro de 1723 promulgava o Capitão-General o bando de extermínio dos dois régulos, apregoado em S. Paulo e nas vilas da capitania.

Expressiva e pitorescamente relata Pedro Taques os episódios da trágica prisão dos Lemes.

Em Itu e com o maior segrêdo emboscou Sebastião Fernandes a sua tropa; nada transpirou da manobra.

“Apeando-se à porta dos seus, na aparência amigos, João e Lourenço Leme, foi dêles recebido com as demonstrações da alegria que costuma produzir a verdadeira amizade”

Assim lhe ofereceram magníficos banquetes.

Recorreu Sebastião a expediente o mais vergonhoso.

“Acabada a ceia, convidou o sono ao repouso: e quando Rêgo reconheceu o silêncio, dêle se aproveitou para ir ao cabide das armas e descarregá-las como tinha prometido aos oficiais e soldados da sua conduta, para com maior ânimo darem o cêrco na hora destinada”.

De acôrdo com a combinação chegou a sua gente pela madrugada, pondo então em cêrco a casa.

Só a última hora perceberam os dois irmãos a cilada. E reagiram imediata e bravamente.

“Ao estrondo de se arrombarem as portas acordaram e, reconhecendo a traição, puseram a casa totalmente às escuras.

Nela estavam vários escravos e alguns familiares seus e havendo luta entre os que avançavam e os que resistiam, rompeu João Leme o cêrco.

Não menos animoso, conseguiu o irmão escapar.

“Pela porta da rua rompeu Lourenço Leme, também, por entre a multidão. E ambos conseguiram a liberdade, apesar dos muitos disparos contra êles feitos, ficando Lourenço levemente ferido em uma mão”.

Seminus estavam, relata o linhagista, e desta mesma forma, marchando a pé, descalços, tomaram o rumo para Araraitaguaba, onde chegaram ao romper do dia, vencendo uma marcha de cinco léguas” Sanguinolento desfecho tivera o conflito: Ficaram mortos cinco dos seus escravos e prisioneiros sete, e por despojos tôdas as armas, móveis e alfaias da casa”.

“Em Araraitaguaba, puseram-se em armas e mandaram tocar caixas e clarins e passados dias se meteram no mato com todos os sequazes que lhe formavam corpo de armas”.

Começou então feroz caçada, sem tréguas nem piedade.

Às pressas haviam reunido uns vinte e tantos homens fiéis. Dispunham de cavalos e algumas armas. Vinte e tantas canoas possuíam. Se arranjassem remadores internar-se-iam imediatamente no Sertão de onde ninguém os conseguiria desembrenhar. A perfídia dos perseguidores os apanhara desprevenidos.

Atacados de improviso, não tinham também provisões de bôca nem de guerra, e sua gente andava espalhada. Souberam então que o ouvidor à frente de grande escolta vinha atacá-los. Desafiando-o, afixaram cartéis onde se lia: — “Se o ouvidor aqui vier, êste é o caminho”.

Destruiu-lhes Godinho as canoas e dispôs-se a persegui-los.

Foi o reduto dos proscritos atacado vigorosamente, nêle sendo aprisionadas vinte e poucas pessoas armadas, mas os Lemes novamente conseguiram escapar-se, cada qual para o seu rumo.

Estava-lhes cortada a retirada para Cuiabá. Cercados na mata de Araraitaguaba, não era difícil prever que brevemente se veriam presos.

Continuou a perseguição sob a direção infatigável de Godinho. Esporeado por Sebastião do Rêgo, desenvolvia o máximo zêlo.

Mandara vir hábeis devassadores da mata, índios cujo faro passava o dos cães. Um sobretudo, de nome *Cavichi*, escravo dos Lemes, prestava admiráveis serviços.

Afirma A. A. Fonseca, autor ituano, que Sebastião Fernandes subornara êste servo, antigo homem de tôda a confiança dos perseguidos, que agora votava aos amos ódio infernal em virtude de haverem mandado matar vários parentes seus, em Camapoã.

Durava, contudo, essa caçada humana havia vinte e seis dias, quando resolveu João Leme asilar-se no sítio de sua madrinha, à margem do Tietê.

Ficou a velha espavorida, e avisou do que se passava ao ouvidor, que não estava longe daquelas paragens.

Relativamente tranqüilo estava o proscrito, quando viu a casa cercada.

Valoroso, rompeu tal cêrco e lançou-se ao caudaloso Anhembi.

Da barranca deram-lhe uma descarga. “Por oculta providência escreve Pedro Taques não perdeu ali a vida porque todo transpassado de balas passou a nado o rio e saltou em terra da oposta margem, tão esgotado em sangue e desfalecido de fôrças que ali mesmo o prenderam e foi conduzido por grande corpo de guarda para a vila de Itu”.

Trinta dias ainda decorreriam antes que se descobrisse o paradeiro de Lourenço Leme.

Foi afinal pressentido asilado numa casa abandonada.

Partiu uma escolta a sua busca. Ao régulo acompanhava um índio, fiel companheiro daqueles dias terríveis.

Diz Pedro Taques que Lourenço dormia quando os perseguidores o atingiram disparando-lhe a um tempo as escopetas. Ficou morto e o seu cadáver foi conduzido a Itu.

Escrevendo ao Rei, contou-lhe Rodrigo César porém que “não querendo render-se, êle e o índio, a isto os obrigaram dois tiros, dos quais dentro em meia hora perderam a vida”.

Como epílogo desta série de fatos trágicos, narra o linhagista: Foi João Leme da Silva remetido para a Bahia, onde mandou a Relação do Estado (do Brasil) fazer-lhe os autos sumários. E estando as culpas provadas e não alegando êle réu coisa relevante em sua defesa, o condenou à morte e foi degolado em alto cadafalso no ano de 1723.

Narrando os pormenores dêste caso sinistro ao irmão Vice-Rei, dizia-lhe Rodrigo César a 30 de outubro de 1723:

“Nas minas do Cuiabá assistiam dois Irmãos, ou, para melhor dizer duas feras, dadas às tiranias de que usavam, o que se fazia preciso atalhá-las. Aplicou-se-lhes convenientemente o remédio que tamanha distância tornara difícil.”

Depois da narrativa da destruição dos Lemes expendeu Rodrigo César uma série de considerações sôbre os meios de se prestigiar sua autoridade.

Tornava-se indispensável, como já representara a S. Majestade, a presença de uma companhia de Cavalos em São Paulo.

No Brasil vivem todos com a soltura que V. Excia. não ignora “e os Paulistas com mais Liberdade que todos e esta não se destróe com outra couza, que com o poder.”

Foi o procedimento do Capitão-General aprovado e louvado por D. João V.

Grande impressão causou aos povos o desenlace da questão com os Lemes, tanto mais quanto o sátrapa aproveitara o caso para fazer sentir duramente o seu *quero, posso e mando*.

Comenta Pedro Taques: “o grande cabedal de arrôbas de ouro com que do Cuiabá chegaram a S. Paulo os dois infelizes irmãos, até agora (quarenta anos após o trágico fim dos Lemes) se não sabe o seu consumo porque estando entregue a Sebastião Fernandes do Rêgo depois da prisão de um e morte do outro se procedeu o seqüestro, porém jamais se descobriu o consumo dêle”

Dentro em pouco os bens do ladravaz teriam valor superior a oitocentos mil cruzados (320 contos de réis), soma absolutamente imensa para o tempo e o Brasil colonial.

Na Bahia, procuramos, com afinco mas debalde, no Arquivo estadual, papéis relativos a esta questão que tanto apaixonou os paulistas antigos.

Ofereceu-se o insaciável Rêgo a substituir Domingos da Silva Monteiro no Registro do Rio Grande, à sua custa, sem o menor dispêndio da Fazenda Real. *Et pour cause...* Os proventos viriam de outra fonte.

A 6 de agosto de 1725 aprovava D. João V a escolha de Rêgo como substituto de Domingos Monteiro por ser “homem ativo, poderoso e respeitado”

Quanto ao cúmplice do novo Provedor, não tardaria que o Capitão General contra êle rompesse vivíssima campanha perante o Rei.

Procurou Godinho Manso enfrentar o poderoso adversário mas, ao cabo de algum tempo, viu-se perdido ante o volume e a gravidade das denúncias contra êle partidas de todos os cantos de sua Comarca.

Acusaram-no os povos de enorme série de atentados e veio Ouvidor do Rio de Janeiro sindicarem da verdade relativa a êste enorme capítulo de queixas.

Sentindo-se em péssima situação, agiu Godinho do modo mais abjeto implorando a misericórdia de Rodrigo César. Fugiu para as Minas Gerais, lá foi prêso e remetido para Lisboa, por ordem de Vahia Monteiro, o famoso *Onça*, então governador do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO VII

---

*Projetos de Rodrigo César de Meneses de uma jornada ao Cuiabá. Morte de Pascoal Moreira Cabral.*

*Fernando Dias Falcão e João Antunes Maciel.*

*Partida de Rodrigo César. Aprestos de sua monção.*

Penoso como só podia ser, prosseguia o povoamento do Cuiabá. Conta Barbosa de Sá, lamurioso, que 1724 correria com as misérias dos anos antecedentes. Praguejara o milho, como de costume, e ocorreram com a mesma intensidade as doenças de malignas e maleitas. Os que delas escapavam viam-se todos em geral inchados e com caras de defuntos.

A Pascoal Moreira avisou Rodrigo César que pretendia partir para Cuiabá em junho de 1725. Mas já não vivia o grande sertanista. Causar-lhe-ia certamente a maior mágoa ver repelida pelo Rei a sua pretensão justíssima de vir a ser o capitão-mor regente das minas que revelara. O fautor de tal injustiça, como vimos, fôra o próprio Rodrigo César em sua informação a D. João V.

Desapareceu a 10 de novembro de 1724.

Em rápido necrológico fêz-lhe Barbosa de Sá sentido elogio.

Ainda não completara setenta anos o grande desbravador do oeste.

Os dois nomeados de Rodrigo César, regente e superintendente, eram aliás, homens do maior relêvo, pelo passado e o presente.

Foi Fernando Dias Falcão, certamente, das mais notáveis figuras dos primeiros anos do Cuiabá.

Tinha todos os requisitos para chefe daquele ajuntamento de homens bravios.

Silenciam os analistas de Mato Grosso sôbre os últimos anos do tão notável sertanista. Nem lhe citam o milésimo da morte, que Silva Leme diz ter sido em 1738.

A João Antunes Maciel passou Rodrigo César patente elogiosíssima também.

A seu respeito escreveu Pedro Taques (*Nob. I*, 184): Os grandes serviços que êste paulista fêz à real coroa, todos à custa da própria fazenda e riscos da vida, constam no Conselho Ultramarino.

Contava quatro irmãos sertanistas valorosos — Miguel, Gabriel, Antônio e Filipe. Miguel, desapareceria em 1727 a pelejar bravamente com os paiaçuás, e o mesmo fim caberia a Gabriel. Antônio notabili-

zou-se como companheiro de Pascoal Moreira. Como vimos, foi quem trouxe a São Paulo a notícia da descoberta do Cuiabá. Em 1733 escapou de perecer com o irmão às mãos dos paiaguás na Vacaria, onde aliás era “vaqueano”

Filipe, teve na epopéia do Cuiabá lugar menos saliente, embora já estivesse no Coxipó em 1719.

Nascido em São Paulo em 1764, conta-nos Castanho de Almeida, cedo começou João Antunes Maciel a vida aventureira dos sertões.

Nas Minas Gerais fôra guarda-mor das minas do distrito do Rio das Mortes e o primeiro juiz ordinário de S. João d’El-Rei. Durante a Guerra dos Emboabas, tomara armas contra os seus de São Paulo.

É singular que depois de tal atitude não houvesse ficado execrado pelos compatriotas por quem, exacerbados pelo ódio como estavam, não seria estranhável que o matassem. A explicação de tal fato se encontra, talvez, nos termos da patente que em 1721 lhe passou Rodrigo César de Meneses.

Louvando-lhe os serviços, alegou o General que além de dar cumprimento a diversas diligências do real serviço mostrara “o talento e a fidelidade e valor na ocasião em que os paulistas, seus naturais, haviam ido ao Rio das Mortes a expelir os reinóis, querendo fazer-se senhores das Minas”

Colocara-se no reduto emboaba em defesa dos forasteiros, “pelejando contra seus parentes e naturais, não por ter dêles queixa, mas por o obrigarem o zêlo e a fidelidade de que ficassem as Minas na obediência de Sua Majestade.”

“Com a sua grande indústria, persuadira os seus naturais a que desistissem da emprêsa, com o fingir que sôbre êles vinha grande exército, no que fizera grande serviço a Sua Majestade, evitando o dano decorrente da queda das minas em poder dos paulistas. Desde aquêlo tempo haviam elas ficado na obediência do dito Senhor”

Assim os termos desta patente revelam a curiosa atuação de Maciel no sentido de evitar uma batalha campal entre a sua gente, posta entre dois fogos, o do arraial sitiado e o da coluna que marchava de Ouro Preto em socorro dos emboabas do Rio das Mortes.

Pudera, portanto, ao que se deduz, impedir grande efusão de sangue.

Seja como fôr, a atitude singular assumida, não de neutralidade mas sim de hostilidade à sua gente, não prejudicou a João Antunes Maciel entre os seus patrióticos.

Depois dos acontecimentos de 1709, continuou nas Minas uns tantos anos. Talvez dali o haja afastado um dêstes casos de violência a que tanto eram arrastados os homens do Sertão.

Como distribuidor da justiça, conta Barbosa de Sá, agiu “com fôrça”

Em 1726 voltava do Cuiabá a Araraitaguaba como cabo de tropa da monção que trazia os reais quintos.

Morreu durante o percurso. Em 15 dias, o bandeirante, comenta Castanho de Almeida — o fogo sôbre o cadáver à flor da terra consumiu as carnes e lá veio o sertanista pelos caminhos dos rios a dormir o último sono na capela-mor da matriz sorocabana, onde foi recomen-

dado pelo vigário Pedro Domingues a 2 de junho de 1727. Mal vivera 53 anos.

Em 1725 ocorreu o primeiro embate sério entre os invasores e os autóctones do território mato-grossense, os paiaguás, cuja submissão custaria levar-se a cabo. Heróicamente se bateriam, por longos anos, contra os invasores do solo natal.

Constantes e incansáveis na guerra, já haviam aniquilado milhares de espanhóis do Paraguai e os teriam exterminado não fôsem os socorros saídos constantemente de Buenos Aires.

Postos entre dois fogos com o estabelecimento dos paulistas em Cuiabá, cresceu-lhes o valor, tornando-se suas proezas mais freqüentes.

A sua entrada em cena foi, aliás, para os paulistas, a mais trágica.

Assaltaram uma grande monção vinda de Araraitaguaba a que aniquilaram.

Centenas de pessoas foram então trucidadas. Só escaparam um branco e um prêto, recolhidos por outra monção. Arrebataram os índios vinte canoas carregadas.

Imagine-se a terrível impressão causada no núcleo cuiabano por tal incidente verdadeiramente catastrófico!

Ameaçada de corte se achava a única linha de comunicação do Cuiabá com a civilização! Como manter e continuar os trabalhos das lavras? Descreve Barbosa de Sá, pitorescamente, tal impressão:

“Causou esta novidade grande alvoroço nesta povoação (Cuiabá) e não menos sentimento a perda de tantas vidas e fazendas em que poucos havia que não tivessem parte.”

Ninguém sabia que gente seria aquela, tão feroz e poderosa, e onde habitava. Até o seu nome era até então desconhecido. Informavam os índios domésticos que se tratava de gentio de curso sem morada certa, vivendo sôbre as águas e da caça pelo Paraguai e o Pantanal.

Depois dêste desastre, tornava-se natural que se interrompesse o tráfico fluvial. E assim terrível penúria reinou nas minas.

Houve quem desse meia libra de ouro (224 g), por um frasco de sal. Chegou êste a faltar até para os batizados! Para cúmulo da desgraça surgiram duas terríveis pragas: a dos ratos, destruidores de milhares e feijoais, e a dos gafanhotos. O que escapava aos roedores devoravam os ortópteros! E ainda por cima avultavam as aves, incontáveis, de tal modo que se tornou necessário colhêr as espigas de milho ainda verdes.

Tantos os ratos que, além de devorar os mantimentos e as roupas, aos pobres moradores inquietavam de modo a lhes impedir o sono. Apareceu um casal de gatos vendido por uma libra de ouro (459 g!).

Ao mesmo tempo, nuvens imensas de mosquitos invadiram o arraial, dia e noite, a ponto de só haver sossêgo, à noite, sob os mosquiteiros e de dia, com o agitar incessante de abanos e ventarolas.

Ano terrível para os cuiabanos êste de 1725!

Neste mesmo milésimo começou a ser freqüentado o varadouro de Camapoã, descoberto pelos Lemes, abandonando-se o caminho da Va-

caria, afirmam Barbosa de Sá e Costa Siqueira, contestados, aliás, por Diogo Ordonhes.

Os Lemes, embora dos mais abalizados sertanistas, ainda que houvessem pretendido navegar no Coxim não o tinham conseguido. Só em 1728 se facilitaria a navegação deste rio e do Pardo.

Cria que fôsem os primeiros a abandonar a derrota antiga do Anhanduí, da Vacaria e Mboteteú, tomando o Pardo e dirigindo-se ao Coxim. Supunha que, em 1722, houvessem plantado as primeiras roças em Camapoã.

A 10 de outubro de 1725 escrevia o General ao Rei pedindo-lhe instruções sobre a projetada viagem a Cuiabá, em abril ou maio de 1726.

Pelas notícias dali vindas corria tudo muito bem, graças às excelentes decisões que ele tomara para estabelecer o sossêgo.

A contribuição de seis oitavas por escravo bateador estava sendo cobrada com grande êxito como razoável.

Mineiros e povoadores mostravam-se excelentes vassallos de Sua Majestade.

Com o refôrço que levaria em sua monção esperava que a população do Cuiabá se elavasse a sete mil almas.

O caminho terrestre — facilitando a entrada de gado e cavalgaduras — ainda tornaria mais fácil a vida dos mineradores.

Reiterando os elogios a si próprio dizia contudo o sátrapa ao soberano, que os paulistas realizavam feitos extraordinários, em prol do real serviço, gastando o pouco que tinham e arriscando a vida a fim de mostrarem a lealdade de vassallos.

Se não partira na monção de 1725 devia-o ao receio de deixar desenfreado o ouvidor Godinho Manso, tanto mais quanto as câmaras de São Paulo e das vilas da capitania pediam instantemente que não as largasse entregues ao arbítrio do péssimo juiz.

Pela carta régia de 6 de agosto de 1725 reiterou D. João V a Rodrigo César a conveniência de sua ida a Cuiabá. Quando partisse, levasse em sua companhia o ex-ouvidor de São Paulo, Dr. Rafael Pires Pardinho, ou o de Paranaguá, Dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto.

Logo depois, a 27 de setembro, acusava o monarca o recebimento da notícia da remessa das três arrôbas e cem oitavas dos quintos cuiabanos (44.414 g).

Estava esgotado o triênio do governo de Rodrigo César e o Senado da Câmara de São Paulo, a 27 de outubro de 1725, dirigia-se ao Rei pedindo-lhe que lhe dilatasse o período governamental. Alegou o grande e recente triunfo do seu delegado régio: o da descoberta do jazigo goiano do qual se contavam e esperavam maravilhas.

Um mês antes representara o mesmo Senado da Câmara a Rodrigo César reclamando contra as recentes disposições régias a respeito do "gentio pardo". Pedia-lhe a interferência junto ao monarca para que fôsem revogadas.

A tal propósito recordou o consenso unânime dos paulistas e os seus direitos a administrarem os índios.

Haviam os seus já longínquos antepassados fundado a mais antiga capitania do Brasil — a de São Vicente; tinham conquistado tôda a gentildade bárbara e indômita das capitanias fronteiras à sua, à custa de muito trabalho e de suas vidas, pela costa do Mar e o interior dos Sertões, talados em grandes distâncias.

Por sua inteligência se haviam realizado tais conquistas, povoando-se terras do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e, finalmente, outras, com grande fruto para o serviço de Deus e de Sua Majestade.

Graças a êles muitos milhares de almas tinham deixado a selva para viverem com regime, trato católico e melhor conhecimento das leis humanas e divinas.

Destruíra-se a barbaridade gentílica para se alcançar a segurança do povoamento; descobriram-se as ricas minas de ouro das quais tanto aproveitavam todo o Estado do Brasil e o próprio Reino de Portugal.

Ora, as expedições ao Sertão, sem o concurso do gentio pardo, fracassariam. Seria impossível a realização de novas descobertas do ouro, pois era êle o único que sabia cruzar o Sertão e talá-lo, navegar-lhe os rios e o único que nas brenhas estava em condições de indicar quanto poderia servir de alimento aos sertanistas.

Como, pois, acabar com a administração dêsse gentio, quando os paulistas tanto haviam recentemente obrado no Cuiabá e quando acabavam de voltar triunfantes os descobridores dos Guaiases, passados quatro anos dos maiores sacrifícios e privações?

Segundo e terrível assalto haviam dado os paiaguás a outra monção subindo para Cuiabá. Ocorreu o encontro no rio Paraguai e no combate então travado cobriram-se de glória dois ituanos — Miguel Antunes Maciel e Antônio Antunes Lôbo. Bateram-se do modo mais heróico, valendo-se, a princípio, das armas de fogo e depois das espadas.

Perdidos os companheiros e remeiros, mantiveram a peleja matando e ferindo muitos bárbaros até venderem a vida a trôco das multas que tiraram.

Apesar das más notícias da fome, peste e assaltos dos paiaguás, era preciso partir, e Rodrigo César anunciou que o faria em julho de 1726.

A 13 de junho despedia-se dos oficiais do Senado da Câmara de São Paulo.

Mandara El-Rei que passasse às minas, e a sua obediência não podia resistir à ordem soberana.

Tinha, por fim, a sua missão, não só estabelecer as novas minas, como conquistar o gentio bárbaro que as infestava. Esperava, firmemente, dilatar os domínios da Coroa de Portugal e presidir à descoberta de novos tesouros.

Seguia confiante por ter como conmpañheiros de jornada os leis vassalos paulistas que, para esta como a outras emprêsas, lhes sobrava valor, préstimo e fidelidade e de cujas virtudes a experiência já mostrara aquêles efeitos graças aos quais já haviam adquirido tanta glória para poder ilustrar a sua pátria de tal sorte que causavam emulação a todo o mundo”.

No mesmo dia em que recebeu a atenciosa despedida, contestou o Senado no tom mais laudatório que imaginar se pode.

Sua Excelência, coluna da Real Coroa, ia estabelecer mais um base para o aumento do poderio de Sua Majestade e a glória dos seus vassallos.

Mas forçoso se tornava confessar que, como todo o povo paulista aliás, chorava o Senado a ausência de alguém de cuja presença auferia o maior bem, "pai que educava, amigo que aconselhava, senhor que regia com brandura, facilidade e amor".

"Com a partida de V. Excia. ficamos órfãos!" (sic!).

A 8 de maio de 1726 convocara Rodrigo em Palácio os oficiais da câmara paulistana a fim de que deliberassem sobre grave caso.

Querira Sua Majestade saber se convinha ou não a abertura de um caminho das Minas Gerais ao Cuiabá. Numerosos repúblicos do maior prole acompanharam à sua presença os nobres senadores.

Foi a resposta categórica e unânime: não!

Verdadeira explosão de mágoa e revolta ocorreu, então, fruto das reminiscências recentes da Guerra dos Emboabas.

Tal empresa traria a perturbação dos Naturais Paulistas descobridores do Cuiabá que ali haviam ido buscar a quietude para melhor se livrarem daqueles que os destruíram com levantamentos nas Minas Gerais, havia poucos anos. Isto quando aquêles mesmos paulistas, e com tamanho denodo, desvelo e à custa de suas fazendas e riscos de vida, haviam entrado a buscar novas minas em diferentes campanhas e em larga distância pelo sertão a dentro, abandonando as Minas Gerais já por êles povoadas. Mas uma vez tinham demonstrado ao seu soberano serem de seus vassallos os únicos em quem se encontrava o préstimo e a atividade exigidas dos descobridores.

Partiu Rodrigo César de S. Paulo a 6 de julho de 1726. A 16 embarcava em Araraitaguaba.

Interessante depoimento é o do próprio Rodrigo César sobre os aprestos de sua monção embarcada em 23 canoas de dois tipos. Custaram nove, 60\$ cada uma; e as demais, 50\$.

O piloto-mor venceu pela viagem 115\$000; cinco outros cem mil réis cada um. Três outros menos importantes foram pagos apenas a quarenta e oito.

Como viveres e apetrechos embarcaram-se na monção generalícia sobretudo feijão, farinha de mandioca, milho, farinha de trigo, peixe sêco, açúcar, azeite, vinho, aguardente, sal, queijos, marmelada, fumo, manteiga, vinagre, biscoitos, chocolate, chumbo, encerados, aniagens.

O aparelhamento da monção reuniu ao largar da penedia do Parredão demandara 2:665\$420 réis.

Mas foi preciso, em caminho, adquirir mantimentos de quatro moradores em Camapuã, no Taquari, no Registro e no rio Cuiabá, dependendo-se um total de 1 475 oitavas 2:212\$500 réis.

De modo que as despesas totais da monção importaram em 6:478\$920 réis, enorme para a época, ou fôssem 4 990 oitavas ou ainda uns 17,5 quilos de ouro.

Em Araraitaguaba gastou o general com os oito índios de sua guarda: em roupas, 75\$000; em armas (para cinco) 35\$000, e em dinheiro para os pobres homens 48\$000.

Andavam El-Rei, e os seus conselheiros ultramarinos, muito perplexos em relação à política de viação para as novas minas. A 25 de janeiro de 1725 indagavam de Rodrigo César qual das três vias de acesso ao Cuiabá seria realmente mais praticável: a de Santos, São Paulo, Araraitaguaba e os rios, ou as que saíam do Rio de Janeiro, o Caminho Novo ou o Caminho Velho das Minas Gerais. Belos consultores geográficos assistiam com as suas luzes os senhores conselheiros do Conselho Ultramarino de Sua Majestade!

A 12 de abril de 1725 escrevia Rodrigo César de Meneses carta enérgica a seu colega de Minas Gerais, Dom Lourenço de Almeida, por lhe constar que persistia em abrir caminho das Minas Gerais ao Cuiabá.

Protestava contra tal emprêsa e responsabilizava-o pelos prejuízos daí decorrentes à Real Fazenda, comunicando-lhe que aliás Sua Majestade *in totum* aprovava a sua atitude.

Logo depois ao Vice-Rei queixava-se, e muito, de D. Lourenço. Insistia em proclamar que as Minas do Cuiabá eram fabulosas, injuriando os paulistas com palavras ignominiosas.

Erá claro o seu intento de incutir o desânimo entre os injuriados, tentando anular os resultados que o governador de São Paulo vinha alcançando. Vendô, porém, o fracasso de seus ardis, mudara de tática. Pretendia agora perturbar a exploração das novas minas, querendo abrir a estrada de Pitangui a Cuiabá. Pretendia o governador mineiro tornar-se o benfeitor dos descaminhadores dos reais quintos!

A 20 de outubro reiterava Rodrigo César a D. João V seus pontos de vista, pedindo instante que o monarca não deixasse abrir-se tal via. Nem para Goiás.

E a tal propósito expendia o seguinte e curioso conceito: “Não parece justo que depois de terem tido tanto trabalho, perda da fazenda e vidas, os paulistas naquele descobrimento expêrimentem o que nas Minas Gerais se lhes fêz, cuja ferida ainda lhes parece verter sangue, quando do golpe ainda se lembram “precioso depoimento relativo ao ressentimento provindo da Guerra dos Emboabas.

Insistiu, porém, o Governador mineiro na estrada Pitangui-Goiás-Cuiabá, invadindo território que não governava. Levou esta pertinácia Rodrigo César a voltar à real presença a 10 de maio de 1726 agastado.

Alegara D. Lourenço ao monarca que o estabelecimento da estrada era coisa muito fácil e Rodrigo lhe rebateu as asserções.

Além de se preparar magnífico meio para o descaminho dos quintos bem sabia o contestado que a emprêsa não se mostrava viável como apregoava. Os sertanistas a quem a propusera, não pensavam assim.

Um dos concorrentes lhe pedira cinqüenta arrôbas de ouro.

Um segundo, mais franco, e inclinado à facécia desabusada, declarou aceitar a incumbência se lhe pusessem à disposição uma estrêla como a dos Santos Reis Magos! ...

Os melhores sertanistas conhecedores daqueles imensos espaços e os povos achavam o projeto absurdo.

A 28 de dezembro de 1725 haviam-se reunido em junta as autoridades do Arraial do Senhor Bom Jesus, e mais pessoas principais das suas minas, convocadas pelo Capitão-mor Regente.

Lembrou Falcão que todos os vassallos eram obrigados a pagar a Sua Majestade o quinto do que se tirasse das minas. Mas o Rei usando da real grandeza se satisfaria com uma contribuição voluntária dos povos. Devia pois a assembléia assentar qual a melhor forma para tal cobrança.

Estabeleceu-se então a seguinte tabela: por escravo antigo pagaria o dono seis oitavas, fôsse ele carijó ou tapanhuno; por cabeça de escravo, novamente introduzido no arraial, quatro, por carga de secos oito, pela de molhados cinco, por cabeça de gado três; os cativos quando “fôssem de oficiais e forros” pagariam 32 oitavas. As pessoas contratantes e os negros forros “de manejo” seriam tributados em seis oitavas.

Diz Barbosa de Sá que o autor desta tabela excessivamente onerosa para os povos foi Jacinto Barbosa Lopes.

Não se tornou possível porém realizar tal cobrança: no prazo marcado afirmavam Falcão, Maciel, Godói Moreira e Barbosa Lopes, por haver falta de água para os serviços de mineração e o plantio das roças de que fôra necessário fazer três sementeiras, em virtude da tremenda sêca. Nem seriam exequíveis execuções fiscais para o pagamento dos quintos dada a penúria do arraial.

A primeiro de fevereiro imediato comunicava Lopes a Rodrigo César que em 1725 haviam chegado ao Cuiabá 375 africanos.

## CAPÍTULO VIII

---

*Chegada de Rodrigo César.  
Elevação do arraial bandeirante a Vila Real do  
Bom Jesus do Cuiabá.  
O que era êle em 1727.  
Providências do Capitão-General.  
Regresso de Rodrigo César.  
Seu substituto.*

A 15 de novembro de 1726 desembarcou Rodrigo César de Meneses no pôrto geral do Arraial do Bom Jesus.

Festivamente o recebeu a população cuiabana. Fizeram-se-lhe festas como o tempo e o lugar permitiam, narra o singelo Joseph Barbosa de Sá.

Anunciou imediatamente que iria elevar o arraial bandeirante a vila sob o título de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Contava êle 148 fogos dos quais alguns cobertos de telhas.

No dia dô Ano Bom de 1727 surgia a nova vila, mandando o general levantar o símbolo consagrado das municipalidades — o pelourinho — presente grande concurso de povo que “em repetidas vêzes bradava: “Viva a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá!” — narra-nos o bom advogado provisionado, autor da *Relação*.

Dos seis oficiais da primeira Câmara quatro eram paulistas e dois portuguezes casados com paulistas. Assim se procurava, do melhor modo, respeitar os melindres dos povoadores.

Dois bandeirantes de larga nomeada Rodrigo Bicudo Chassim e Antônio de Almeida Lara nela figuravam.

Em Cuiabá e em fins de 1727, qualquer casebre, por miserável que fôsse, coberto de capim, não custava ali menos de 400 ou 500 oitavas; quando com alguns cômodos mais, chegava a valer setecentas.

Mas, dois anos mais tarde, enorme baixa sofreriam êstes preços, depreciados de noventa por cento! E muitos foram abandonados. O mesmo succedeu às roças, mas em muito maior, em calamitosa escala, sofrendo depreciações superiores a 95 por cento!

Foram negociadas a cinqüenta e cem oitavas pelos donos que, em grande número, se retiravam para o Rio de Povoado (o Tietê) e terras de São Paulo.

Fora da vila havia três únicos arraiais — Ribeirão, Conceição e Jacéf. Em suas vizinhanças ocorriam boas manchas mas escassas, encer-

rando folhetas de ouro grosso. Em Coxipó, a três ou quatro léguas de Jacei, ainda trabalhavam mineradores.

A nove léguas estavam os Cocais com algumas faisqueiras pobres. Nelas assistiam dois ou três mineiros, havendo-se muitos outros retirado, desanimados.

Entre 1727 e 1730, depõe Cabral Camelo, os negros bons davam em Cuiabá, de jornal, doze vinténs (1, 344 g) e meia oitava (1,80 g) o que era muito pouco.

E havia quem fôsse menos favorecido no encontro do metal.

E como tanto acontecia em indústria tão aleatória, muitos nada achavam. Enorme a desilusão de muitos mineradores.

Em 1727, pormenoriza Camelo, só havia um engenho, mas já em 1730 eram cinco. Gaba o autor da *Notícia Prática* a fertilidade das terras cuiabanas, ótimas para a criação de porcos, galinhas e cabras. E também para cavalos, se nelas houvesse éguas. Trouxera sua monção umas poucas novilhas.

Conta João Severiano da Fonseca, na *Viagem ao redor do Brasil*, que os primeiros bovinos chegados ao Cuiabá lá apareceram em 1729, conduzidos pela picada entre Vila Boa e Cuiabá. Mas não o documenta.

A condução de animais maiores era, aliás, muito trabalhosa, recorda Pedro Taques a falar dos cavalos importados por Antônio de Almeida Lara em monções “por preços exorbitantes”.

Chegando a Cuiabá encontrou Rodrigo César a Antônio Borrvalho de Almada e disposto a uma expedição tendente a explorar as cabeceiras do Rio dos Porrudos em pesquisa de jazigos auríferos e com o intuito de descer gentio de paz.

Recebeu a aquiescência do General a tal projeto.

Indagasse o bandeirante dos gentios se já se haviam avistado com brancos. Se acaso se desse o encontro da sua tropa com outra de Goiás mandasse que um de seus bandeirantes viesse ter a Cuiabá à presença dêle, General.

A 7 de março de 1727 lançou Rodrigo César bando sôbre os descobrimentos a serem realizados.

Passara ao Cuiabá procurando o aumento do real serviço, e para destruir o gentio que infestava as minas.

Mas o seu principal desvêlo era mandar proceder a novos descobrimentos auríferos a bem dos aumentos da Fazenda Real e dos vassallos de Sua Majestade.

Viviam, naquelas Minas certos indivíduos pouco tementes a Deus e ao seu Monarca, a escarnecer das ordens do seu Capitão General e impedir as emprêsas que êste determinava.

Faziam jus a grande e justo castigo. Assim, quem soubesse dos fatalórios e manobras dêstes súditos díscolos, ficava autorizado a denunciá-los, em segrêdo, a êle, Governador, ou ao Ouvidor-Geral da Comarca.

Auferiria de prêmio cinqüenta oitavas de ouro, contanto que a denúncia fôsse procedente. Os mais vassallos, êstes receberiam a justa paga do procedimento indigno como perturbadores das diligências do real serviço.

Novo bando, o de 13 de abril, completou este primeiro, acenando aos pesquisadores de novos jazigos com a possibilidade de nomeação da guardamoria do descobrimento e da concessão de um hábito de qualquer das três ordens militares do Reino, com a tença anual de 50\$000 réis.

Os achados que ocorreram durante a permanência de Rodrigo foram, porém, muito mediócras.

Aportando à vila, impressionou-o e muito o que lhe contaram sobre a receptação do furto do ouro das lavras pelos escravos. Vendiam até folhetas a mercadores, taberneiros, negros e negras forras. Queixavam-se imenso os senhores das datas e o Capitão-General baixou severíssimo bando, proibindo tais compras e vendas.

Arriscavam-se os compradores a seis meses de cadeia com ferros aos pés. E os vendedores a nada menos de quatrocentas chibatadas aplicadas em público. Além disto, perderiam os receptadores o ouro furtado, pagando outro tanto de multa à Fazenda Real, finta da qual um terço caberia aos denunciantes. Além de tudo, quando fôsem negros e negras fôrras, seriam deportados, para sempre, das minas.

Declarou o General saber que muitos dos míseros escravos furtavam os senhores e administradores como represália a maus tratos. Assim, pois, agissem estes maus donos e feitores mais humanamente, assistindo aos servos com o mantimento e vestuário necessários, sob pena de sentirem severa intervenção do seu Governador.

Cruel devia ser o espetáculo oferecido pela vida do arraial consagrado ao Senhor Bom Jesus, centro de inauditas violências praticadas contra os míseros africanos e autóctones descidos dos sertões.

Para alimentar o *statu quo* da imposição férrea da disciplina do trabalho, baixou Rodrigo César diversos bandos.

A primeira destas proclamações referia-se a escravos fugidos e a seus acoutadores. A estes se acenava com seis meses de prisão e a enorme multa de duzentas oitavas por escravo aquilombado. Aos escapos ao cativoiro, com quarenta açoutes. A ausência de denúncia por parte dos moradores correspondia a grave falta.

Segundo bando completava o primeiro.

Proibia expressamente aos bastardos e índios deixarem as casas dos seus administradores. Dois os motivos de tal proibição. Seria injusto tirar estes homens do poder daqueles que os haviam trazido das breñas do Sertão ao grêmio da Igreja e causaria o maior prejuízo à Fazenda Real o afastamento de quem tão útil se mostrava para os descobrimentos do ouro.

A isto se seguiu outra proibição: às negras de tabuleiro se arriscavam a açoites acaso pilhadas no âmbito das lavras auríferas sob o pretexto de venderem aos mineradores comida, o que os levava a faltar com o jornal devido aos donos e depois à fuga, receosos de castigo, quando descobertos em falta. Além da surra se applicaria a multa de sessenta mil réis ao senhor da contraventora.

Continuavam porém as escapulas de escravos e Rodrigo baixou regimento para os capitães de mato.

Tremendas penas se acenaram aos negros cativos e forros que trouxessem armas proibidas e ainda usassem de capotes para disfarçar o porte de tais armas.

Proibiu Rodrigo ainda a venda de escravos índios recém-descidos do Sertão “por ser a liberdade tão inestimável e ser preciso, por direito natural, conservarem-se todos os índios dos sertões do Brasil sem a sujeição do cativo”. Depois dêste intróito de deliciosa hipocrisia, lembrou que isto era o que desejava e mandava Sua Majestade.

Uma das maiores queixas dos cobradores dos quintos visava os ouzivas, acusados de promoverem largo descaminho do tributo.

Ordenou Rodrigo César peremptoriamente a quantos destes artífices tinham tenda no Cuiabá que as fechassem e cuidassem de outro officio.

Atentíssimo aos interesses do fisco, proibiu as execuções de dívidas particulares quando os devedores estivessem em atraso de pagamento dos reais quintos.

Nomeou seu substituto o Senado da Câmara do Cuiabá, *in solidum*, por officio cheio de cumprimentos e louvores.

Em retribuição, escreveram-lhe os nobres senadores a mais laudatória carta em termos da mais transbordante gratidão. A Sua Majestade haveriam de tornar presente quanto S. Excia. era dígno da real atenção.

Como soubera aumentar a real fazenda e arrecadá-la com pureza!

Expusera a vida na digressão a tão áspero e longínquo sertão, conservando as minas em sossêgo, tudo se devendo à sua “prudência, zêlo, isenção e limpeza e a grandeza de sua pureza”.

É de tal modo louvaminheiro êste documento que a sua leitura se torna desagradável. No meio de verdades surgem os conceitos visivelmente atentatórios da realidade dos fatos.

Não somos dos que analisando o govêrno de Rodrigo César de Meneses, o tenham como desonesto em matéria financeira.

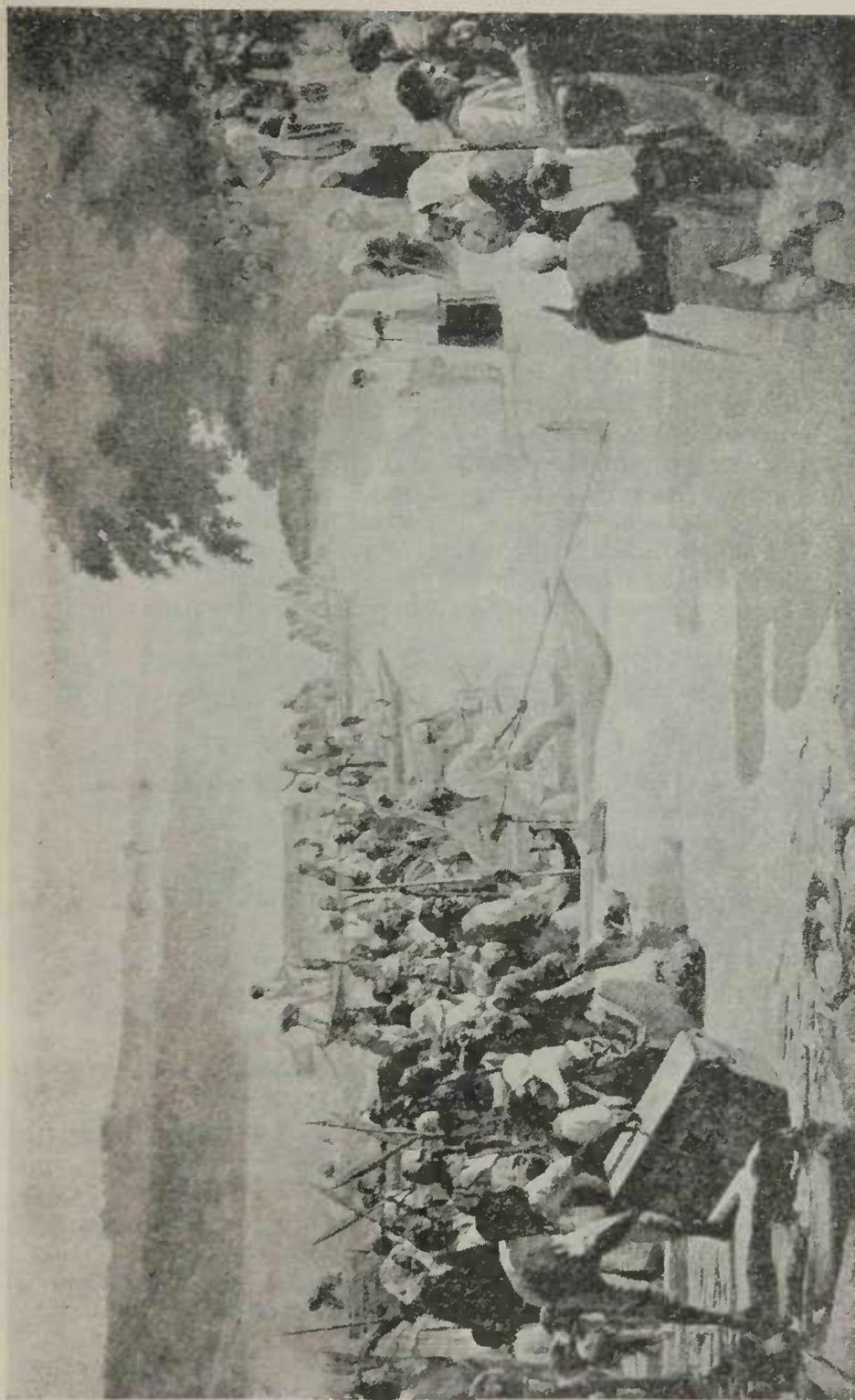
“Vai destas Minas pobre e empenhado” — afirma a certidão. “Dependeu da sua fazenda para compor as partes com a maior limpeza de mãos. Cobrou e remeteu a Sua Majestade tudo o que lhe pertencia, com tôda a pureza.”

A ida a Cuiabá impusera-lhe grandes sacrifícios. Lá chegara desfigurado, com perdas consideráveis da bagagem. Afrontara o sertão “longevo, áspero, desabrido e quase intraçável”, expondo-se a contínuos riscos de vida. Em Cuiabá sofrera a carestia da terra, jámais se valendo da posição para “haver o necessário por melhores preços”.

Deixando os cuiabanos ficavam êstes a “lamentar o seu bom Governador, pai para a correção, amigos para os conselhos”.

Tal a atestação dos méritos de Rodrigo César de Meneses, a que assinaram os cinco officiais da Câmara de Vila Real do Senhor Bom Jesus, solenemente.

A 5 de junho de 1728 partia Rodrigo César de Meneses para a longa viagem de regresso a povoado, onde a chegada lhe traria o mais extraordinário dissabor.



A Partida da Monção.  
Quadro de J. F. de Almeida Júnior — Galeria do Museu Paulista.

Meses mais tarde, relatando o que fôra a jornada ao Cuiabá, começou Rodrigo César por alegar ao Rei que viajara mau grado os protestos das câmaras e povos da sua capitania, que temiam pela sua sorte. Partira com os olhos fitos nas conveniências do real serviço.

Apenas instalara a vila do Bom Jesus, percebera que antes de qualquer coisa era preciso desafogá-la da multidão do gentio bárbaro vizinho, sobretudo de certa nação antropófaga, gulosa da carne de africanos e brancos. Recusava-se à voz da paz e assim mandara atacá-la quando lhe fizera saber que recusava presentes de facas e fumo.

Também, depois de perderem quarenta e tantos homens mortos, haviam-se rendido, sendo, então, distribuídos como escravos pelos triunfadores.

Sempre por iniciativa sua, descobrira-se novo jazigo, a três dias de Cuiabá, e jazigo de boas perspectivas.

Mostrava-se entusiasmado com as “grandezas” do descoberto.

Apesar da enorme seca tiravam os negros, de jornal, uma oitava e três quartas e, no mínimo, meia oitava. E quando menos se esperava, apareciam folhetas de 400 e até 700 oitavas (1,424 kg e 2,492 kg).

A sua monção trouxera 308 canoas e mais de três mil pessoas. Três mil entre brancos e pretos tinham chegado a Cuiabá, havendo muita gente fugido e perecido pelo percurso, em naufrágios nas cachoeiras e corredeiras.

Muita carga também se perdera com as canoas, inclusive em uma de propriedade dêle, Capitão General, carregada de gêneros do Reino, parte de sua copa e roupa.

Ao Cuiabá flagelava, então, extraordinária seca. Lá não chovia havia dois anos. O sol crestava as sementeiras de dois e três plantios.

Daí provinha estarem muito diminutos os novos descobrimentos. Com a sua chegada se haviam realentado os ânimos.

Declarava-se Rodrigo muito abatido pelos achaques de saúde e a longa ausência de sua casa, prazo que já correspondia a sete anos. Assim, pedia a Sua Majestade lhe desse sucessor.

Como prova do zelo pela Real Fazenda, noticiava a partida para o Rio de Janeiro, em embarque na frota de 1727, de dez e meia arrôbas e 389 e meia oitavas de ouro, procedentes dos reais quintos cuiabanos (184 690,21 g).

E com esta deliciosa surpresa para Sua Majestade e hábil trunfo para o seu jôgo, encerrou o Capitão-General o longo relato.

Na véspera, representara ao Rei que encontrara imensa carestia nas minas, onde os alqueires de farinha e de feijão se negociavam a trinta mil réis e o de milho a vinte e dois! Custaria o litro de farinha, portanto, quase mil réis, o que se representaria hoje trezentas vezes mais. Situação de verdadeira miséria, de esfomeamento.

À vista do que ocorria, solicitou o General que o Rei lhe dobrasse os vencimentos, que lhe seriam pagos “a oitavas por melhor”, visto como no Cuiabá não corriam moedas.

Diz Barbosa de Sá que, apenas chegados ao Cuiabá, Rodrigo César e seu séqüito “entraram a justicar, a fazer o seu ofício, e o General a

fazer consultas para a guerra contra os paiaguás, consultas que se resolveram em vento, em vapor, em nada.”

A guerra então declarada fêz-se aos pobres vassallos, por intermédio do novo Provedor da Real Fazenda, Jacinto Barbosa Lopes, que se mostrou inexorável na cobrança dos quintos.

Naturalmente cumpria estritas, imperiosas ordens.

Comenta Virgílio Correia Filho:

“O governador não reparava nas conseqüências econômicas dos seus atos, mediante os quais pretendia recomendar-se às mercês régias. Desde que avultasse a arrecadação, estaria satisfeito com o êxito das providências com que ideara constringir a iniciativa dos sertanejos e do mesmo passo coibir-lhes os abusos costumeiros.”

A quanto montaria o número dos escravos mineradores?

Achavam-se registrados 2 607, a maioria dos quais a cata do ouro reclamava para esfalfantes tarefas.

Nem todos dariam resultados compensadores aos donos, à vista da tributação excessiva, riscos de viagem e concentração de exploradores atraídos pelas fartas colheitas de início.

Mas o Capitão-General decidira provar que a indústria mineira em Cuiabá era capaz de concorrer para os cofres reais com estonteantes quantias.

Dos emigrados ao Cuiabá regressariam muitos a S. Paulo, desiludidos com o lógro que lhes pregara a miragem do enriquecimento fácil como Cabral Camelo e seus companheiros de infortúnio.

Outros, mais afoitos, não se reconheciam vencidos, e arrostavam novas dificuldades, sertões a dentro.

Agindo o fisco régio com semelhante rigor num núcleo reduzido de população, acabava por proceder como o dono da famosa galinha de ovos de ouro.

Enfim tudo era gemer e chorar e morrer, escreve Costa Siqueira.

Tal a avidez do fisco que chegando uma monção iam recebê-la os oficiais da Fazenda Real à barra do Cuiabá acompanhados de tropas, exigindo os direitos relativos às mercadorias importadas.

Acaso não fôsem logo satisfeitos e cobrissem os salários dos exatores eram logo postas em hasta pública.

Atingiram os despropósitos tal ponto que chegaram muitos “a entregar as carregações que traziam e por barato se verem livres delas por não incorrerem em mais penas”. “Foram estas as ajudas de custo em que se estabeleceram estas novas conquistas do Brasil” escreve Barbosa de Sá a ironizar amargamente.

Terrível o panorama do Cuiabá neste ano de 1727, relata o cronista, pateticamente.

Execuções e mais execuções para o pagamento dos direitos de entrada, díizimos dos frutos e quintos reais; excomunhões em barda, “bastava não ser alguém inimigo declarado do Ouvidor para se ver por elas ameaçado.”

“Viú-se o povo tão aterrado que despejaram muitos a povoação, fizeram viagem para São Paulo, deixando casas, sítios, roças, lavras e o

mais que não podiam carregar, por fugirem de tantos males e pelas barrancas dos rios e pousos ficaram mortos aos montões.”

Em principios de 1728, a tal ponto chegou a situação de desespero entre os cuiabanos que pensaram em abandonar em massa a sua vila, voltando uns a São Paulo e indo outros para Goiás, de cujas riquezas chegavam constantes notícias.

Faziam-se consultas secretas em que todos entravam conformes neste parecer dispostos a tudo deixar, informa Barbosa.

Partiram mais de mil pessoas, das quais morreram muitas pelos pousos e barrancas dos rios nas mãos dos índios.

Mas Rodrigo César conseguiu o que lhe era o intuito principal da jornada — mandar ouro dos quintos, abundante.

Corriam mundo fabulosas exagerações, dizendo-se que no Cuiabá serviam os granetes auríferos, de chumbo, nas espingardas dos caçadores de veados.

Havia pouco mais de ano que Rodrigo César de Menezes se ausentara de São Paulo quando do govêrno da capitania se empossara a 15 de agosto de 1727 o novo Capitão General Antônio da Silva Caldeira Pimentel, cuja jurisdição se estenderia até à margem esquerda do Paraná.

Sua primeira missão devia ser o estabelecimento imediato da casa da fundição de São Paulo para o ouro das novas minas do Cuiabá e dos Goiaes.

Chegado à sua capital, não tardaria que se acompadrasse com Sebastião Fernandes do Rêgo. Principiava êste, agora, a renovar os processos da incansável e arguta paciência para nova emprêsa de que esperava o mais rendoso êxito.

Com verdadeira violência exprime-se Barbosa de Sá sôbre a saída de Rodrigo César.

“Com a sua partida tudo melhorou. Cessaram as excomunhões, execuções, lágrimas, gemidos, pragas, enredos e miscelâneas. Apareceu logo ouro, produziram os mantimentos, melhoraram os enfermos.”

## CAPÍTULO IX

---

### *Medidas contra os paiaguás.*

#### *O espantoso caso dos quintos transformados em chumbo.*

**I**mpressionado com as agressões de paiaguás e guaicurus, ordenara Rodrigo César, a 10 de fevereiro de 1728, que o Ouvidor-Geral da Comarca abrisse devassa acêrca do "gentio que tinha feito mortes e a mão armada impedia a freqüentação das Minas, matando os viandantes sem mais causa do que dar largas à sua barbaridade".

Verdadeira chacina praticara a nação dos paiaguases, infestadora do Taquari, Paraguai e Porrudos e aliada dos Cavaleiros, ou Aicorus, "o gentio mais bárbaro e feroz do Brasil, até então conhecido"

A 18 de março de 1728 expunha Rodrigo César a D. João V o que haviam sido os seus últimos atos governamentais em Cuiabá.

Encareceu muito que conseguira alcançar dos mineradores lhe passem sete oitavas por batéia em lugar das primitivas seis!

Redundara isto numa grande elevação dos quintos de 1728, que deviam montar a mais de treze arrôbas.

Mandara seu sucessor avisar que deviam aliviar-se as contribuições relativas a fazendas e escravos, notícia que muito alvortara os povos, e decisão que êle condenara. Haviam os moradores recorrido à Câmara de Cuiabá pedindo que lhe representasse sôbre o caso.

Mas êle, César, mostrara-se inabalável.

Chegara a S. Paulo pobre e dali saía mais pobre, e ainda por cima endividado.

Apesar da situação de superioridade que o separava do ouvidor Cunha Lobo, seu inimigo, não deixava de o temer. Escreveu ao rei a lhe explicar que o juiz vivia a difamá-lo atrocemente.

Interessante é que temia a possibilidade de vir Lôbo a funcionar no processo da residência que acaso se lhe tirasse ao findar o prazo de govêrno!

Pior, porém, se tal incumbência coubesse ao Ouvidor Godinho Manso! confienciava ao monarca.

Singular temor êste de um Capitão-General Governador! Inspirá-lo-ia o conhecimento dos tortuosos processos cortesãos?

Não recearia a intervenção de algum Infante D. Francisco, de insaciável cupidez e absoluta inescrupulosidade, verdadeira potência política, que ainda havia pouco fôra o patrono eficaz de Manuel Nunes Viana?

Foi Cunha Lobo demitido mau grado o protegesse o novo Capitão-General Caldeira Pimentel, unha e carne com Sebastião Fernandes,

cujos “diabólicos enredos” preparavam novo e formidável golpe de audácia, agora não mais contra bens de particulares, mas contra os cofres régios.

Singular escolha fizera o monarca de tal substituto, obedecendo a algum cambalacho cortesão.

Quem era êste Antônio da Silva Caldeira Pimentel, “filho espúrio de um cônego como dêle afiançou Pedro Taques, incluído, portanto, na categoria dos indivíduos de quem diz a clássica frase: “*ex illicito et damnato coitu genitus*”?

Quem teria despachado a São Paulo êste anônimo personagem, tão altamente aquinhoado em recompensa de serviços inexistentes?

É o que não sabemos de todo aclarar.

A 11 de março de 1728, escreveu Rodrigo César ao Rei participando-lhe que lhe chegara a notícia da nomeação de seu substituto já empossado em São Paulo.

Esgotara-se o seu prazo de permanência no Sertão, mas êle não podia partir. Precisava esperar a época de monção por causa da cheia dos rios e ir bem escoltado por grande número de canoas em virtude dos ataques dos ferocíssimos paiguás.

Observa Piza que esta história de canibalismo êle a inventara para ainda mais encarecer ao Rei os serviços.

Apesar de todos os riscos e sacrifícios impostos aos que pretendiam emigrar para o Cuiabá e Goiás, continuava o afluxo dos indivíduos desvairados pela miragem do ouro.

Em julho de 1729 representava a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo a Caldeira Pimentel que a cidade se achava invadida por verdadeira multidão de forasteiros atraídos pelo chamariz das minas. E muitos dêstes ádvenas em verdadeiro estado de miséria. Não sabia a Irmandade como socorrê-los, achando-se o seu hospital na maior penúria de elementos e a sua própria igreja arruinada.

Mau grado os constantes perigos da vida atormentada por contínuo sobressalto e alarma, ao longo dos rios do percurso das monções iam-se estabelecendo indivíduos animosos que abriam fazendas e plantavam grandes roças, abastecendo de milho e outros cereais os navegantes no Rio Pardo e no Taquari.

Foram os paulistas durante um lustro (1727-1732) regidos pelo mais imoral e prepotente dos governantes, sempre propenso a fazer cair sôbre os infelizes administrados uma série de medidas vexatórias e iníquas.

Já então ideara Sebastião do Rêgo, em relação aos quintos do Cuiabá, um golpe de audácia inaudito para o tempo e os domínios de Portugal, sobretudo. Golpe que sobremaneira lhe honra a capacidade imaginativa:

Descobriu Beaurepaire Rohan interessantes pormenores sôbre a intrincada e obscura questão daí surgida.

A Sebastião Fernandes escreveu Rodrigo César de Cuiabá a 13 de março de 1727, que ia remeter-lhe sob a guarda do Padre André dos Santos Queirós os quintos reais correspondentes a 3 arrôbas, e 1975 oitavas, quase cinqüenta quilogramas.

Apenas chegasse êste ouro a S. Paulo, fôsse remetido ao Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro.

No caso que a remessa não apanhasse a frota no Rio de Janeiro deveria voltar a S. Paulo, onde permaneceria até nova ordem dêle, Rodrigo César.

Procurasse contudo fazer com que a expedição se realizasse num máximo de dois dias de permanência em S. Paulo.

As três caixetas cuiabanas se ajuntou a dos quintos do Paranapama com 3 820 oitavas, de modo que o total do ouro remetido ao Rio de Janeiro, sob a guarda do ajudante Antônio José de Mendonça montou a 18 063 oitavas ou 63 220 g.

Escrevendo a Sebastião Fernandes a 17 de julho de 1727, contava-lhe o Provedor fluminense que o almoxarife da Fazenda Real recebera os caixões pregados e lacrados como Rodrigo César de Meneses os remetera de Cuiabá.

Pois bem! Abertos os cunhetes em Lisboa, em presença do próprio D. João V e altos dignitários da côrte, verdadeira estupefação, e sobretudo furor, causou ao monarca, e aos ministros, a descoberta de grãos de chumbo de caça em vez de ouro, apesar de os cofres se acharem hermêticamente fechados e intatos os selos reais.

Onde se dera a escamoteação?

Preparados estavam Caldeira Pimentel e o sócio para a resposta. Não hesitaram um segundo em apontar o próprio Rodrigo César como o ladrão, dando-lhe como cúmplice o provedor de Cuiabá Jacinto Barbosa Lopes.

Recorrendo à documentação do Arquivo Nacional, vejamos como os fatos se passaram:

A descoberta em Lisboa da substituição do ouro deve ter ocorrido em princípios de 1728. A 9 de fevereiro de 1728 participava Diogo de Mendonça Corte Real a Luís Vahia Monteiro que de quatorze borraças havia sido o metal nobre subtraído e substituído.

É mais que provável haja Rodrigo César tido ciência do furto ao aportar a Araraitaguaba, dada a importância excepcional do atentado feito contra a Real Fazenda que aos povos deve ter causado imensa impressão, sobretudo pelo vulto da subtração e a qualidade das pessoas envolvidas em tal roubalheira.

Diz Barbosa de Sá que a “coisa causara enorme estrondo em todo o Reino a ponto de que nos estranhos os soara ôco”, provocando apaixonados comentários “em populares conversas”. E fala-nos da existência de duas correntes de opinião acêrca de tão extraordinários fatos.

Afirmavam uns “com razões muito querentes que o colocador do chumbo fôra o próprio Rodrigo César, em Cuiabá, havendo até quem pretendesse tê-lo avistado a comprar o metal vil.

Sustentavam outros que o ladrão fôra Sebastião do Rêgo, em S. Paulo. Guardara em casa por dias os caixões antes de os remeter ao Rio de Janeiro. Havia quem afirmasse ter visto os cunhetes abertos sob a sua cama.

Apaixonadas discussões se travavam a cada passo, entre pessoas de inconciliáveis opiniões.

Mas êle Barbosa de Sá, podia dizer a verdade sôbre o caso.

Era o General, fidalgo português de alta linhagem, sobrado de bens, homem devotadíssimo pelo serviço real, católico esmolero exemplar.

E o Provedor Rêgo, também abundante dos bens de fortuna, caridoso amigo de honras, inteligente, sabendo a que se arriscaria, pois os caixões haviam ficado à vista de todos em sua casa. Deliciosa credulidade!

Assim, os partidários de uma e outra versão mentiam, jurando e afirmando falsamente para satisfazer paixões e opiniões.

Devotamente explicou então o cronista o que sucedera: quem fizera a transmutação do ouro em chumbo não fôra mão humana, mas sim a da Divina Justiça pelas lágrimas dos miseráveis despojados de suas fazendas por não terem com que pagar direitos, e outros de seus escravos pela lotação dos quintos com o que se haviam perfeito aquelas tantas arrôbas de ouro para com elas se lisonjear o Monarca e felicitar-lhe as graças. Alusão esta ferina e cabal aos processos de Rodrigo César. Em tôda a região cuiabana, refere Machado de Oliveira, acreditou o povo que a transmutação dos metais se devera a milagre, como castigo da ganância e tirania do govêrno que executara os mineiros, tomando a muitos o que possuíam, até os próprios escravos mineradores.

A 10 de maio de 1728 escreveria Vahia Monteiro a Côrte Real a acusar a recepção da notícia do furto. Chamou a atenção do ministro para o fato de que fôra Sebastião Fernandes esperar a remessa cuiabana na estrada de S. Paulo a Araraitaguaba.

Teria sido aí que operara a substituição.

Convinha agir com a máxima presteza, se não o larápio, largamente apercebido de ouro, fugiria para a América espanhola.

Pelos têrmos da carta do famigerado Onga deve Sebastião do Rêgo ter sido encarcerado nos primeiros dias de maio de 1728.

A 16 de dezembro de 1728, longa carta escreveu Luís Vahia Monteiro ao Secretário de Estado. Falando do Cuiabá, contou-lhe que, ao seu ver, ali iam as coisas muito mal. Verificara-se a perda de mais de três milhões de fazenda e de inúmeros negros que muito mais úteis teriam sido nas Minas Gerais, de onde haviam sido desviados.

Agora, a corrente imigratória, dos famélicos do ouro se encaminhava para Goiás.

Chegara Rodrigo César a S. Paulo em meados de setembro. No Rio não aparecera, ainda, porém, e êle Vahia supunha que o detivesse em São Paulo o inquérito sôbre o furto dos quintos.

Acêrca dêste crime dizia o *Onça* que ainda não tinha elementos para dêle fazer critério certo. Estava, porém, admirado da tibieza pela qual se conduzia tal averiguação, "por quem a tem a seu cargo", acrescentava a levantar grave insinuação contra os possíveis e poderosos cúmplices do larápio.

Maliciosamente acrescentava saber que Caldeira Pimentel não se avistara ainda com o antecessor. Para tanto arranjara ótimo pretexto. Saíra em viagem às vilas da Capitania.

Aportando a Santos, e ciente da chegada de Rodrigo César, “dilatava-se naquela vila”, com ânimo de não passar a S. Paulo enquanto lá estivesse o antecessor”, circunstância esta que era tudo quanto havia de mais significativo.

Continuavam a chegar ao Rio de Janeiro numerosíssimos imigrantes não portadores de passaportes. Havia quem avaliasse êstes clandestinos em dezoito mil!

Quase todos partiam do Pôrto. A continuar a corrente, dentro em breve se despovoariam o Minho, a Beira e Trás os Montes, com mais dano do que o aumento do Brasil, aliás, pois imigrava uma récuca de vagabundos, ladrões e inimigos do trabalho, e entre êles bastantes clérigos de má fama.

Fôssem no Reino castigados os interesseiros mestres de navios, que desobedeciam às ordens de Sua Majestade. Em todo o caso, reprimindo tal gentalha, mandara prendê-la e remetê-la como povoadora da Colônia do Sacramento, que se achava muito falta de guarnição. De retôrno a Portugal enviara os meninos de menos de dez anos “por não executar com êles a degolação de Herodes”

A 3 de fevereiro de 1729 relatava Luiz Vahia a D. João V que o Ouvidor de S. Paulo embora houvesse encarcerado a Sebastião Fernandes, o mantinha com bastante liberdade. Em todo o caso, últimamente o pusera em apertada prisão e segurança.



## CAPÍTULO X

---

*Sebastião Fernandes do Rêgo e sua extraordinária pugnacidade em prol da recuperação da liberdade.*

*Regime de terror em São Paulo.*

*Perseguição movida aos descobridores de Goiás.*

*Novo e escandaloso caso.*

Conta-se em forma trágica que, carregado de grilhões, foi Jacinto Barbosa Lopes despachado de Cuiabá a Lisboa, quando tal não se deu.

Nem sequer o prenderam logo depois de se saber do furto dos quintos! É o que nos revelam documentos do Arquivo Nacional.

Já haviam decorrido mais de três anos após a divulgação do crime quando “voluntariamente” partiu do Rio de Janeiro para a Côrte, “a demonstrar a Sua Majestade a realidade que êle fizera da remessa”, escrevia Luís Vahia Monteiro a 24 de março de 1732 ao capitão-mor da Ilha do Faial.

Assim, pois, chegou livre a Lisboa.

Terá realmente permanecido tão longos anos no Limoeiro, como pretendem alguns autores? É o que não sabemos esclarecer.

Ao passar por São Paulo ouviu Rodrigo César de Meneses o que se dizia de seu sucessor e inimigo acérrimo; sobretudo do antigo valido agora já encarcerado.

Confiante na useira habilidade e nas tranquibérnias antigas para se safar dos maus passos descontava Sebastião Fernandes o prazo mais ou menos longo, em que deveria trocar a prisão pela fortuna sólida, enorme, tranqüila.

Ia-lhe a aventura, porém, custar muitíssimo mais do que a princípio imaginara.

Uma carta do ministro Diogo de Mendonça Côrte Real a Caldeira Pimentel, de 28 de março de 1729, refere-se provavelmente às primeiras providências da devassa determinada em São Paulo.

Verdadeiro regime de terror instituíra o sátrapa. Instigado por Sebastião Fernandes oprimiu de todos os modos a Bartolomeu Pais. Em meados de 1728 tornara-se insuportável a perseguição do Capitão-General ao sertanista e aos demais descobridores de Goiás. Foi Bartolomeu Pais prêso incomunicável num calabouço da fortaleza de Santos.

Não pudera contudo Caldeira Pimentel, impedir os trâmites da devassa que se iniciara sôbre a questão dos quintos.

Os autos daí decorrentes “testemunho da verdade para horror e confusão dos vindouros” tais revelações continham, que certamente inquieto acêrca da própria liberdade, fôra forçado a mandar remover o peculatório às prisões da fortaleza santista.

É provável que, desde 1729 ou 1730, haja estado Sebastião Fernandes prêso em Santos. Na carta régia de 19 de outubro de 1735, se diz que desde cinco ou seis anos se achava encarcerado.

A 3 de fevereiro de 1730 fremiu a cidade de S. Paulo de alvôrto. Nela se dera espantoso escândalo, inaudito acontecimento na pacata localidade.

Permitira mero acaso que o mestre fundidor da Fundição Real verificasse que a chave do Provedor, Bento de Castro Carneiro, abria tôdas as fechaduras do cofre, onde se guardavam com o máximo cuidado, os cunhos destinados a marcar as barras fundidas.

Cofre e chaves fornecera-os Sebastião Fernandes ao seu sucessor recente. Não havia dúvida pois, de que pudera abrir o cofre sem a fiscalização, obrigatória por lei, do tesoureiro da Fundição.

Tornava-se evidentíssimo que se utilizara dos cunhos para marcar, com falsos títulos, as barras de ouro fundidas em São Paulo.

No meio do maior pasmo da população, totalmente inerte conservou-se Caldeira Pimentel. E no entanto imensa lhe era a responsabilidade dadas às íntimas relações com o ladravaz.

Rejubilaram os paulistas com o sucedido: até que enfim! iam poder sacudir o jugo do déspota!

Cartas sôbre cartas partiram imediatamente, umas endereçadas ao Rei, outras aos Ministros do Conselho Ultramarino.

A descoberta do caso das chaves falsas trouxe como consequência o redobramento da severidade do regime a que estava Sebastião Fernandes submetido.

Seqüestrados se lhe achavam os bens, atingindo êste confisco soma superior a oitocentos mil cruzados, quantia enorme para a época e prova de quanto pudera o prevaricador roubar nos múltiplos atentados contra os Lemes e a fazenda real, na questão do chumbo e do novo, não menos vultoso, da marcação fraudulenta das barras de ouro.

E com efeito oitocentos mil cruzados ou trezentos e vinte contos de réis equivaliam no tempo, a 213 333 oitavas de ouro ou fôssem uns 750 quilos de ouro mais do que aquilo que qualquer dos mais felizes mineradores das Minas Gerais nos primeiros anos conseguira extrair dos ribeiros auríferos recém-descobertos. Era fortuna prodigiosa para o Brasil do tempo que representaria hoje centenas de milhares de contos.

Bem se sabe quanto os Reis se moviam lentamente ao se tratar de atender às reclamações dos povos de Ultramar.

Mas com Caldeira Pimentel os abusos haviam chegado a um grau de insuportável situação.

A 18 de janeiro de 1731 partia a primeira mostra do real desgraço.

“E como não me destes conta dêste caso mando tirar a devassa dêle pelo Ouvidor dessa Capitania. E sou servido estranhar-vos o não dardes parte do referido caso, e vos ordeno deis a esta diligência tôda a ajuda e favor que vos pedir o Ministro que a fizer”.

Ordenou D. João V ao perverso sátrapa libertasse imediatamente a Bartolomeu Pais, repreendendo-o severamente por esta e outras arbitrariedades.

Prosseguia o inquérito sôbre o caso das chaves falsas do cofre da Fundição.

Na consciência de todos se tornara inabalável a convicção do crime do Provedor.

Haveria depoimento mais eloqüente de sua culpabilidade do que o vulto do seqüestro de seus bens?

Afinal, a 15 de agôsto de 1732 ficavam os paulistas definitivamente libertos do flagelo que, havia cinco anos completos, os infelicitava na pessoa de Antônio da Silva Caldeira Pimentel.

Lançado às lóbregas prisões da Fortaleza de Santos, continuou Sebastião Fernandes do Rêgo, com indismontável energia e pertinácia, a cuidar da defesa.

Fôra a sua transferência ao Limoeiro ordenada, tanto mais quanto ativamente trabalhava a sua enérgica mulher Mariana Caminha em prol do seu julgamento no fôro lisbonense.

A 28 de junho de 1733 mandava Antônio Luís de Távora que o transferissem para uma prisão do Rio de Janeiro.

Deve ter partido para Lisboa pela frota de 1734.

Incansável e inteligente, e com certeza valendo-se da sabedoria inculcada pelo marido relativa ao alargamento dos cordões da bôlsa obteve-lhe a dedicada companheira a revisão do processo.

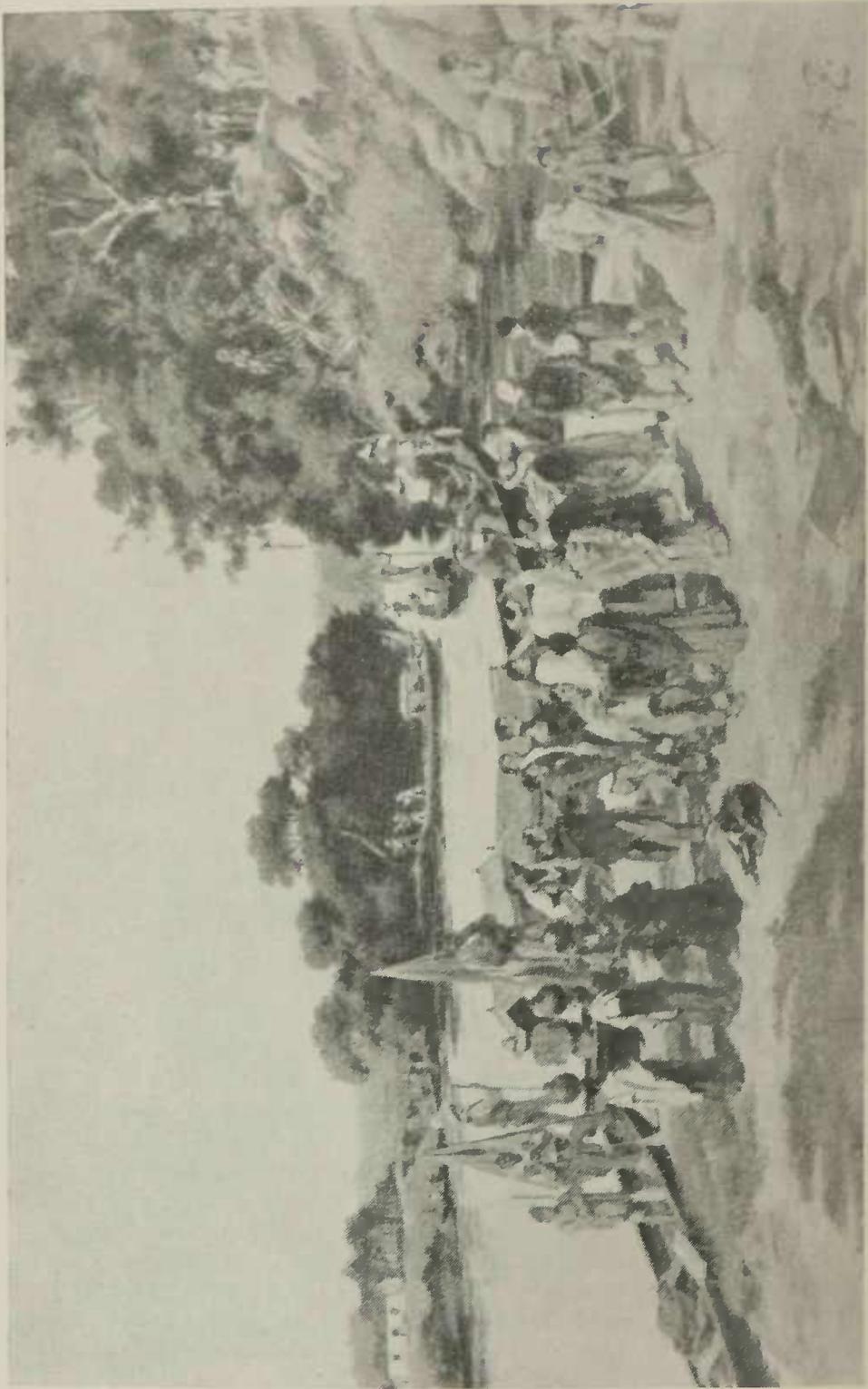
Dispunha certamente de larga reserva financeira, pois um homem da inteligência de Sebastião Fernandes não se deixaria apanhar de mãos abanando. E pensaria como aquêle astuto procônsul romano, prevaricador emérito da escola de Verres que dos latrocínios apenas para si reservara o têrço, deixando o resto para fazer frente às várias despesas de inevitável processo.

Provavelmente um dos patronos angariados em tão dura conjuntura seria o mesmo a cujo regaço se abrigara Manuel Nunes Viana o infante D. Francisco, irmão e perene espantalho de D. João V.

Quantos quilos de ouro não terão sido canalizados para as algibeiras do cruel “caçador de patos” humanos da margem do Tejo? Ouro dos Lemes, ouro dos quintos de Cuiabá, ouro das barretas não quintadas e ilegalmente marcadas?

A hipótese não é gratuita, dados os antecedentes do tórvo príncipe.

Já D. Mariana conseguira do Rei a expedição a favor do marido da portaria de 19 de outubro de 1733, consignando providências para o abrandamento do regime de cárcere duro a que até então estivera sujeito o malversador insigne. Já havia cinco anos que Rêgo estava prêso.



*A Partida da Monção do Barão de Langsdorff.*  
*Pintura de Aurelio Zimmermann, segundo original de Heicles Florenc.*  
*Calcutta do Museu Paulista.*

A 20 de março de 1734 noticiava o Governador Conde de Sarzedas ao Rei que o Ouvidor Gregório Dias da Silva apurara em que consistira a ladroeira.

As barras não eram marcadas com cunhos falsos e sim com o cunho real que Rêgo tirava do cofre, sonegando-as portanto à quintagem, quando bem entendia fazê-lo.

A 20 de dezembro de 1733 escrevia Távora a Gomes Freire de Andrada, do modo mais categórico não muito dos moldes do tempo, sôbre Sebastião Fernandes, cujos crimes eram insofismáveis.

Tinha êle criado larga rêde de sócios, interessados e receptadores, espalhados em muito larga área, em S. Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e até Pernambuco!

Sabia-se que no sertão da Vacaria vivia certo Cibrão, que conservava em seu poder larga cópia de seu ouro.

Nos anos de encarceramento agarrara-se Sebastião Fernandes, com tôdas as veras d'alma, à proteção de Nossa Senhora.

Se o tirasse da cadeia, erigiria uma capela em ação de graças.

E cumpriu-o. Daí a construção da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em S. Paulo.

Provam esta edificação e os atos a ela posteriores quanto soubera o ladravaz seguir o conselho do procônsul peculatório. Guardara reservas e boas...

Apenas sôlto voltou o aventureiro apressadamente ao teatro das portentosas façanhas.

Envidou hercúleos esforços para reaver a fortuna, por meio do levantamento do seqüestro. Enquanto isto se decidia judicialmente recomeçou a comerciar no antigo cenário dos crimes, com a mais deslavada e notável audácia.

A S. Paulo chegou em 1739 "livre e desembaraçado, graças à vitória de sua astúcia", diz a *Nobiliarquia Paulistana*.

Era demais porém o que fizera. "Descobrimdo-se na Côrte os efeitos da sua habilidade se passaram para logo com tôdas as fôrças, decretos do Sr. D. João V para a prisão do dito Rêgo".

Já o larápio reencetara, e na mais larga escala, as transações comerciais. Novo seqüestro e nova ordem de prisão foram lavrados a seu respeito.

Carregado de ouro voltava de Goiás a S. Paulo, onde o esperavam tristes notícias, quando, em Jundiá, faleceu a 16 de abril de 1741. Sua mulher, em 1757, vivia de um capital de duzentos mil réis e do trabalho de uns poucos escravos relata o censo do Morgado de Mateus.



## CAPÍTULO XI

---

*Antônio de Almeida Lara, personalidade de singular destaque.  
Recrudescência das agressões paiaguás.  
Grande emigração de cuiabanos para Goiás.  
A catástrofe da monção do Ouvidor Lanhas Peixoto.  
A "Bandeira dos Emboabas."*

Ao partir, nomeara Rodrigo César Capitão-Mor de Cuiabá a Luís Rodrigues Vilares, português de grande prestígio. Dêle faz Costa Siqueira os mais arroubados elogios. "Foi o europeu que mais serviços fez a Sua Majestade nestas colônias."

Gastou mais de 20 000 oitavas (70 quilos de ouro) ao serviço real e atribui-lhe Gonçalves da Fonseca preponderante papel na descoberta das minas guaporeanas.

Naquele núcleo de homens violentíssimos ocorreram, no fim do ano de 1728, as mais graves competições políticas, que quase redundaram em guerra civil.

Começou então a destacar-se singularmente na vila bandeirante um dos sertanistas que maiores serviços prestaram em Mato Grosso: Antônio de Almeida Lara.

Era bisneto de Antônio Rapôso Tavares e como vimos fôra o companheiro do terrível tio e padrastrô Sebastião Pinheiro Rapôso na exploração da extraordinária mancha aurífera das Minas do Rio de Contas.

Descobertas as de Cuiabá para elas partira e lá gastara cabedais grandes ao serviço d'El-Rei.

Era pródigo.

Não tardou que se sentisse apertado de recursos, com a decadência das lavras até que, em certa ocasião, "deparou-lhe a fortuna o acerto que encontrou por casualidade" restaurando-lhe os cabedais.

Relata aí o linhagista uma de suas mais preciosas anedotas sertanistas, aliás já muitas vêzes repetida por diversos autores.

Montado "em um formoso bruto muito valente", partira de jornada para as recém-descobertas jazidas guaporeanas, quando de repente tropeçou o cavalo e caiu.

Estranhou o cavaleiro o sucesso por bem saber o que eram as fôrças da montaria. Saltando da sela e examinando em terra a causa da violenta queda, achou "um escondido tesouro de ouro bruto. Pusera o animal o casco de uma das mãos em cima de aguda folheta à superfície da terra e ela o espetara."

Naquele lugar havia “a grandeza de não pequenas folhetas. Logo depois chegavam os escravos de Lara ao local e já à tarde daquele dia via-se o sertanista senhor de algumas arrôbas de ouro”, de cujo Batatal (assim se ficou chamando, por serem as suas folhetas semelhantes a êste legume) veio em breve tempo a extrair acima de onze arrôbas, tôdas de folhetas” (160 quilos).

Aproveitando êste incrível bafejo da sorte, voltou Lara a Cuiabá, onde convocou todos os credores a imediata satisfação dos créditos.

Foi, certamente, dos sertanistas de maior relêvo dos primeiros milésimos cuiabanos.

Prestou os maiores serviços à comunidade a que se agregara, militares, e de ordem econômica.

Assim, se lhe deveu o primeiro plantio de cana-de-açúcar com as mudas que uma sua expedição trouxera do Sertão.

Tal a ânsia com que os cuiabanos desejavam êste gênero que, segundo Barbosa de Sá, os escravos de Lara vendiam cada pé, furtado, a duas e três oitavas!

Estavam os paiaguás alerta, porém, e com o apetite aguçado pelos triunfos de 1726 e outros êxitos isolados e freqüentes de menor vulto.

Assim, uma bandeira de prear que voltava do sertão dos Parecis com bastante gente, rodando em canoas Paraguai abaixo, foi por êles atacada e exterminada.

Ninguém voltou e só dois anos mais tarde se soube do sucesso em Cuiabá, com a chegada de um bandeirante que fôra por dois anos, cativo dos canoeiros.

Pôs-se o ouvidor Lanhas Peixoto a instigar os cuiabanos a que fizessem uma fundação no rio Coxim por constar que ali havia ricos jazigos auríferos.

E com a sua influência, conseguiu de tal convencer vários dos homens mais ricos da vila.

Conseguiu arrolar quatrocentas pessoas, com a séquito de escravos dêstes homens importantes.

Como vanguardeiro seguiu Manuel Caetano, o qual, na barra do Cuiabá, foi assaltado pelos paiaguás, que o mataram e aos seus, salvo quanto a três pretos, que à vila trouxeram a trágica notícia.

Reinava o maior desânimo em Cuiabá. A 12 de janeiro de 1729 o juiz ordinário, Antônio de Sousa Bastos, denunciava aos pares ser público na vila que muitos moradores estavam pensando em emigrar para S. Lourenço, em terras de Castela.

Assentaram os camaristas que se prendessem todos quantos pretendessem sair sem passaporte, confiscando-se-lhes os bens.

De nada valeu a oposição aos que pretendiam emigrar. Partiram ocultamente, com grande séquito. Sem dificuldade notória atingiram o rio Paraná, que subiram, assim como o Paranaíba, pois seu intento era estabelecerem-se em Goiás.

Em dado momento, não sabendo onde realmente se encontravam e achando-se sem mantimentos, resolveram parar e plantar roças.

Eram mais de quatrocentas pessoas e levavam muita bagagem. Naquelas roças detiveram-se longamente, formando arraial com capela.

No ano seguinte, já refeitos, prosseguiram na jornada, pelo Paraná acima à barra do Corumbá, navegado até cruzarem o caminho de São Paulo a Goiás. Ali deixaram as canoas em agôsto de 1730, seguindo em direção às lavras descobertas pelo Anhangüera.

Imagine-se a depressão causada em tão reduzido núcleo, como o de Cuiabá, pela ausência de tão considerável número de povoadores!

Verdadeira miséria flagelou, então, a vila do Bom Jesus.

Mas o ano de 1730 ainda correria muito pior, verdadeiramente catastrófico.

Em junho largou de Cuiabá para Araraitaguaba grande monção. Nela partiu o ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto, acompanhado por mais de quatrocentas pessoas entre brancos, índios e pretos. Iam nas canoas e canoões algumas centenas de quilos de ouro, sessenta arôbas, afirma Barbosa de Sá (881,280 k) a serem quintadas em São Paulo.

Navegava no Paraguai quando, de um sangradouro, surgiu-lhe uma turba de paiaguás, travando-se tremenda pugna.

Mostrou-se o ouvidor destemeroso e seu exemplo encorajou, e muito, aos companheiros.

Não menor bravura demonstrou o cabo da frota, que vendeu a vida em troca da de muitos selvagens, destacando-se ainda pelo heroísmo o mancebo ituano Miguel Pedroso da Silva.

Durou o combate das nove da manhã às duas da tarde, sendo trucidados quatrocentos cristãos. Teve o gentio, segundo se avaliou, uns cinqüenta mortos.

Da monção escaparam apenas doze pessoas.

Fala Barbosa de Sá que os assaltantes seriam “o melhor de trezentos bugres em oitenta e três canoas, elevando Costa Siqueira o número dos índios a quinhentos.

Conta antigo cronista, Rodrigues do Prado, que os vencedores atiraram todo o ouro tomado da monção ao rio.

Mas nem todo foi lançado às profundezas do Paraguai, pois o próprio Prado nos relata que alguns destes paiaguás o levaram a Assunção, cedendo-o pelo mais baixo preço, tanto que a uma tal D. Quitéria Barhy haviam dado seis libras (2 760 g) do metal em troca de um prato de estanho!

Nem tão bárbaros eram os paiaguás como os cronistas fazem acreditar. Pelo contrário. Iam freqüentemente a Assunção comerciar.

D. Juan Francisco Aguirre que serviu na comissão demarcadora luso-espanhola de 1781, reporta-se a um relato de D. Manuel de Flores ao Marquês de Valdelírios, vinte e poucos anos após o extermínio da monção do Ouvidor Lanhas Peixoto, contando que os paiaguás conheciam, até certo ponto, o valor da prêsa.

“Una grande porcion de este oro llevaron á la Asuncion y vendieran por la quinta parte, ó menos, de su valor, y hoy se vê en aquella ciudad, entre otros, um conocido caudal que la compró ó permutacion de este oro formó a su dueño, a quien acudieron primero los indios

ignorantes de lo que traian y hubo facilidad de hacer-se de grande porcion”.

Anotando a Flores narra Aguirre que conheceu em Assunção, e em 1783, o cacique dos paiaguás chacinador dos paulistas e portugueses. Chamava-se Cuatiguaçu e morreu em 1785 na capital paraguaia sobremodo idoso.

Conta o mesmo autor espanhol que o sujeito a cujos cabedais imenso aumentara a compra do ouro vendido pelos índios chamava-se D. Luís de Torquemada. Ficara com uma arrôba de ouro ou seis mil pesos fortes, ou ainda doze mil cruzados (4:800\$000). Assim, o espertalhão recebera a oitava a 243 réis quando ela valeria seis vêzes mais, certamente.

Documentos inéditos da Biblioteca Eborense que divulgamos, notavelmente reduzem o número das vítimas da monção do Ouvidor Lanhas, fixando-o em 107, entre brancos e pretos.

Assim também afirmam que o ouro tomado pelos paiaguás pesaria entre dez e quinze arrôbas.

Pouco depois da monção do Ouvidor partira outra comandada por João de Araújo Cabral com bastante gente, levando ouro dos quintos reais. E atrás uma terceira cujo cabo era Filipe de Campos Bicudo com cinquenta e tantas canoas também.

Chegados ao lugar do morticínio dos seus vanguardeiros, inteiraram-se da catástrofe.

Reunidas as duas monções, elegeram para cabo a Cabral, resolvendo continuar a derrota. Mas logo depois mudaram de idéia, receosos de nova cilada dos canoeiros.

Voltou parte da monção a Cuiabá e Cabral seguiu a pé para Camapoã com o ouro d'El-Rei.

Ao saber de tão terríveis fatos convocou a câmara cuiabana os principais repúblicos, a quem fêz patética narração da desgraça acontecida, pedindo socorro ao Capitão-General de S. Paulo. E elegeu cabo contra os paiaguás, declarados, em nome de sua Majestade escravizáveis.

Eleito comandante da expedição projetada Fernando Dias Falcão declarou serem-lhes indispensáveis quatro arrôbas de pólvora e chumbo.

Mas não havia mais pólvora na vila, sendo necessário pedi-la ao Capitão-General.

Como revide à chacina da monção de Lanhas Peixoto entendeu certo coronel Tomé Ferreira de Moraes Sarmento, português, sair em campanha.

Partiu de Cuiabá a 4 de setembro de 1730 à testa de 215 homens entre brancos, índios e pretos, embarcados em 21 canoas de guerra.

Dêste Sarmento e de sua capacidade zomba Barbosa de Sá. Era indivíduo muito presunçoso.

Estêve quatro meses em campanha, voltando coberto de ridículo. Não encontrara os paiaguás, tivera os mantimentos podres e perdera gente por doença.

A esta jornada deram os cuiabanos o nome de bandeira dos emboabas, e ela serviu de tema à galhofa do povo.

## CAPÍTULO XII

---

*Manuel Dias da Silva e a sua expedição à Vacaria.  
Confusão estabelecida a tal propósito pelo  
Visconde de São Leopoldo.  
O relato de Pedro Taques.*

**E**m 1736 realizou-se notável expedição bandeirante acêrca da qual estabeleceu o Visconde de São Leopoldo verdadeira confusão, transportando sucessos de Mato Grosso para o Rio Grande do Sul ao publicar os seus *Anais da Província de São Pedro*.

Fatos que ocorreram na Vacaria sul-mato-grossense êle os localizou numa das duas Vacarias rio-grandenses.

Relata a ocupação da Vacaria rio-grandense pelo mestre de campo paulista Manuel Dias da Silva pitoresco episódio a que deu alto relêvo.

Quem de Manuel Dias largamente tratou foi Pedro Taques. Consagrou-lhe páginas da *Nobiliarquia Paulistana* em relato tanto mais digno de nota quanto o linhagista estêve em Cuiabá pouco depois da jornada de 1736. Era Manuel Dias da Silva seu cunhado, aliás.

Depois de minerar nas Minas Gerais com seu pai, o opulento Domingos Dias partira para Cuiabá onde logo se tornara um dos mais salientes povoadores, pela fortuna e os atos de prestantíssimo vassalo. Passara-lhe Rodrigo César a patente de mestre de campo de auxiliares. Ao cabo de algum tempo resolvera experimentar as grandezas das minas de Goiás, para onde levara numerosa escravatura.

Lá minerava em 1736 quando lhe chegou a notícia de que os castelhanos de Buenos Aires traziam em apertado cêrco a Colônia do Sacramento, defendida, como se sabe, eficazmente, pelo heróico Antônio Pedro de Vasconcelos.

Indignou-o semelhante notícia, a que logo se seguiu outra da mais alta importância.

Publicara-se a “real ordem pela qual a majestade de El-Rei D. João V dava a conhecer o muito que seria do seu real agrado que os seus vassallos paulistas invadissem as terras de Espanha pelas povoações da província do Paraguai, em cima da serra”

Imediatamente projetou prestar-se a tal comissão a fim de, além de tudo, impedir que a “fôrça dessa gente empreendesse dar súbitamente sôbre as minas da Vila Real do Cuiabá”.

Emprêsa sobremaneira arriscada seria pôr em movimento uma coluna que de Goiás partisse em direção a Camapoã, através de vastís-

simo território, enfrentando os caiapós, “nação formidável naquele sertão”.

Partiu Manuel Dias numa jornada dificultada, “por falta de geografia, ciência que êle, assim como os demais antigos paulistas, totalmente ignorava”, esclarece o linhagista.

Marchou para as campanhas da Vacaria. Percorreu-as longamente, estranhando a ausência das “indizíveis manadas de gados e béstas cavaleares” que ali viviam costumeiramente.

É que os castelhanos as haviam retirado para os campos do planalto de Maracaju.

Prosseguiu para o Sul em direção ao Paraguai. Inesperadamente encontrou os vestígios de acampamento de vultosa tropa.

Haveria um mês ali estivera o trôço dos castelhanos. Pela estacaria que circulava o acampamento, via-se que o número de cavalos que nela se atavam excedia de oitocentos.

Dispôs-se a ação verdadeiramente temerária. Perseguir o inimigo quando estava a sua gente em tamanha desproporção de fôrças.

Mas, não lhe foi possível entrar em contato com os castelhanos que já estavam no Paraguai.

Tal a desproporção de fôrças que a temeridade do cabo sertanista teria ocasionado o extermínio ou o aprisionamento de tôda a sua bandeira. E se invadissem o Paraguai seria isto mais um pretexto para que a Espanha declarasse guerra a Portugal na Europa.

Regressando a Camapoã deparou-se a Manuel Dias e sua tropa o encontro, em certo ponto, de um padrão de pedra lavrada, ou cruzeiro, em que se abrira esta inscrição: “Viva El-Rei de Castela, senhor dos domínios desta campanha”.

Mandou derribá-lo substituindo-o por outro de madeira de lei, cruzeiro de quatro faces, em que fêz esculpir o seguinte leitreiro:

“Viva o muito alto e muito poderoso rei de Portugal d. João V, senhor dos domínios dêste sertão de Vacaria”.

Perante o ouvidor e os oficiais de Cuiabá e os republicanos da vila fêz larga exposição do que obrara e examinara.

Mas a Coroa não lhe concedeu recompensa alguma pela notável proeza.

Amargamente comenta Pedro Taques: “Parece que os paulistas contraíram um novo pecado original para não serem jamais bem vistos”.

Passou Manuel Dias da Silva a viver em Cuiabá “querendo do jornal dos seus escravos emendar o estrago da grande despesa a que o obrigara o seu zêlo e leal intento”.

Em 1572 faleceu num sítio distante dois dias de jornada “para cujo retiro o fizera conduzir o estrondo de tantas injustiças que via praticadas na dita vila em dano de todos”, informa o linhagista.

## CAPÍTULO XIII

---

*A expedição de represália de Gabriel Antunes Maciel.  
Novas hostilidades dos paiaguás.  
A expedição de Antônio de Almeida Lara  
e seu triunfo relativo.*

**E**m represália ao terrível revés sucedido à monção de Lanhas Peixoto, ordenou Caldeira Pimentel se aprestasse uma expedição, para castigo aos bárbaros, a quem devia dizimar.

A sua testa colocou o Capitão-mor de Sorocaba, Gabriel Antunes Maciel, cuja fé de ofício de sertanista notável era.

Permitiu-lhe saquear, queimar e destruir as aldeias dos índios, a quem podia escravizar, homens e mulheres, na guerra justa que se lhes movia. E a permissão de “fazer gente do velho remédio do Sertão” estendia-se a tôdas as nações da outra parte do Rio Grande, exceto quanto aos Parecis.

Diz Azevedo Marques que no desempenho da comissão correspondeu o cabo de tropa à confiança depositada em sua bravura.

Depois da campanha de Gabriel Antunes Maciel, que se realizou em 1731, nada mais fez Caldeira Pimentel na luta com os paiaguás.

Representara a Câmara de São Paulo a D. João V a propósito dos assaltos dos paiaguás às monções e o Rei a 8 de agosto de 1730 indagava de Caldeira Pimentel o que havia de verdade sobre a chacina de cento e quarenta escravos em Camapoã, e o extermínio de diversas expedições monçoeriras.

Pedia a Câmara que em Camapoã houvesse guarnição fixa de sessenta soldados de cavalaria. E que além disto permitisse o Rei a repartição dos caiapós, cujos malefícios eram constantes.

Parecia o Cuiabá condenado a perecer se não conseguissem os povoadores aniquilar o poderio dos terríveis canoeiros, que cada vez mais atrevidos se mostravam.

No princípio do milésimo seguinte veio novo fato causar as maiores apreensões.

Partira de Cuiabá pequena expedição de pesca arranchando-se na confluência do rio dêste nome e do São Lourenço. Súbitamente a assaltaram os paiaguás, aprisionando quatorze homens, levados para os seus toldos no baixo Paraguai, onde sofreram rigoroso cativoiro.

Fugiram dois, padecendo horrores durante o percurso da evasão.

Tornava-se sobremaneira perigoso afastar-se alguém do âmbito da vila.

Vivia o Senado cuiabano a apelar para o Capitão-General, pedindo-lhe socorros de homens e munições. O sátrapa, no que de mais prático fêz foi mandar uma patente de brigadeiro a Antônio de Almeida Lara e êste chefiando os "paisanos" resolveu organizar uma expedição em regra contra os canoeiros.

Em abril zarpava a sua esquadilha: trinta canoas de guerra e cinquenta com a *impedimenta* da monção, tripuladas por quatrocentos homens muito bem armados e municidados. Levava duas peças de artilharia.

Desceu o Paraguai, encontrando canoas paiaguás já à barra do Mbotetêú. De longe faziam os índios visagens e afastavam-se rapidamente.

Passados mais alguns dias defrontaram os expedicionários um trço de guaicurus. Mandou Lara que sua gente desembarcasse, assestando uma de suas bôcas de fogo.

Começaram a aparecer reforços aos cavaleiros, e, súbitamente, surgiu uma flotilha de canoas paiaguás, cujos tripulantes saltaram em terra unindo-se aos guaicurus. Mas como a bôca de fogo a muitos de uns e outros matasse, fugiram canoeiros e cavaleiros.

Daí a dias, e Paraguai abaixo, um dos expedicionários, valente manco, por nome Alexandre Correia, arriscou-se a ir ter com os guaicurus, e propor-lhes paz.

Apesar disto e no mesmo local, à noite, deram os índios forte balroada repelida com severas perdas.

Daí a dias apareceu um cacique, com diversos homens e mulheres. Prendeu o Brigadeiro a alguns do séqüito e a outros que se mostravam arrogantes mandou cortar as orelhas dizendo-lhes que se exhibissem mutilados aos seus amigos canoeiros.

Continuou a expedição a descer o Paraguai, sendo afinal no Fecho dos Morros enfrentado pelos paiaguás com grande chusma de canoas. Repelidos pelo fogo dos canhões tiveram muitos mortos e feridos, deixando muitas canoas sem gente. Fugiram perseguidos e acoitaram-se nas aldeias de índios convertidos ao catolicismo e habitantes de terras espanholas.

Satisfeito, Lara fêz-se de volta a Cuiabá, onde a notícia do seu êxito causou o maior desafôgo.

Na monção de 1732 partiu muita gente que não dava outro motivo para a sua saída do que fugir das violências do Ouvidor Vila Lóbos.

Suas execuções haviam feito com que em 1732 desertassem mais de duas mil pessoas.

Escreveu Vila Lóbos ao Rei depreciando o que fizera a expedição de Lara.

Inépcia mostrara o cabo de tropa; não soubera aproveitar as ocasiões. Resumira-se a sua atuação a quase nada, a matar uns poucos paiaguás, prender outros tantos guaicurus e tomar-lhes alguns cavalos e carneiros.

## CAPÍTULO XIV

---

*A primeira entrada dos Pais de Barros ao Mato Grosso.  
Situação aflitiva de Cuiabá.  
Providências do Capitão-General, Conde de Sarzedas.  
Organização de grande expedição  
contra os canoeiros e cavaleiros.*

A principal das bandeiras exploradoras do Sertão dos Parecis foi a dos irmãos Fernando e Artur Pais de Barros, sorocabanos, relata-nos Barbosa de Sá.

Causou sensação entre os cuiabanos apresentarem êles, ao regressarem como amostra das minas, que haviam apelidado do Mato Grosso, um cruzado lavrado em prato de estanho.

Propôs-lhe o sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu voltar em sua companhia a examinar o que valeria a descoberta. E assim fêz, regressando com quatro oitavas e a proclamar que o novo buxo correspondia a “minas de conta”, o que sobremodo alvorotou os cuiabanos.

Mas era muito considerável a distância do denunciado jazigo novo, uma centena de léguas. E como fôsse tempo do plantio de roças, ninguém se abalançou a ir visitá-lo, nesse ano de 1731, nem no de 1732.

O novo descoberto alcançaria a maior importância dentro em curto lapso, a ponto de fazer deslocar de Cuiabá, para a sua região, o centro político administrativo da Capitania criada em 1744 e desmembrada da de S. Paulo.

Os Pais de Barros já em 1728 eram assinalados em Cuiabá.

Declara Castanho de Almeida que quase nada se sabe dos dois irmãos a quem coube a glória de haver criado a vila portuguesa mais afastada do Atlântico, então existente, a mais de meio grau a oeste de São José do Rio Negro (mais tarde Manaus).

Sem contar que a diferença dos meios de acesso de uma e outra povoação eram bem diversos.

Um dos mais velhos depoimentos sôbre Mato Grosso e a região guaporeana vem a ser a *Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá, estado de suas Minas e outros descobrimentos de ouro e diamantes*, da autoria de José Gonçalves da Fonseca.

Não se mostra o memorialista muito enfronhado sôbre os fastos primevos do descobrimento da zona. Nem sequer menciona o nome dos irmãos Pais de Barros!

A carta régia de 16 de janeiro de 1732 admitia a hipótese do completo despovoamento do Cuiabá pela emigração de seus moradores

para S. Paulo, em virtude das hostilidades cada vez mais graves dos paiaguás.

A 14 de agosto de 1732 empossava-se o novo Capitão-General Antônio Luís de Távora, Conde de Sarzedas.

Pouco depois de empossado, escrevia ao Rei a lhe contar que lhe não saberia dizer se prosseguiam as “consternações” dos gentios paiaguás, cavaleiros e caiapós. Prometia pôr tôdas as fôrças e cuidado em aplicar-lhes o remédio.

Com a brevidade possível, lançaria o bando sôbre a guerra que Sua Majestade lhe ordenara. Solicitava faculdades para distribuir promessas aos homens da principal nobreza e valor que quisessem partir para a campanha, promoções nas ordens militares e a anistia para alguns crimes perdoáveis, como se fizera no govêrno de Rodrigo César. Assim se angariaria bastante gente para tão penosa emprêsa. Tornava-se absolutamente indispensável desinfestar as vias de acesso ao Cuiabá, sob pena de perecerem aquelas minas.

Sendo os elementos da vila do Bom Jesus insuficientes, resolveu que a expedição repressora partisse de S. Paulo. Assim preparou-a longamente, proporcionando-lhe o melhor aparelhamento possível, confiando-lhe o comando a oficial de linha de elevada patente.

A organização desta como que “invencível armada” fluvial exigiu dilatados esforços e sacrifícios.

A 20 de setembro fêz Sarzedas publicar o bando sôbre a guerra que Sua Majestade mandava dar ao gentio paiaguá e aos niais existentes no caminho do Cuiabá.

Tornava-se indispensável castigá-los implacavelmente e destruir-lhes as aldeias. A Fazenda Real custearia as despesas da jornada para o que, ficaria aberta a inscrição de voluntários em S. Paulo e nas vilas da Capitania.

Os índios aprisionados seriam escravizados e repartidos pelos participantes da campanha para que êstes “servissem mais gostosos”.

Tôda a severidade se empregaria contra quem tentasse perturbar os aprestos militares.

Prevenia Sarzedas a D. João V, a 20 de abril de 1733, que nomeara comandante da tropa a partir o Tenente de Mestre de Campo General da Capitania de S. Paulo Manuel Rodrigues de Carvalho.

Em princípios de janeiro de 1733 ocupava-se ativamente o Conde General em organizar a sua expedição cujo estado maior compreendia o cabo de tropa, seu imediato, Gabriel Antunes Maciel, o coronel das cinco companhias levantadas em Sorocaba, seu irmão, Antônio Antunes Maciel, o coronel das companhias levantadas em Itu, Filipe de Campos Bicudo.

A 2 de março de 1733 escrevia Sarzedas ao tenente-coronel Bernardo de Moura, de Sorocaba, recomendando-lhe vivamente que alistasse quanta gente pudesse, como Sua Majestade tanto queria.

A 10 de junho de 1733 proibia o Governador que quem quer que fôsse partisse para o Cuiabá antes de a expedição seguir.

Alegara Gabriel Antunes Maciel ter encontrado em suas expedições à Vacaria, indícios veementes de ouro. Se não prosseguira na averiguação de tão auspiciosa perspectiva é que não se sentira com forças para enfrentar os paiaguás. Declarou-lhe o General que Sua Majestade era infenso a que se fizessem novas descobertas auríferas. No momento o que interessava era mover rija guerra aos canoeiros.

Comunicou o General ao Provedor em Taubaté, da Fazenda Real, que em junho faria partir a expedição. Disporia de doze bôcas de fogo (pedreiros) e 400 espingardas, abundância de munições e ferramenta.

Enorme regimento redigiu o Conde General para a tropa em campanha.

Entre as recomendações nêle consignadas, avultavam as que recomendavam a Carvalho a maior parcimônia nos gastos.

Mantimentos encontraria a coluna em Camapoã.

Em Cuiabá também receberia farto aprovisionamento dos moradores ricos ali existentes a quem já se pedira auxílio. Em suma: escusar-se-ia o comandante de gastos que onerassem a fazenda real, pois só tinha que recolher as ofertas de mantimentos.

Ia comandando a tropa, cujos componentes marchavam à própria custa, para fazer serviço a Sua Majestade. Impossível seria conceber-se guerra mais forretamente conduzida. Baratíssima emprêsa!

Depois de recomendar ao Tenente General que destruísse os paiaguás do modo mais exterminador, incitou-o Sarzedas a que prosseguisse em campanha contra os mais gentios infestadores do Cuiabá, sobretudo quanto aos bororos.

Evitasse, e com o máximo cuidado, qualquer incursão em terras da coroa de Espanha, a fim de se evitar a desarmonia entre os dois monarcas ibéricos. Qualquer infração a esta ordem severamente se castigasse. Quanto à repartição dos prisioneiros fôsse feita do modo mais eqüitativo, a fim de contentar quanto possível a todos os expedicionários. Houvesse, contudo, o maior cuidado em se respeitar o quinto das prêsas, devido a Sua Majestade.

Pouco depois endereçou Távora uma como que circular intimativa a diversos sorocabanos. Convidava-os a que partissem por serem homens de capacidade, préstimo e cabedais.

De Itu, a 18 de agôsto de 1733 escreveu aos camaristas de Cuiabá, encorajando-os. Tinha prontos ali e em Sorocaba dois regimentos prestes a partir.

Queixava-se Sarzedas da frouxidão dos vassallos, salvando honrosas exceções como quanto a Antônio Antunes Maciel a quem nomeou coronel do contingente sorocabano. Proibiu expressamente que alguém viajasse de Cuiabá aos Guaiases sem vir a Araraitaguaba, Itu e Jundiá, de onde passaria a Mogi do Campo para seguir o caminho habitual das minas goianas. Em qualquer outro itinerário se arriscaria ao confisco das fazendas, gados, carregações de escravos, etc.

Pouco depois baixava nova portaria mandando deter indivíduos que pretendiam passar a Goiás subindo o Paraná e o Paranaíba, conforme lhe fôra denunciado.



## CAPÍTULO XV

---

*A segunda fase da campanha de Rodrigues de Carvalho.*

*Extraordinário triunfo.*

*Acusações de Sarzedas ao comandante da expedição.*

*Novos assaltos a monções e vitórias dos canoeiros.*

*Abertura do caminho de Cuiabá a Goiás.*

**R**idiculariza Barbosa de Sá a derrama excessiva de patentes que Sarzedas fizera entre os expedicionários.

“Tudo o que era branco, por pobre que fôsse, trazia patente passada pelo General, uns de mestres de campo, outros de sargentos-mores, capitães, coronéis, furriéis e alferes”.

Mas antes de embarcarem em Araraitaguaba precisavam pagar os emolumentos de tais nomeações, caríssimos, extorsivos.

“Com isto davam os pobres homens o dinheiro que tinham para seus aviamentos e vieram à Divina Providência e esta foi a ajuda de custo que se lhes deu”.

Chegada a expedição a Cuiabá reforçou-se “tudo à custa do povo sem que se visse gasto algum da real fazenda” Apenas contribuiu o Senado da Câmara, com meia arrôba de pólvora.

Convidados concorreram com liberais donativos o brigadeiro Lara, Antônio e Filipe Antunes Maciel, Antônio Pires de Campos e seu irmão Pedro Vaz de Campos, Gabriel Antunes de Campos e outros.

A 18 de junho de 1734 respondia Sarzedas a Manuel Roiz de Carvalho contestando a sua carta com as notícias da marcha da expedição datada longinquamente de 3 de outubro de 1733.

Esperava que já nessa ocasião estivesse em contato com o gentio e estranhava a desobediência de Gabriel Antunes Maciel deixando a retaguarda para se pôr à vanguarda contra expressas ordens do comando.

A Maciel e no mesmo dia declarou o Conde lastimar ver tão fiel vassalo quebrar a disciplina militar.

Ignorava o General ainda o terrível revés por êle e sua tropa sofrido ao desempenhar a comissão de deter no sertão de Camapoã certo Pedro Pereira Cibrão que se sabia ser o maior, talvez, dos receptadores do ouro de Sebastião Fernandes do Régo e um dos seus mais fiéis cúmplices.

Malograra-se a diligência, porém, avisado que Cibrão fôra. E o cabo da tropa viria a perecer acabrunhado pelo número dos gentios.

Em princípios de dezembro de 1734, a D. João V expendia Sarzedas maus conceitos sôbre a capacidade militar de Manuel Roiz de Carvalho.

Chegara a notícia do grave revés de Maciel; desastre que êle atribuía à má forma e desordem do Tenente-General.

A primeiro de agôsto de 1734 zarpou do pôrto de Cuiabá a expedição de Carvalho. Era muito vultosa. Além de 28 canoas de guerra levava oitenta de bagagem e montaria e três grandes balsas "casas portáteis armadas sôbre canoas ajoujadas" Tripulavam esta frota 842 homens brancos, pretos e pardos. Todos os brancos tinham patentes militares. Só se diziam soldados os pretos, índios e mestiços.

Durante um mês nada de notável aconteceu. Vagarosa e tranquilamente, Cuiabá e Paraguaí abaixo, desceram os expedicionários.

Antes de chegar à Bocaina viram ao longe, e ao cerrar a noite, diversos fogos. Era a vanguarda dos canoeiros que espiava a vinda da armada.

Surpreendidos à meia-noite e aturdidos pelo súbito desembarque e assalto, perderam os índios quarenta mortos e um prisioneiro. Conseguiram os demais fugir.

Depois desta auspiciosa abertura de campanha navegou a flotilha quatro dias e quatro noites sem pousar até que à margem esquerda de grande baía foram avistados novos clarões de fogueira.

Recomendaram os chefes a maior cautela e as canoas de guerra se aproximaram o mais silenciosamente possível. Pela madrugada abeiraram-se do arraial do gentio. Nesta ocasião e de modo mais intempestivo um soldado preto deu, por conta própria, toques de trombeta que alvorotaram os índios. Correram para as suas canoas com grande algazarra, e investiram bravamente com o adversário.

Mas êste dispusera os seus barcos em duas alas e seus duzentos e tantos mosquetes e uma bôca de fogo carregada de metralha causaram enorme dano aos assaltantes, cujas canoas retrocederam. Fugiram deixando muitos mortos sôbre as águas e correram a abrigar-se em seu arraial, de onde escaparam dez canoas com homens, mulheres e crianças.

Desembarcaram os vencedores mantendo contínua e viva fuzilaria que ainda a muitos prostrou.

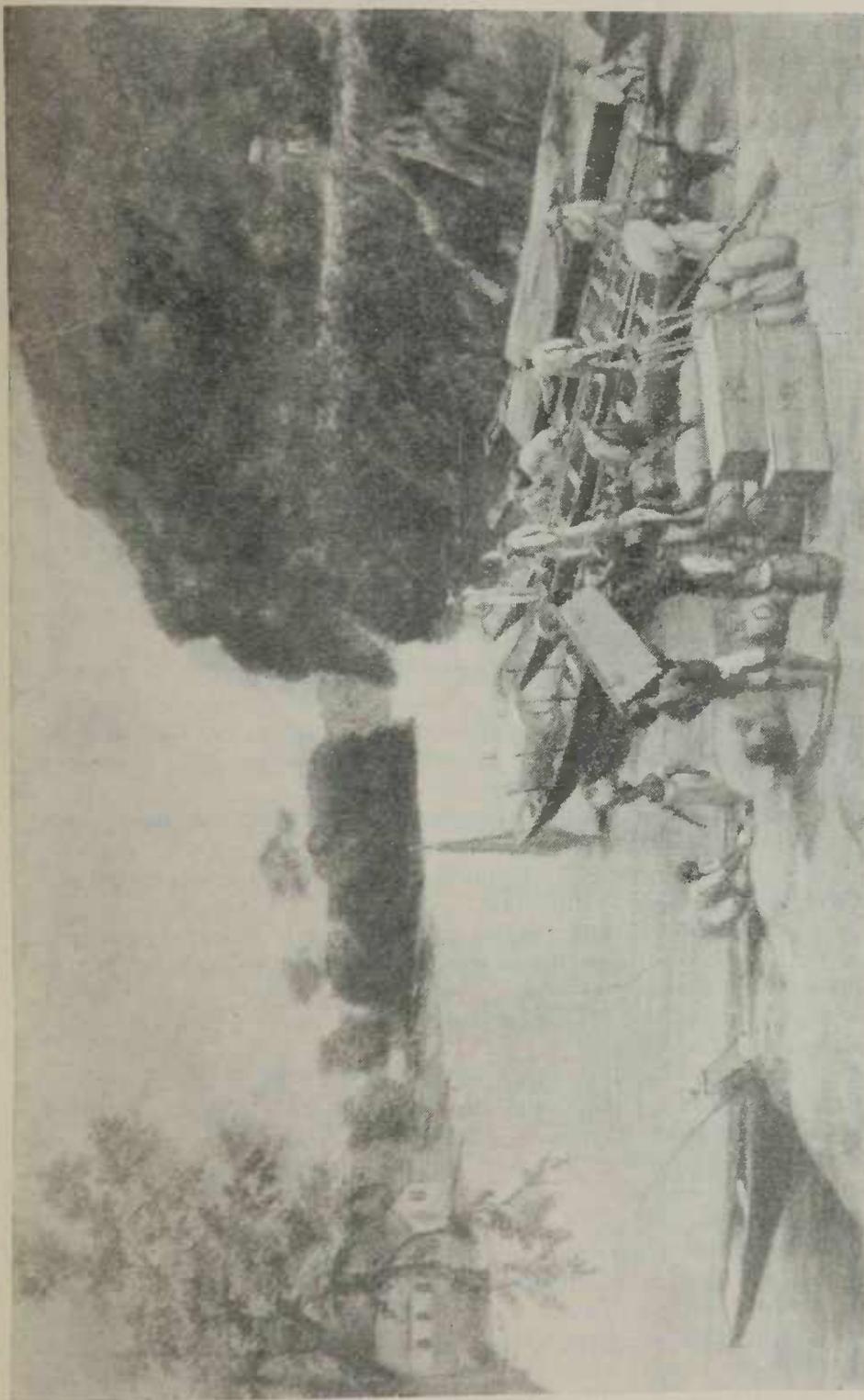
Fizeram os vencedores duzentos e sessenta e seis prisioneiros.

Relata Barbosa de Sá que dos paiaguás perderam a vida naquele dia nada menos de seiscentos.

Afirmam os cronistas que tão estrondoso triunfo apenas custou três mortes aos vencedores.

Tal o número de cadáveres em terra e sôbre o rio que foi a expedição pousar longe do campo de combate "por estar o lugar inficionado"

No dia seguinte reuniu o Tenente General conselho de guerra. Devia ou não prosseguir a perseguição aos vencidos? Votou a maioria pela prossecução das operações mas Carvalho vetou tal resolução. Receava aproximar-se das povoações castelhanas, o que seria desobedecer



Carga de canoas de monção em Pôrto Feliz.  
Quadro de Oscar Pereira da Silva, segundo desenho de Hércules Florence.  
Galeria do Museu Paulista.

a ordens expressas de Sua Majestade. E além de tudo mandara o Conde de Sarzedas que não atacasse os paiaguás além dos seus distritos.

Era então muito delicada a situação política entre as duas coroas ibéricas, por causa da posse da Colônia do Sacramento.

Venceu a opinião do chefe da armada.

Assim, dentro em breve, singrou a expedição vitoriosa águas do Paraguai rumo de Cuiabá. Imagine-se o que terá sido o entusiasmo da acolhida aos desforçadores de tantos e gravíssimos reveses.

Aflito esperava Sarzedas notícias. Dizia a D. João V que tudo quanto viera já a saber o induzia a queixar-se do Tenente-General.

Os vassallos de Cuiabá haviam-se esforçado por acudir ao seu apêlo do modo mais veemente, mas com muito pouco fruto, à vista da frouxidão e pouco agrado do comandante em relação à sua gente.

Alguns dias mais tarde, a 24 de dezembro de 1734, pôde o Governador dar notícias auspiciosíssimas ao Rei: “ficara aquela bárbara canalha paiaguá totalmente destruída”.

Pouco depois endereçou ao Vice-Rei Conde de Sabugosa largo relatório sôbre a expedição de Rodrigues de Carvalho, a quem acoimava de inepto e pérfido. Desobediente às suas instruções dispersara fôrças. Daí o revés que causara a morte de Gabriel Antunes e sessenta brancos. Ainda bem que outro paulista cujo nome não declarou pudera recharsar os índios, retomando-lhes vários prisioneiros.

Depois dêste êxito haviam os paiaguás surpreendido um trôço de gente branca matando a vários e a outros aprisionando.

Chegado a Cuiabá após êstes dois reveses mostrara-se Carvalho desalentado. Felizmente as cartas endereçadas à Camara local e a vários moradores notáveis haviam produzido efeito.

Ocorrera larga e poderosa cooperação daqueles vassallos zelosos. Partira a expedição largamente armada e municuada.

Mercê de Deus ocorrera estrondoso triunfo e esmagara-se um genio que se mostrava inconquistável.

Da prêsa de guerra fazia parte material de procedência espanhola. Confirmava isto o fato de que os canoieiros mantinham relações com os jesuitas das missões castelhanas.

A 26 de março de 1735 escreveu Sarzedas longa e áspera carta a Rodrigues de Carvalho.

Exprobrou-lhe o visível temor com que agira na primeira fase das operações. Se partira mal equipado a culpa era exclusivamente sua. Mostrara-se incapaz, impolítico e sem compostura, a depreciar os comandados como quando aos paulistas chamava bêbedos, amancebados, régulos e pusilânimes!

Desobedecera ao regimento de guerra que lhe fôra dado. À sua inépcia se devera o terrível revés de Gabriel Antunes.

A segunda fase da campanha, alegava o Conde cada vez mais irritado, devera-se à pressão dos moradores de Cuiabá. Se não êle, Carvalho, não se abalançaria a empreendê-la. E a vitória fôra tão acima do que se podia esperar de sua capacidade e atuação, que nela eram evidentes os característicos de verdadeiro milagre divino.

Admirava-se que agora pretendesse voltar a S. Paulo sem o beneplácito dêle, governador, nem haver concluído o que se lhe ordenara. Seria isto certamente muito pouco do agrado de Sua Majestade, pois queria o monarca que permanecesse no Cuiabá até que o país ficasse desassombrado do seu “horroroso gentilismo”

O que soubera muito bem provocar fôra a rivalidade entre reinóis e paulistas, coisa das mais sinistras conseqüências. Daí proviera a morte de Maciel e seus sessenta paulistas afastados do grosso da sua tropa, graças à sua grosseria e desfeitas. A vitória devera-se ao valor dos cuiabanos e muito pouco a êle.

A 31 de março de 1735 escrevia Sarzedas à Câmara de Cuiabá, jubilosíssimo porque os cuiabanos “podiam cantar a glória de um triunfo alcançado por Deus milagrosamente” havendo cada um dêles oferecido ao seu Príncipe as vidas e as fazendas, deixando na fama dêstes progressos eternizados os seus nomes para com êles blasonar a sempre ilustre e briosa Nação Portuguêsa”.

Prova de quanto, apesar do terrível morticínio de 1734, estavam os canoeiros ainda cheios de fôrça e audácia foi o que ocorreu em 1735. Alcançaram brilhante desforra do revés do ano antecedente.

Grande monção de cinqüenta canoas, capitaneada por José Cardoso Pimentel singrava o pantanal, quando a assaltou um “tumulto de paiaguás”.

Estarrecidos foram-se rendendo os monçoeiros, apesar do heróico exemplo de seu comandante. Por duas horas resistiu Pimentel a quem não menos bravamente secundava uma mulher mulata, alentejana, chamada Maria. Durante duas horas pelejou até sucumbir ante a desproporção numérica. Ficou ainda a combater “a forte matrona, pelejando contra tôda a brutina fúria até que, esgotada em sangue, passou desta à eterna vida”.

Outro combatente heróico foi um prêto benguela, Sebastião, homem corpulento, que armado de varejão matou vários índios com tremendas porretadas e depois perdendo a clava ainda se bateu bravamente não havendo fôrças que o subjugassem, a aplicar aos agressores murros terríveis que os deixavam atordoados. Afinal, vencido pelo número, caiu prisioneiro.

Da grande monção de Cardoso Pimentel só escaparam dois brancos e dois pretos fugidos numa canoa ligeira.

Em princípios de 1736 novo e assinalado triunfo alcançaram os índios.

Subia “do povoado” grande monção, quando se viu assaltada no mesmo e sinistro ponto do Carandá por grande esquadriha.

Defendeu-se o chefe da expedição, Pedro de Morais Siqueira, com verdadeiro heroísmo, secundado por um franciscano, Frei Antônio Nascimento, alcunhado o *Tigre*.

Mataram a muitos dos índios, até serem prostrados pela superioridade dos agressores.

Dispersou-se a monção e o gentio apresou várias canoas.

Três monçoeiros escaparam, porém. Reunindo diversos dispersos deram súbitamente sobre os índios com tamanho ímpeto que a muitos mataram, conseguindo arrebatá-los grande número de prisioneiros e canoas.

Nesta façanha sobressaiu-se muito Manuel Rodrigues do Prado, "mulato fusco" filho de Pindamonhangaba, alcunhado Manduaçu, homem de notável corpulência, "extremado em forças e valor" e ótimo atirador.

Auxiliado por sua mulher deixava as armas para pegar do remo, dando estrepitosas risadas a convidar os adversários, por meio de acenos, a que se aproximassem. Espantados de tamanha coragem, retrocederam os índios, a quem perseguiu, matando alguns.

Foi em 1736 que se estabeleceu comunicação direta entre os dois centros dos novos eldorados brasileiros: o Cuiabá e os Goiasés, por picada que vencia cem léguas. Abriu-a Antônio de Pinho Azevedo, a quem deram ajuda diversos cuiabanos.

## CAPÍTULO XVI

---

*Depressão da produção nas lavras cuiabanas.  
O êxodo para as novas minas de Mato Grosso.  
Representação da Câmara de São Paulo sôbre a necessidade  
de via terrestre para o Cuiabá.  
Novas miragens auríferas.  
Supressão da Capitania de São Paulo.*

**B**aixou Sarzedas regimento para a Provedoria da Fazenda Real do Cuiabá eminentemente policial, pois atribuía ao Provedor uma série de atribuições fiscalizadoras fora da alçada financeira.

Assim, estivesse atento a que não entrassem clérigos sem a devida licença dos superiores e do General da Capitania, pretensos negociantes, soldados de linha, desertores, receptadores de índios das aldeias reais, mulheres meretrizes, contrabandistas e seus auxiliares os ourives, etc.

Devia ainda impedir a escravização dos parecis e perseguir os descaminhadores dos quintos, indivíduos indignos de qualquer comiserção.

O rendimento dos quintos baixara muito com a diminuição da exploração das lavras. Foi o Provedor avisado de que deveria agir com prudência na cobrança da capitação. Fizesse o lançamento conforme o estado da terra, procurando quanto possível cingir-se ao regimento da cobrança por bateias, como se procedia nas Minas Gerais, mas sem oprimir os povos, já tão diminuídos.

Continuava Cuiabá, apesar de tudo, a exercer forte atração sôbre os espíritos aventureiros.

Ao General dizia o ouvidor Pereira que encontrara a terra em miserável estado pela falta de ouro e o êxodo para o novo jazigo de Mato Grosso.

“Êstes paulistas só cuidam em novos descobrimentos para viverem a seu gôsto, livres das justiças! exclamava.

E vendo que os seguem irão fazendo outros em partes remotas, a que se não possa ir pela grande distância”.

Convinha que o General pusesse paradeiro a tão mau vêzo, começando por fazer voltar de Mato Grosso os emigrados do Cuiabá.

A 26 de junho de 1736 escrevia Sarzedas a D. João V alarmado. Geral o êxodo de moradores para as novas minas.

Andava a Vila do Bom Jesus despovoada e os que não emigravam viviam muito assustados com a possibilidade de agressão dos paia-guás cada vez mais combativos.

Quando se supunha que a expedição de Rodrigues de Carvalho os aniquilara reapareciam tão poderosos quanto audazes. Afirmavam sertanistas de larga experiência que aquêlê inimigo era inconquistável. Assim, a via fluvial cada vez mais inspirava receios aos que a percorriam, impondo-se a abertura de outra.

A 14 de julho de 1736 representava a Câmara de São Paulo a D. João V, com extraordinária veemência sôbre a inadiável necessidade da abertura de uma via terrestre para o Cuiabá.

Insólita e àsperamente se referiu aos delegados régios: “Os que têm estado nesta capitania não cuidam em aplicar o remédio para se atalharem semelhantes danos, o que devemos esperar da real grandeza e comiserção de V. Majestade, porque os Governadores põem olhos nos seus interesses, perecendo o bem público e o mais importante: o real serviço”

Andavam as minas muito diminuídas e ninguém entre os sertanistas se abalçava a sair em busca de novos descobrimentos.

Dando largas ao ressentimento ousavam aquêles vassalos magoados manifestar-se ao soberano em tom muito fora das normas de intenso respeito.

O mal era que os delegados do Trono não atendiam aos conselhos daqueles que melhor sabiam empregar-se ao serviço de Sua Majestade à custa de suas vidas e fazendas, tendo por desgraça serem paulistas.

“Êstes, Senhor, concluía o libelo, só ficam com o trabalho dos serviços feitos a Vossa Majestade que, com liberalidade, sabe despender de sua Real Fazenda, dando soldos e ordenados aos que querem lograr as maiores conveniências e pôr em consternação esta Capitania”.

Com altanaria rara naquelas épocas, recordava a Câmara que a Capitania de S. Paulo podendo estar próspera achava-se pobre e necessitada. Isto quando graças ao seu descobrimento as minas dos goiases tanto tinham avultado.

Agora, tanto estas como as do Cuiabá estavam em grande depressão. Os regentes a elas enviados oprimiam os povos que “por corridos ou por vexados desertavam, buscando a liberdade nas partes mais longínquas dos sertões”.

Impunha-se a abertura do caminho terrestre do Cuiabá em terreno que evitasse os pantanais e a região infestada pelos guaicurus fortes e belicosos.

Duas companhias de tropa paga, estabelecidas entre os rios Meia Ponte e Guacurumbá (Corumbá?) seriam suficientes para conter êstes índios e os caiapós.

Em setembro de 1737 apareceram em Cuiabá os abridores de picada para Goiás, trazendo “cavalarias e gados”, os primeiros que entraram nesta povoação”, informa o cronista.

A abertura desta via provocou o trânsito de muita gente que deixou Goiás deslumbrada pelos prodígios que se propalavam sobre as riquezas do solo guaporeano.

Para as paragens do afluente do Mamoré despejavam-se os cuiabanos em massa. Em 1737 partiram o melhor de mil e quinhentas pessoas, capitaneadas pelo próprio Ouvidor João Gonçalves Pereira, indivíduo trêfego e desassissado.

Sarcástico, comenta Barbosa de Sá que êstes retirantes “foram ajudar os que lá estavam a curtir maleitas malignas e sezões que todos os dias iam a enterrar dez e doze, e às vêzes mais”.

Para S. Paulo contemporâneamente retirou-se o Tenente-General Manuel Rodrigues de Carvalho com 120 pessoas e oitenta arrôbas de ouro do Guaporé.

Com a partida de tanta gente, da já tão escassa população, viu-se Cuiabá praticamente deserta, conta-nos o seu cronista.

“Ficaram casas, sítios, lavras, tudo deserto e sòmente na vila sete homens brancos entre seculares e clérigos e alguns carijós. De gente preta só algum pajem que servisse ao seu senhor de portas a dentro!

Tal o reclamo de braços para o Mato Grosso que subiu imenso o preço dos escravos. Chegaram a ser vendidos por quinhentas oitavas de ouro (perto de 1 800 g!) ou 750 mil réis, custo absolutamente fantástico para os preços e a vida do tempo.

Por cúmulo de males apareceu em 1738 como Provedor da Real Fazenda, certo Dr. Manuel Rodrigues Tórres, terrível escorchador dos povos.

Também enorme onda de clamores se encaminhou ao gabinete de Gomes Freire de Andrada.

Em 1739 viu-se semelhante flagelo feito homem às voltas com as contas que o General lhe mandou tomar pelo ouvidor, sendo então prêso e processado como malversador.

Em janeiro de 1740 foi uma monção atacada pelos paiaguás. No combate então travado destacou-se pela bravura o ituano Jerônimo Gonçalves Meira. Venceu-os embora perdendo os seus remeiros e outros companheiros. Perseguiu-os, matou parte dêles, afugentando o resto.

Chegaram a Cuiabá desagradáveis notícias.

Jesuítas castelhanos andavam a aldear os índios na região das cabeceiras do rio Cuiabá.

Convocou o ouvidor o povo a uma junta para se estudar o grave caso, junta realizada em fevereiro.

Resolveu que aos aldeados dos jesuítas se enviassem, com presentes, os bororos mansos, a fim de os convencer da conveniência de emigrarem para Cuiabá!

Corrou-se de completo êxito o alvitre. Conseguiram os bororos que os guaraparés desertassem em massa o que levou os jesuítas a voltar às suas aldeias em terras do Alto Peru.

Desde aí cessou tôda e qualquer comunicação entre vassallos de uma e outra coroa na região guaporeana.

De Vila Boa, a 14 de outubro de 1742 dizia D. Luís de Mascarenhas ao ouvidor Gonçalves Pereira ter sabido que na Vila de Bom Jesus se preparava uma frota a comerciar com aldeias castelhanas. Como que é que s. m. não impedia tal expedição, expressamente proibida por Sua Majestade, que não admitia a mínima comunicação de seus vassallos com os de Espanha?

No mesmo dia escreveu o sátrapa ao Vice-Rei denunciando a leviandade do ouvidor Mota.

Em todo o caso julgava que tais despropósitos não chegariam a provocar as armas de Castela a se moverem contra as de Portugal, na fronteira mato-grossense e com possíveis repercussões na Europa.

Voltando D. Luís a S. Paulo, longamente escreveu a Gomes Freire.

Observou-lhe quanto as coisas da fronteira haviam alarmado a Côrte, muito receosa dum assalto espanhol às minas do Cuiabá e Mato Grosso, no gênero da recente e súbita agressão da gente de Buenos Aires à Colônia do Sacramento.

Neste caso as ordens eram manterem-se os portugueses na defensiva mas do modo mais firme, desenvolvendo todo o esforço para salvar o sertão e seus domínios de caírem às mãos dos castelhanos.

Os elementos de defesa em Cuiabá eram praticamente nulos. Tornava-se necessário entrincheirar a vila do Bom Jesus, e ali estabelecer armazéns de víveres e munições.

Convinha também escolher-se local em certo pontal, a nove dias de viagem de Cuiabá para ali se levantar fortificação com guarnição estável tirada das forças de Santos e Rio de Janeiro.

Serviria tal forte de antemural de Cuiabá.

Mas também se tornava preciso que junto a tal fortificação fôssem aldeados trezentos ou quatrocentos bororos, homens bravos e fiéis.

Custaria isto largas somas à Fazenda Real mas os resultados daí decorrentes seriam os melhores. Nada porém sucedeu naquela fronteira que justificasse os temores da Côrte e de seus delegados.

Três anos mais tarde escrevia D. Luís de Mascarenhas ao novo ouvidor, Nogueira, a propósito da expedição que se preparava contra os paiaguás aplaudindo que se houvesse exigido dos expedicionários não entrassem em terras de Castela “cláusula que os bandeirantes haviam assinado com grande repugnância”, informava.

Para a região dos guaicurus partiu em “embaixada de paz” o Capitão Antônio José de Medeiros com 140 homens armados, em seis canoas de guerra e outras tantas bagageiras. Contava não só demover os cavaleiros da aliança com os paiaguás, como ainda passar a hostilizá-los.

Foi o encontro cordial e os guaicurus receberam muitos presentes. Deram em troca alguns carneiros. E ao mesmo tempo prometeram fornecer grande cópia de cavalos. Propôs-lhes Medeiros aliança contra os paiaguás, declarando os índios que no caso de guerra entre Portugal e Espanha tomariam o partido português.

No dia seguinte desembarcou grande parte da tropa de Medeiros confiante na harmonia da véspera, desprevenida e desarmada.

Súbitamente, quando menos esperava assaltou-a o gentio. Aos brados de socorro mandou Medeiros disparar o canhão de que dispunha carregado com metralha. Fugiram os índios e desembarcando os cuiabanos verificaram a extensão da chacina feita pelos pérfidos guaicurus. Enter-raram cinquenta de seus companheiros, encontrando-se apenas cinco índios mortos.

Assim se malogrou tràgicamente o intento da conquista da aliança com os cavaleiros.

Em 1744, e à vista do que o informaram sôbre as minas do Guaporé, resolveu D. João V elevar Mato Grosso a cabeça de capitania.

Continuavam os paiaguás em suas tropelias, mas em muito menor es-cala. Em 1744 atacaram a pequenina flotilha de Antônio Alvares de Si-queira. Embicando as canoas ao barranco entrincheirou-se Siqueira num reduto onde abriu vivíssima fuzilaria que os obrigou a fugir com grandes perdas.

Pouco depois vingavam-se, surpreendendo o estabelecimento que certo João de Oliveira formara à margem do Paraguai — “formoso ar-raial de muitos moradores”.

Surgindo súbitamente à noite, mataram muita gente e reduziram a cinzas tôdas as casas do povoado. Muito poucos foram os que lhes esca-param à sanha.

Um ano antes haviam os canoeiros assaltado, súbitamente também, outro “reduto”, o de Saipê, onde existia um acampamento de pescadores.

A 1745 assinalou a abertura de duas minerações novas: a do Co-rumbiara, no sertão do Guaporé e a do Arinos, nas selvas das cabeceiras do Tapajós.

A primeira foi intentada por gente de muito escassos recursos. Viu-se abandonada em 1748. Quase nada rendera, voltando os mineradores à sua faina de “procurar gentios, emprêgo dos homens pobres”, diz pito-rescamente o cronista. Mas a muitos isto custou a vida, pois como de esperar poucos foram os escapos às agruras da emprêsa.

O encontro das pretensas jazidas das cabeceiras do Arinos foi feita pelo mestre de campo Antônio de Almeida Falcão, filho do ilustre Fer-nando Dias Falcão. Era aliás um dos mais notáveis sertanistas do Brasil Central.

Para o novo descoberto logo concorreu muita gente do Cuiabá e Mato Grosso. Recorda Barbosa de Sá que tudo isto se fêz à custa de muito sacrifício.

Chegaram a farinha e o feijão a valer dez oitavas (35,6 g) de ouro por alqueire!

De modo catastrófico terminou a aloucada emprêsa do Arinos.

“Retirou-se o povo com notável perdição, deixando-se casas, roças e lavras que se haviam feito com grande custo e empenhos nos preços dos mantimentos”.

Perda irreparável esta! “Pôs em consternação as povoações de Mato Grosso e Cuiabá por despejarem os povos de uma e outra para dito des-coberto.

Recolheu-se José Pais Falcão, filho do mestre de campo, a sua propriedade de Cocais, a 30 quilômetros de Cuiabá.

Continuou a minerar e a prosperar. Dêle dizia Pedro Taques em 1764 que de duzentos escravos dispunha. A sua fazenda tão grande era que parecia uma vila.

Com o correr dos anos cresceria o prestígio dêste sorocabano. O primeiro Capitão-general, D. Antônio R. de Moura a êle freqüentemente apelou em ocasiões do real serviço, como quando em 1762 resolveu expulsar da margem direita do Guaporé os castelhanos que pretendiam impedir o comércio entre Belém do Pará e Mato Grosso.

E em 1764 “estava guardando, à sua custa, um passo no qual conservava gente armada com fôrças capazes de resistir ao inimigo”.

Já o pai Antônio de Almeida Falcão não existia. Sentindo-se avançado em anos, recolhera-se à vila natal.

Mas ali o mandaria procurar Gomes Freire de Andrada, em 1753, quando já contava 75 anos de idade.

Incumbiu-o de ir ao Salto das Sete Quedas escoltando os demarcadores dos limites das duas Américas.

A testa de oitenta escopeteiros, partiu de Araraitaguaba, desceu o Paraná, chegou às Sete Quedas e tomou a barra de um rio que os antigos paulistas chamavam Camambaia a que remontou.

Ali fêz desembarcar a sua tropa e com aquêl senso dos rumos, dos insignes mateiros da grei a que pertencia e a precisão do noroesteamento, êmula da dos pombos correios, escolheu uma direção através de selva densa do norte paraguaio.

“Saltaram para terra confiados no valor das armas e penetraram com tanta felicidade que, fazendo picada por uma mata de quinze léguas, deram em campanhas rasas e na vila de Curumatim, onde se achava a partida do Sargento-mor José Custódio de Sá e Faria, narra Pedro Taques.

Reunidas as duas expedições tomaram o mesmo itinerário descoberto por Falcão, chantando-se os marcos no lugar e sítio destinado para a divisão no tratado de Madri.

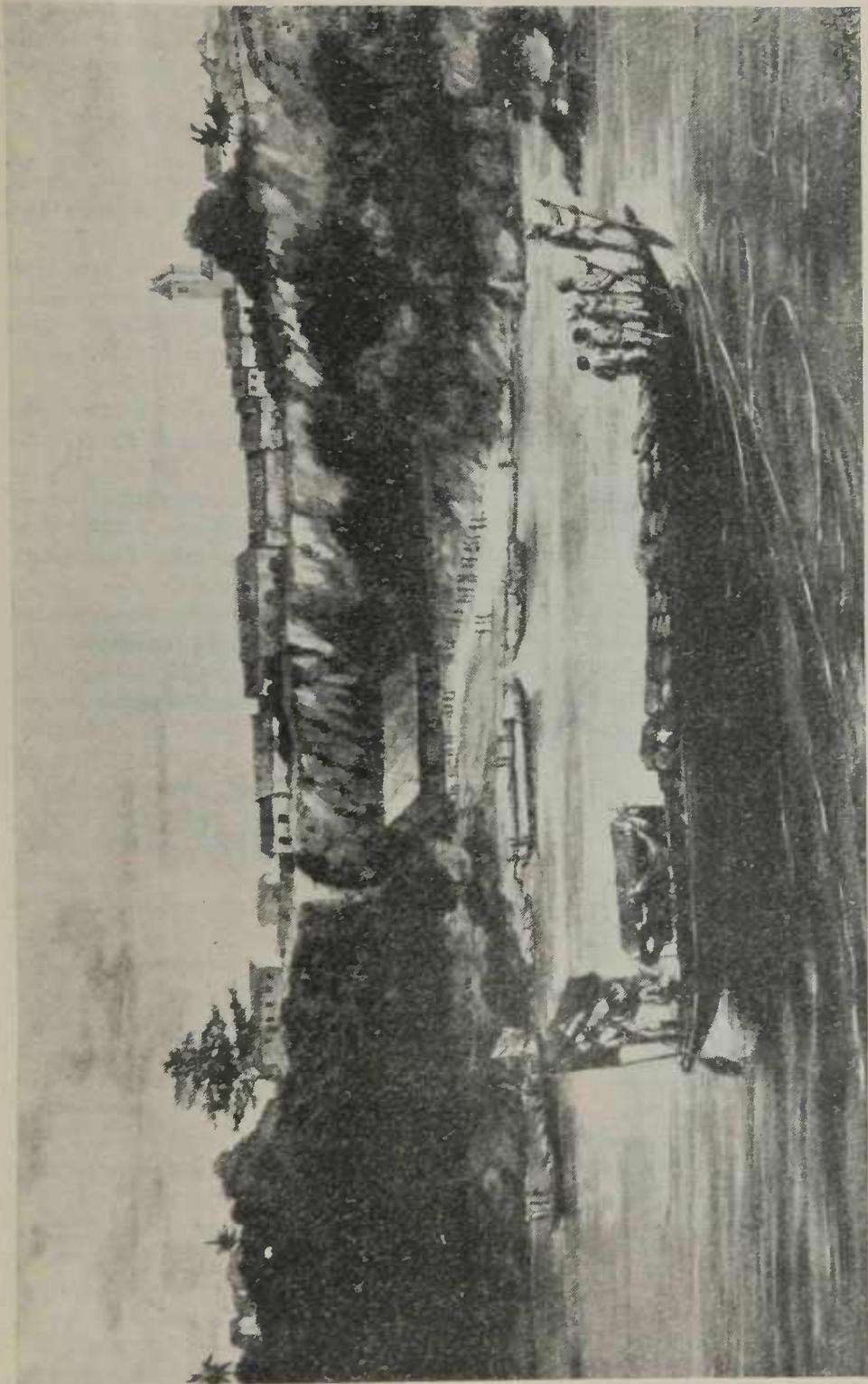
“Para S. Paulo se recolheu Falcão que chegou com feliz successo, com todos os seus soldados. O prêmio desta ação foi o louvor que se lhe deu. E recolheu-se à sua casa na vila de Sorocaba”

Fôra demasiado o esfôrço! Não tardaria a morrer, no decurso de 1755.

A 5 de outubro de 1747 ordenou D. Luís de Mascarenhas ao Ouvidor de Cuiabá que organizasse uma flotilha permanente de seis canoês armados em guerra, que serviriam de escolta às monções transportadoras dos reais quintos.

Continuavam inseguros os rios onde os terríveis e incansáveis canoeiros continuavam a ameaçar novas agressões.

Em bando de 9 de outubro de 1747 anunciou D. Luís que Sua Magestade determinara que no distrito de Mato Grosso da comarca de Cuiabá se erigisse uma vila.



Partida de uma monção de Póito Feliz.  
*Pintura de Oscar Pereira da Silva, segundo desenho de Amado Adriano Tannay.*  
Galeria do Museu Paulista.

E para recompensar quem fôsse assistir em tão remotas partes de sua monarquia queria que os oficiais da nova edilidade gozassem dos privilégios e prerrogativas dos membros do Senado da Câmara de S. Paulo.

Uma série de vantagens se ajuntavam aos futuros detentores dos officios de justiça.

Mas o que era mais importante numa região de mineração vinha a ser que os quintos se reduziram naquelas novas minas a dízimos. Dos demais dízimos só se cobriam os devidos à Igreja.

O desaparecimento da capitania autônoma de S. Paulo em 1748 decorreu, de tal estamos convicto, de mera questão pessoal entre Gomes Freire de Andrada e D. Luís de Mascarenhas, questão acirrada pelo caso da fixação dos limites entre as capitanias de S. Paulo e Minas Gerais. Longa contenda que durou quase dois séculos então incipiente.

Convém em todo caso recordar que o aventador de tal alteração deve ter sido o Conde de Sarzedas na junta realizada em S. Paulo a 25 de abril de 1735 e da qual teremos de tratar.

Retomou Gomes Freire a questão e como na Côrte dispusesse de outra influência que não o Conde d'Alva levou a melhor o adversário mau grado a forte, tenaz e longa resistência por êle oposta a tão injusta medida.

Desta questão nasceria a clamorosa *capitis diminutio*, de dezessete anos em que os paulistas viram a sua gloriosa capitania reduzida a humilhante situação de mera comarca do Govêrno da Repartição do Sul exercido pelo imperialista, futuro Conde de Bobadela, até o dia de sua morte a 1.º de janeiro de 1763.

## CAPÍTULO XVII

---

*O anal de Vila Bela e seus preciosos informes.  
A jornada de Artur e Fernão Pais de Barros.  
Os primeiros anos das minas de Mato Grosso.  
A peste de 1738. Informes econômicos.*

Em 1734, como vimos, ocorrera pelos irmãos Pais de Barros a descoberta das Minas de Mato Grosso, cujo nome se estendeu depois a toda a enorme região, mais tarde província e depois Estado de Mato Grosso e Território do Guaporé.

Naquela zona se ergueria a prestigiosa aglomeração de Vila Bela depois cidade de Mato Grosso, a “Cidade do ouro e das ruínas”, como entendemos apelidá-la, sede do governo mato-grossense, a residência dos Capitães-Generais.

O acaso nos trouxe às mãos interessante documento do enorme acervo manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa: “*Anal de Vila Bela dês o primeiro descobrimento dêste sertão de Mato Grosso, no ano de 1734*”

Imprimimo-lo no tomo X dos *Anais do Museu Paulista*.

Muito do que nêle se consigna encontra-se nos velhos autores de Mato Grosso. Mas supomos que algumas de suas informações sejam inéditas.

Principia descrevendo a jornada dos irmãos Artur e Fernão de Barros ao “far west” da bacia do Guaporé, realizada “com aquêlê empenho com que os Paulistas, costumavam cursar, os Sertões a conquista do Gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro, e por cujo respeito se foram descobrindo, e habitando os sertões interiores dêste Brasil, e daí se seguiram os descobrimentos das Minas.”

Em 1734 saindo de Cuiabá, e num afluente do Galera e confluente do Guaporé, encontraram boa pinta aurífera.

Ali permaneceu Artur, indo Fernão avisar do ocorrido a Antônio de Almeida Lara, então Regente do Cuiabá, a pedir-lhe ferramenta, pólvora e chumbo. Mandou Lara que o sargento-mor Antônio de Abreu voltasse com Fernão a examinar o descoberto mas negou-se a lhe dar o que pedira. Partiu Abreu com os carijós dos dois Barros e o sobrinho destes, João Martins Claro.

Voltando da paragem do ribeirão aurífero tributário do Galera, verificaram que Artur se transferira, com o seu gentio, para as margens de outro ribeiro, o Maqueberé.

Pouco depois Fernão Pais e Abreu descobriram novos ribeirões auríferos. Voltou Abreu a Cuiabá em 1735 levando amostras e as melhores informações da “fertilidade” do novo jazigo.

Apesar da acirrada oposição do Ouvidor Vila Lôbos, começou o êxodo dos cuiabanos para as novas minas.

A examinar a região partiu, em 1736, o brigadeiro Lara com grande comitiva na qual figuravam vários bandeirantes de renome.

Ao local chegou a 2 de julho e em agosto viu “picar a peste”, que lhe arrebatou muitos dos acompanhadores “assim brancos como carijós e negros”.

Foi muito áspera a mineração em diversos pontos, escreve Gonçalves da Fonseca, perecendo numerosos faiscadores.

Entre a Chapada e o rio Sararé abriu o Padre José Manuel Leite Pentecado lavra de grande conta que o opulentou.

Traz o *Anal* um rol dos preços dos gêneros alimentícios e artigos de vestuário correntes nas novas minas, exorbitantes como só poderiam ser. Basta lembrar que um quilo de carne de vaca chegou a valer duas oitavas de ouro (7,172 g). Um alqueire de feijão (13 litros) vendeu-se por 7,1 g, um prato de sal por 15,3 g, uma libra de açúcar (459 g), por 25,1 g.

Era a repetição do que se passara à margem do Coxipó ao se descobrir o ouro do Cuiabá quando a fome obrigara os primeiros moradores a pagar por um dourado quatro e cinco oitavas de ouro e por um jáú uma quarta.

Escrevendo ao Vice-Rei Conde das Galvérias, a 22 de maio de 1740, dizia-lhe D. Luís de Mascarenhas que às minas do Cuiabá e de Mato Grosso cabiam certas grandezas. Mas só o que tinha demais o Mato Grosso era ser cemitério de negros, sendo lá enorme a mortandade de escravos.

Mostrava-se o sátrapa meio apreensivo de que por aquelas minas chegassem os portugueses a ver a cara dos castelhanos. Era preciso povoar aquela conquista recente, o que o Vice-Rei devia encarecer a Sua Majestade.

A aventura do Arinos trouxe incalculável miséria a Mato Grosso.

Os cuiabanos também tiveram enorme prejuízo, pois voltaram da aventura endividadíssimos e sofrendo execuções judiciais.

Quando Gonçalves da Fonseca escreveu a sua *Notícia* em 1750, talvez haveria no Mato Grosso uns oitenta homens livres. Sete casas de gente branca e seis de mamalucos. Da “plebe ínfima de bastardos, mulatos e pretos forros haveria maior número” Os negros de Guiné escravos, chegavam a mil e cem, dos quais seiscentos empregados na mineração e o resto em lavouras.

Apesar do tão pequeno número de mineradores e da falta d’água que paralisava os trabalhos, a média da produção anual do ouro atingia cinqüenta mil oitavas (179 quilos) em capitação, dízimos, ausentes e mais pagamentos.

O centro de abastecimento do Mato Grosso era Cuiabá, que por sua vez quase tudo recebia do Rio de Janeiro.

Por preços fabulosos chegavam os gêneros. O alqueire do sal saía do Rio por 2\$200 e vendia-se em Mato Grosso a 30\$940. Já se havia vendido a 25 oitavas (37\$500), a 32 (48\$000) e já “houvera apêrto” em que cada prato de mesa de sal se vendera a seis oitavas (9\$000).

Afinavam-se os preços dos gêneros pelo do sal. A pólvora, as ferramentas mercavam-se caríssimas. Viviam os moradores em continuada penúria, alimentando-se sobretudo de feijão, farinha e toicinho.

O peixe era raro e raríssimo “sôbre não ser a melhor vianda para a saúde naquele extravagante clima”

No caminho de Cuiabá a Mato Grosso, em Pindaituba achava-se afazendado o Capitão Antônio Francisco da Silveira.

Era o único morador de todo o distrito mato-grossense que “se achava em bom estabelecimento”.

Muito sensatamente recusara-se a participar das aventuras de prospecção.

Falando das minas da Chapada conta Gonçalves da Fonseca que nesta zona o regime das águas é muito irregular. Chegavam os ribeiros a quase secar durante meses e meses, a ponto de impedir o trabalho das minas a talho aberto.

A princípio fôra o metal encontrado à flor da terra, em muitos lugares. Assim, no jazigo chamado do Gengibre “por imitarem às raízes desta planta as folhetas de ouro”. Não houvera trabalho de socavões mas também “expirara logo a grandeza desta abundância preciosa”

Em S. Francisco Xavier pintara o ouro muito mais do que nos dois arraiaizinhos da vizinhança de Santana e do Pilar, onde em todo o caso o jornal chegava a duas oitavas.

Em janeiro de 1751 recebeu Cuiabá a mais prestigiosa visita: a de um delegado imediato de Sua Majestade Fidelíssima a quem Deus guardasse, D. Antônio Rolim de Moura, Capitão-General Governador da recém-criada Capitania.

Depois de certa demora, resolveu ir visitar as minas guaporeanas, partindo a 30 de junho.

Por volta de 1750, relata Gonçalves da Fonseca, contariam a vila de Cuiabá e seu recôncavo mais ou menos mil fogos.

No seu distrito existiam dezesseis engenhocas de aguardente. Nos serviços de mineração da lavoura haveria a trabalhar uns três mil escravos de Guiné, alguns índios “libertos e administrados” empregados no serviço doméstico por incapazes de labor mais vigoroso.

Das casas da vila muitas eram de madeira e barro, outras de “taipa de pilão com seu sobrado”, algumas de alvenaria.

Existiam na redondeza fornos de cal constando que a vila do Senhor Bom Jesus era “a parte única da nossa América em que havia êste socôrro sem dependência do Reino”

Havendo realizado o enorme percurso de Araraitaguaba a Cuiabá, não trepidou Dom Antônio Rolim de Moura em rodar Guaporé abaixo até a altura das novas minas, “para o que fêz canoa sem embargo de ser a fama comua de que êste rio tinha saltos e sumidouros. Nada o despersuadiu, e com os seus escravos e parte da sua comitiva se meteu

em duas canoas e rompendo as muitas tranças de paus caídos e tapagens, em cinco dias chegou a um campo chamado Pouso Alegre. Depois de realizar vários percursos fluviais e terrestres, escolheu local para nêle erigir a nova vila determinada pelo Rei para servir de capital do novo distrito aurífero. Tal fundação se efetuou a 19 de março de 1752, levantando-se pelourinho e elegendo-se os oficiais da primeira câmara municipal da vila da Santíssima Trindade.

Mas era o local muito doentio. Explica o analista que procediam as moléstias, “não só de estarem os ares ainda brutos, mas principalmente pela muita falta dos víveres para o sustento ainda dos que produzia o País.

Não havia mais que feijão e toicinho, e ainda êste com trabalho se alcançava dos sítios antigos da chapada, e com mais falta de trabalho, se conseguiam as galinhas, e era o sustento ordinário a caça de aves do mato, e o peixe do Rio”.

Ao relatar a fundação de Vila Bela, “em um charco, moradia de jacarés e capivaras”, escreveu Joseph Barbosa de Sá uma série de conceitos os mais depreciativos.

Poucos lugares do mundo, aliás, adquiriram reputação de insalubridade tão considerável quanto Vila Bela de Mato Grosso que, como geralmente se sabe, acabou deserta, por causa, sobretudo, da dizimação de seus habitantes pelo terrível *maculo*.

Em 1788 a tal respeito traçou Lacerda e Almeida uma página sinistra.

Terras fertilíssimas aquelas: com matas e campos apinhados de caça, rios piscosos, florestas magníficas. “Porém, o que faz a riqueza do país, o que serve de grilhões aos homens, observa o ilustre astrônomo paulistano, são as boas minas de ouro que tem e de subido quilate”.

Naquele milésimo era a mineração guaporeana a mais rica de quantas contava Portugal.

Desapareceu, praticamente, a vila da Santíssima Trindade, aniquilada pelo seu clima. Passou a cidade do ouro a ser a das ruínas, evocando o seu nome na nossa tradição nacional um território onde aos míseros escravos dizimou a implacabilidade climática, território onde mais uma vez o desvairamento do ouro converteu-se em fonte de sofrimentos e sacrifícios enormes, e onde vultosos escombros demonstram a tenacidade dos desbravadores em se apropriarem e amanharem tão longínquo e mortífero rincão.

No que se salvou da enorme *Nobiliarquia Paulistana* encontram-se referências maiores e menores a alguns exploradores e povoadores do Cuiabá e do Mato Grosso. A vários dos grandes sertanistas consagra extensas notas.

Ao lado dos nomes de prol outros aparecem nas páginas da grande obra do linhagista, mais modestamente, mas ainda assim com destaque, alguns, pelo menos.

Assim, por exemplo, as do Padre Vito de Madureira Calheiros, neto de Fernando Dias Falcão, sorocabano, clérigo secular, a quem mataram os paiguás, Salvador Jorge Velho, sertanista do Rio Pardo, onde fale-

ceu. Depois de ter sido Capitão-mor de Itu passara-se para o Cuiabá, após a descoberta das minas do Bericopuna, e teve lavras em São Pedro d'El-Rei.

Ângelo Prêto destacou-se pela exploração do Sertão entre Cuiabá e Vila Boa. Seu sobrinho afim, Francisco de São Paio, e outro sobrinho, Pedro Correia de Godói, também foram povoadores de destaque.

Com os maiores gabos refere-se Pedro Taques ao Padre José Manuel Leite Penteado, filho do opulento Francisco Rodrigues Penteado, um dos primeiros exploradores dos ribeirões auríferos de Minas Gerais, de onde voltara "com grosso cabedal de ouro em pó".

Presbítero de S. Pedro, levou para o Cuiabá numerosa escravatura mais tarde transferida às minas de Mato Grosso. Foi extraordinariamente feliz nestas novas lavras. Tão patriota êste eclesiástico que figurou com grande destaque numa expedição bélica de repulsa aos espanhóis.

A guerra hispano-portuguêsa, de 1761 a 1763, repercutiu no longínquo Mato Grosso. Em 1762 mil e duzentos homens de tropas do Peru e Buenos Aires e grande corpo de índios guarneceram uma fortaleza à margem direita do Guaporé, abaixo da barra do Baurés, com artilharia grossa.

Nesta ocasião, conta Pedro Taques, dispunha o Capitão-General Conde de Azambuja de apenas cem homens e parecia infalível a ocupação de sua Capital.

Resolveu o Padre Penteado "formar um corpo de armas dos seus parentes, familiares e escravos" e enfrentar os castelhanos.

Foi o mestre de campo desta importantíssima conduta expondo a sua vida e a de seus parentes e escravos, "com tanto ardor quanto despesa".

Conseguiu socorrer o Capitão-General, animando-se a navegar no Guaporé "contra a fôrça da artilharia do inimigo que varejava da fortaleza".

Transcreve Taques um trecho da carta de D. Antônio Rolim de Moura dando ao Padre Penteado sincero depoimento de quanto lhe valeu o refôrço de sua coluna.

"Na sua casa tinha hospital para curar aos pobres enfermos das carneiradas chamadas sezões malignas. E liberalmente despendia todos os anos grosso cabedal no curativo e sustento dos enfermos pobres, que a sua grande caridade amorosamente recolhia, e por isto não deixou ouro em pó e sòmente a sua fábrica de minerar".

Apesar da liberalidade e dos gastos patrióticos ainda deixou grandes bens.

Seu irmão, Sargento-mor Francisco Xavier da Silva, em Cuiabá, para onde também emigrara, teve grande destaque.

Passado às Minas de Mato Grosso também foi seu primo-irmão padre José de Barros, que ali morrendo deixou grande fortuna aos sobrinhos. De seu irmão Fernão Pais de Barros, sobretudo, há enorme descendência. Arruinou-se procurando desviar o curso do Tietê através de grande corte para deixar extenso trecho a sêco, certo de que o leito do rio era muito aurífero, conforme lhe insinuava um espanhol.

Seus filhos Antônio, Francisco e José de Barros Penteados foram ter às Minas de Mato Grosso naturalmente às lavras do tio, e lá adquiriram grande cabedal.

O primeiro e o terceiro tiraram da mina da Melgueira, em pouco tempo, uma arrôba de ouro. Ambos voltaram a Itu onde se tornaram opulentos fazendeiros de açúcar.

Muitos outros parentes dos padres mineradores são encontrados no Cuiabá e em Mato Grosso.

Refere-nos o linhagista ainda entre outros paulistas prestantes dos primeiros anos do Mato Grosso, Pedro Vaz de Campos, primo-irmão de Filipe de Campos Bícudo, "potentado em cabedais e armas" com grandes serviços na guerra contra os paiaguás, José de Campos Monteiro, irmão de Filipe, a quem acompanhou na expedição contra êstes índios, o filho daquele, Estanislau de Campos Monteiro, o companheiro de ambos Antônio de Morais Navarro, que muito se distinguiu na coluna do Tenente-General Rodrigues de Carvalho (1).

---

(1) Vide referências documentais na segunda parte do Tomo undécimo de **História Geral das Bandeiras Paulistas**.

**SEGUNDA PARTE**  
**MONÇÕES CUIABANAS NO SÉCULO XVIII**



## CAPÍTULO I

---

### *O Tietê, instrumento máximo de penetração do Brasil Sul Ocidental.*

No conjunto das vias de penetração do Brasil meridional ignoto e selvagem, nenhuma tem tão longínqua significação quanto a que ao Tietê o mais notável realce empresta.

Está o nome do grande rio de São Paulo indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do nosso enorme Ocidente.

Muito mais antiga a navegação freqüente de suas águas do que a do São Francisco e do Amazonas.

Inçado de obstáculos, entrecortado pelas barreiras das itaipavas e dos saltos, como que a Providência propositalmente lhe tornara áspero e penoso o vencimento do dilatado curso para manter exercitadas as qualidades de resistência e a capacidade de sofrimento dos seus navegadores rudes.

Nêle não se nota a placidez lacustre amazônica, permitindo a entrada e a livre marcha das esquadrihas e das esquadras, por milhares de quilômetros a dentro do Continente, nem os enormes trechos desempedidos do São Francisco, do Paraná, do Uruguai, nem ainda a navegabilidade do Itapicuru ou do Parnaíba.

A cada passo barram-no longas corredeiras, obstruem-no grandes saltos intransponíveis às embarcações como os de Itu, Avanhandava e Itapura. Assim, ao Sertão e aos mistérios do centro sul-americano — defendeu o Tietê com tóda a energia das águas a cada passo escachoantes. Foi o adversário digno de ser vencido por aquêles que o dominaram.

Quando às suas maretas entregaram a sorte incerta as primeiras e tóscas esquadrihas dos devassadores do Sertão? As que lhe sulcaram as ondas e afrontaram as penedias? É o que ninguém sabe, e provàvelmente, jamais se saberá.

Imemorialmente navegado pelos índios do planalto, em demanda das terras do Paraguai, desceram pelas águas do velho rio de Anhemi os exploradores das primeiras décadas da descoberta e do povoamento do Campo de Piratininga.

E a contra-corrente os espanhóis do Paraguai como categòricamente afirmou o velho Rui Díaz de Gusman em “La Argentina”, ao relatar que os castelhanos freqüentemente chegavam ao Avanhandava, fato que Azara recordou e Eduardo Prado denegou sem lhe caber contudo plena razão.

A exegese de Groussac em documentos castelhanos quinhentistas é a tal propósito categórica.

Documento oficial cartográfico surge-nos o primeiro em 1628, quando o Capitão-General do Paraguai, D. Luís de Céspedes Xeria, empreende a passagem de ponto que talvez seja o atual Pôrto Feliz, a Ciudad Real, sempre pelo Tietê e o Paraná. Saindo de São Paulo, partiu em demanda a um pôrto do grande caudal, onde a navegação começasse a ser mais franca.

Dezenove dias levou a descer o Tietê até a barra, no Paraná.

E em relatório a Filipe IV descreveu os perigos vencidos nas corredeiras e o trabalho da varação do canoões nos saltos do Avanhandava e de Itapura, assim como “la abundancia de pescado, y la grandissima suma de caza de tigres, leones (sic), y muchisimas antas”.

Da jornada deixou uma “topografia”, como no tempo se chamava, uma das maiores preciosidades, certamente, do Arquivo General de Indias, em Sevilla.

É talvez o mais antigo mapa de penetração do Brasil, até agora divulgado, e tem inestimável valor evocativo.

Com grande júbilo o destacamos e divulgamos e nêle se estampa o primeiro documento iconográfico da vila de São Paulo do Campo de Piratininga, o tôsko desenho que retrata a sede de sua municipalidade, de sua *Cámara* como se dizia no tempo e como ainda dizem os que refletem as vozes ancestrais. Por êle se vê que os nomes de vários dos maiores rios do sistema paraniano eram os mesmos naquela época longínqua.

Pelas águas do Tietê cada vez mais freqüentes desceram as bandeiras cativadoras de índios e prospectoras de ouro.

Provavelmente por elas também navegaram os nossos primeiros devassadores da selva mato-grossense e escaladores dos Andes, os sertanistas, serviçais do recuo do meridiano pelo continente a dentro, uns ilustres e outros obscuros “cujas ações heróicas a lima do tempo consumiu”, na frase do velho cronista que lhes celebrou os feitos.

Avoluma-se o movimento para o Oeste misterioso com o decorrer dos anos seiscentistas.

Pelo Tietê descem os últimos grandes acoessadores de índios e destruidores de reduções jesuítas.

E é por êle que corre às Terras do Sul mato-grossense o grande sorocabano Pascoal Moreira Cabral Leme, mais tarde descobridor do Cuiabá e apossador definitivo, para a coroa lusitana, da imensa região central lindeira dos castelhanos do Peru.

Escoam-se os últimos anos da centúria seiscentista e encerra-se, para os paulistas, a era da caça ao índio, o período cruel dos devassadores.

Reboa, de repente, estrepitoso grito de descoberta: as duas sílabas de palavra que é dos maiores desencadeadores dos sentimentos humanos: Ouro! Ouro!

Revela-se o primeiro Eldorado brasileiro, o dos Cataguases, depois território das Minas Gerais do Ouro de São Paulo. Fazem-se mineros os grandes descedores de índios e o âmago do Brasil é atingido pelas bandeiras, na ânsia do metal.

Acodem os ultramarinos aos milhares, para compartilhar das descobertas dos paulistas. Dá-se o primeiro grande e fatal embate da corrente nacionalista com a prepotência dos reinóis.

Em massa abandonam os filhos de São Paulo as terras das minas de sua Capitania aos contrários, apoiados na parcialidade dos compatriotas, detentores da autoridade.

É imensa, porém, a terra do Brasil e os paulistas, acostumados a fazer mais do que promete a fôrça humana, hão de descobrir novos Eldorados.

Surge em 1719 a notícia do encontro do segundo dêles, por Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros ilustres.

As novas da "fertilidade" das minas do Cuiabá alucinam as populações. Terra do ouro onde tão vil é o metal que os descobridores, a passarinhar, atiram com os grãos amarelos, para poupar chumbo! As notícias aos mais calmos estarrecem...

Dá-se colossal *rush* pelas águas do Rio das Entradas e Pedro Taques conta-nos as misérias indescritíveis de muitas destas esquadrilhas, organizadas às pressas e a êsmo, para vencer o deserto aspérrimo, nelas embarcando indivíduos de tôdas as categorias: aventureiros e burgueses afortunados e colocados, civis, militares, eclesiásticos.

As febres, a fome, os naufrágios, os índios exterminam expedições inteiras.

Não tardam porém providências régias para a organização das novas terras doadas à monarquia lusitana, pelo bandeirantismo. Pelos rios vai Rodrigo César de Meneses, a Cuiabá, instituir os primórdios daquilo que, em 1748, servirá ao estabelecimento da nova capitania matogrossense.

Base de todo êste novo surto de exploração constituiu-se o remansoso local da penedia onde, segundo os índios, vinham as araras amolar os férreos e aduncos bicos, essa Araraitaguaba, de tão prestigiosa rememoração em nossos fastos.

Núcleo de bandeirantes, de sertanistas, já em 1728 cria-se freguesia. Enceta-se então a era das monções regulares.

Continuam, Tietê abaixo, as navegações instigadas pela fama das "grandezas do Cuiabá". A todos alvora a chegada do primeiro ouro, os quintos reais àvidamente cobiçados pelo rei pródigo e brevemente Fidelíssimo.

Nada faz diminuir o afluxo dos imigrantes! Nem as mais sinistras notícias do extermínio de expedições inteiras pelos terríveis canoeiros e cavaleiros, paiaguás e guaícurus.

Nem o anúncio das pestes, das carneiradas, e das temerosas fomes do Cuiabá, onde, desvairados pela ânsia do ouro, nenhum mineiro planta, e onde, mais uma vez, se realiza o que a mitologia grega de simbolismo sempre poderoso, concretiza na imagem de Midas, morrendo de inanição à margem do Pactolo.

Continua o afluír de gente e êste povoamento de Mato Grosso é, talvez, a mais evidente demonstração da energia do aventureirismo paulista.

Que distância imensa a vencer! E que viagem temerosa esta de Araraçu às margens do Coxipó!

No entanto, aos espanhóis do Paraguai, que lhes custava atingir aquelas paragens, se nada mais tinham do que subir uma série de correntes plácidas sem um único acidente que lhes interrompesse a viagem, como com tanta propriedade recorda Southey?

Não é bem assim! Havia os paiaguás e os guaicurús; isto bastou para lhes vedar o acesso do Alto Paraguai.

Caem em declínio as minas de Cuiabá e escasseiam as monções, mas nem por isto deixa a navegação do Tietê de existir, pois jamais recuaram as quinas, chantadas pelos paulistas, às margens do Paraguai e do Guaporé. E legitimadas graças à ciência e à argúcia do seu patrício, o filho de Santos, a quem imortalizou o Tratado das Côrtes.

## CAPÍTULO II

---

*Papel capital do rio Tietê nos fastos da conquista ocidental.*

*O episódio das monções cuiabanas, ímpar nos anais da História Universal.*

*Documento monçoeiro inédito e valioso.*

*A mais antiga descrição de Cuiabá.*

Como consequência imediata da descoberta do ouro cuiabano operou-se a transformação da principal rota sertanista, já quase sesqui-secular da penetração ocidental, para a devassa das terras e preia do índio, em via comercial e militar.

Criava-se o episódio das monções, inserto com o maior relêvo nos anais do bandeirantismo.

Assumiria ímpar originalidade não só em nossos fastos nacionais como nos do Universo.

E, com efeito: em parte alguma do globo as condições geográficas, demográficas, comerciais, coexistiram e associaram-se, tão originais, quanto as que caracterizaram esta via anfíbia de milhares de quilômetros de imensos percursos fluviais e pequena jornada terrestre: a estrada das monções entre Araraitaguaba e Cuiabá, separados por três mil e quinhentos quilômetros da mais áspera navegação com mínimas soluções de continuidade constituídas por alguns quilômetros do varadouro de Camapoã e os do vencimento, pela varação dos saltos e cachoeiras.

Foi esta via dolorosa o recuador, por excelência, das lindes luso-espanholas para o âmago da América do Sul. E em desrespeito ao ajuste inter-ibérico de 1494 definitivamente preterido em 1750 graças ao influxo das bandeiras sôbre a resistência e a inércia castelhanas fraca ao Sul e Centro do Brasil atual, quase nula e, por assim dizer, inexistente na Amazônia.

Na perseguição do meridiano de Tordesilhas forçado a um deslocamento de vinte graus do litoral paulista às margens do Guaporé, o percurso das monções se nos afigura como se lança fôra enristada em irresistível empuxo contra a linha interpolar diplomática estatuída pelo Príncipe Perfeito e os Reis Católicos. De côto lhe serviu o Caminho do Mar; de haste, o álveo do Tietê.

No século XVIII nunca ensarilhada estêve tal arma, e seus pontões penetrando fundamente no domínio castelhano asseguraram a Portugal a posse das terras de além Paraná, o que permitiria a Alexandre de Gusmão invocar o mais prestigioso *uti possidetis* consagrado nas decisões do Tratado de Madrid.

Entende João Ribeiro que o São Francisco se sobrepõe ao Tietê como importância no conjunto dos anais da devassa do território e da formação do Brasil.

Muito embora o grande caudal de Paulo Afonso assumia papel de maior relêvo, em nossos fastos primevos não conta em sua história episódio algum que se compare em magnitude, ao da conquista das terras além paranaianas, à qual o Tietê serviu de base.

E sob o ponto de vista da exigência de sacrifícios impostos aos navegadores de um e outro, a posição recíproca de ambos permite, ao nosso ver, estabelecer-se uma proporção inversa avaliável pela relatividade dos volumes de descarga dos dois caudais.

Curioso fato ocorreu com o topônimo do rio das entradas. Era imemorialmente designado por Anhembi e só muito além da época da aparição dos primeiros civilizados ficou com o nome definitivo pelo qual é hoje apontado, da nascente de Itaiaba nas grimpas da serra de Paranaíacaba a sua barra no Paraná, num curso de 1 300 quilômetros.

Época houve em que teve dois nomes. Tal qual o que sucede com o Rio Mar que no Brasil começa por Solimões para depois ser chamado Amazonas.

Conta velho cronista que, em seu tempo, por volta de 1730, chamava-se Tietê das nascentes ao Salto de Itu, e Anhembi à jusante desta cachoeira à foz.

As espantosas jornadas fluviais do Paredão de Ararataguaba a Cuiabá não encontram similares em outra região do Globo.

Mais extensas viagens fluviais se realizaram, no próprio Brasil, embora não tão seguida e regularmente, nem organizadas sob um regime ao mesmo tempo comercial e militar.

Assim, na Amazônia, mas em águas inteiramente livres, desembaraçadas de empecilhos à navegação, como também se dá no Mississipi.

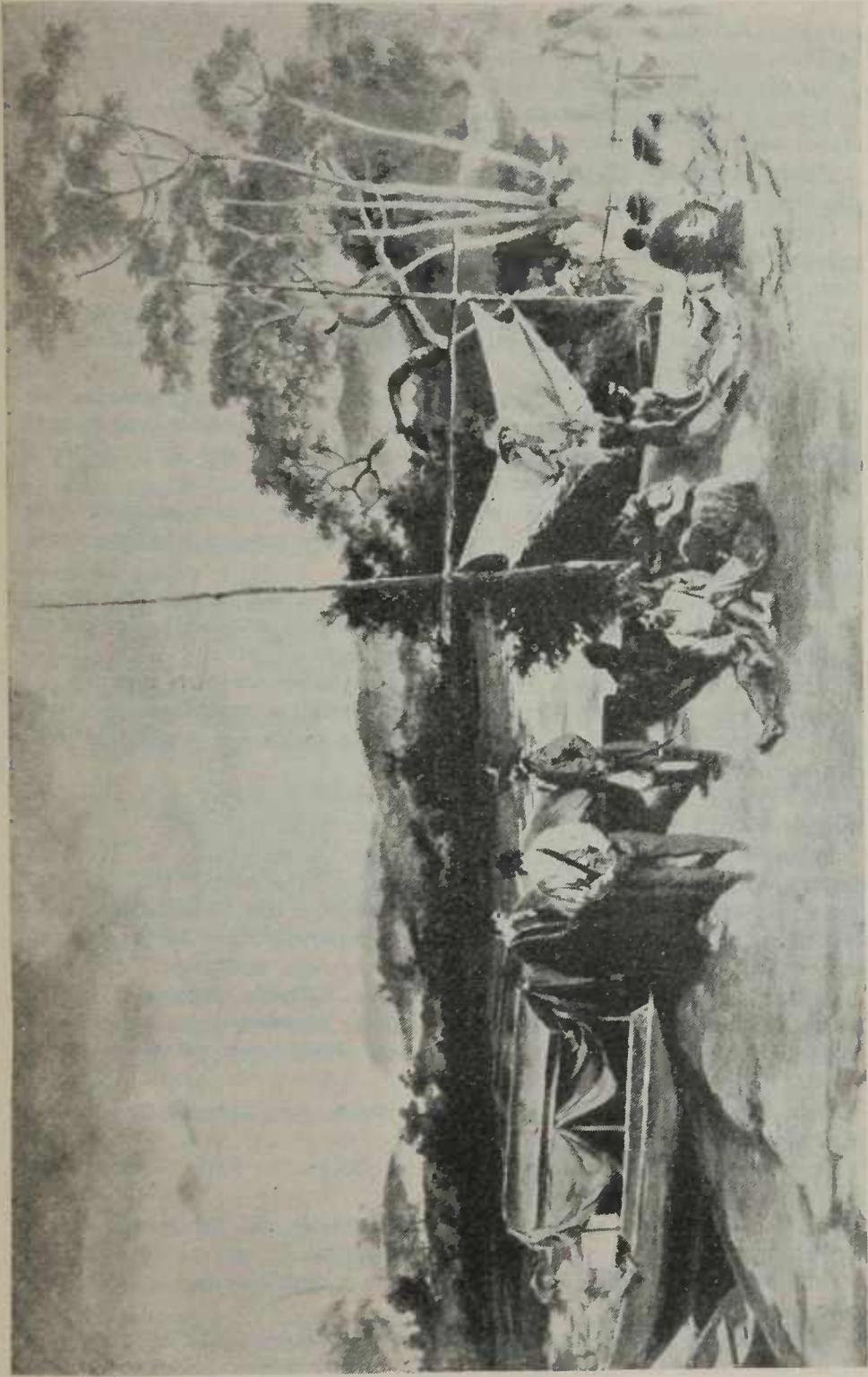
As monções cuiabanas, parece-nos inútil recordá-lo, tinham que superar pavorosos obstáculos, nos rios encachoeirados, atravessar, em percurso de milhares de quilômetros, terras inóspitas habitadas por nações belicosíssimas, índios que com a mais notável bravura e a mais justa das pertinácias defendiam os seus chãos.

Acresce a esta circunstância que os dois extremos do enorme itinerário eram os únicos núcleos de civilização a pontuar a interminável e aspérrima via perlustrada.

Nada mais evocativo do que o modo pelo qual os primeiros moradores de Cuiabá designavam o Tietê e S. Paulo: rio de Povoador e Povoador.

Retirar-se para Povoador, no dizer singelo dos documentos setecentistas era expressão sinônima de partir para S. Paulo.

A mais antiga notícia pormenorizada de viagem monçoeira parece-nos ser o relato de Gervásio Leite Rebelo, secretário do Capitão-General Rodrigo César de Meneses. Redigido aliás com grandes deficiências de clareza, data-se de 1727. Divulgamo-lo em 1950 em nossa *História Geral*.



Pouso de uma monção no sertão,  
Quadro de Aurélio Zimmermann, segundo original de Hércules Florence,  
Galeria do Museu Paulista.

Conta Rebelo que Rodrigo César partiu de S. Paulo a 7 de julho de 1726, chegando a 14 imediato em Araraitaguaba.

No dia 10, entrou pomposa e festivamente em Itu.

A 16 de julho, dia consagrado a Nossa Senhora do Monte do Carmo, embarcou numa flotilha de noventa canoas.

Desde o começo da narrativa da viagem fluvial mostra-se Rebêlo sobremodo impressionado com a violência das águas do Tietê.

Quando as canoas se arriscavam a embicar pelos desníveis das corredeiras eram-lhes os riscos tão grandes que “os mesmos pilotos ou práticos perdiam a côr e o ânimo”.

Tal a fôrça e a violência das águas que nada se salvava do que nelas viesse a cair. Não aproveitava saber nadar, pois as rochas em um instante tudo despedaçavam.

Os obstáculos opostos à navegação classifica-os como provindos das “cachoeiras, cirgas, itaipavas, contra-saltos e despenhadeiros”, obrigando ao descarrêgo das canoas que deviam ser arrastadas por terra, “conduzidas as suas cargas às costas dos negros”.

A navegação do rio das bandeiras praticava-se havia mais de cem anos e não se tinha notícia de que jámais uma tropa a houvesse realizado sem perda de vidas e canoas.

Freqüentemente era a navegação estorvada por densos nevoeiros, sendo rematada insensatez tentar-se seguir viagem enquanto êles perduravam. À noite loucura seria tentar-se navegar.

A virada de uma canoa representava o maior prejuízo mesmo que ninguém viesse a morrer. Perdia-se o mantimento e molhava-se a pólvora “e sem uma e outra coisa a gente ficava exposta a perecer de todo naquele sertão tão afastado do Povoado”

Ao longo daquelas centenas de quilômetros do curso do grande rio uma única roça existia, a roça muito recente de Pitanduba.

Falando das agruras da viagem escreve o secretário de Rodrigo César que aos pousos diários chegavam brancos e negros tão estafados que “apenas lhes lembrava o comer”. Durante o dia haviam suportado excessivo calor. A noite demasiado frio os esperava além da perseguição dos mosquitos que não os deixavam dormir nem descansar.

A flotilha do Capitão-General navegava “a todo o puxar” e a 10 de agosto de 1726, vencido o varadouro de Itapura entrou nas águas calmas do Paraná deixando o “venenoso” Tietê após 26 dias de percurso.

Fôra rápida a viagem, pois havia tropas que nela gastavam dois meses.

Deixando o Tietê, informa Rebêlo do que viu no Paraná até a barra do Pardo em três dias de navegação.

Curioso é que não se refira ao famoso rebôjo do Jupuí tão temido dos monçoeiros. A sua navegação se fazia junto à margem esquerda do “caudaloso rio” porque à direita andava o gentio caiapó “decerto o pior que havia naqueles sertões”.

Tão desimpedida a navegação, que no primeiro dia se venceram 24 léguas, quase 160 quilômetros, o que nos parece exageradíssimo.

Ao entrar em águas do Paraná tomou Rodrigo César a precaução de diàriamente e ao alvorecer dar a tôdas as pessoas de sua comitiva "triaga de venéia" pela madrugada, para a todos livrar das malignas e doenças que por aquelas alturas costumavam assaltar os que navegavam pelo enorme rio.

Abicou o General à fazenda de um tal Manuel Homem que vivia naquelas imensas solidões a abastecer as monções com o produto de suas roças e criações.

Fazia-se pagar razoavelmente a mão do milho a oitava e meia de ouro (5,4 g) o alqueire de farinha a doze oitavas (43 g), o de feijão a dez (36 g). Vendia as suas galinhas a três oitavas (10,8 g). Pelos preços do ouro atualmente o litro de farinha sairia a umas três gramas de ouro! A êste preço apliquemos o coeficiente da majoração de capacidade aquisitiva do ouro em 1726 confrontando com o de 1950 e teremos idéia de como Manuel Homem se cobrava.

Também era justo que se lhe desse alguma compensação à tão agra e solitária existência de fronteiro do gentio caiapó e em terras assoladas pelas malignas.

A 14 de agôsto de 1726, entrou a monção no Pardo, a cuja navegação contrariava a grande correnteza. Atravancado o rio de madeiros, motivou excessivo trabalho.

O varadouro do Curau, a 8 e 9 de setembro deu infernal trabalho diurno e noturno, "assim de brancos como de negros" Tudo sob formidáveis chuvaradas.

Tornou-se a navegação terrível "pelas muitas correntezas, canais, redemoinhos, jupiás, funis e caldeirões"

Os últimos dias de viagem no Pardo descreve-os Rebêlo como de infernal trabalhadeira. Diminuíam a profundidade e a largura do rio, a cada passo atravancado por inúmeros e grandes madeiros caídos, exigindo a remoção ou o corte a machado.

Multiplavam-se os varadouros, mas afinal *post tantos labores* atingiu a monção generalícia o famoso passo, descoberto e pôsto em prática pelos irmãos Leme.

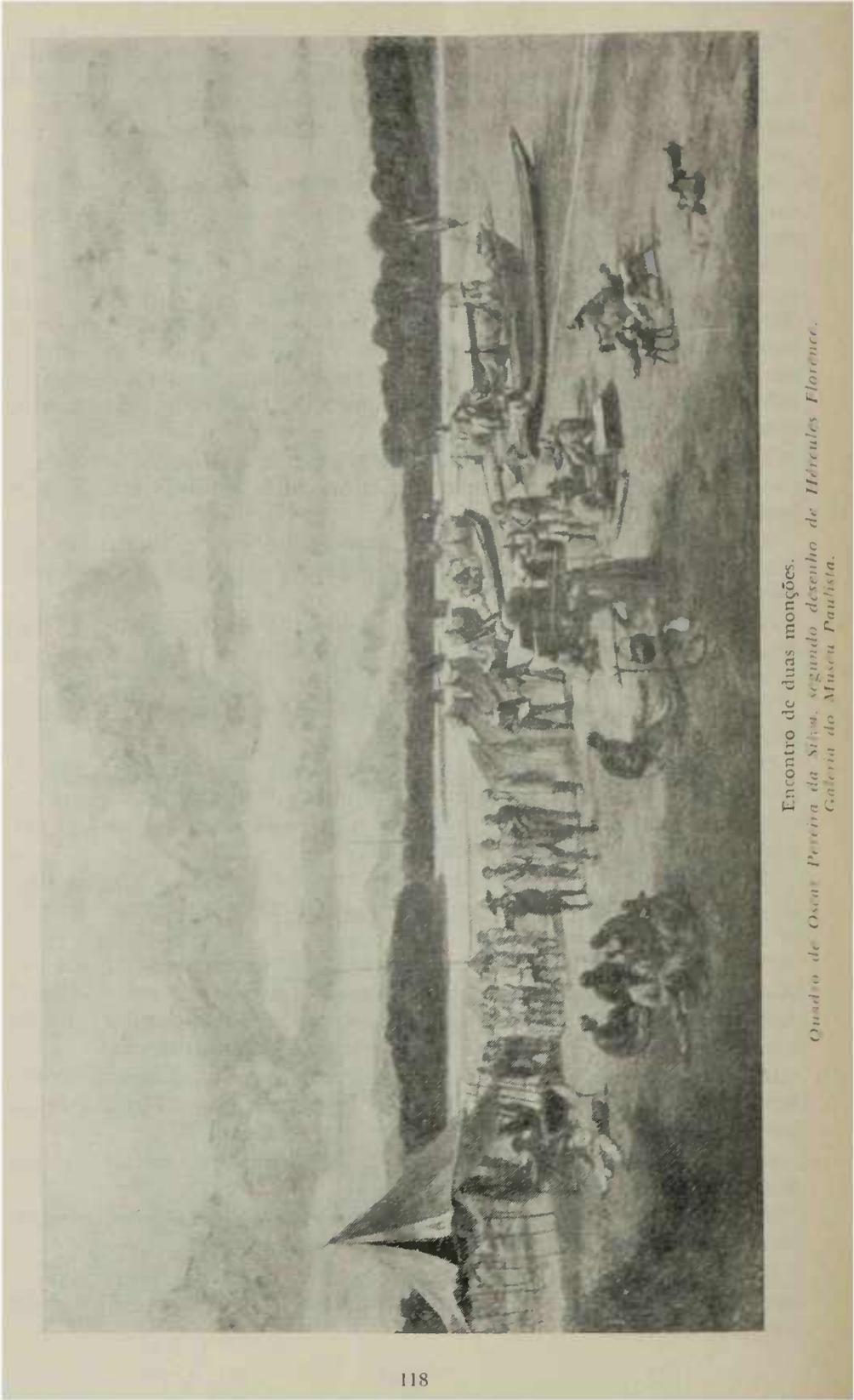
Dêste tão celebrado passo de Camapoã diz o secretário: "Neste varadouro de canoas e cargas, morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo e a que com razão se pode chamar a Linha (s. c. a equatorial) desta viagem se dilatou a tropa por onze dias"

Descarregaram-se as canoas, cuja carga foi posta às costas de portadores que tinham de atravessar as duas léguas em que a estrada descia uma chapada.

Foram depois os barcos colocados sôbre pequenas carrêtas "a que puxavam mais de vinte e trinta negros".

Desgostoso enuncia o Secretário que nesta condução se experimentavam "vários discômodos".

Não só os míseros africanos arrombavam como furtavam caixas e mantimentos! Atreviam-se a tal crime aquêles homens submetidos a tão suave existência!



Encontro de duas monções.  
Quadro de Oscar Pereira da Silva, segundo desenho de Hércules Florence.  
Galeria do Museu Paulista.

A perda dos mantimentos ainda era mais sensível do que a dos artigos comerciais.

“Nesta altura é a perda mais sensível tanto que mais se quer perdei um negro, sendo êstes tão necessários, que um alqueire de milho, feijão ou farinha”.

A 30 de setembro de 1726 principiou Rodrigo César a sulcar águas da vertente do Paraguai. O Camapoã-mirim e o seu confluente o Açurados e atravancados deram imenso trabalho.

A 5 de outubro entrou a monção no Coxim, rio de difícil navegação. Refere-se o narrador ao longo e imponente *cañon* formado de rochedos tão altos que em muitas partes só deixavam cair sobre o rio os raios do sol a pino.

Pareciam feitos a picão e o seu conjunto um “castelo da Natureza” “Triste e medonho”, obrigava o Coxim a contínuas descargas das canoas pelas muitas itaipavas, coroas e tucundivas (?) escaramuças de caldeirões, redemoinhos e correntezas, “águas tão atrapalhadas”, que a todos dava grande cuidado.

À noite de 9 chegou a monção estafada à confluência do Taquari-mirim e do Taquari-Açu. Faltava vencer o último e grande obstáculo: a cachoeira chamada “o último perigo do Quexeim”, e mais tarde apelidada do Beliago.

A 11 de outubro de 1726 vencida a catadupa principiou a monção a cortar as águas plácidas do Taquari.

Decorreu sem novidade a viagem por êste rio e o Pantanal onde os navegantes viram muita caça. Horrível a perseguição dos mosquitos “puseram a todos na última desesperação sem que lhes valesse remédio algum.”

Fazia enorme calor e as águas do rio estavam quentíssimas, continuando, dia após dia, o martírio pelos implacáveis dípteros hematófagos, cujos bandos eram nuvens imensas.

Entrando no Paraguai começaram os receios de possível encontro como os paiaguás.

Do percurso Paraguai acima nada de especial relata Rebêlo.

Apenas que diariamente navegava a monção a partir das 4 da madrugada, fazendo-se pouso às 6 da tarde, sempre sob sol intenso e calor terrível.

Deixando o Paraguai entrou a flotilha no Porrudos, hoje São Lourenço, rio sobremodo notável pela fauna, com as águas cheias de jacarés, piranhas e capivaras e as margens abundantes de onças.

A 29 de outubro penetrava no álveo do Cuiabá. Vinham os navegantes cansadíssimos e debilitados pela falta de mantimentos e a perseguição dos mosquitos.

Foi muito penoso o final da intérmina jornada. Aumentava o calor, e os víveres escasseavam, tendo sido preciso recorrer ao que o rio podia dar. Durante dias viveram os monçoeiros do escasso pescado obtido.

Era impossível aturar-se o bochorno do meio do dia. Cada vez mais diminuíam as rações e toda a esperança se concentrava em atingir-se a roça de Filipe de Campos Bicudo, irmão do *Pai Pirá*.

Aí pôde o General adquirir cem mãos de milho pagas a duas oitavas a mão mandando-as distribuir pela sua tropa “pela livrar de padecer em tão extrema necessidade, pois se achavam já brancos e negros muito debilitados e fracos”.

A 15 de novembro desembarcou Rodrigo César no arraial cuiabano. Em frente à Igreja Matriz achavam-se quatro dos principais moradores a quem acompanhava nobre e luzido séquito.

Receberam o Capitão-general debaixo do pálio e o conduziram a princípio à Matriz e depois ao palácio (sic), que lhe era destinado.

Tinha todo o arraial cento e quarenta e oito fogos alguns cobertos de telha, os mais de palha e capim.

Excessiva a carestia ali reinante. Subira o alqueire de milho (13,8 l) a 14 oitavas de ouro (50,4 g), a farinha de milho a vinte (72 g!). Era êste o preço do feijão.

A libra de carne de porco (459 g) quando fresca valia uma oitava (3,6 g) e duas quando salgada. As galinhas se mercavam a três oitavas (10,8 g) e a dúzia de ovos oscilava entre oitava e oitava e meia, verdadeiros ovos áureos.

Reduzido o valor do ouro a moeda corrente na época e como a oitava corresse a mil e quinhentos réis, podemos avaliar êstes preços:

	Rs.
Alqueire de milho (13,8 l) .. .. .	21\$000
Idem de farinha de milho .. .. .	30\$000
Idem de feijão .. .. .	30\$000
Uma galinha .. .. .	4\$500
Libra de carne de porco fresca .. .. .	1\$500
Idem salgada .. .. .	3\$000
Dúzia de ovos — De 1\$500 a .. .. .	2\$250

Multipliquemos êstes valores por duzentos (o que não é muito) para os atualizar perante os índices de custo da vida atual e teremos idéia do que vinha a ser a carestia ao chegar ao Arraial do Bom Jesus o Ilmo. Exmo. General de São Paulo e Minas de sua Repartição.

O milho constituía o único remédio e regalo daquelas minas, “porque dêle se fazia a farinha que supria o pão, a canjica fina para os brancos, e grossa para os negros, os cuscuz, arroz, bolos, biscoitos, pastéis de carne e peixe, pipocas, catimpuéia, aloja, angu, farinha de cachorro, aguardente, vinagre e outras muito mais esquipações”, que a necessidade inventava e de que se valiam os moradores da longínqua atalaia sertaneja.

### CAPÍTULO III

---

*Novos documentos inéditos e valiosos sôbre o  
percurso monçoeiro.  
Abundância de informações e pormenores.*

É geralmente sabido que o Padre Diogo Soares veio, em 1729, para o Brasil, em companhia de outro jesuíta da mais justa reputação científica, o italiano Padre Domingos Capassi.

Incumbira-os D. João V de “fazerem mapas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões”. Longamente trabalharam os eminentes geógrafos e astrônomos percorrendo enormes tratos do litoral e hinterlândia a determinar as coordenadas geográficas de muito numerosos pontos de nossa costa sul, e do interior de S. Paulo e Minas Gerais.

Agindo com notável discernimento recorreu Diogo Soares a quantos sertanistas conseguiu conhecer, pedindo-lhes informações sôbre as suas jornadas. Coletando êstes depoimentos organizou a magnífica série das *Notícias Práticas*, esplêndido acervo de informes por vêzes insubstituíveis sôbre os primeiros fatos do desbravamento de enormes regiões brasileiras.

Vamos agora apresentar o que há de mais importante e interessante na inédita “Notícia 7.<sup>a</sup> Prática e Roteiro verdadeiro das Minas do Cuiabá e de tôdas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros e descarregadouros de canoas, que navegam para as ditas Minas, com os dias de navegação e travessia que costumam fazer por mar e terra”.

Assina-o um Manuel de Barros, personagem de quem muito pouco podemos esclarecer as passadas.

Quer nos parecer que deve ser o mesmo “sargento-mor engenheiro” que passava por pessoa muito entendida, como mineralogista e prospector de minas e a quem o Anhangüera levou em sua companhia ao voltar de S. Paulo a Goiás depois de anunciar ao Capitão-General Rodrigo César de Meneses a descoberta do jazigo aurífero goiano, em 1726.

Ao encerrar o assaz longo depoimento, infelizmente não datado, declara Barros que pôde redigi-lo, tão minudente, porque convivera “durante quatro meses com um grande sertanista de muitas viagens” em todo o sertão percorrido pelas monções.

Infelizmente não declara quem fôra tal bandeirante.

É o seu relato muito monótono. Limita-se a descrever, com minudência, os estorvos opostos pelos obstáculos fluviais ao trânsito das monções.

Pouco numerosos pormenores nos dá relativos a qualquer incidente de navegação ou a fatos de relêvo estranho ao assunto principal.

Exceções surgem, mas poucas, como as que se referem ao significado português de alguns topônimos impostos às cachoeiras e corredeiras, sobretudo do Tietê; a certos pontos, onde costumavam os sertanistas fazer roças ou à presença de índios.

Não são abundantes as referências nosológicas e as recomendações aos navegantes no intuito de defenderem a saúde contra as enfermidades do sertão.

Como época mais conveniente para a largada das monções, no pôrto de Araraitaguaba, o futuro Pôrto Feliz, fixa os dias entre 20 de maio e 13 de junho. Daí em diante até meados de julho só partiam "alguns sertanistas práticos no mesmo sertão e que se valiam de muitos gentios mansos e domésticos para a navegação". O melhor era achar-se a monção em águas do Paraná já no dia de Santo Antônio, a 13 de junho. Assim, não se exporia ao risco de ter contra si as correntes e enchentes dos rios graças às quais já muita gente perecera.

Pormenor curioso é o que nos ministra: o Tietê passado o Salto de Itu era a jusante dêste chamado Anhemi "que valia o mesmo que Madre do Rio", significado esquisito que jamais vimos apontado e mais um elemento para azoinar a curiosidade e a perspicácia dos etimologistas de nossa língua geral em que a latitude de interpretações abriga inculcável extensão.

No meio da segura dêstes pormenores da hidrografia fluvial, surge de vez em quando, algum pormenor interessante sôbre as condições da vida das equipagens e caravanas monçoeriras.

Assim por exemplo quanto a coisas de higiene e profilaxia em relação às "queixas do Sertão": maleitas, malignas, carneiradas e outras pestes.

Nada informa da vestimenta do Tietê nem dos recursos dêste em matéria de caça e pesca, a não ser em palavras as mais escassas.

Relata-nos Barros que, ao cabo de dezoito dias, após a largada inicial de Araraitaguaba, chegavam as flotilhas ao "Pôrto das Congonhas" onde os sertanistas faziam provisão das fôlhas cuja infusão tão salutar se lhes mostrava.

"Neste ponto, costumam os sertanistas fazer as suas congonhas, tanto para os brancos como para os índios e negros por lhes ser conveniente, a todos bebêrem-nas pela manhã".

Falando-nos da navegação do Paraná entre a foz do Tietê e a do Pardo conta-nos que naquele trecho eram costumeiras as maleitas e malignas.

Delas poucos escapavam, exceto os negros, "que neste particular eram os mais bem livrados".

Ninguém se arriscasse a beber a água do imenso rio! Só fervida!

Ao mesmo tempo recomendava o nosso tratadista que o trânsito pelo formidável caudal fôsse o mais apressado possível.

Falando da travessia terrestre do sertão entre o Pardo e Cuiabá advertia Barros que tal jornada constituía a mais arriscada aventura por-

que os recursos venatórios da região se apresentavam muito escassos e ainda era ela muito insalubre. Os primeiros sertanistas penetradores da zona cuiabana costumavam subir o Rio Verde pois andavam “escoteiros”

“Sem mais provimento que o de pólvora, chumbo, e de roupa pouco mais traziam”.

Outros remontavam o Pardo até a foz do Nhanduí, o Salto de Cajuju ou o Capão dos Porcos. Aí deixavam as canoas e embrenhavam-se tentando atingir o Cuiabá por via terrestre exclusiva.

Rematada imprudência tal jornada!

As tropas que em 1722, partindo do Capão dos Porcos, se haviam arriscado a fazê-la tinham imenso sofrido.

Época em que a navegação do Rio Pardo devia ser evitada vinha a ser a da vazante, de março a maio ou junho, tempo em que os rios voltavam às suas madres. Em tal período eram infalíveis a peste e as malignas em todo aquêle sertão.

Os recursos da caça diminuían a vista d’olhos. Já no Rio Pardo o caçador que à noite pudesse trazer ao amo o que ceiar precisaria ser diligente e perito.

Tratando de pesca pouco nos inculca o sargento-mor. Apenas conta que no Taquari havia “muito peixe e gordo e com diverso gôsto mas bravio todo”.

Da possível agressão dos índios fala-nos Barros com mais abundância.

Assim conta que a navegação do Rio Verde fôra abandonada pelos monçoeiros por medo dos caiapós ribeirinhos.

“Nação jamais conquistada pelos sertanistas guerreava com traição, não tinha domicílio certo nem lavouras”

Tais índios eram “volantes de corso”, sustentando-se da “imundície do mato”. Quando chegavam a plantar traziam consigo o mantimento, conduzindo-o de uma parte para outra”.

Em suas correrias atingiam o Pardo. As suas mangas haviam causado o abandono das roças ribeirinhas do Pardo que tão grandes serviços prestavam aos monçoeiros. Ali haviam morto muitos civilizados incendiando-lhes as casas ao mesmo tempo.

Eram-lhes noturnas as algaras e tão impressionantes que ninguém se atrevia a morar naqueles páramos “salvo se fôsse algum homem de poder que vivesse muito bem entrincheirado e com bastantes armas”.

Os maiores riscos de assalto ocorriam no Taquari e Paraguai, na zona dos guaicurus e paiaguás.

No Porrudos já o perigo se mostrava menor e no Cuiabá muito menor.

Tratando de organização das expedições ao Cuiabá defendia Barros a conveniência da reunião do maior número de canoas. Fôsem carregadas, quanto possível, até quanto o permitissem os recursos dos respectivos donos.

Uma de tais barcas levava comumente cinqüenta cargas tripulando-a cinco homens, um pilôto e remadores. Todo o interêsse havia em encontrar bom pilôto, conhecedor das dificuldades de tão áspera navegação.

Sua presença dispensava a dos escravos em numerosos casos de carga e descarga das embarcações nas passagens difíceis, evitando-se tais operações graças à sua perícia, em fazer os barcos vencer arriscados passos.

Para êstes trechos convinha dispor o dono do canoão de “negros bons e não de negros novos”.

No varadouro de Camapoã o tempo da varação dependia naturalmente do vulto da monção. As pequenas expedições ali se detinham de dez a doze dias, em média.

Apesar da tão conhecida insalubridade local havia animosos que se estabeleciam à margem do Paraná plantando milharais em frente a um arquipélago próximo da corredeira Itapeva.

Em matéria de folclore monçoeiro limita-se Barros a contar o conhecido caso do naufrágio do Venerável Joseph de Anchieta em Avaremanduaba topônimo que no seu entender significa “lugar onde o Padre mergulhou”.

Como elementos cronológicos que datem o documento temos referências de pequena precisão. Deve ter sido escrito antes de 1740 pois afirma que os caiapós jamais haviam sofrido repressão séria. E é posterior a 1727 como indicam as notícias dadas de ataques dos paiaguás.

E como encerra uma referência ao Padre André dos Santos Queirós, famoso sertanista dos primeiros anos da conquista de Cuiabá, vivo na ocasião em que êle Barros escrevia, temos base para afirmar que o documento é anterior a 1741.

Homem de extraordinária robustez, destacava-se sobretudo pela voz tonitruante, de portentoso estentorismo e o entusiasmo apregoador das “grandezas do Cuiabá e de Mato Grosso”.

Comandou monções e diversas vêzes realizou a terrível travessia de Araraitaguaba a Cuiabá.

Para despistar os índios, sobretudo os paiaguás emboscados à espreita das flotilhas monçoeiras, inventara estratagemas que se tornou famoso, conta Manuel de Barros.

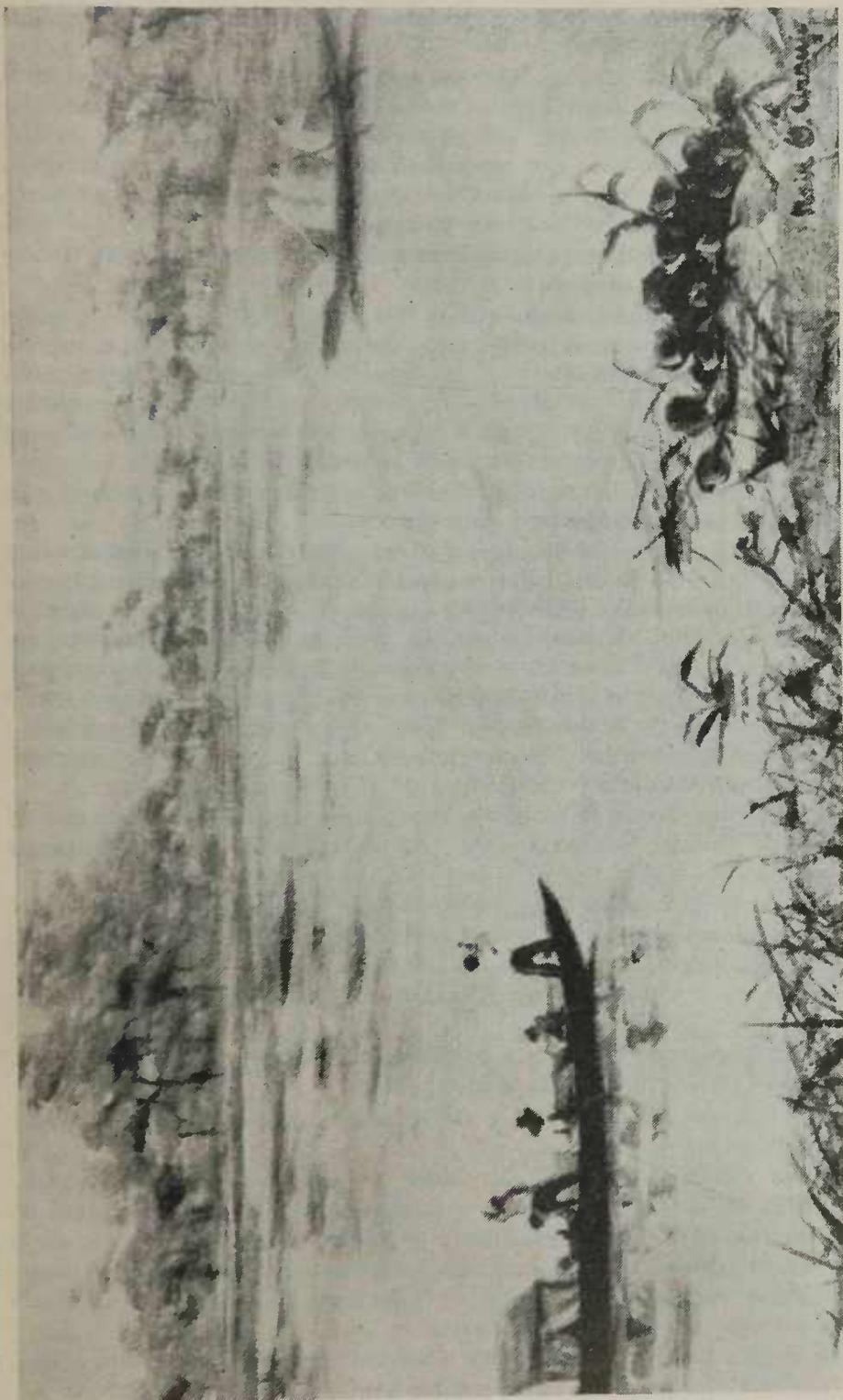
Ao crepúsculo abicava as canoas à barranca dos rios e mandava armar grandes fogueiras a que incendiava partindo logo de tal ponto, a tôda a força de remos, para o mais afastado local que lhe era possível atingir. Aí arranchava e pousava.

Numerosas vêzes surtiu tal farça o melhor efeito. Atraídos pelas labaredas vinham os paiaguás cautelosamente delas se abeirar, para depois de largo lapso desta precavida aproximação se retirarem desampontados e convictos de que os brancos haviam fugido por pressentirem a sua presença.

A *Notícia oitava prática* da coleção de Diogo Soares constitui a “cópia de uma carta escrita de Cuiabá aos novos pretendentes daquelas Minas” E carta devida a anônimo autor que em 1746 a redigiu.

É extensa e consta sobretudo de um roteiro da navegação de Araraitaguaba a Cuiabá.

Êste roteiro no que se refere ao Tietê é extraordinariamente minucioso. Deve ter sido redigido por alguém que numerosas vêzes percorreu o rio e não podia deixar de ser muito arguto observador e anotador per-



A canoa fantasma do Tietê.  
Pintura de Nair O. de Araújo — Galeria do Museu Paulista.

tinaz de quanto lhe convinha averbar para o enriquecimento do assunto explanado.

O missivista da *Notícia* não era certamente dos que inculcavam o otimismo aos seus destinatários. Pelo contrário! Com tôda a crueza e lealdade advertia-os de que a travessia vinha a ser inçada dos maiores perigos e causadora de extraordinários riscos em que se exporiam, a cada momento, a perder a vida. Quer afogados, quer de maleitas e peste, quer ainda às mãos dos caiapós e paiaguás.

Isto sem falar ainda no que representava de padecimentos o continuo e terrível assalto dos mosquitos.

Nada menos animador do que o intróito da longa carta: “A quem senão a vós, amigos meus, perseguidos da fortuna e da desgraça, a quem senão a vós farei agora êste aviso ou darei a triste soma dos inumeráveis perigos desta viagem percorrendo convosco a que pôrto ireis ganhar a vida ou adquirir riquezas, chega a tal exigência a vossa infelicidade que passeis ao excesso de empreender esta jornada! Ah infelizes!

Parece-vos que a fareis com descanso e que em breve tempo não haveis que invejar a Midas o seu ouro.

Ora, ouvi, para vosso desengano só uns longes, já que o explicá-lo é impossível, de tão infernal derrota que não são menos horríveis que os do Inferno os muitos e grandes rios que haveis de navegar, as cachoeiras que por fôrça heis de passar, os saltos, as itaipavas, as pedras sôltas em rio morto e à flor d’água, em que vos haveis de perder miseravelmente a vida ou os negros e as canoas quando escapeis do gentio, que com muito mais brevidade, topando-vos, vos pode aliviar de todo êste cuidado”.

Recomendou o missivista aos amigos que já saíssem de Araraitaguaba “como católicos com as coisas da alma justas”

“Desde que dareis princípio a tão penosa viagem até chegardes às Minas de Cuiabá estai certos de que correm evidente risco as vossas vidas”.

Páginas e páginas da *Notícia* se enchem com a descrição dos estorvos opostos aos navegantes numa sucessão interminável de correntezas, cachoeiras, itaipavas, encontro de ilhas grandes e pequenas, canais de embocadura e saída fácil ou difícil, trechos de rio manso e profundo, etc.

Ao chegarem os imigrantes à confluência do Tietê com o Paraná, encontrariam êle, missivista, a interpelá-los:

— Peregrinos amigos, sejais (sic) bem-vindos! Que caras trazeis! Que é isto?

Ainda duram-vos sustos? Contai-me o que passastes no rio Tietê.

— Não sei dar graças a Deus, me respondereis, de me ter já fora de tal inferno. Em tal cachoeira me vi perdido; nesta se me emborcou a canoa sem aproveitar nada dela; em tal itaipava numa emborcação, molhou-se-me mantimento e fazenda. Quis parar para a enxugar mas a minha tropa não quis demorar nada.

Os negros tanto remavam para adiante como para trás se lhes dava.

Não os tinha para me remarem, ou bem ou mal, a canoa.

Tive tantos dias de chuva; enfim, vim a tombos por êste rio abaixo com a morte sempre diante dos olhos sôbre o não poder dormir de noite com mêdo do dia. O trabalho dos varadouros me amofinava e os negros quando levavam as cargas metiam-se no mato e consumiam-nas. Trago tantos doentes mas dou graças a Deus de me ver já livre dêste pestífero rio”.

Bem pouco consoladoras e reconfortadoras eram as expressões contestadoras dêste relatório de sobressaltos e sofrimento.

“— Ah! miseráveis! Isto e mais merece quem nunca quis dar crédito às muitas cartas que lhe escreviam os amigos do Cuiabá.

Não desanimeis que ainda o pior ainda está por passar”.

Depois desta advertência tão alentadora, aconselha o nosso autor aos amigos recém-saídos das agruras do Tietê, a descansar dois dias à sua foz.

Aí encontrariam bom peixe de farta pescaria. Assim poderiam as tripulações refazer-se da fadiga. Enquanto isto os seus chefes teriam o ensejo de conhecer o salto de Urubupungá onde o Paraná se despenhava de mais de vinte palmos (4,40 m) com enorme estrondo. Era o lugar piscoso mas cheio de insídias pela presença dos caiapós e a ocorrência das maleitas.

Uma vez encetada a navegação do Paraná tôda a cautela tornava-se pouca, a partir da barra do Guacuí. Corresse ela a vista da margem esquerda e sentido e mais sentido!

Ali estavam “os célebres redemoinhos em que o pôr-lhe a proa em cima era ir fatalmente ao fundo do rio”. Ocasião houvera em que uma esquadilha “tôda de sertanistas antigos ali se sovertera”. Assim, ninguém se afastasse da terra.

Em dada altura fúnebre espetáculo se oferecia o das taipas arruinadas das casas do Registo Velho do Rio Grande.

Fôra aquela paragem abandonada em virtude da peste que acometera e vitimara o Provedor daquela repartição fiscal, onde se quintava o ouro de Cuiabá, e todo o seu pessoal!

Êste mal era infalível aos que “apanhavam o rio na cheia porque então eram os ares péssimos e não melhores as águas”.

Convinha que as monções quando no Paraná tivessem água potável colhida em ribeirões, pois beber a do grande rio significava re-matada imprudência.

Outro conselho dava o nosso mentor. Ao atravessarem o Paraná, para a margem direita, tratassem os jornadeantes de o fazer quando houvesse perfeita calma.

“Assim vos entre no pensamento, passardes êste rio de uma para outra parte porque com qualquer pé de vento levantam-se grandes ondas que se vos apanham no meio seguramente vos perdem”.

Pouco depois estariam os navegantes à foz do Rio Pardo e a tal propósito advertia-os o missivista que se muito já tinham o que contar dos perigos do Tietê ficassem certos de que os do Pardo não lhes ficavam atrás.

Teriam os remos de ser recolhidos e substituídos pelas varas de ziuga com ferrão à ponta. Começaria o terrível trabalho dos varejões.

Já à margem do Pardo havia alguns milharais. A partir do salto do Cajuru a labuta da propulsão das canoas tornava-se pavorosa.

Nunca menos de vinte vezes seria forçoso descarregar as canoas.

Não só as rochas ameaçavam pôr a pique os barcos que as abalroavam; como também os grandes madeiros submersos e os paus atravessados.

E outra circunstância agravava o negrume do quadro: Tornava-se indispensável a maior e contínua vigilância. Rondavam por ali os caiapós.

Ia-se estreitando o rio e cada vez mais penoso o serviço da zinga, mas enfim chegava-se à barra do Vermelho e ao Sambixuga. Dentro em pouco desembarcariam os monçoeiros para tomarem o grande varadouro de Camapoã e entrarem em águas da bacia do Paraguai.

A esta altura sauda-os o nosso autor com uma série de interpelações entre irônicas e jocosas:

— “Sejais (sic) bem vindos, amigos meus! Quanto estimo não só o chegardes quanto o ver-vos tão gordos, que todos me pareceis vivas estátuas da morte!

Que acheque vos deu, ou quem vos pôs neste estado? Na barra do Rio Pardo vos vi com muito melhores côres.

— Oh! que eu antes fôra cativo de Galegos do que empreender tal viagem! As misérias que neste rio passamos são sem número.

Aí tem o que aqui chegou, sabe Deus como: os negros uns doentes, outros caindo. Estamos perdidos se a fortuna não nos desempenha nestas Minas!

— Não vos desconsoléis senhores, que Deus não falta! Armai a vossa barraca que aqui descansareis com os vossos negros doze ou quinze dias. O trabalho não é muito. O varadouro não tem mais de duas léguas e enquanto descansais sabei que postas as cargas em terra as haveis de levar a umas carrêtas baixas, com as canoas a que puxarão 25 ou 30 negros”.

Poderiam as canoas ser transportadas, descarregadas, passando as respectivas cargas a ser levadas à cabeça dos míseros escravos.

Convinha aí empregar a máxima vigilância. Se os pretos não fôsem fiscalizados deitavam-se pelo caminho a dormir, quanto quisessem ou, o que pior era: furtavam a valer.

Outra recomendação essencial: a contínua necessidade de conservar a mão tente o armamento que os caiapós ali surgiam inesperadamente, como sucedera em 1728, milésimo em que diversas tropas tinham sido assaltadas.

A tática dêstes gentios era enconderem-se pelas moitas untados de barro dos pés à cabeça. E êste disfarce fazia com que dificilmente se tornassem distintos. Não se sabia se eram gente ou terra.

Agrediam sempre pelas costas usando porretes que manejavam com singular destreza.

“Quando vos derem no pescoço atirando-vos à cabeça darão por mal empregado o golpe. E desta sorte basta um caiapó para destruir



O monstro de Pirataraca.  
*Pintura de Nair O. de Araújo — Galeria do Museu Paulista.*

tôda uma tropa porque pôsto escondido no caminho faz isto ao último da retaguarda, e, partindo logo, correndo com mais ligeireza que um cavalo, volta a esconder-se e dizimar a tropa”.

Refeitos em Camapoã teriam os monçoeiros de recomeçar a tormentosa jornada entregando-se às águas do pouco volumoso e atravancado rio do mesmo nome.

Infernal trabalhadeira os esperava nos quatro ou cinco dias, ou mais, de tal navegação, em que as canoas teriam muitas vêzes de ser impelidas a braço.

“— Queira Deus que vos dê boa viagem! era o voto emitido pelo leal conselheiro. Sentido nos paus! que não vos quebrem as cabeças e não vos tirem algum ôlho!”

Risonha e animadora perspectiva...

Vencidos os estorvos do Camapoã entrava a monção no Coxim a que o nosso memorialista chama “Quexeim ou Cocheim”.

A descrevê-lo, começa por pressaga e sombria advertência.

“— Fúnebre e horrorosa viagem é a que se vos prepara, amigos meus!

É êste aquêlo rio tão celebrado como temido pelos sertanistas mais práticos. Assim o tratam com mais respeito, dando-lhe o nome de Cachoeirim.”

Se a jornada monçoeira começasse pelo Coxim e não pelo Tietê ninguém a empreenderia certamente!

Rara fôra e seria a canoa que naquelas águas não perigasse em “inumeráveis precipícios e correntezas violentas”.

Só mesmo inesgotáveis paciência e pertinácia permitiam transpor o terrível passo a que agravava a existência de inúmeros madeiros tomados sôbre o leito daquele como que Aqueronte da selva brasileira.

A quanto carrêto e descarrêto obrigava! Era uma trabalhadeira sem fim!

Afinal, vencido o último mau passo, entrava a monção em águas plácidas: as do Taquari. Daí em diante navegaria sem esforço algum até Cuiabá.

A margem dêste rio caudaloso havia muito maior abundância de caça, mel e palmitos. Isto sem contar que êle se apresentava bastante piscoso.

Percorriam-no as canoas até um lugar chamado a Prensa, onde principiava a região dos pântanos, muito rica de peixe e caça, mas onde “se temia o gentio guaicuru e muito mais o paiaguá”

“— Pobre de vós se encontrardes um ou outro! Trazei limpas e prontas sempre as armas e com cartuchos feitos como usa a infantaria, nas campanhas, porque as investidas dêstes gentios são de súbito, e repentinas”.

Em 1726 haviam os tripulantes de sete canoas cometido a imprudência de se separar do grosso da sua monção.

Inesperadamente, havia-lhes aparecido um trôço de gentio cavaleiro.

Quisera Deus, porém, que os agredidos houvessem encontrado um trecho de rio fundo e em terra um capão de mato como refúgio. E para

que em tudo parecesse prodígio divino ainda havia a protegê-los, à retaguarda, grande pantanal.

Sete dias os trouxeram sitiados os guaicurus sem conseguir vadear o rio com os seus cavalos.

Afinal, haviam fugido à aproximação do grosso da esquadrilha monçoeira, sessenta canoas a que protegiam duas pequenas peças de artilharia.

Saídos do Taquari para o Paraguai, recomendava o memorialista que os monçoeiros redobrassem de vigilância.

“— Cuidado e mais cuidado no gentio paiaguá, muito dextro e bom pirata. Acomete sem receio, esconde-se nos sangradouros, baías e voltas do rio. E tanto que avista qualquer tropa a investe de repente. Mata a gente, leva as canoas e não há monção a que não tenham feito alguma guerra.

As canoas em que andam são muito leves e assim navegam com grande velocidade. Se os apertam lançam-se ao rio e por baixo da canoa a reviram.

Quando pescam não usam de mais linha ou anzol que o da própria mão. Vão ao fundo e escolhem o peixe que lhes pareça melhor”.

Passando a tratar da navegação do Paraguai, declara o memorialista que se tornava imprescindível fôsse a monção guiada por prático perito conhecedor da região onde os rios atravessados desapareciam na enorme massa líquida do Pantanal.

Indício a que todos deviam recorrer era a côr das águas. Até os guias, mais práticos da tal navegação, erravam os rumos.

A esteira a acompanhar-se era a das águas turvas reveladoras do álveo do rio na época da estiagem.

“Quando os pantanais estavam cheios, pareciam um mar de Espanha. E então vos ficará impossível conhecerdes as águas turvas que devem ser todo o vosso guia, até entrardes no Paraguai-Açu”.

Mostrava-se êste caudal “bastantemente largo e alegre”, sem cachoeira alguma, paus atravessados e pedras encobertas”.

Mas cuidado com o vento que sôbre êle soprasse! Levantava perigosas maretas. E muito cuidado com a proximidade do gentio.

Lugar de fúnebre evocação o ponto onde a monção de Lanhas Peixoto, sessenta canoas, fôra atacada. Aí, outra expedição “encontrara sepulturas e algumas caveiras nossas ainda com carne, vazios cascos de baris e coronhas de armas quebradas”

Quem quisesse precaver-se de alguma agressão dos canoeiros podia entrar no sangradouro do Chanés. A subida pelo Paraguai era mais curta, “mas cuidado no gentio paiaguá!”

Dentro em pouco estaria a monção na confluência do Paraguai e do Porrudos.

Tôda a viagem até esta barra se fazia por entre pantanais e campos rasos. Nestes “crescia uma erva de semente semelhante à do arroz, mas não tão perfeita como a de Povoado”

“Era o sustento de quem o colhia”.



O Bispo Alarcão e o Padre José Pompeu de Almeida.  
*Quadro de F. Richter.*

No mesmo trajeto abundava a caça e o peixe, mas “tal a inundação de mosquitos que aos jornadeantes não deixavam sossegar nem de dia nem de noite”.

A subida do Porrudos apresentava-se muito mais tranqüila. Já não havia receio da presença do gentio. Tanto que nêle era freqüente a presença de indivíduos vindos de Bom Jesus do Cuiabá a fazer grandes pescarias e negócio.

Dentro de alguns dias divisariam os monçoeiros a barra do rio Cuiabá.

“Entrai por êle que é tempo de colhêres já o fruto de vossas dilatadas esperanças”, anota o nosso autor, cujo estilo é a cada passo muito pouco gramatical, pois a todo momento passa da segunda pessoa do plural à correspondente do singular, além de outras e graves irregularidades sintáticas.

Terminando o longo aranzel expendia o anônimo autor as mais desoladoras conclusões, repassadas do maior cepticismo acêrca do êxito do seu correspondente após tão terrível jornada.

Podia ser, porém, que Deus o “fizesse singular” entre os imigrantes ao Cuiabá.

Mas arrependido logo desta escapada otimista tratava de emendar a mão.

“Mas são prodígios êstes que nunca aqui os vimos. Se não mostrai-me um dos muitos que tem vindo a estas Minas e tenha ido para povoado e que tenha feito ouro tanto como vós trazeis no sentido.

Ah! infelizes! e quanto melhor vos fôra viver descansados nas vossas pátrias com êsse pouco que tínheis e conforme a estimação devida às vossas pessoas que serdes agora ricos de misérias, de perigos, de sustos e de cuidados”.

Informou o anônimo ao Padre Diogo Soares que ainda não haviam sido determinadas as coordenadas geográficas da vila de Cuiabá. Certo capitão Manuel Gomes do Amaral localizara-a a 10°20' de latitude sul, ao passo que dois outros entendidos lhe davam 15°55' e 16°12'. E realmente a latitude da vila do Bom Jesus é 15°36' segundo Ricardo Franco de Almeida Serra.

Verdadeiros disparates escreve o nosso jeremiaico autor acêrca da extensão do percurso monçoeiro.

Eleva-o a 1582 léguas ou sejam 10 441 quilômetros! quase o triplo da realidade. Assim atribui ao curso do Tietê nada menos de 520 léguas ou 3 432 quilômetros!



## CAPÍTULO IV

---

### *Iconografia das monções. A contribuição notabilíssima, insubstituível de Hércules Florence.*

**F**ortuita circunstância, extra-brasileira, deu ensejo a que nascesse assaz abundante documentação iconográfica sôbre as monções e a região de sua travessia, documentação que se tornou única e portanto insubstituível.

Data de princípios do século XIX. Da centúria anterior nada a que parece existe. Ou pelo menos até agora nada se desvendou, segundo cremos. Só se divulgaram, até hoje, documentos cartográficos muitos deles notáveis como os de Sá e Faria sôbre o Tietê e o de Lacerda de Almeida sôbre êste e os rios mato-grossenses do percurso monçoeiro.

O fato de possuímos preciosa iconografia sôbre as monções decorreu da aquiescência do Govêrno Imperial russo aos projetos de seu representante na côrte de D. Pedro I, o barão de Langsdorff, nome de grande destaque em nossa xenobibliografia.

A 3 de setembro de 1825, deixou o Rio de Janeiro a expedição de Langsdorff que só a 22 de junho seguinte pôde, contudo, encetar a descida do Tietê de Porto Feliz em direção ao "far west".

Ao partir do Rio compunha-se do botânico Luís Riedel, do astrônomo Rubzoff, do zoólogo Christiano Haase e dos desenhistas Amado Adriano Taunay e Hércules Florence.

Lápis em punho, continuamente, executaram Florence e Taunay numerosos desenhos verdadeiramente preciosos, cujos originais foram ter aos arquivos imperiais russos em Moscou. Até 1918, lá estavam, mas acredita-se que com a Revolução que destruiu o czarismo se hajam dispersado pelo menos alguns.

A contribuição de Florence foi formidável e a do seu companheiro, incomparavelmente menor, pelo menos quanto ao que até hoje se divulgou.

Amado Adriano Taunay, o jovem e infeliz companheiro de Florence e seu íntimo amigo, era filho do pintor da Escola Francesa, Nicolau Antônio Taunay, membro do Instituto de França e um dos artistas a quem se deveu a fundação, em 1816, da nossa Escola Nacional de Belas-Artes.

Nascido em 1803, mostrara desde a infância notáveis aptidões artísticas. Vindo para o Brasil com os seus, foi, em 1817, convidado pelo grande navegador Luís de Freycinet para desenhista da sua expedição aos

mares da Oceânia. Na viagem de regresso ao Atlântico, naufragou nas ilhas Malvinas, de onde pôde, em 1820, voltar ao Rio de Janeiro. Em setembro de 1825, partia com a expedição de Langsdorff, em demanda de Mato Grosso, pelo itinerário das monções.

A 5 de janeiro de 1828, afogava-se aos 25 anos de idade apenas, e, por imprudência, no Guaporé.

Da iconografia das monções e da região que elas percorriam há divulgadas umas vinte composições de Florence.

De Adriano Taunay até agora só se divulgou *A partida de Pôrto Feliz*, peça aliás muito valiosa. Datam todos êstes desenhos de 1826.

Junto à alta e curiosa penedia que de modo tão pitoresco domina o curso do Tietê em Pôrto Feliz, o “Paredão”, abre-se o “Pôrto”, praia onde outrora ancoravam os grandes “canoões”, os batelões que então faziam a maior das viagens fluviais do Universo.

“Canoões” havia-os enormes, pesando trezentas e mais arrôbas às vêzes (perto de 5 000 quilos), com 10, 12 e 15 metros de comprido e metro e meio a dois de bôca, inteiriços, abertos no tronco de colossais madeiros.

Dêles existe apenas um que a Câmara Municipal de Pôrto Feliz fez tirar do rio, colocando-o sob um telheiro. E assim mesmo mutilado.

Ao Museu Paulista recolhemos o beque de proa de outro vultoso, reduzido à quarta parte do que fôra, doação do Sr. João Batista Portela.

Um desenho de Hércules Florence representa a carga dos barcos de uma monção por escravos negros e seminus sob a guarda de fiscais. As embarcações representadas pelo desenhista parecem não ser do tipo maior de que nos falamos os autores. Caixas, caixões, odres, surrões, pipotes e ancorotes, notam-se à margem, de onde os carregadores os levam para bordo. Há uma infinidade de pormenores nesta composição, realmente preciosa, fixada pelo notável artista.

Os desenhos de Hércules Florence oferecem-nos quadros sobremodo curiosos de costumes de há um século na época dessas navegações heróicas.

A mais valiosa peça da sua larga iconografia é a que se intitula *Bênção das canoas*.

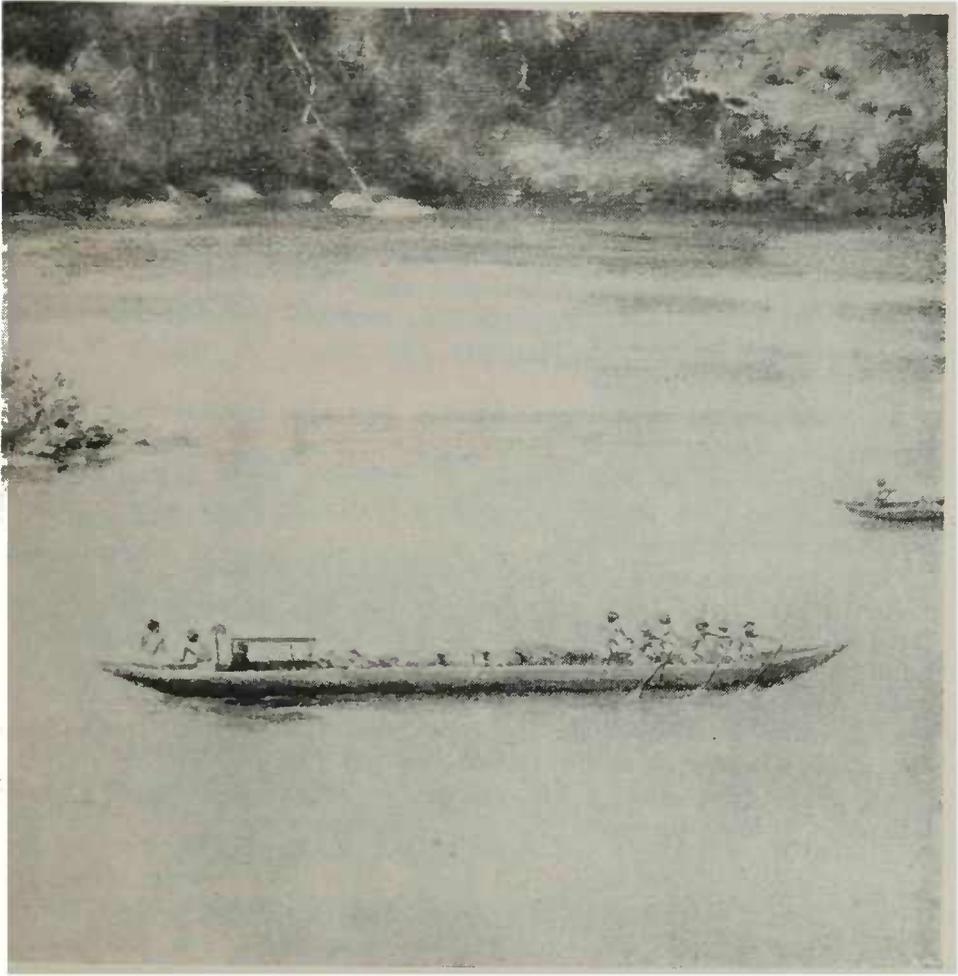
À barranca do Tietê, benze o vigário de Pôrto Feliz as embarcações da monção prestes a largar em presença das personalidades de maior vulto da pequena vila e dos membros da Missão Langsdorff.

O quadro é interessantíssimo para o estudo dos costumes e da indumentária da época, no interior do Brasil.

Foi esta composição que inspirou a Almeida Júnior a idéia da *Partida da Monção*, legítima obra-prima, como todos sabem.

Carregados os canoões, levantavam ferro, e logo após a bênção dada pelo vigário, lá se iam rio abaixo. Soltavam-se, então, da antiga Araraítaguaba e do “pôrto”, à praia da atracação dos batelões, numerosos foguetes, a que respondiam os disparos das espingardas dos navegantes.

O desenho de Adriano Taunay relativo a esta partida é documento de notável valia. Reproduz perfeitamente a facies da velha cidade legendária das monções que até hoje conservou o mesmo perfil com a



O Padre Pompeu navegando no Tietê.  
*Quadro de F. Richter.*

sua situação pitoresca ao longo de penedia que domina o rio Tietê, de uns trinta metros, talvez.

Do seu casario baixo e modesto, emergem as duas altas tôres da Matriz, grande igreja, velha e piedosa, digna da sua invocação: Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Outro dos mais interessantes desenhos de Florence é o *Encontro de duas monções*: a imperial russa de Langsdorff e uma brasileira. Traz muitos pormenores curiosos.

Estão as praias cheias de caixas, sacos, fardos. À esquerda e ao fundo há um grupo de remeiros e camaradas. No plano principal destacam-se os naturalistas da missão Langsdorff a conversar com os passageiros de categoria que vêm de Mato Grosso a S. Paulo. No primeiro plano um indivíduo esfolia uma anta; outro, escama um grande peixe e uma mu-

lher cozinha. À extrema esquerda um personagem desenha, sentado numa rêde e outro faz observações com um sextante. À pôpa dos canoões tremulam as nossas bandeiras imperiais e as da Rússia.

A praia do Tietê, o Pôrto, o feliz pôrto, antigo fundeadouro dos canoões, foi embelezada segundo bom plano executado em 1920 por ordem do Dr. Cândido Mota, secretário da Agricultura, na presidência Altino Arantes. À direita de quem procura a margem do Tietê, ergue-se elegante e artística coluna rostral, obra do Prof. Amadeu Zani, ereta em comemoração das monções. A ela acompanha uma êxedra com três baixos-relevos reproduzindo: "A partida da monção", de Almeida Júnior; "A bênção das canoas", de Hércules Florence, e "A partida de Pôrto Feliz", de Adriano Taunay.

As inscrições do monumentozinho é que são detestáveis e ineptíssimas.

A inauguração do Monumento às Monções fêz-se solenemente, a 26 de abril de 1920, tendo-nos cabido a honra de pronunciar a oração oficial de seu desvendamento.

Outra peça muitíssimo evocativa é o "*Pouso da Monção*"

Realmente, nada mais pitoresco do que êste agrupamento de tripulantes e passageiros da monção abicada, para o jantar e o pouso da noite. Remeiros preparam a frugal refeição da tarde no tôsco tripé, arnam outros as desconfortáveis rêdes, nas quais vão passar a noite ao sereno; junto à barranca do rio, conversam as principais personagens da expedição sôbre os acontecimentos do dia e as previsões da jornada.

No fundo do quadro, à luz crepuscular, sobem aos céus as grandes labaredas de uma queimada.

---

NOTA. — Por informação da erudita arquivista portuguesa Exma. Sr.<sup>a</sup> D. Luiza da Fonseca sabemos da existência, em Portugal, de uma série de aquarelas sôbre assuntos monçoeiros da lavra de Teotônia José Juzarte ao que parece ou de um de seus companheiros de monção em 17.

## CAPÍTULO V

---

*A navegação dos rios monçoeiros e seus riscos.  
Depoimentos diversos e concordes.  
As preciosas informações de Teotônio José Juzarte.  
Curioso depoimento de D. Manuel de Flores.*

A aspérrima navegação do Tietê causou entre todos os narradores das jornadas monçoeiras, como era de esperar, a mais viva impressão.

Já em 1628 vemos D. Luís de Céspedes relatar a Filipe IV que safar-se alguém dos seus perigos era obra milagrosa.

João Antônio Cabral Camelo em 1727 e em nove dias alcançou o Tietê à foz do Sorocaba que havia descido desde a vila de Nossa Senhora da Ponte, vencendo os saltos de Jequitaia e Jurumirim, além de muitas corredeiras.

As margens do Sorocaba estavam então absolutamente desertas, não havendo vestígio algum de morador ribeirinho.

Não são as informações de Camelo das mais profusas nem interessantes. Conta-nos que a diversão pelo Piracicaba em vez do encaminhamento para Ararataguaba só era preferida, à volta de Cuiabá e em tempo de cheias.

No Jupiá tornava-se indispensável amarrarem-se as canoas umas às outras pela proa e pela pôpa.

Constava-lhe que naquele sorvedouro se submergira “tôda uma tropa de sertanistas antigos”

Ele próprio ali passara por terrível susto vendo as suas canoas ajoujadas permanecerem durante um quarto de hora em continuado giro, sem que pudessem governá-las pilotos e proeiros, até que pela Misericórdia Divina os redemoinhos as lançassem, com grande ímpeto, pela correnteza abaixo.

No Alto Rio Pardo, tão sinuoso e estreito ficava o rio que as canoas viviam às encontoadas ou a encravar a proa nas barrancas.

Ao descrever a um seu primo, o Conde de Val dos Reis, sua jornada do Rio de Janeiro a Cuiabá, onde ia instaurar a nova capitania recém-criada por D. João V, principiou D. Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja, e futuro Vice-rei do Brasil por uma apóstrofe: — “Quanta terra e quanta água tenho passado! rios tão caudalosos, matas tão espessas e campos tão distantes que fazem admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada como o nosso Reino”.

Os aprestos para uma monção de vulto demandavam largo prazo. Deixara S. Paulo rumo a Ararataguaba a 2 de maio de 1751.

Só a 5 de agosto havia podido a monção largar, por se esperar o crescimento do milho e do feijão, a fim de se fazerem as farinhas indispensáveis à viagem. Também demorara o suprimento do toicinho. Fôra preciso trazer do Rio de Janeiro muitos objetos que não existiam no comércio de São Paulo.

No dia da largada, haviam todos os monçoeiros e moradores de Araraitaguaba ouvido missa. Com três surriadas de mosquetaria a companhia de dragões presente ao embarque salvara em honra a Nossa Senhora da Penha, padroeira do arraial ribeirinho.

Levavam as canoas à pôpa bandeiras com as armas reais. E a dos missionários, além do estandarte régio, a bandeira do Padre Anchieta, provavelmente algum pavilhão com a effigie do Taumaturgo, como tantas outras naqueles anos existentes do mesmo tipo, estampando figuras de santos.

A navegação do Tietê estorvavam névoas pesadas, freqüentes, se não diárias. As vêzes tomavam tôda a manhã e entravam pelo dia alto.

Tornava-se imprescindível que se dissipassem, para que os pilotos a cada momento evitassem os grandes perigos das pedras e madeiros submersos ou inesperadamente surtos.

Quando a correnteza era forte valiam-se os remeiros das zingas como freio à velocidade dos batéis.

No Camapoã, estreito e atravancado por lenhos caídos sôbre as águas, os abalroamentos tornavam-se tanto mais graves quanto o rio tinha maior correnteza. A êstes troncos, chamavam os monçoeiros rascouras, por ameaçarem lançá-los à água ou deixá-los de peitos arrebetados. O choque com tais madeiros trazia outro e sério inconveniente: fazia cair sôbre as canoas “quanta porcaria e bicharia” sôbre êles viviam.

E não era brincadeira tal chuva, em terras de tão rica fauna hostil ao homem, em matéria de aracnídios, vespídeos, formicídeos e mais sevandija agressiva.

No Coxim os madeiros imersos mostravam-se tão numerosos quanto perigosos. Iam os proeiros avisando de canoa em canoa o risco iminente “o que fazia um ruído continuado com algum horror”.

Trecho da mais árdua transposição o do famoso desfiladeiro do Coxim, o Boqueirão das Furnas, constituído por altíssimos paredões, cortados a prumo.

Afirma D. Antônio Rolim que a primeira monção a vencer as agruras daquele *cañon* temeroso fôra a de Rodrigo César quando êste sátrapa voltou de Cuiabá em 1728.

Eram as canoas puxadas por cordas, indo os homens encostados aos paredões, aos saltos, firmando-se em pedras ao longo do rio que ali não oferecia praia alguma.

Do rebôjo do Jupιά conta que dêle passara longe. Se o seu barco estivesse no raio de atração de tal sorvedouro nêle teria soçobrado, infalivelmente. No Pardo vira um “dêstes jopiás” (sic) menor e menos perigoso do que o do Paraná, embora em nada se mostrasse desprezível, causando o alagamento das canoas.

O que freqüentemente trazia às tripulações indizível padecimento eram as terríveis chuvaradas tropicais, por vêzes muito prolongadas, obrigando os monçoeiros “a comer o almoço e a ceia meio engrolados”.

Os pilotos, pela prática, distinguiam, graças ao movimento das águas, os locais onde havia canal franco ou onde se encobriam rochedos.

Mas que trabalho infernal dava esta navegação inçada de tropeços! Quanto exigia da observação atenta dos pilotos!

Qualquer descuido podia provocar verdadeira catástrofe.

Ora era preciso aliviar os barcos da metade da carga, ora de tôda esta. Casos havia em que, para a descida, as canoas podiam ser tripuladas pelo pilôto, secundado pelo mais experimentado de seus auxiliares, ao qual se dava o título de guia.

Era êste barco arvorado em capitânia e aos demais indicava o roteiro a seguir.

Em certas ocasiões detinha-se tôda a monção e passava a canoa exploradora a examinar a esteira imposta pelas condições do rio. Voltava depois a indicar às demais a menos perigosa das rotas.

Comenta o Conde de Azambuja: “Finalmente é uma arte esta maior do que se representa à primeira vista, pois é necessário estarem êstes homens com lembranças, em uma viagem tão comprida, de mais de cem cachoeiras que ela tem, e da parte e forma por que as hão de tomar, sendo tão diversas não só entre si, mas cada uma de si mesma, à medida que os rios levam mais água ou menos água, havendo algumas tão compostas que parte se passa à sirga e parte a remo. Uma houve que por esta causa gastei nela três dias”

Da subida do Pardo guardou o Capitão-general a mais penosa recordação.

Cinquenta e quatro saltos teve de vencer, dos quais nove obrigaram à descarga total dos barcos e quatro a meia descarga.

No Paraná, largo como um lago grande, o vento sul levantava nas águas tranqüilas do enorme rio grandes ondas, causadoras freqüentes da alagação perigosa das canoas.

Eram os abrigos raros naquele caudal de, por vêzes, quilômetros de largura! Raros os pilotos que não houvessem corrido sérios perigos naquelas águas turvas e mal cheirosas, banhando margens sazonáticas.

Tôda a razão assiste a Melo Nóbrega, quando expende sôbre o *Diário* de Juzarte a opinião de que é êle “riquíssimo, bem andando quem o divulgasse, com a linguagem aliviada de abreviaturas e ambigüidades”

Foi com o maior prazer e a mais viva surprêsa que o lemos decidindo revelá-lo ao público no tomo primeiro dos *Anais do Museu Paulista*, que acabávamos de fundar.

Falando da largada da Araraitaguaba conta-nos Juzarte que juntos os monçoeiros e preparadas as embarcações punham-se estas enfileiradas e fundeadas no *Pôrto* junto à curiosíssima penedia de grés o tão belo e conhecido *Paredão*, dominador da mais risonha paisagem, em que o Tietê plàcidamente flui.



O Padre Pompeu abandonado numa ilha do Paraná por sua monção.

*Quadro de F. Richter.*

Já então estavam todos a bordo, confessados e sacramentados porque daí para baixo não existiam mais igrejas nem sacramentos.

À barranca do rio surgia o pároco da freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, de estola e sobrepeliz, acompanhado de sacristão.

Ajoelhavam-se todos e irrompia a ladainha de Nossa Senhora.

Os homens da maré, cada qual no seu posto, empunhavam os remos voltando-lhes as pás para o ar.

A fórmula temo-la conservada pelo Padre Ângelo de Siqueira em sua preciosa *Botica da Lapa*.

Aí aspergia o sacerdote o barco com água benta.

Acabada a ladainha, benzia o pároco as canoas, suas equipagens e passageiros. E depois, implorando todos a Divina Clemência, largava a capitânia. Ao se desfaldar a bandeira real davam-se muitas salvas de espingardas.

Quando ela se afastava umas cinquenta braças (110 metros) zarpava a segunda canoa, com o mesmo cerimonial e assim seguiam as demais “que a pouca distância se achariam em um sertão onde nada mais havia senão a Divina Providência e onde se seguiam perigos grandes e inumeráveis”.

Conta-nos Juzarte que navegavam as canoas com a tripulação assim disposta: Aos bicos da proa e da pôpa iam, sempre de pé, o proeiro e o pilôto. Também de pé nas duas bordas mantinham os remeiros como se vê na *Largada*, de Adriano Taunay.

Imitavam os remos as choupas de espontões com suas hastes. O do pilôto era maior do que todos os outros porque por êle se governava a canoa. O do proeiro também excedia aos dos remeiros, pois graças a êle se desviava o barco dos perigos que à frente surgiam. O modo de se caminhar era o seguinte: remando todos sincrônicamente tinha o proeiro a contínua obrigação, ao meter o remo n'água, de dar uma pancada com o calcanhar no lugar onde pisava, para que os remadores mergulhassem, ao mesmo tempo, os respectivos remos a fim de que houvesse a melhor distribuição das forças impulsoras. Mostravam-se os movimentos em tôdas as canoas tão bem compassados que provocavam bulha surda e continuada.

À caída da noite embicavam-se as barcos à barranca dos rios a que se prendiam por meio de cipós.

Roçava-se o mato para se obter área capaz de acomodar os desembarcados. Armavam-se então as rêdes “de pau-a-pau” resguardadas por mosquiteiros de quatorze varas (15,4 m) cada qual, presos aos pés das árvores.

O varadouro de Avanhandava, ao tempo de Juzarte, tinha extensão superior a quatrocentas braças (880 metros). Por êle eram as embarcações arrastadas por cima de estivas de paus torados, a força de braços “não se perdoando a pessoa alguma exceto as mulheres”.

Alguns anos mais tarde (1788) informaria Lacerda e Almeida que o percurso da varação era de 150 braças (330 metros) vencendo um desnível de 53 palmos (11,66 m).

Juzarte, que descreve os perigos da navegação do Tietê, cachoeira e corredeira, uma por uma, deixa-se por vêzes levar-se a extraordinárias exagerações.

Assim, atribui a altura da queda das águas no Avanhandava — salto que “fazia agradável vista e figura, fazendo pavor e mêdo” (sic) com

“grossas e dilatadas pontas à maneira de chafarizes — a mais de cinqüenta braças (110 m!).

Talvez um *lapsus calami* o levasse a escrever braça por palmo.

Não há passo difícil em que o nosso autor não lhe pomnenorize os trabalhos e riscos. Perdiam-se de vista as canoas umas das outras, não se percebendo por onde se metiam através dos rochedos.

Punham-se nus os homens que as governavam, dobravam-se os pilotos e assim por diante. Só pela misericórdia de Deus era possível safarem-se os pobres mortais de tamanhos perigos.

Em muitas corredeiras saltavam os mareantes n'água e apegavam-se à borda das embarcações e nos pontos em que elas deviam entregar-se à fúria da correnteza embarcavam de novo governando-as por meio das varas ferradas e dos remos.

No Paraná qualquer bafo de vento frescal levantava tais ondas que, a tôda a pressa, tornava-se preciso embicar as canoas em terra, desembarcar as tripulações e descarregar os barcos.

Dos perigos do vórtice de Jupuíá a que chamou Jupiau, dá-nos o Sargento-mor a mais trágica descrição.

As ondas que ali se levantavam causavam pavor, tal o redemoinho que se estendia de margem a margem e o sorvedouro do centro “embestia em si tôdas as águas do rio por quase meia hora e depois as vomitava, formando grandes ondas com enorme fúria”. Era imaginoso o nosso itinerante.

Contínuamente se agitavam aquelas águas à semelhança da respiração humana...

Nada mais fácil do que aquêle turbilhão arrastar e submergir as maiores canoas.

A canoa capitânia era onde embarcava o guia da monção “hum homem dos mais práticos e inteligentes do sertão ao qual todos os mais pilotos obedeciam”.

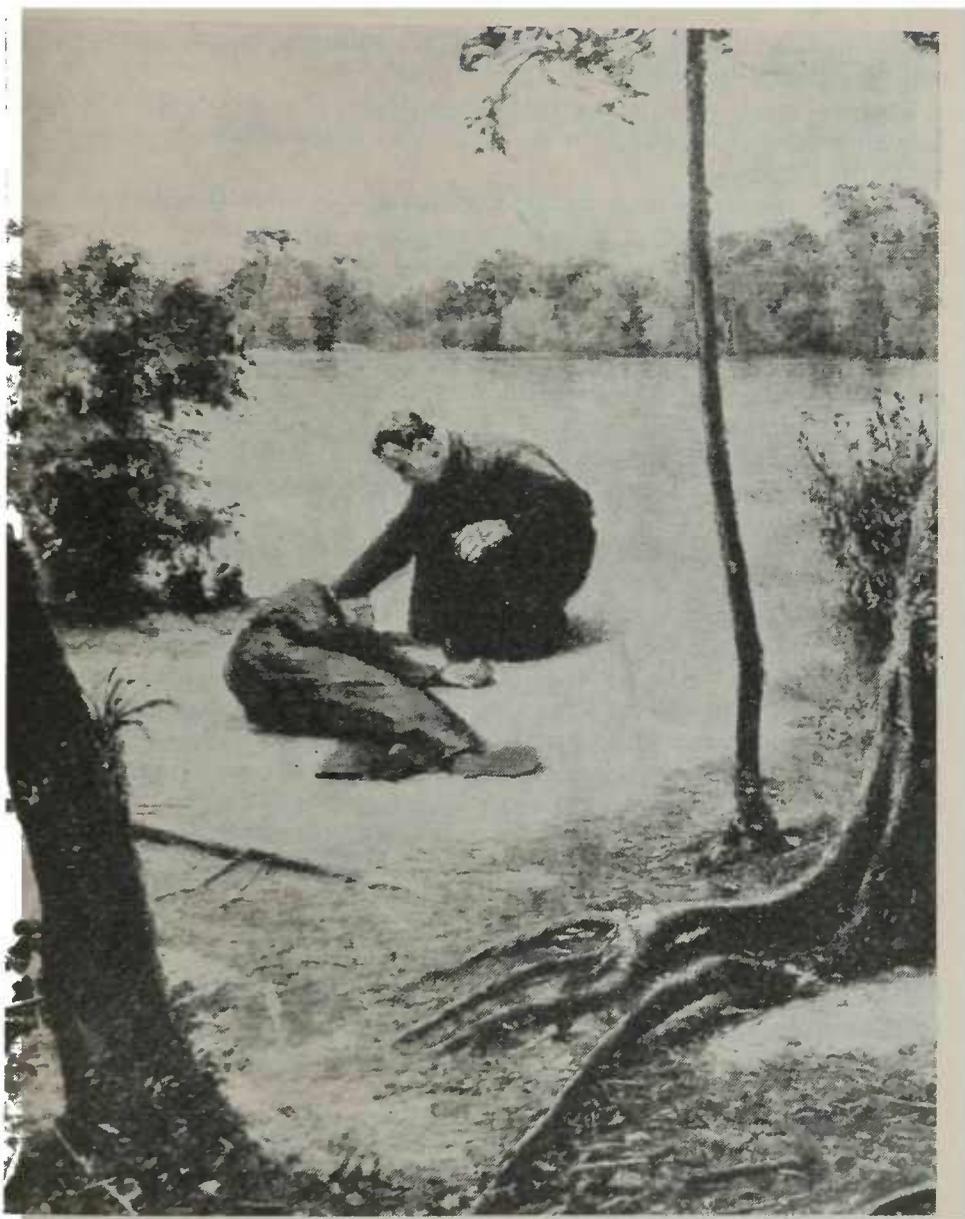
Tomava a dianteira e as demais seguiam-na em fila, mas guardando uma distância de cinqüenta e mais braças (110 m) umas das outras.

“Assim, convém explicar, porque logo que o guia conhece algum perigo grita à sua imediata canoa que venha compassada e evite a outra, e assim seguem as mais: porque vindo perto, sem dúvida atravessando a primeira, tôdas as mais se precipitam sôbre esta e tudo se perde e faz em pedaços”.

Nas informações de D. Manuel de Flores ao marquês de Valdelírios em 1756, que nos vieram através das *Notícias del Reino e Estado del Brasil* de Don Juan Francisco Aguirre, ocorrem dados interessantes sôbre as monções.

Nelas trafegavam canoões por vêzes tão consideráveis que podiam embarcar 300 arrôbas de carga (perto de 4 400 kg).

A tripulação de tais batéis era de sete homens, dos quais dois à pôpa que governavam os barcos por meio das pás de grandes remos. Os demais iam à proa manejando os mesmos instrumentos. À ré ficava espaço vazio para a manobra.



O Padre José Pompeu de Almeida socorrido pelo Padre Belchior de Pontes.  
*Quadro de F. Richter.*

Informe valioso é o que se refere aos salários das tripulações. Os remadores de proa recebiam uma oitava de ouro por semana (1\$500). Os pilotos e os encarregados da carga êstes ganhavam mais. A todos se dava sustento grátis além de pólvora e chumbo de caça.

Naufragavam muitas canoas, habitualmente, sobretudo no Tietê e no Pardo. Era assaz freqüente que a maruja “mal acondicionada y peor

disciplinada se alvortasse com facilidade”, informação que nunca vimos consignada nos autores portugueses e brasileiros.

Curiosa revelação que os mesmos autores não mencionam é a do fidalgo espanhol a propósito de certo fato extraordinário ocorrido na bacia do Paraguai.

Ocasões havia, afirma, em que as tripulações das flotilhas se viam ameaçadas de perecer de sede, como aquela a que se refere célebre canção marítima francesa: *l'eau était partout et nous n'en avions pas une seule goutte à boire*.

Leiamos-lhe porém as próprias e pitorescas palavras:

“Lo que se oirá com admiracion y es no menos cierto que en tan caudalosos rios hay ocasiones em que la falta de agua potables hace perecer muchas gentes”.

Era o que sucedia quando as águas dos grandes caudais e seus afluentes, em estiagem, se recolham aos álveos após os enormes extravasamentos habituais.

“Al retirar-se aquellas aguas arrastran tras si cuanta imundicia encuentran, de nidos de pajaros, camas de fieras, imensa porcion de animales de todos tamaños, muertos antes ó ahogados por la misma inundacion y finalmente pescado que la corriente arroyó á tierra: todos estes corrompidos por la fuerza del sol, tan activa em estos climas, infestan las aguas de modo que no haya sede tan atrevida que ose passar-las”.

Na documentação portuguesa, nossa conhecida, encontramos referências à potabilidade das águas dos rios navegados mas geralmente sumárias. Concordam os autores em reconhecer a malignidade das do Paraná, por exemplo. Nenhum dos que conhecemos ministra informes quanto os destes tópicos de Flores, categóricos, em relação à contaminação de enormes massas líquidas.

Convém observar que se refere aos rios do Pantanal.

Lacerda de Almeida ocupa-se do caso da dificuldade de suprimento de água potável aos monçeiros. Conta-nos que as do Tietê tinham fraca reputação; péssimas eram as do Paraná, pestilentas causadoras de sezões.

As do Pardo, pelo contrário, mostravam-se saudáveis e cada vez melhores à medida que se subia o seu álveo.

O alto Rio Pardo era ótimo e o Sanguessuga este quase dispunha de verdadeira linfa, cristalina e fresca, a que vinha turvar o contingente rubro sanguíneo do Vermelho, em cuja corrente não era possível lavar-se roupa. Parecia um rio de sangue, acrescenta a declarar que não exagerava, pois “não fazia de um pigmeu um gigante”.

## CAPÍTULO VI

### *As distâncias do percurso monçoeiro. Depoimentos diversos.*

Segundo os cálculos de Lacerda e Almeida as distâncias fluviais sulcadas pelas monções atingia 531 léguas ou sejam 3 504,6 km. Assim se distribuía 152 no Tietê, 29 no Paraná, 75 no Pardo, 17 no Camapoã, 40 no Coxim, 90 no Taquari, 39 no Paraguai, 25 no Porrudos e 64 no Cuiabá.

A êste colossal percurso aquático era preciso adicionar os 14 quilômetros do varadouro de Camapoã e os 155 quilômetros que medeiam de S. Paulo a Araraitaguaba. O total da jornada de S. Paulo às minas cuiabanas vinha a ser, pois, de 3 664 quilômetros.

De Cuiabá às minas guaporeanas mais noventa e três léguas a caminhar! (613,8 km).

Cento e treze os saltos, cachoeiras e corredeiras a vencer: 55 no Tietê, 33 no Pardo, 24 no Coxim, uma no Taquari. No Pardo era muito frequente verificar-se o espedaçamento de canoas.

Na opinião do primeiro cientista nascido de gente de São Paulo, o mais penoso trecho da viagem monçoeira era o da navegação do Coxim.

Com verdadeira emoção fala-nos das agruras da travessia, sobretudo no trecho das sete cachoeiras, tremendo trato, no qual não se encontrava um estirão de meia légua de rio manso.

Sinistro o aspecto do desfiladeiro, que o Coxim corta, em corredeira entre paredões muito altos de notável *cañon*. E o rio vive sujeito a enormes empolamentos torrenciais súbitos às vêzes de cinquenta palmos (11 m).

“Rio melancólico e fúnebre mas de águas claras e saborosas”, eis como o classifica o astrônomo.

Consignou Lacerda a admiração causada pelo vulto da inundaçãõ causada pelos rios mato-grossenses, sobretudo no Taquari e no Paraguai.

Conta-nos o cientista que, nas monções, assinalado papel tocava ao proeiro. Era quem tinha as chaves do caixão das carnes salgadas e das frisqueiras. Comandava e governava a proa. Estava na sua jurisdição a vontade de fazer mais e menos sincronizadas as remadas, conforme batia, mais ou menos rapidamente, com o calcanhar no fundo da canoa, a marcar o compasso da voga aos remadores.

Merecia tôda a contemplaçãõ por ser quem mais expunha a vida na transposiçãõ das cachoeiras. Cabia-lhe desviar a canoa dos rochedos batidos pelas águas enfurecidas, quando o barco por elas se encontrava arrastado com a rapidez de um projétil.

Punha-se de pé no bico da proa, manejando grande e forte remo para poder auxiliar e fortalecer o efeito do lenie e rapidamente desviar o batel dos penedos. E como êstes fôssem geralmente numerosos de um e outro lado dos canais tornava-se-lhe necessário mudar de lugar ora numa ora noutra borda da canoa. E isto com a maior presteza.

Se nestas mudanças acaso escorregasse ou deixasse o barco roçar nalguma pedra, embora levemente, ia ter ao rio em risco de o despedaçar a violência das águas sôbre os rochedos, ou morrer afogado.

Daí a consideração que todos lhe tributavam, a autoridade de que dispunha e o respeito impôsto aos companheiros, de onde lhe provinha, "tôda a chibança de um vilão obsequiado e respeitado"

Relata Lacerda e Almeida que quando as tripulações de sua monção divisaram no Paraná as setenta braças (154 m) da barra do Tietê entregavam-se a manifestações de descompassada satisfação, fazendo a maior algazarra.

"Pela alegria que tiveram os camaradas ao chegarem ao rio que banha o seu país natalício, se enfureceram (sic) e entre grandes gritarias e vivas gastaram-me em salvas, frasco e meio de pólvora e uns poucos de aguardente"

Céptico couclui o eminente reparador: "Talvez fôsse fingida a alegria e servisse de pretexto para subir a frasqueira a riba".

Saído de Araraitaguaba a 7 de julho de 1784 chegou Diogo de Toledo Lara e Ordonhes a Cuiabá a 4 de dezembro seguinte.

O Tietê, quando bem cheio, afirma, só apresentava, por assim dizer, dois obstáculos sérios: os saltos de Avandava e Itapura. Mas quando de águas baixas oferecia os perigos por vêzes enormes de cêrca de duzentas cachoeiras e corredeiras.

Com a enchente fazia-se-lhe a descida em quinze dias; em águas médias gastava-se um mês, e com tempo muito sêco uns quarenta e cinco dias!

Não havia por assim dizer cachoeira e corredeira sôbre a qual não contassem os pilotos sucessos trágicos.

Grandes os sustos motivados pela transposição dêstes obstáculos, onde os guias e as tripulações mostravam magnífica perícia quando pelos meandros dos rochedos deixavam as Canoas "ir como setas através de canais sinuosíssimos em mil torcicolos".

Em outros estirões, correndo o rio sôbre lajeado, navegavam as Canoas com tripulações dobradas, "para não ficarem pegadas e por isto davam bons tombos por baixo", que a cada passo ameaçavam abrir-lhes o pouco espêso casco.

Para os barcos pequenos nada mais perigoso do que a navegação do Paraná quando havia vento. A noite tornava-se necessário abrigarem-se as flotilhas nas águas dos afluentes do grande rio, receosos da ocorrência de vendavais.

Admirou-se Ordonhes das magníficas florestas marginais do Tietê, cheias de madeiros corpulentos.



Regresso de Belchior de Pontes ao Colégio de São Paulo.

Na opinião de Cardoso de Abreu a melhor época para a partida de uma monção era de março a maio “verdadeiro tempo de semelhante viagem”.

A descida do Tietê fazia-se em vinte dias. Mas em compensação reinavam então as maleitas em terríveis epidemias, o que tornava preferível a viagem de junho a setembro, escreve Antônio de Toledo Piza, a anotar o *Divertimento admirável*.

Recomendava Abreu que no Paraná se navegasse encostado à margem direita. As tempestades ali se mostravam terríveis. Certa vez experimentara êle tormenta que durara três dias e da qual por milagre escapara.

Ninguém bebesse água do Paraná! A do Pardo cristalina e saudável devia as virtudes salutíferas à salsaparrilha abundante que crescia em suas margens.

No Camapoã tornava-se a navegação a mais penosa por falta de profundidade. As monções faziam viagens de vai e vêm até o Coxim deixando à margem dêste a carga em ranchos guardados. Por vêzes a transposição dêste trabalhoso trecho exigia o dispêndio de vinte dias.

No Coxim, rio de excelentes águas, piscoso e cortando matas cheias de caça, era entretanto difficilima a navegação. Curioso é que Abreu não mencione a existência do grande *cañon* entre cujas penedias corre o trabalhoso afluente do Taquari.

Na opinião de Manuel de Barros não havia época mais favorável para a partida das monções do que o lapso de 20 de maio a 13 de junho.

A José Custódio de Sá e Faria se deve um *Diário da viagem de S. Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do rio Iguatemi*, que a *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* publicou, narrativa quase sempre desinteressante pela secura dos informes quase limitados às dificuldades da navegação. Nem parece tal *Diário* redigido por homem da alta inteligência dêste Oficial-general que tantas provas no Brasil deixou de capacidade e descortino.

## CAPÍTULO VII

---

*As flotilhas monçoeiras. Informes preciosos de Juzarte.  
Os camarotes. A tripulação. Acomodação da carga.  
Aprovisionamento dos barcos.  
As agruras sofridas pelos embarcadiços.*

Num pôrto do Tietê, à jusante do Salto de Itu, e a quarenta léguas de S. Paulo (264,2 km), embarcou D. Luís de Céspedes Xeria em 1628 e em demanda da Ciudad Real de Guairá.

Detivera-se no tal pôrto um mês a fabricar “três embarcaciones de palos grandisimos”.

O seu canoão escavou-se em gigantesco madeiro, cuja circunferência era de oito braças (17,60 m). Tinha 75 palmos de comprido (16,50 m) e seis de bôca (2,32 m). No centro contaria uma largura de 2,80 m se realmente fôra aproveitado o diâmetro da enorme árvore.

Neste barco acomodou-se com sua criadagem e cinqüenta índios remeiros, o que parece exageradíssimo.

Na contigüidade do Tietê havia outrora, na era anterior à tremenda dendroclastia, que o assolou, madeiros imensos, que permitiam a construção de despropositados canoões do tipo do de D. Luís de Céspedes.

Contou-nos João Evangelista Pompeu de Campos, saudoso amigo, rico repertório vivo de coisas tradicionais que a mata do Mburu, perto de Indaiatuba, era célebre pela corpulência das árvores. Nela avultavam gigantescas perobeiras.

Sobretudo perto de Capivari se adensavam as árvores maiores da floresta admirável daquela zona.

Além das canoas de casca, recorda Buarque de Holanda, improvisados amarrados de cipós, tôscas balsas e jangadas empregavam as monções. Invoca a tal propósito o depoimento do autor do epos glorificador de Fernão Dias Pais êsse até hoje misterioso Diogo Grasson ou Garção Tinoco quando do seu homeriada diz:

*Parte enfim para os serros pertendidos  
Deixando a Pátria transformada em fontes,  
Por terrenos nunca usados nem sabidos,*

*Cortando matos e arrancando montes,  
Os rios vadeando mais temidos  
Em jangadas, canoas, balsas, pontes...*

Nas monções cuiabanas o grande meio de transporte foram a canoa e o canoão, a caravela e a nau das flotilhas fluviais. Anteriormente, nas jornadas de devassa utilizavam-se os paulistas de balsas durante as grandes cheias dos rios.

Assim, na *Demonstração dos diversos caminhos que os moradores de S. Paulo se serviam para os rios do Cuiabá e Província do Caxiponé* que publicamos, o anônimo autor se refere às tempestades açoutadoras das águas do Paraná, "rio muito largo he muito furiozo por essa causa". "Quando enchia, continua, não o navegam os paulistas senão de junco por liame"

Para o vencimento dos perigos do sorvedouro de Jupuíá amarravam as canoas umas às outras formando ajoujos.

A transposição dos rios era freqüentemente realizada por intermédio da *pelota* de couro que tanto impressionou os primeiros viajantes europeus do nosso interior.

Na bibliografia que conhecemos das monções muito pouco se fala em balsas e muito menos em pelotas.

Era muito natural que os primeiros sertanistas aprendessem com os autóctones os processos para melhor e menos perigosamente navegarem os rios de águas revôltas.

O tipo do canoão monçoeiro adaptado à região amazônica foi apelidado "paulista", no dizer de José Gonçalves da Fonseca. Referia-se a barcos de quatorze e mais metros de comprimento.

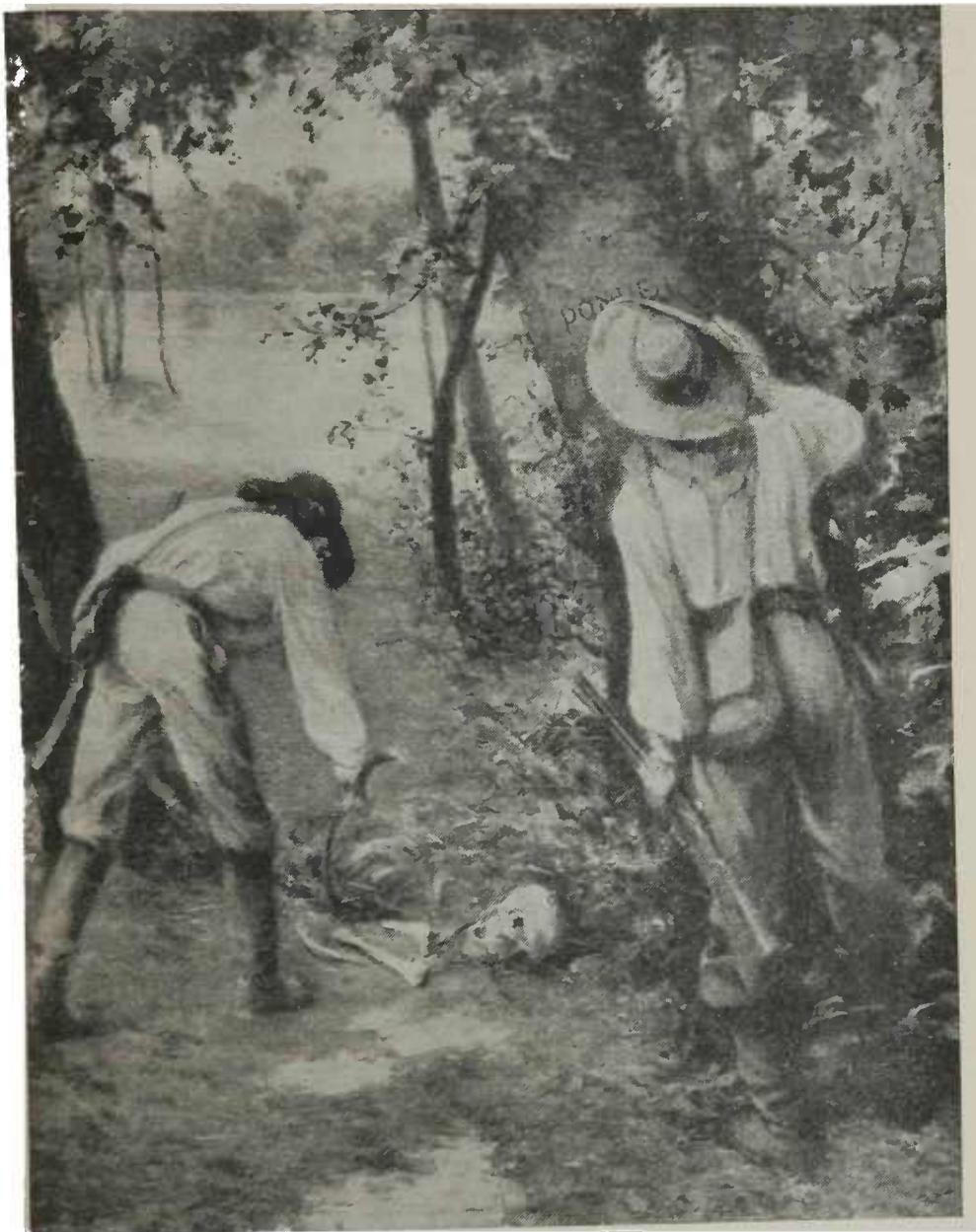
Entende Holanda que a principal causa de tal diferença, provinha sobretudo da superioridade da flora amazônica, sôbre a paraniana em matéria de grandes madeiros. Motivo pelo qual junto às grandes ubás monóxilas, os canoões monçoeiros do sul faziam o papel de humildes batelões.

Parece-nos excessivo tal confronto. Há no sul árvores tão corpulentas quanto as da bacia amazônica. Haja vista as da bacia do Rio Doce, sobretudo no Espírito Santo, onde ocorriam as maiores árvores do Brasil.

A questão era principalmente o número de obstáculos a vencer e sobretudo as diferenças do volume d'água que em alguns trechos do trajeto monçoeiro como no Alto Pardo, no Sangue-suga, no Camapoã. Rios, além de rasos, muito apertados, não comportavam o emprêgo de barcos tão compridos e tão pesados, quanto os amazônicos.

Dá-nos Teotônio José Juzarte excelentes dados sôbre o que eram as canoas de monções em 1769.

Feitas de um só lenho, tinham em geral, de cinqüenta a sessenta palmos de comprimento (11 m a 13,20 m) e de bôca de cinco a sete (1,10 m a 1,54 m).



Encontro dos despojos mortais do Padre José Pompeu de Almeida.  
*Óleo de F. Richter.*

Eram agudas para a proa e pôpa, lembrando-lhes o perfil uma lançadeira de tecelão.

Não tinham quilha nem mastro, pois nunca navegavam à vela, mesmo no Paraná e no Paraguai. Na borda a grossura do casco não excedia duas polegadas (0,55 m).

Custavam entre setenta e oitenta mil réis. Mas havia-as contudo de maior preço.

“Fornecese cada uma de oito homens, oito remos, quatro varas, uma cumeeira coberta de lona, pólvora, bala, machados, foices, enxadas e armas de fogo”.

A cobertura de lona só servia para cobrir a carga da canoa quando chovia.

“Têm estas embarcações, continua, dois espaços vazios nas duas extremidades da pôpa e da proa, que tem cada um de comprido dez até doze palmos (2,20 m a 2,64 m) em os quais se não mete carga”.

Quer isto dizer que esta só ocupava metade do barco.

“Porque o espaço da extremidade da proa ocupam os cinco ou seis remeiros, cujos remos eram de menor tamanho; as varas munidas de juntas de ferro só serviam à subida dos rios, e o proeiro adiante, em pé, no bico da canoa. O outro espaço da pôpa, o do pilôto governando sua canoa. Neste espaço da pôpa se costuma armar uma barraca (quem pode fazer esta despesa) e não acomoda mais que duas pessoas com incômodo, cuja se faz de baeta vermelha, forrada de aniagem, e fica à imitação do tôlido de um escaler, mas isto só serve para algum bom caminho, porque as mais das vêzes se não pode navegar com a dita barraca, e tudo o mais a céu descoberto sentados por cima das cargas que enchem a canoa por todo o seu comprimento livres as duas extremidades”.

Assim, como vemos, na maioria dos casos o passageiro de classe que ocupava a barraca teria de agüentar a ardência solar, valendo-se quando muito de algum pára-sol, quando sobretudo os trechos navegados eram os dos rios estreitos obstruídos por madeiros ao lume d'água as chamadas *rasouras*.

Continuando a descrição da canoa, escreve o Sargento-mor:

“Nas duas extremidades, livre o vazio que acomoda a carga, há duas travessas que seguram a borda da canoa, uma avante e outra à ré. Cada uma tem o seu furo no meio, por onde se enfiam perpendicularmente duas forquilhas que excedem acima ditas travessas dois palmos (0,44 m). Em cima destas forquilhas se atravessa uma vara a que chamam cumeeira.

Sôbre esta cumeeira se põe, de palmo a palmo, umas varinhas à maneira de pernas das de um telhado, cujas extremidades botam fora da borda da canoa.

Isto feito, o que se executa depressa, cobre-se com a cobertura de lona que vai pronta para isso, e fica a canoa a coberto das chuvas, à maneira de um telhado ou tumba que pouca ou nenhuma água lhe cai dentro. E isto se faz durante as tempestades de chuvas, ou quando se passam ondas grandes que saltando por cima de uma parte para outra, escoam a água pela lona para fora. Exceto os espaços ditos que se não cobrem e a água que lhe cai dentro se esgota”.

Assim se resguardava a carga das chuvaradas e até das ondas que no leito do Paraná se alçavam.

Para refôrço da segurança dêstes enormes barcos destinados a arrotar as eventualidades diárias e freqüentes do abalroamento com os pe-

nedos do leito dos rios, tornava-se necessário fortificar-lhes a borda por meio de uma faixa de madeira, operação que se chamava *bordar* e era indispensável.

O corte das madeiras destinadas às embarcações devia ser bem antecipado e efetuar-se sobretudo nos meses de junho e julho, recomendava Cândido Xavier de Almeida e Sousa, pois era êste o tempo pela experiência aconselhado para se obterem madeiras de maior duração.

Os lenhos mais procurados para canoas e canoões eram os das perobas realmente magnificamente adequados pela resistência aos choques e à incorruptibilidade em face do contato com a água.

Nas margens do Tietê as essências preferidas eram além da peroba o ximbó e o tamboril. Da primeira se dizia que apesar das excelentes qualidades hidrófugas tinha o defeito de lascar com certa facilidade.

A linha de flutuação para as condições de segurança da navegação era grosseiramente determinada num máximo de palmo (0,22 m) acima do lume d'água, informa Juzarte.

A tendência para o tamanho dos barcos era torná-los pequenos, dada as dificuldades temíveis de seu carrêto e descarrêto freqüentes e os esforços sôbre-humanos exigidos pela sua varação.

Não poderiam orçar o que a outros permitia a navegação em águas tranqüilas.

Eis o que Rodrigo César de Meneses em 1724 explicava a D. João V, a lhe dizer do grande risco que corriam as canoas pelas muitas cachoeiras semeadas de penhascos.

Tais embarcações, relativamente frágeis, destituídas de quilhas, afrontavam a fúria das corredeiras. Em certas partes, explicava o Capitão-general, tornava-se necessário levarem-nas aos ombros por cuja razão se faziam tão pequenas que apenas carregavam de cinqüenta ou sessenta arrôbas (entre 730 e 876 kg), aí se incluindo o pêso dos três ou quatro tripulantes.

Mas havia certamente barcos de muito maior capacidade de lotação.

Os grandes barcos exigiam vultosa equipagem.

Talvez a média fôsse a que indica Cândido Xavier: oito homens: pilôto, sota-pilôto, proeiro e remadores.

O documento iconográfico de 1826 da autoria de Amado Adriano Taunay: *A Largada de Pôrto Feliz* parece elucidar a questão para a média dos casos. A canoa capitânia da monção armada leva à proa o proeiro e quatro remadores; à pôpa o pilôto e o contra-pilôto. É um barco bem carregado parecendo de bom comprimento.

Os canoões teriam lotação muito maior, falando-nos o Conde de Azambuja que transportavam vinte passageiros fora a maruja.

As canoas de carga, esclarece D. Antônio Rolim, acomodavam muita coisa. Algumas até noventa sacos de mantimentos e trinta e tantas cargas de barris e frasqueiras.

Em 1813, Gustavo Beyer, médico e viajante sueco, viu em Pôrto Feliz enormes canoões com largueza para acomodar oitenta homens armados e tôda a sua impedimenta, o que parece sobremodo exagerado. Todos êstes barcos eram monóxilos, feitos "de preciosa peroba", de cujo

tamanho se podia ter idéia sabendo que tais canoas procediam de um só tronco.

Aires do Casal imprimindo em 1817 a sua famosa *Corografia brasílica* fez especial menção da “vastíssima mata de corpulentas árvores” ribeirinha do Tietê, de cujos troncos assim como dos que existiam à margem de um outro afluente do Tietê, o Capivari “se faziam as grandes canoas de oitenta palmos (17,601 m) de comprimento, sete e meio (1,65 m) de largura e cinco (1,10 m) de alto, nas quais se navegava para Cuiabá, carregando quatrocentas arrôbas (5 840 kg) “afora o mantimento para oito homens de tripulação e às vêzes passageiros”

Alguns anos mais tarde, Hércules Florence contava, em 1826, que em três meses os mestres do estaleiro fluvial de Pôrto Feliz e seus operários haviam preparado dois canoões com cinco pés de largo (1,65 m), cinqüenta de comprimento (16,5 m) e três e meio de profundidade, (1,155 m) “feitos de um só tronco de árvore de carvalho e trabalhado por fora, de fundo chato e pouca curvatura”.

Este fundo era de duas e meia polegadas (0,067 m) de espessura, a qual ia diminuindo até a borda, onde não tinha mais que uma polegada (0,027 m).

Sôbre a carga das canoas, informa Juzarte que as provisões se acomodavam em sacos cilíndricos com um pé (0,33 m) de diâmetro e cinco ou seis de comprido (1,65 m ou 1,98 m). “Esta figura é a que convém – diz-nos o rude e bravo monçoeiro – por se acomodarem melhor pelo seu comprimento e pouco diâmetro”.

As provisões embarcadas consistiam sobretudo em farinha de milho e de mandioca, feijão, toicinho e sal.

Era o que constituía “o mantimento de que se forneciam as embarcações”, não excedendo o trivial diário êste parco cardápio. “He o quotidiano sustento exceto alguma caça ou peixe se o há”

Conta o Conde de Azambuja que se embarcavam também galinhas “mas só para os doentes de maior perigo”.

Também não se dispensava a presença de alguns barris de aguardente da terra.

Os passageiros de distinção êstes levavam paios, presuntos, biscoitos e carne de vinha-d’alhos.

“Durante a viagem se costuma cozinhar à noite, o que há de comer no outro dia e porque se não pode acender fogo ao jantar se come frio o feijão cozinhado da véspera”, adianta Juzarte.

O *virado* paulista de feijão era o grande recurso do monçoeiros; a famosa mistura de feijão preparado com toicinho e farinha.

A farinha de milho predominava muito sôbre a de mandioca.

No aprovisionamento das monções vemos sempre figurar êstes elementos essenciais.

Os alqueires de farinha eram um pouco mais do que os de feijão e o número dêstes determinava outro idêntico de arrôbas de toicinho.

O arroz pouco figura no rol da carga monçoeira, como observa B. de Holanda.

Atribui esta deficiência ao fato de ter sido o arroz de restrito consumo no planalto até o século XIX, embora Frei Gaspar da Madre de Deus nos haja deixado nota do preço que alcançava no litoral em meados do século XVI.

É de crer que as monções não carregassem arroz para Cuiabá porque no vale do rio dêste nome havia enormes arrozais nativos.

O toicinho enxuto, curado e salgado era embarcado em grandes jacás no gênero dos de menor tamanho que tanto se entregavam às tropas de mulas cargueiras descendo do planalto ao litoral.

Carne salgada e seca também constituíam artigos do abastecimento monçoeiro.

Quanto ao volume das rações dos tripulantes é geralmente a documentação omissa. Uma portaria de D. Luís Antônio de Sousa, de 10 de novembro de 1771, mandava ao Sargento-mor Manuel Caetano de Zunega que se desse a cada expedicionário que devia seguir para o lô-brego presidio de Iguatemi uma quarta de farinha (3,45 l) para dez dias e meia quarta de feijão (1,72 l) para o mesmo prazo ou fôsem (0,34 l) e (0,17 l) de um e outro gênero diário.

O toicinho, êste, pela portaria em questão, era distribuído com enorme abundância: uma quarta por dia. Deve aí haver engano de quem redigiu tal papel, tanto mais quanto o gênero seria medido a pêso e não por meio de unidades de capacidade.

Num manuscrito inédito do Arquivo do Estado de S. Paulo encontrou Buarque de Holanda interessante pormenor: "A carga de comerciante, unidade geralmente utilizada para tais cálculos, compreendia tudo quanto não excedesse de três ou quatro arrôbas de pêso e de três e meio a quatro palmos de comprido"

Tudo quanto fôsse gênero de trânsito extraordinário, como por exemplo: bôcas de fogo, e suas carrêtas, era pesado e o total do pêso dividido por quatro. O quociente dava o número das cargas.

Assim se avaliava a praça a bordo das canoas e canoões.

A tripulação dos barcos naturalmente variava com o porte de cada qual, como já observamos.

Cândido Xavier achava que o máximo da lotação por canoa devia ser de dez passageiros. Como a tripulação se constituía geralmente de oito homens, cada embarcação grande levava 18 pessoas.

Mas muitas vêzes recebiam mais gente, como se deu com a expedição de Antônio Lopes, composta de 654 pessoas, distribuídas por 22 canoas e seis batelões, o que nos dá a média de 23 mareantes e passageiros por barco.

As tripulações monçoeiras foram certamente as vítimas de uma das mais cruéis servidões de que reza a história. Dificilmente terá havido galés submetidos a mais duros e estafantes serviços do que tal maruja.

Não houve autor que com a impressividade singela de Juzarte nos desse idéia do que vinha a ser o martírio dêses infelizes mareantes fluviais.

Ao recordar a agrura do vencimento da cachoeira de Pirapora escreve: "Amanhecendo êste dia (14 de abril de 1769) se cuidou logo em

descarregar as embarcações e pô-las a meia carga, para assim poderem passar a dita cachoeira de Pirapora”.

E gastou-se com êste trabalho tôda a manhã dêste dia.

Passam-se as cargas às costas dos homens por uma picada que se abre por terra na distância de cem braças (220 metros) ou mais. Isto é um grande trabalho porque ali se tropeça em raízes de árvores, acolá ferem os espinhos, rompe-se a roupa e, finalmente, se vigia das cobras e bichos venenosos e assim se conduzem as cargas e a gente pela dita picada a ir sair à beira desta cachoeira, onde tudo se ajunta no barranco do Rio”.

Depois dêste tremendo esforço exigido dos músculos dos infelizes varadores e sirgadores, entravam em cena os homens da mareação, que se punham nus dobrando-se os pilotos em cada embarcação.

“E agora o guia passa, um a um, por êste perigo. Deixando o seu lugar na pôpa, troca indo para a proa; governa esta embarcação metendo-a pelos canais e ondas que lhe parecem ser menos perigosas; e assim passando uma volta por terra a ir conduzir a outra”.

Na varação da cachoeira de Putunduva sofreram os transportadores muitas mordidelas de mosquitos e bernês; na picada de Baruirimirim viram-se cobertos de micuins que os obrigaram a despir-se, esfregando-se uns aos outros com bolas de cêra e terra ou com caldo de tabaco de fumo.

Na da Escaramuça encheram-se de carrapatos, mosquitos, bernês e “das grandes môscas que picando hé hua lancêta” Na do Itapiru levantou-se “uma nuvem de marimbondos de dentro do mato que mordendo a tôda a gente causou lástima, e fugindo cada um para a sua parte cobrindo as cabeças e as mãos com que pouderam”

“São taes estes insectos que chegão a matar gente pela sua quantidade, alem de ser finissima a dor de sua picada e onde mordem logo incha”

A recruta das tripulações arrolava sobretudo escravos negros; e a messe de sofrimentos desde a largada de Araraitaguaba de tal ordeni era que se torna realmente espantoso não se consignarem atos de reação contra a terrível servidão exigente de tamanho sacrificio.

## CAPÍTULO VIII

---

*As observações climatéricas e nosológicas dos autores monçoeiros. Disenteria, psicoses, paludismo.*

*Os recursos farmacêuticos da época.*

*Antídotos e amuletos. Teriagas.*

*As pragas das viagens monçoeiras.*

*Insetos e aracnídeos.*

São geralmente muito concisas e deficientes as observações dos autores monçoeiros sobre assuntos nosológicos e climáticos. Quem neste particular mais se estende é Juzarte.

Falando das epidemias que assolavam as expedições em marcha, referiu-se a “uma dearreya geral por homens, mulheres e crianças, causando enorme mortandade, a que se supria na melhor forma que permitiam a ocasião e o paiz, a uns dando-se-lhe remédios pela bôca, a outros ajudando-se com cristeis, e outros remedios que se usavam pela via para impedir a a molestia, de tal que, abrindo-se a via em tal extremo só se cura a poder de pimenta, polvora e tabaco de fumo”

A tal moléstia chamavam corrução ou maculo, como geralmente se sabe, e a tal bárbaro remédio sacatrapo.

Conta-nos Juzarte que ocorriam casos de psicose provocados pelo Sertão e a sensação do Deserto. Assim nos menciona o de certo homem que “por acanhado e melancolico” esperava a ocasião “de se deixar morrer naqueles matos” e fazia a greve da fome.

O trecho mais desfavorável à saúde dos monçoeiros era o da navegação do Paraná.

No dizer de Cândido Xavier as margens daquele caudal “de escuras águas e epidêmico vapor eram um contínuo cemitério”

Em meados de maio o “pestífero Paraná” estava em estiagem. As margens agora mais sêcas pela retirada das inundações evaporavam o “hálito mais contagioso” Daí em diante, até novembro, melhorava a situação, num semestre mais benigno e menos afetado de “guerra epidêmica”.

As monções de Iguatemi transportavam boticas bem fornecidas dos principais elementos da farmacopéia luso-brasileira da época, entre os quais tantos nomes pitorescos ocorriam.

Alguns dêstes medicamentos de antanho são hoje por assim dizer desconhecidos, relegados ao esquecimento pelos receituários. Assim, a

pedra-lipes, salártico, o quintílio, olhos de caranguejos, rons (rhum?) cristalmontano, etc. O catolicão ainda existia corrente e constante, como também os cerotos, nas boticas brasileiras, há uns quarenta ou cinquenta anos.

Conta-nos Juzarte que para a dieta dos doentes se reservava a carne de certas caças, sobretudo veados e antas. Serviam para caldos.

Conta-nos Sá e Faria que “a erva caiapiá ou tingueirinho terrestre servia de singular antídoto contra as febres. Abundava no Tietê, como aliás a salsaparrilha. Os paulistas, contudo, davam preferência a outra espécie, o caiapá do campo, poderoso febrífugo.

Dá-nos Ordonhes pequena nota sôbre a terapêutica das monções. Os principais medicamentos, atuando como preventivos, eram a pimenta malagueta, o gengibre. Havia ainda alguns remédios heróicos. O mais característico vinha a ser o sacatrapos, terrível medicação retal de aplicação continuada nos pobres pretos, principalmente, “por viverem na torreira do sol dormindo na humidade”

Outro medicamento de grande aprêço: o que provinha das raspas dos esporões das anhumas, antídoto de muitos tóxicos e ao mesmo tempo amuleto, no dizer de muitos autores.

É de sobra sabido que um dos mais insuportáveis flagelos dos viajantes palmilhadores das terras tropicais vem a ser o contínuo assalto dos hexapodos hematófagos.

Os relatos da bibliografia monçoieira não poderiam deixar de consignar tal particularidade. Não há viajante que se não refira ao assalto das miríades de dípteros sanguissedentos.

Gervásio Leite Rebêlo declara de início que a agressão dos mosquitos no Tietê era contínua e penosíssima. Mas no Pantanal tornava-se tremenda. Sobretudo para o *vulgum pecus* dos pobres mareantes desprovidos dos mosquiteiros dos privilegiados. Em muitos pontos procuravam dormir nas franças do arvoredo onde os mosquitos geralmente não iam ter.

Juzarte declara que os principais flagelos do Tietê e Paraná vinham dos mosquitos-pólvora, borrachudos e pernilongos, que atacavam em nuvens. E ainda haveria no Sul de Mato Grosso, os pernilongos de cervo, de terríveis ferroadas.

No Coxim viu-se Ordonhes às voltas com contínuas e imensas vagas de borrachudos. No Porrudos com uma aluvião de muriçocas que não lhe deram descanso, pois as havia diurnas e noturnas.

Até Camapuã eram os mosquitos menos abundantes do que daí a Cuiabá. Momentos houve em que o pobre ouvidor se viu reduzido a verdadeiro desespêro. E assim mesmo à guisa de consôlo ouvira de seus companheiros de viagem, calejados monçoieiros, que aquilo era pouco em relação ao que haviam visto em outras ocasiões.

Do Taquari, para o norte, conta o Conde de Azambuja, ocorriam os pernilongos de duas castas: os diurnos e os brancos que picavam à noite, e cujo ferrão, contundente como arestas, tornava a sua agressão atroz.

“Eram tantos que nos cansávamos em os enxotar e nos não podíamos dêles livrar por mais que trabalhássemos”. Felizmente surgiram re-

voadas de certas borboletas que devoravam os dípteros e os afugentavam. Os tais mosquitos brancos causavam persistentes inflamações e de suas picadas imenso sofriam os pobres remeiros.

Seria impossível prosseguir na viagem que se tornaria impraticável ante o ataque de tão horrível sevandija, não fôra o abrigo dos mosquiteiros.

Assim, os descreve o futuro Vice-Rei do Brasil: “eram uma cobertura de aniagem ou de outra droga leve, lançada por cima de uma corda prêsa aos paus que suportavam as rêdes de dormir e por cima delas dois palmos (0,44 m).

“Esta coberta, explica o Conde, chega até ao chão por tôdas as partes, fechada pelos lados e pelas cabeceiras, deixando-lhes nestas umas mangas para se enfiarem os punhos das rêdes”.

Quando chove cobrem esta máquina com uma baeta singela, da largura que baste para alcançar alguma coisa mais abaixo da altura em que a rêde fica, depois do seu dono deitado nela”

“É incrível que isto resista, ainda nas maiores chuvas de que eu me não podia capacitar, enquanto o não vi, e o vão que fica entre a rêde e o chão serve como pequena barraca para todos os usos da vida”

Sem semelhante aparelho, reiterava o Capitão-general, seria impossível realizar-se a enorme jornada fluvial em que não davam trégua os incansáveis e ferozes sugadores de sangue.

Mas não eram sòmente os dípteros os perseguidores incansáveis e atrozes dos míseros humanos.

Juzarte refere-se a vultosa sevandija de bichos de pé, carrapatos de várias espécies, de que havia imensa quantidade, aglomerados em bolos do tamanho de nozes pendentes das fôlhas das árvores, mutucas abundantíssimas, de dolorosíssimas ferroadas e temíveis em sua perseguição.

Às vêzes surgiam marimbondos incontáveis, caboclos, barrafogos e as temerosas caçunungas, etc.

Quando sôbre alguém caía algum dos bolos de carrapatos impunha-se à vítima pôr-se imediatamente nua para que outra pessoa lhe corresse por todo o corpo uma bola de cêra arrancando os horríveis ixodídeos ou antes para que a esfregasse com caldo de tabaco de fumo ou sarro de pito.

Ordonhes refere que no Pardo os micuins se lhes mostraram e aos seus aos milhões, aos bilhões. Não havia cautela que permitisse evitar os incontáveis e insuportáveis octópodes.

Igual praga assolou a monção do Conde de Azambuja durante a viagem do Paraguai.

No Camapoã coisa insuportável a queda de inumeráveis aranhas que das árvores tombavam nas canoas. Tão numerosas que “já ninguém se cansava em as sacudir de si”.

Intercaladamente às aranhas apareciam enxames de grandes vespas que mordiam desesperadamente.

Tremenda a quantidade dos formicídeos habitantes dos chamados “paus de formigas”, cuja perseguição se mostrava horrível e cuja picada causava dor tão veemente quanto à das vespas.

Nos pousos surgiam súbitamente enormes correições, tudo devorando.

Bernes eram também abundantes, relata Juzarte.

Coisa que nenhum relato explica é se os mosquiteiros se distribuíam aos pobres homens da chusma das canoas e canoões. Provavelmente não; reservavam-nos para os figurões da expedição. A peonada que se contentasse com a contigüidade das fogueiras, cuja fumaça afugentava a sevandija voadora e ávida de seu sangue. E isto mesmo quando fôsse possível acendê-las.

Na bibliografia monçoeira nossa conhecida, muito pouco se fala em morcegos. Juzarte não os menciona entre as temerosas pragas da região de Iguatemi, entre as quais denuncia miríades de ratos silvestres, as legiões incontáveis de mosquitos, sobretudo borrachudos, grilos que agrediam os homens adormecidos, baratas, pulgas, gafanhotos e uns “bichos grandes, felpudos e nojentos”, que devem ter sido larvas de himenópteros, provavelmente de borboletas.

## CAPÍTULO IX

---

*Os recursos havidos da agricultura sertaneja.  
Preços dos viveres. Camapoã, oásis civilizado.  
Incidentes de viagem.*

Deviam as monções valer-se principalmente em seu longo jornada dos recursos do provimento próprio porque os do sertão eram aleatórios, às vezes muito aleatórios se não por vezes falhos ou inteiramente falhos, como geralmente os que a Natureza fornece. E com efeito em determinadas ocasiões nada rendiam a caça e a pesca.

No colossal trajeto insignificantes eram, nos primeiros anos as possibilidades de abastecimento.

Dizia Camelo em 1727 que entre a barra do Tietê e a do Pardo havia dois moradores, apenas, nas duas margens do Paraná, abaixo do Verde. O da direita tinha roças grandes de milho e feijão, cujos produtos vendia pelo preço que impunha aos clientes acidentais.

Entre a foz do Pardo e a barra do Nhanduí-Açu existiam duas grandes roças com feijoal e bananal. Um pouco abaixo do salto do Cajuru mais dois moradores e na barra do Nhanduí-Mirim mais dois outros e um quinto no Pardo até o salto do Corau.

A confluência do Coxim e do Taquari uma roça se contava. Mais abaixo duas outras, abandonadas por causa dos caiapós.

Ao longo do Cuiabá já se multiplicavam os indícios de terra civilizada.

De Morrinhos à Vila do Bom Jesus, com seis ou sete dias de navegação quase todo o rio estava marginado de roças e fazendas. E este aproveitamento do solo prosseguia a montante de Cuiabá. Plantava-se na região bastante feijão e milho, excelentes mandiocas, das quais se fazia farinha, batatas, fumo e melancias.

Passado um quarto de século encontraria o Conde de Azambuja a um dia de viagem a jusante da cachoeira de Abarêmanduaba o sítio chamado do *Homem Só*, onde vivia um solitário, que apesar de não ter espingarda nem cão era exímio caçador.

O último ponto de habitação dos civilizados do Tietê era Potunduva, onde viviam dois brancos com alguns carijós. Daí em diante não se encontrava viva alma mais até o Paraná.

No decurso da interminável viagem por vezes se depararam ao Conde de Azambuja inesperados recursos de suprimento alimentar.

Assim, um pouco antes do Avanhandava valeu-se dos maravilhosos frutos de um laranjal "dentro do mato sem cultura alguma"

E em outros lugares de largos palmitais. Causaram-lhe admiração os vastíssimos arrozais nativos do rio Cuiabá.

Afirma Cardoso de Abreu que nas margens do Tietê encontravam os monçoeiros fartura de certos marmelos e jabuticabas. Menciona outras frutas de nomes esquisitos como o *nhandipapo* (jenipapo?), *pacapeúva*, *sipotuí* e *itai*.

Dos palmitos destacavam-se os das *guavirovas*, *jarivás*, *guacuris* e *palmitos moles*.

O enorme arrozal do Cuiabá, informa ainda, fornecia grão graúdo e abundantíssimo, muito melhor do que o obtido nas lavouras de Povoados.

O bananal cuiabano, plantado inicialmente por João e Lourenço Leme, tornara-se enorme.

Ao arraial de Camapoã pintou Gervásio Leite Rebêlo sob as mais negras côres, em 1726: "Sítio de morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo".

Os dois proprietários das suas roças e seus cativos viviam em perpétuo estado de alarme. Até para irem buscar água potável, aliás próxima, iam sempre acompanhados por escolta.

Assim mesmo e apesar de tôdas estas precauções já haviam os caiapós morto alguns homens.

Colhiam os dois sócios bastante milho, vendido por muito bom preço. Uma das roças já tinha canavial e bananal e achava-se protegida por boa estacada.

Em 1756 informava D. Manuel de Flores ao marquês de Valdelirios que Camapoã era farta aldeola.

Em 1768 ali encontrou Cardoso de Abreu mais de trezentos moradores.

Sobre os incidentes das viagens monçoeiras muito pequeno se não insignificante é o material anedótico. E pouco variado na maioria dos casos

Nenhum de longe sequer tem a riqueza do relato de Juzarte, que aliás apenas realizou parte do percurso cuiabano.

Deixou Ordonhes algumas notas assaz interessantes sobre incidentes da travessia.

Saira de S. Paulo, munido de excelente e farta matalotagem, arranjada pelos irmãos: o futuro Marechal Arouche e as cinco irmãs solteiras, "as meninas da Casa Verde".

A êste abundante viático reforçou em Itu uma sua prima.

Além disto o capitão da flotilha, Frei José e um oficial ajudante, companheiro de viagem, eram homens sobremodo precavidos. Assim, partiram de Araraitaguaba munidos dos melhores recursos ali conseguíveis.

"Vinham dois cozinheiros bons, escreve o magistrado. Comíamos com gôsto e parecia que estávamos em Povoados.

A primeira parte da viagem de S. Paulo a Camapoã correu muito mais agradável do que a segunda, “por serem os ares mais frios, mais sadios, de boas águas e não haver o maldito mosquito. Jogávamos até meia-noite, brincávamos e não nos mortificava a calma.

Quando o calor era excessivo havia o corretivo do banho nos rios. Mais nos de águas salubres, como o Pardo, em que o nosso ouvidor a elas se lançava duas a três vêzes por dia.

Depois de Camapoã passaram a ser quentes e más; e os mosquitos intoleráveis. “O meu refrigério — informa o apoquentado ouvidor — era atirar a torto e a direito mesmo de dentro da barraca, e jogar de dia enquanto não havia mosquitos”.

Dizia-se missa aos domingos e dias santos; cantava-se o têrço aos sábados. Nos demais dias era rezado.

Além dos riscos das cachoeiras havia o do assalto do gentio, o das onças e das cobras. Confessa Ordonhes que muito temia felinos e ofídios. Receava que êstes lhe subissem à cama.

Sincera, ingênua e altruísticamente confessa também que depois de bem varrido o chão do pouso, colocava o leito entre os dos companheiros, pondo-lhe à cabeceira uma espingarda e uma pistola.

Com o correr dos dias o acordar alta madrugada não lhe causava abalo, assim como dormir na mata, a menos que não sobreviessem tempestades.

Durante os cinco meses de viagem foi-lhe a saúde geralmente boa, apenas o acometeram alguns incômodos passageiros.

Pormenor curioso devido a Juzarte é o informe de que à barra do Rio Pardo existia um lugar onde numa casa ao pé de grande árvore havia uma como que caixa postal. Ali se depositavam cartas que os viajantes recolhiam, levando-as ao seu destino.

Contou o Conde de Azambuja que as notícias das agruras da viagem dos monções eram tais que chegara a recear ver desertarem todos os soldados de sua guarda. No Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo e Araraitaguaba todos lhe falavam da travessia com verdadeiro horror.

Valia em Camapoã o alqueire de feijão (13 litros), na primeira metade do século XVIII, vinte oitavas (30\$000); o de milho entre 16 e 18, a arrôba de toicinho 32, uma galinha, três.



## CAPÍTULO X

---

### *Os recursos venatórios do trajeto monçoeiro. A pesca e a caça ao longo dos rios.*

Naqueles páramos enormes o que havia de mais frisante aos olhos dos navegadores era, além dos riscos da navegação e a ocorrência de possíveis encontros com os autóctones, a maior e menor quantidade de elementos naturais de subsistência oferecida pelos recursos da caça e da pesca.

Assim há nos relatos assaz consideráveis informes sôbre uma e outra coisa.

Muito mais à mão, é óbvio lembrá-lo, estavam os paixes do que as aves e os mamíferos, mas os relatos inclinam-se de preferência aos reparos sôbre a avifauna do que sôbre a ictiofauna.

Enorme cópia de pescado encontrou D. Luís de Céspedes no Tietê, em 1628.

Gervásio Rebêlo em 1726 pouco se refere a peixes, e a Juzarte em 1769 não causou admiração a piscosidade do Tietê. Fala-nos de grandes dourados e dos pacus “que não fertilizavam (sic) aos viandantes por serem poucos”.

Entretanto, o Conde de Azambuja, em 1751, ficou maravilhado com a abundância de pescado no Tietê, sobretudo em Itapura e Avanhandava.

Os enormes cardumes de piranhas do Paraguai e seus afluentes e principalmente no Pantanal impressionaram a Rebêlo, Cardoso de Abreu e sobretudo ao Conde. Impediam os navegantes de tomar banho nos rios. Em pouco tempo deixavam um homem em miserável estado.

Outro e terrível perigo ameaçava os banhistas: a presença das arraias, cujas vergastadas caudais provocavam feridas causadoras de longa e lancinante dor. Seu peçonhento ferrão ocasionava lesões que só se curavam em longo prazo.

Ordonhes achou o Tietê muito mais piscoso a jusante do que a montante do Avanhandava. Em Itapura verificou espantosa quantidade de pescado.

No Paraná ocorria a mesma abundância, mas no Pardo interceptado por saltos que impediam as piracemas, não.

Voltava a piscosidade no Taquari, sendo considerável no Paraguai, Porrudos e Cuiabá, como também atesta Cardoso de Abreu. Surgiam enormes cumilações de dourados.

Expende Ordonhes exata observação. Se os rios da bacia do Paraguai do Taquari ao Cuiabá fôsem encachoeirados as piranhas teriam para-

lizado o curso das monções. Não haveria mareante que ousasse atirar-se à água para empurrar as canoas e trabalhar na sirga.

Lacerda e Almeida refere-se a enorme quantidade de arraiais no Taquari, muito grandes, com quatro a cinco palmos de diâmetro (0,88 m a 1,10 m).

À barra do Aguapeí, no Paraná, encontrou o astrônomo tão vultosos e ruidosos cardumes de dourados que a sua bulha lhe impedia o sono. Ali, inúmeras eram as piracanjubas, “peixes mimosos de escamas prateadas” e os piabuços.

No Tietê freqüentes surgiam jaús de oito palmos (1,76 m), cuja carne, quando fresca, se considerava nociva. Salgavam-na portanto e punham-na a secar.

Em 1783 dizia Cardoso de Abreu que de Araraitaguaba partiam flotilhas de pesca ao sertão. Regressando após seis a sete dias de viagem traziam às vèzes cem arrôbas de peixe salgado.

Entre outros vinham surubis e jaús de tal grandeza que decepada a cabeça e removida a ossada deixavam duas arrôbas de carne.

No Pantanal do Taquari tornava-se necessário espantar e afugentar as arraiais para que o pessoal da sirga pudesse descer à água, sob pena de graves acidentes. No Paraguai viviam incontáveis jacarés.

Dos recursos venatórios do Tietê fala-nos D. Luís de Céspedes, a contar que no seu vale vivia “grandisima suma de casa, muchisimas antas que matamos con q. veniamos comiendo carne por ser como de baca; mucha, pasareria de diversas colores” e ainda “muchos tigres leones”

D. Antônio Rolim de Moura ali encontrou muita caça de pêlo sobretudo pacas e capivaras.

Passado o Paraná apareciam muito numerosos os cervídeos de carnes mais tenras e saborosas do que os de Portugal.

No Taquari freqüentíssimas ocorriam grandes varas de porcos monteses e manadas de veados.

Afirma Juzarte que em seu tempo viviam no vale do Tietê muitos dos gigantescos tatus-canastras, abundantíssimos símios e grandes varas de suídeos.

Nas águas do rio nadavam bandos de ariranhas que perseguiram as canoas “bramindo com um garganteado”, antas e capivaras.

Segundo Ordonhes na região do Tietê havia sobretudo em matéria de caça grossa: onças, antas e porcos.

Cardoso de Abreu afirma que ali viviam muitos suídeos, capivaras e onças pintadas. O atrevimento dos jaguetês era tal que os levava a assaltar os acampamentos. Em 1726 êle próprio se vira atacado em sua rêde. Não fôra por um triz vítima de poderoso felino.

Passado o Paraná, começava a avultar notavelmente o número de cervos...

Nas campinas do Pardo havia-os muitíssimos, sobretudo dos brancos, assim como tamanduás e lóbos.

Freqüentíssimas as abelheiras de bom mel. No Porrudos e Cuiabá encontrava-se abundantíssima fauna.

No primeiro destes rios, corrobora Cabral Camelo, ocorria tanta caça quanto às margens do Paraguai. Abundava aquêle sertão em pintadas a cujos ataques se devia a morte de muitos homens das monções.

Estes grande felinos deviam realmente ser então muito numerosos.

Segundo Ordonhes já freqüentes no Tietê, muito mais ocorriam além Paraná, passando a ser numerosíssimos na bacia do Paraguai.

Espantou-se Lacerda e Almeida da enorme quantidade dos grandes carnívoros na bacia do Paraguai e sobretudo no Pantanal pelo fato de ali existir espantosa profusão de caça.

Certa vez no Taquari, conta o astrônomo, “vi-me obrigado a mudar de lugar para nos livrarmos do risco de servirmos de presa a uma onça que andava abeirando o aquartelamento”. No Porrudos a sua gente abateu “formidável onça”

No Pantanal viviam inúmeras antas, porcos monteses, capivaras, de modo que os jaguetês largamente nutridos proliferavam, tendo sempre ao alcance farta presa.

Desde o Coxim reapareciam numerosas as antas das chamadas russas também abundantes no Tietê, da grandeza de uma vaca mediana e no gôsto muito melhores”

Tal o número de veados grandes no Pardo que o prazer da caçada fazia freqüentemente retardar a marcha das monções.

No Taquari existiam, menores, e de muito má carne. As antas abundavam no Pardo como os monos no Paraguai.

No Taquari mostravam-se as capivaras freqüentes para serem no Paraguai abundantíssimas, assim como no Porrudos e Cuiabá, a ponto de nem os caçadores nelas quererem atirar pois os remeiros se recusavam a lhes comer a carne oleosa e tão preconizada aos fracos do peito.

Uma alusão gastronômica do astrônomo faz-nos crer que no percurso de sua jornada teve o ensejo de ver abatidos numerosos símios, sobretudo nas margens do Tietê.

“Mucha pasareria de muchas colores” foi o que D. Luís de Céspedes disse da avifauna tietense, como vimos.

A mesma impressão teve mais de um século mais tarde o Conde de Azambuja.

Admirou-se da quantidade de patos bravos, maiores e mais saborosos do que os do Reino. Assinalou-os Juzarte sobretudo em Itapura, e dêles diz Ordonhes que eram de excelentes carnes.

Em muitos pontos do Tietê passavam incontáveis papagaios que com arroz ofereciam mediocre petisco: “não eram maus”, contudo.

Nos barreiros tornava-se fácilimo proceder-se a enormes morticínios de aves.

Nos campos do Rio Pardo espantosa se mostrava a quantidade de perdizes, assim como em Camapoã. Não tão boas, contudo, quanto as de Portugal, mas assim mesmo saborosas.

No Taquari maravilhou-se o Capitão-general do vulto da avifauna. Patos de extraordinária grandeza, marrecos, mutuns, aracuãs, jacus, jacutingas que passavam por ser de bom gôsto e saudáveis, de modo que se davam a doentes.

Em alguns lugares procediam os monçoeiros a enormes matanças de aves, a ponto de serem obrigados a mudar de pouso por causa da putrefação da caça abatida.

No Taquari e na chamada Ilha dos Pássaros, tal a abundância de aves que o local se convertera "numa das coisas raras que se encontravam no Brasil".

Incontáveis os tuiuiús. Havia também muitas anhumas. Mas como fôsem sobretudo ariscas, tornava-se difícil apanhá-las.

Diligentemente caçadas eram muito procuradas por causa das virtudes medicinais dos ferrões que reduzidos a pó constituíam excelente contraveneno, "do qual se contavam maravilhas".

Nos campos do Pardo notou o Ouvidor de Cuiabá grandes bandos de emas, como também sucedeu a Lacerda e Almeida.

Navegando o Cuiabá, o Porrudos e o Paraguai, cada vez mais se sentiu o astrônomo assombrado com o que ia vendo em matéria de avifauna.

No Taquari à profusão de galináceos silvestres acrescia a dos bandos dos patos bravos, grandes e gordos, alimentados pelos arrozais nativos do Xaraies.

No Taquari, informa Cardoso de Abreu, avistavam-se numerosíssimas as araraúnas e anhumas. Diversas das do Tietê devem ter sido anhu-mapocas, "aves muito úteis aos viajantes" Quando se punham a gritar é que havia gente ou onças pela vizinhança. À noite cantavam com extraordinária precisão cronométrica de duas em duas horas, a partir de meia-noite. Com tamanha regularidade que à falta de relógio supria o seu canto para o revezamento das sentinelas dos acampamentos quando se temia a aproximação dos paiaguás.

Da fauna ofídica da região monçoeira falam os documentos em geral, e quase sempre sem exageração.

Era natural que acima de qualquer serpe fôsem as sucuris as que mais impressionassem os viajantes.

Quem mais se estende sôbre tais cobras é Lacerda de Almeida.

Eram sobretudo vulgares no Tietê.

Algumas apareciam simplesmente colossais. À margem de um ribeirão afluente do Tietê sucedera interessante caso.

Haviam uns escravos encontrado, ao cair da noite, o enorme rôlo de uma sucuriju e certos de que se tratava de árvore derribada tinham querido deitar-lhe fogo a fim de se aquentarem.

Com o calor se movera o suposto tronco com notável susto dos incendiários.

Comenta o astrônomo: esta é a tradição muito verossímil para os que têm viajado por êste novo mundo, onde, a cada passo, estão encontrando coisas que teriam por fabulosas se não tivessem sido testemunhas oculares.

Ordonhes conta que em sua monção camaradas comiam tais cobras.

Afirma Cardoso de Abreu que entre os sertanistas vivia generalizado tal hábito. Êle próprio, certa vez, provara a carne de um de tais minhocões.

Sabem todos quanto se exageram as dimensões da *eunectes*.

Fala-se em sucuris de doze, quinze e até vinte metros de comprimento. De vez em quando trazem os jornais notícias de que em tal e tal ponto da Amazônia se caçou uma de sessenta, oitenta e noventa palmos. E bicharocos perto dos quais o imenso pitão que deteve o exército do pró-consul Régulo à margem do rio Bagradas e morto pelos pedrouços das catapultas devia ser uma cobrinha.

Cardoso de Abreu nos menciona duas de 18 e 23 palmos (3,96 m e 5,06 m). No ventre da maior encontrou um veado inteiro. Mas ao mesmo tempo dá-nos a informação de que a mais considerável *Eunectes murinus* tinha 5 palmos de grossura (1,10 m) o que é inacreditável, “o que na verdade fazia duvidar esta grandeza aos que não tinham notícia ou verdadeiro conhecimento das ditas cobras. Acredite, porém, o curioso que tudo isto era verdade e sem exageração alguma”.

Afirmou ainda que sabia do fato de haverem sido sertanistas devorados por sucurijus, coisa acêrca da qual Antônio Piza se declara céptico.

A falar de serpentes, conta Lacerda e Almeida de muitas cobras venenosas no Pardo, onde ocorria extraordinário número de acidentes ofídicos combatidos pela ingestão de altas doses de cachaça salgada.

Os sáurios é que pouco deram que falar de si. Ordonhes foi quem dêles mais se ocupou, achando que abundavam imenso, como ainda hoje, em tôda a bacia do Paraguai.

Dos temerosos crótalos encontrou Juzarte enorme exemplar de onze palmos (2,42 m), assim como jararacas de sete palmos...



## CAPÍTULO XI

---

### *Os índios ribeirinhos do percurso monçoeiro. Perigos da sua presença.*

Três nações gentias foram o pesadelo dos monçoeiros nas primeiras décadas da conquista do Cuiabá. As dos paiaguás, de tôdas a mais temida, guaicurús e caiapós.

É interessante conhecer o que sôbre índios nos inculcam os relatos dos navegantes.

D. Luís de Céspedes a êles não se refere; provàvelmente já ao vale do Tietê, em 1628, haviam as bandeiras despovoado. Gervásio Rebêlo, em 1726, conta-nos que os caiapós ocupavam a margem direita do Paraná e eram "o pior gentio daqueles sertões". Ainda não haviam os paiaguás, aliás, encetado as vultosas agressões.

Cabral Camelo em 1727 jamais se avistou com índios na descida do Sorocaba e do Tietê.

Embarcados em jangadas, navegavam caiapós largo percurso do Paraná. Sua principal base era a barra do Verde. Freqüentavam assíduamente o curso do Pardo, ameaçando a cada momento Camapoã.

Usavam incendiar a macega para tentarem fazer perecer os brancos. O único meio de defesa consistia no fogo de encontro ou no arrancamento dos capins para se constituir aceiro.

Havia quem por precaução se untasse com mel de pau e se embrulhasse em fôlhas ou ainda se cobrisse de carvão para escapar ao incêndio.

Ponto perigoso era o sítio chamado a Prensa, a três dias antes da foz do Taquari. Ali os guaicurús esperavam as monções. Eram numerosos, formando às vêzes troços de quinhentos a mil cavaleiros. Constava que os seus "reinos" seriam muitos e que cada uma de suas tribos dispunha de mais de nove mil cavalos.

Relata o Conde de Azambuja que os mais perigosos eram os paiaguás, armados de arco e flecha, e pequenas lanças de choupas férreas muito agudas que também lhes serviam de dardos.

Em terra nada valiam, mas nos rios mostravam-se temíveis.

Sobremodo cautelosos só atacavam depois de, por muito tempo, observarem os movimentos das monções. Com enorme habilidade sabiam navegar nos meandros dos rios e do Pantanal, escondendo-se pelos ribeirões e sangradouros. Mas navegavam sobretudo no Paraguai.

Suas canoas levavam geralmente cinco remadores e outros tantos combatentes. Sua principal tática consistia em tentar fazer emborcar os barcos dos adversários visando molhar-lhes as armas e a munição.

De Araraitaguaba à barra do Pardo não havia perigo algum de assalto. Mas já no Pardo começavam os caiapós a dar sinal de presença.

Eram robustos e ágeis, armados de arco e flecha e de uma clava ou bilro a que enfeitavam. Sobretudo traiçoeiros, sabiam admiravelmente dissimular a presença na floresta “por se pintarem de modo a ficarem da côr do mato” Procuravam sobretudo atacar os pousos e acampamentos onde não havia vigilância.

Mas como andassem em pequenos magotes bastava um pouco de cautela para os conter. Os caçadores é que nunca deviam afastar-se do pouso a menos que uns três ou quatro sáissem juntos e se conservassem unidos.

Os guaicurus estendiam as correrias até o Taquari. Tornavam-se ameaçadores nos baixios dêste rio.

Armados de lanças e laços, sua eficiência bélica reduzia-se nos rios.

Desde que os monçoeiros tomassem a precaução de pousar na mata perdiam a vantagem das cargas de cavalaria perigosas em campo raso.

Se os índios não fôsem destituídos de inteligência lançariam mão de recurso capaz de paralisar a marcha das monções.

Nenhuma expedição conseguiria navegar no Coxim através dos desfiladeiros de paredes altíssimas, cortadas a prumo, entre as quais corria o rio com extraordinária violência e em lugares onde a sua largura se reduzia a cinco e até a quatro braças (11 m e 8,80 m).

Poucos que ocupassem o cimo daqueles paredões, despenhando pedrouços, e ali não passaria canoa que se não votasse a infalível destruição.

Esta mesma opinião expenderia Lacerda e Almeida, trinta e tantos anos mais tarde, espantado de que jamais houvessem os índios pensado em valer-se daquela magnífica posição estratégica.

Não haveria barco que não soçobrasse com o choque de pedras despenhadas de altura superior a 450 palmos (99 metros) sôbre a tão estreita vereda fluvial.

Atingindo a região perigosa conta-nos o Conde de Azambuja que tomou logo especiais precauções. Preparou três canoas com dezoito fuzileiros em cada um. Na vanguardeira instalou certa “pecinha de ameadar” que trouxera do Rio de Janciro, fazendo fogo sôbre um e outro bordo da canoa”.

Ao mesmo tempo adotou especial formação naval distribuindo em diversos grupos as canoas armadas e as da flotilha de guerra que baixara ao seu encontro vinda de Cuiabá. Tal esquadrilha geralmente se compunha de cinco canoas com uns trinta fuzileiros e voltava com a monção que subia. Uma destas canoas, mais ligeira, servia de montaria, encarregada de espiar e descobrir o movimento dos paiaguás.

Com esta formação não havia canoa de carga que não navegasse à vista sempre de alguma das de guerra.

No Pouso Alegre sôbre o Taquari, no dizer de Lacerda e Almeida, reuniam-se as diversas flotilhas da monção para navegarem juntas, pois sempre se corria o risco de assalto.

Ainda no Taquari surgiam os caiapós e chegavam os guaicurus, em longas correrias desde o Iguatemi.

No Paraguai andavam as embarcações próximas umas das outras “debaixo do preceito do cabo comandante e da vigilância dos fragueiros das canoas de guerra que tomavam à beira dos sangradouros, saídos dos pantanais para impedirem as traições e ciladas costumeiras dos gentios.

No Porrudos viviam os índios dêste nome e mais outros mansos que a ninguém ofendiam. As margens do Cuiabá bororos e parecis. Dos primeiros diz Abreu que insignes trilhadores “eram valorosos para com os mais gentios e humildes para com os brancos”.

Em 1785 ao viajar Ordonhes já pouco incomodavam os índios o livre trânsito das monções. Os caiapós continuavam contudo a aparecer esporadicamente em Itapura.

Rondavam as vizinhanças de Camapoã, devastando as roças e matando lavradores e roceiros de vez em quando.

Mas a situação melhorara muito para os civilizados.

Com os bilreiros não se avistou Ordonhes mas várias vezes viu, ao longe, as labaredas do incêndio que ateavam nos campos do Pardo.

No Paraguai ainda subsistia o perigo dos “ferocíssimos” paiaguás mas muito atenuado depois que as canoas d’El-Rei policiavam aquêlo rio e o Porrudos.

Já quase mais não se mostravam os outrora tão temidos canoeiros. E se o faziam velozmente tratavam de fugir, ao avistarem as embarcações dos brancos.

Os guaicurus continuavam com as correrias até as vizinhanças de Cuiabá, matando gente, motivo pelo qual as últimas roças cuiabanas estavam no máximo a três dias de viagem, pelo rio, da vila do Bom Jesus.

Em 1788 baixando de Cuiabá a S. Paulo encontrou Lacerda e Almeida os paiaguás quase aniquilados.

Devia-se a sua ruína aos guaicurus que imenso os haviam destruído.

Eram êstes ainda temerosos. Deixando os cavalos embarcavam em canoas de vinte e mais homens armados de arco e flecha e lanças com choupas de ferro, compradas aos espanhóis de Asuncion. A tática dêstes índios era a antiga dos paiaguás. Para compensarem a inferioridade do armamento tentavam molhar os fechos das armas dos adversários atirando água sobre os arcabuzes com as pás dos remos quando iam intentar a abordagem.

Os caiapós ainda eram de se temer embora menos do que outrora.

Em tórno de Camapoã rondavam e sua área de correrias vinha a ser enorme abrangendo terras hoje mato-grossenses, goianas e mineiras.



## CAPÍTULO XII

---

*Lendário e hagiografia do Tietê. Anchieta e o Abaremanduaba. Belchior de Pontes e Frei Galvão. A nau catarineta de Juzarte. O monstro de Pirataraca. As iaras de Lacerda e Almeida.*

Já pelos últimos anos setecentistas decaíra muito a “fertilidade das minas cuiabanas e a navegação gloriosa das monções mais que secular ia-se aos poucos extinguindo.

Tão velha e tão ilustre que se adornara das lendas e dos fatos sobrenaturais, próprios das coisas remotas. Tinha a sua nau catarineta, como os seus monstros e ainda registros nas páginas dos hagiólogos.

À margem do Tietê ocorreram os milagres consignados nas vidas de canonizando reclamados pela *vox populi* como Belchior de Pontes e frei Antônio de Sant’Ana Galvão.

Não nos conta Juzarte que certa manhã o avisaram, às pressas, de que uma canoa fantasma estava à vista da expedição que êle conduzia ao matadouro de Iguatemi?

Deslizava silenciosa e misteriosamente, pela bruma da madrugada, havendo o guia do comboio reiúno perfeitamente divisado e até contado os seus remadores e passageiros.

Interpelados os incógnitos navegantes, nenhuma voz respondera ao chamamento repetido.

Quem seriam? Gente de Cuiabá? Castelhanos? Paulistas? Índios? Desertores? Contrabandistas? Fugidos do Iguatemi? Acaso não estaria tripulada pelas almas dos pilotos, proeiros e remeiros afogados nos rios e de monçoeiros mortos durante a sua viagem aspérrima?

Intimidados a estacar nenhum caso haviam feito da intimação.

Resolveu Juzarte tirar a limpo o incidente, e, entrando num escaler, guarnecido dos seus melhores remadores, foi-lhes ao encontro.

Pôs-se a persegui-los afouta e imprudentemente, mas de balde, pois a grande e pesada canoa como que acertava a voga pela da ligeira perseguidora. Desapareceu na bruma.

Era alguma nau catarineta, talvez tripulada pelas almas daqueles esfaimados do ouro, por amor do qual haviam perdido a vida e a salvação, na jornada do Cuiabá, pensaria o bom Juzarte, supersticioso como todo marinheiro velho.

Já no século da descoberta às águas do Tietê ilustrara um dos naufrágios do Taumaturgo do Brasil.

Haviam ameaçado os cachões de uma corredeira de tragar a Anchieta. Seu nome daí em diante para sempre lembraria o caso: Abaremanduaba, persistente na toponímia paulista.

Escreve o Conde de Azambuja a tal respeito verdadeira necessidade, ao afirmar que Abaremanduaba na língua da terra era a tradução de “lembrança do Padre Anchieta” (sicl).

Episódio hagiologicamente ligado às monções é o que se nos relata na *Vida do Padre Belchior de Pontes* pelo Padre Manuel da Fonseca, biógrafo do inacino ilustre cuja santidade resplandece dentro da rude feição do Brasil seu coevo.

Referindo o milagre do seu biografado diz Fonseca: “O caso foi tão sabido em S. Paulo que raro se achava adiantado em anos que o não ouvisse conservando-se ainda hoje nos modernos a sua memória”. O provocador do fato sobrenatural viera a ser o Padre José Pompeu de Almeida, clérigo secular.

Conta Taques que este padre, homem de gênio desconfiado e altivo, vivia na opulência dos bens patrimoniais e sempre retirado.

Tendo se desavindo com o seu bispo, D. José de Barros Alarcão resolveu deixar S. Paulo emigrando para o Paraguai.

Preparou verdadeira monção para a temerosa viagem pelos rios.

Prontificou canoas, mantimentos, pólvora, bala, cães de caça, pilotos e práticos da dificultosa navegação.

Embarcou só com os seus escravos e alguns carijós seus administrados.

Desceu o Tietê sem estorvos maiores e ao cabo de mais de dois meses foi acampar numa ilha das muitas que tem o Paraná. Certa noite os seus índios, mal satisfeitos com as impertinências do amo, fugiram todos, levando os cães, quando dormia.

Ao despertar achou-se só o Padre Pompeu em uma ilha da qual de nenhum modo podia safar-se; verdadeiro deserto e sem remédio humano, sentenciado à morte.

Valendo-se da tradição da família, acrescenta Pedro Taques: “Conjetura-se que viveu por muitos dias, por ter o sustento nas frutas de grande jatobá. Quando, passados anos, se deu com o lugar de sua morte e os ossos de seu cadáver, observou-se uma quase vala na superfície da terra do comprimento de quarenta palmos que se entendeu a formara o contínuo passeio do dito padre todo o tempo que lhe durou a triste vida”

Piedosamente comenta o biógrafo que, vendo-se em tão miserável situação certamente acudiram a José Pompeu “grandes desejos de se preparar para a jornada da eternidade, invocando o socorro Divino, já que se via desamparado de todo o humano”

Por essa época era o Padre Belchior de Pontes “varão de candura inocente adornado de heróicas virtudes” o superior de uma das aldeias jesuíticas dos arredores de S. Paulo.

Certo dia, voltando de sua aldeia para São Paulo, acompanhado de diversos índios e chegado à margem do rio Pinheiros, descavalgou. Pedindo aos índios que o esperassem, pois logo voltaria, entrou num capão.

Como demorasse, assustaram-se os índios, receosos de algum acidente acaso acontecido ao seu amado abaré.

Entraram no capão e depois de o correrem todo, e aos campos circunvizinhos e "certificados de que não estava naquele circuito, determinaram ir para o Colégio, julgando que teria já tomado a dianteira sem que eles nisso advertissem".

Chegaram ao Colégio a puxar o cavalo abandonado, informando ao Reitor do ocorrido.

"Não causou cuidado algum a relação dos índios, comenta Pedro Taques, porque das virtudes de Pontes havia já grandes provas entre os seus religiosos e estranhos e esperavam que logo chegasse"

Não se passaram muitas horas, com efeito, antes que o vissem aparecer a pé, arrimado ao seu bordão e muito tranqüilo.

Perguntou-lhe o Superior de onde vinha.

Respondeu que fôra ao sertão do Rio Grande confessar ao Padre José Pompeu que, desamparado de tôda a sua comitiva em uma ilha, acabava sem confissão.

Maravilhou-se o Reitor do que ouvia, pois "para andar naturalmente tantas léguas eram necessários alguns meses"

"É tradição comum que passando pelo mesmo lugar em que morreu o clérigo, alguns homens dos muitos que por aquela parte andavam ao gentio, viram junto a uma árvore um breviário sôbre um altar feito de varas, e junto ao altar uma sepultura pouco funda mas bem povoada de ossos que, pela disposição, entenderam serem relíquias de corpo humano.

Visto isto, tiveram curiosidade de visitar o terreno e acharam escritas em uma casca de pau estas palavras: *Aqui jaz enterrado o Padre José Pompeu confessado pelo Padre Pontes.*

Não há no Estado de S. Paulo quem não reverencie a memória do franciscano Frei Antônio de Sant'Ana Galvão (1739-1822) cujo túmulo na capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Luz em S. Paulo é alvo de contínuas e vultosas romarias. Tal a fama de suas virtudes heróicas e tal a consistência da crença de seus direitos a honra dos altares que o Cardeal D. Carlos Mota, Arcebispo de S. Paulo, resolveu mandar proceder aos primeiros atos da introdução de sua causa perante a SS. Congregação dos Santos Ritos.

Prende-se o nome de Frei Galvão à história das monções por fato universalmente divulgado entre os paulistas e do qual há algumas variantes mas em essência sempre o mesmo. Do chamado "milagre do Potunduba" ouvimos dos lábios de saudoso amigo versão notavelmente autorizada.

Chamava-se João Evangelista Pompéu de Campos (1864-1939) e nêle contava a causa de Frei Galvão, estrênuo defensor.

No bairro de Potunduba, contou-nos, moravam tradicionalmente famílias de caboclos cujos homens se empregavam como tripulantes dos canoões. Após alguns dias de penosa navegação ali descansavam as monções, geralmente, um dia.

Entre os mestres, de fins do século XVIII, era especialmente prestigioso Manuel Portes, graças à ordem que sabia manter entre suas tripulações, o rigor na execução das encomendas e a escrupulosa fidelidade da entrega de dinheiros e mercadorias.

Mamaluco de prodigiosa energia, hercúleo e intrépido, era sobretudo propenso a deixar-se arrebatado pela cólera. Seus subordinados o temiam muito, pois não trepidava em castigá-los do modo mais rude.

Segredos para ele não havia nas águas de S. Paulo e de Mato Grosso. Era exigentíssimo para com o seu pessoal, que tremia ante suas cóleras furiosas. Reinava em suas expedições impecável disciplina. Seu nome ficou vinculado à toponímia do curso do Tietê, onde ainda em 1890 visitou J. Pompéu a corredeira chamada de Manuel Portes.

Vinha conduzindo a monção reíuna que subia rumo a Pôrto Feliz. Tinha queixas da desídia de um de seus homens, certo Apolinário. Já o repreendera várias vezes e o ameaçara, e o homem não se emendara. Abicados os canoões à barranca do Tietê e desembarcadas as equipagens, para o jantar, pusera-se Manuel Portes a fazer a costumeira revista e ronda. E aí apanhara, novamente, o caboclo em falta.

Deixara-se então levar a uma de suas furibundas iras. Tomando uma açoiteira chibateara rijamente o remeiro que aliás não se defendera.

Pouco depois estava conversando com um de seus homens quando inesperadamente sentiu forte murro às costas. Voltando-se viu Apolinário que fugia, a correr, empunhando enorme facão. Terrível fôra a punhalada não tardando que o apunhalado caísse prostrado.

Pusera-se então, no auge do desespero, a gritar: Meu Deus! morro sem confissão! Virgem Mãe de Deus, perdão! Senhor Santo Antônio pedi por mim! Confissão! Vinde, frei Galvão!

De todos os lados acudiam os seus comandados e dentro em breve estava já com a voz muito sumida, a pedir a presença de padre, a clamar por Nossa Senhora e os santos de sua devoção.

Cercavam-no os homens da monção impressionados com aquêle desespero piedoso. Onde arranjar confessor que confortasse o agonizante? Súbitamente, gritou um dos circunstantes, aí vem um padre! E todos, absolutamente estarecidos, viram um franciscano que se adiantava. Nêle reconheceram Frei Galvão, cuja figura lhes era familiar como frequentadores de Itu que todos eram.

Afastou com um gesto os espectadores da trágica cena, abaixou-se, sentou-se, pôs a cabeça de Portes sobre o colo e falou-lhe em voz baixa, encostando-lhe depois o ouvido aos lábios. Assim ficou alguns instantes, findo os quais abençoou o expirante.

Levantou-se então, fêz um gesto de adeus e afastou-se de modo tão misterioso quanto aparecera deixando estáticos os presenciadores de tão estranha ocorrência, certos de haverem presenciado um milagre.

No pôrto de Potunduva sepultou-se Manuel Portes, e os seus homens assinalaram-lhe o túmulo erguendo grande e tósco cruzeiro que se manteve muito tempo e foi diversas vêzes substituído até que no local se levantasse a capelinha de Frei Galvão ali desde muitos decênios existente e piedosamente conservada.

Tôdas estas particularidades, contou-nos Pompeu, ouvira-as várias vêzes e perfeitamente coincidentes, dos velhos canoeiros do Pau Cavallo, pôrto fluvial do município de Tietê, assim chamado por causa de enorme árvore singular, existente à margem do rio, cujo perfil lembrava o de cavallo gigantesco que, de pescoço estirado, estivesse a beber.

Entre êles e pelos anos de 1884 encontrou J. Pompeu diversos embarcações das monções de outrora, vários dêles octogenários.

Enorme divulgação teve o caso do assassinato de Manuel Portes. Tôdas as monções, as que baixavam e as que subiam, passaram a aportar no local do crime, visitando-o com tôda a curiosidade.

Êste caso é certamente uma das mais vivazes tradições religiosas correntes entre os paulistas e talvez o mais notável caso de bilocação atribuída ao santo franciscano.

Naquella mesma hora, contam Altenfelder e outros hagiógrafos, pregava Frei Galvão numa Igreja em S. Paulo. Sùbitamente, interrompera o sermão e pondo-se de joelhos, pedira ao auditório que com êle rezasse uma Ave-Maria pela salvação da alma de um enfêrmo em ponto de morte e em lugar longínquo. Finda a oração, levantara-se recomeçando a prática.

Os monstros do Tietê, êstes por larga cópia de anos infundiram pavor aos navegantes.

Já no século XVI revelara Ulrico Schmidel, o famoso aventureiro alemão, tão celebrado nos fastos do Prata e do Paraguai, a existência das tremendas serpes anfíbias cujos antros eram o fundo do rio. As *Schueyebatuescha*, imensos pitões, muito maiores do que a sua célebre congênere africana do procônsul Régulo marchando sôbre Cartago.

A serpente tieteense, conta-nos o soldado teuto, media nada menos de uma braça de diâmetro! Verdade é que não se avistara com semelhança trasgo zoológico, mas a coisa lhe fôra contada por muito conscienciosos informantes, explicou, prudentemente.

A minhocões imensos também se refere o bom Juzarte. Gravemente alude aos perigos do “passo de Pirataraca”, a jusante do salto de Avandava, “grande estirão de rio morto”, muito fundo e de águas negras, “muito fúnebre e triste de que os antigos temiam muito porque diziam que ali havia um grande bicho”

Para o lendário das monções concorreu Lacerda e Almeida com contribuição de relativa importância, embora curiosa.

Do proeiro e da tripulação do seu canoão diz-nos que eram muito supersticiosos. O primeiro falava-lhe constantemente na existência das mães-d’água nos poços profundos dos rios. Eram elas que levantavam grandes ondas e faziam a muita bulha escutada da profundeza dos grandes caldeirões. Devia-se-lhes a morte de muitos homens.

“Pedi ao proeiro a descrição destas encantadoras matronas e êle não obstante nunca as ter visto me fêz a descrição de um monstro mais horrendo do que nos pinta Horácio”.

Intentei desabusá-lo mas êle e tôda a comitiva se mostraram tão resentidos e pertinazes que para os contentar e evitar alguma sublevação (sic) me vi obrigado a seguir o partido das mães-d’água encantadas”.

A tal propósito, filosofa o cientista: “como é dificultosa emprêsa o desaferrar das suas opiniões a homens rústicos! E também a muitos sábios logo que são presumidos!”

Tradição corrente entre a marinhagem monçoeira era que no poço do Banharon vivia um bicho marinho que levantava ondas atemorizadoras dos navegantes.

Tinha o astrônomo como certo que a efervescência da água nos poços atribuída às iaras provinha da abundância de grandes peixes nêles vivendo sobretudo colossais jaús.

Assim, nada falta ao acervo tradicional das monções para que se lhe não possa aduzir a contribuição hagiológica e folclórica que tamanho relêvo possui.

## CAPÍTULO XIII

---

### *Cartografia das monções dos séculos XVII e XVIII.*

A cartografia das monções é assaz abundante se considerarmos o grande número de mapas de diversos aspectos que procuram dar idéia das regiões trafegadas pelas esquadilhas fluviais.

Mas aquela a que reveste relativo valor científico, apreciável, abrangendo o percurso das flotilhas de Araraitaguaba a Cuiabá apresenta-se nos muito escassa.

Existe grande número de *topografias*, como no tempo se dizia, maiores e menores, procurando descrever o curso dos rios e os itinerários de tais e tais jornadas mas cartas de conjunto vêm a ser muito poucas.

Pelo menos as que se acham assinaladas em nossos acervos arquivais. Muito interessante é o “Mapa do Continente das Capitanias de Mato Grosso e de São Paulo, com a configuração mais exata, até agora, de tôdas as terras, rios e serras, principalmente dos dois caminhos; um pelos rios, outro por terra, de S. Paulo para o Cuiabá”

Data de 1764 e o seu autor, aliás anônimo, que localizou os pousos das monções principiados na Araraitaguaba e continuando numerados pelos rios, finalizando junto da vila de Cuiabá.

O seu similar se deveu a Lacerda e Almeida, em jornada inversa.

Intitula-se: “Mapa do Leito dos rios Taquari, Coxim, Camapoã, Varador (sic) do Camapoã, Pardo, Paraná, Tietê e caminho de terra desde a freguesia de Nossa Senhora May dos Homens de Araraitaguaba até a Cidade de S. Paulo que por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres levantou nos anos de 1788 e 1789 Francisco José de Lacerda e Almeida, Dr. e Astrônomo” (0,64 m × 2,50 m).

*Topografias* setecentistas, grosseiras, da região monçoeira são assaz abundantes. Tivemos o ensejo de reproduzir uma em nossa *Coletânea de mapas da antiga cartografia paulista*.

O famoso mapa de Montesinho termina para o lado do oeste na confluência do Mboteteú e Paraguai.

Data de 1791-1792 tal carta, que tão grandes serviços prestou às pretensões brasileiras no litígio de Missões. Fê-lo reproduzir o Barão do Rio Branco e acha-se também em nossa *Coletânea*.

Dos antigos roteiros fluviais do Tietê e do Paraná, nenhum dos que, até agora se divulgaram é tão velho e pitoresco quanto o *Mapa apresentado à Su Magestad por D. Luis de Céspedes Xeria, para la mejor inteligencia del viaje que hizo desde la villa de San Pablo del Brasil à la Ciudad Real del Guayrá*.

É talvez a mais antiga carta conhecida da penetração do Brasil e o primeiro documento existente da nomenclatura geográfica do planalto paranaiense. Está cheio de denominações até hoje persistentes.

Não há o menor vislumbre de proporções e escala. E ainda menos de coordenadas geográficas, acidentes orográficos ou quaisquer outros.

Resume-se ao delineamento o mais arbitrário, do curso, todo, do Tietê e de parte do do Alto Paraná.

Nem sequer se lembrou o topógrafo de conservar certa relação entre os volumes dos dois rios.

O Tietê se nos apresenta tão largo e às vezes bem mais largo que o Paraná.

Assinala o autor numerosos nomes de afluentes dos dois caudais. Vários dos do Tietê perderam os apelidos inscritos no *boron* cespediano. Diversos dos grandes tributários da margem esquerda do Paraná trazem nomes hoje vigentes como sejam Paranapanema, Ivaí, Pequiri, etc.

Assim também ficamos sabendo que já em 1628 tinha o Paranaíba o nome atual.

O grande esclarecimento que a carta de Céspedes nos traz é que a navegação do Tietê, e do Paraná era corrente em princípios do século XVII.

Daí a facilidade em se admitir a possibilidade das primeiras expedições exploradoras do território hoje mato-grossense por via fluvial, de que nos falam os velhos cronistas.

Ao *boron* de Céspedes fizemos copiar em 1917 e em 1922 e reproduzir em nossa *Coletânea* (1).

---

(1) Vide referências documentais na terceira parte do Tomo décimo de **História Geral das Bandeiras Paulistas**.

TERCEIRA PARTE

OS PRIMEIROS ANOS DE GOIÁS (1722-1748)



## CAPÍTULO I

---

*Bartolomeu Pais de Abreu, notável personalidade.  
Destaque de sua atuação. O segundo Anhangüera.  
João Leite da Silva Ortiz.  
Pródromos da grande bandeira de 1722.*

A 20 de janeiro de 1720 criou uma provisão régia a Capitania das Minas Gerais, desmembrada da de S. Paulo e Minas do Ouro, que dêste dia em diante passou a chamar-se de S. Paulo e Minas de sua Repartição, compreendendo territórios que cobriam uma área de mais de dois e meio milhões de quilômetros quadrados.

A 5 de setembro de 1721 empossava-se Rodrigo César de Meneses em S. Paulo do govêrno da Capitania Paulista, numa época em que tôdas as atenções se voltavam para as notícias do Cuiabá, o segundo Eldorado brasileiro, cuja exploração se iniciara havia pouco mais de dois anos.

Uma das personalidades de maior relêvo de então, residente em São Paulo, era certamente Bartolomeu Pais de Abreu.

Contemporâneo do grande *rush* do ouro nas Minas Gerais, participou dêste movimento geral.

Dos irmãos havia um, Estêvão Rapôso Bocarro, fundado grandes fazendas de criação, no alto S. Francisco, nos "Currais da Bahia"; o outro, João Leite da Silva Ortiz, "entablado", fábrica de minerais nas vizinhanças do Curral d'El-Rei (hoje Belo Horizonte), onde a exploração do ouro lhe era sumamente rendosa.

Associando-se a um terceiro irmão, Bento Pais da Silva, abriu Bartolomeu, em 1704, grande fazenda de criar, entre o Rio Grande e o das Mortes, no Ingaí, no caminho por onde passavam as bandeiras, em direção às regiões auríferas.

A guerra dos Emboabas arrasou-lhe a próspera emprêsa.

Em 1710 nomeara-o Antônio de Albuquerque capitão de infantaria "paga" no têrço que então criara.

Ser oficial de linha quando à porfia, parentes e amigos em tôdas as direções, se internavam no sertão, à cata de jazidas, realizando, alguns, rápidas e grandes fortunas, parecia a Bartolomeu Pais incompatível com quem sentia em si o ímpeto e a capacidade necessárias aos grandes cometimentos.

Assim, passados alguns anos, pedira demissão do serviço militar.

Tentando estabelecer caminho de sólido trânsito entre S. Paulo e as campinas do Rio Grande do Sul, vira tal empresa malograda, graças à má vontade de Rodrigo César de Meneses, que depois lhe contrariara a pretensão de abrir estradas terrestres, entre S. Paulo e o Cuiabá.

Na época a que chegamos, achava-se empolgado pela idéia da realização de uma das maiores e mais notáveis empresas de exploração dos sertões brasileiros.

Imaginara a organização de grande bandeira destinada a explorar os sertões centrais, onde Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, sogro do seu irmão João Leite, dizia haver encontrado ricas jazidas auríferas, em região por êle visitada na infância, ao acompanhar o pai, incansável devassador de desertos.

Parece-nos fora de dúvida que perante a história imparcial não pode ser negada a Bartolomeu Pais a glória de haver sido a alma dos descobrimentos de Goiás.

Acorçoado pelo capitão-general, tentado pelas promessas régias, pelos argumentos e as visões de fortuna que Pais de Abreu lhe apontava, pôs-se Bartolomeu Bueno a campo.

Muito natural era que seu genro o irmão de Pais quisesse incorporar-se à bandeira.

Dêste tríplice entendimento surgiria a arrancada da grande expedição que se propunha a descobrir nos sertões a leste do Cuiabá novas jazidas auríferas. De sua jornada enorme, cheia de peripécias trágicas, resultaria o encontro do terceiro Eldorado do Brasil, o de Goiás.

Sobre Bartolomeu Pais de Abreu nada há de mais exato do que os conceitos de Calógeras.

Por uma injustiça clamorosa caiu no olvido o nome dêste paulista, diz êsse autor ilustre — talvez pela suspeição lançada sobre os depoimentos de Pedro Taques, pelo fato de ser seu filho.

Parece, entretanto, que seu papel foi senão o de chefe prático da expedição, pelo menos o de organizador mental, conselheiro ouvido pelos sertanistas, e conhecedor esclarecido e de grande descortino nos corolários econômicos do descobrimento. Pelo que se sabe dos seus antecedentes deve-se considerá-lo o agente intelectual que presidiu ao descobrimento”

*In totum* subscrevemos estas palavras; parece-nos um dêsses solenes e majestosos veredictos da História.

Sobre Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado, como seu pai, “Anhangüera”, perdeu-se o que escreveu Pedro Taques, na *Nobiliarquia Paulistana*; os documentos dos arquivos mineiros dão-nos, porém, diversos informes sobre a sua vida de sertanista e minerador.

Desde muito estava o Anhangüera ocupado em serviços de mineração do ouro. Nos primeiros anos do século XVIII viveu na região aurífera. Minerou nas vizinhanças de Sabará, onde residia Ortiz.

Em 1714 estava em Pitangui, junto de outro genro Domingos Rodrigues do Prado.

Garcia Rodrigues Pais o apontava a Antônio de Albuquerque como um dos vinte mais notáveis mineradores de seu tempo.

Em 1720, vira-se Domingos do Prado compelido a sair do território mineiro vencido pelo Conde de Assumar. Já nesta época recolhera-se o Anhangüera à sua vila natal de Sant'Ana de Parnaíba.

Das conferências de Prado com o Anhangüera e Bartolomeu Pais nasceu a idéia da grande jornada aos Goiaes.

Resolveram os três escrever ao Rei acenando-lhe com a certeza de que se diziam possuídos, da realização do encontro de terceiro e riquíssimo campo aurífero.

A empresa projetada entenderam associar João Leite da Silva Ortiz.

Em 1720 endereçaram os novos sócios uma petição a D. João V, propondo-se a executar a árdua empresa em troca de mercês diversas, entre as quais avultava a da cobrança das passagens dos rios, na estrada de S. Paulo às novas minas descobertas, além da concessão de largas áreas onde pudessem formar fazendas.

Fortemente encarecido pelo Senado da Câmara de S. Paulo, subiu este requerimento às régias mãos — e o rei o deferiu a 14 de fevereiro de 1721.

Não tardaria que a S. Paulo chegasse Rodrigo César. Informado do que houvera, resolveu fazer vistas grossas sobre o passado do régulo expulso das minas de Pitangui.

O que agora interessava à Coroa era aproveitar aquêlê homem de formidável energia para uma empresa de onde, muito possivelmente, proviria farto aumento dos reais quintos do ouro.

“Me pareceu ordenar-vos que vos informeis da capacidade e dos cabedais dos Suplicantes, e se o descobrimento será de utilidade. E achando os requisitos necessários em os ditos e que o descobrimento pode ser de conveniência ajusteis com êles segurando-lhes a mercê que pedem.”

Era o que D. João V recomendava ao seu delegado imediato em terras de S. Paulo.

Muito natural pois que Ortiz quisesse incorporar-se à empresa destinada a tão dadivoso descobrimento em perspectiva.

Hesitou, porém, em comprometer a situação brilhante que alcançara, em suas ricas lavras do Rio das Velhas, e só o fêz “a persuasões do seu irmão”. “Fazendo vender por um o que valia dez, se recolheu a S. Paulo, onde, à custa dos seus grandes cabedais, se formou o trôço de quinhentos homens, com cujo corpo penetrou o inculto sertão de Goiás, sofrendo no decurso de três anos e oito meses perdas, trabalhos e misérias sem conta”, escreveu o seu sobrinho, autor da *Nobiliarquia Paulistana*.

Nascido em S. Sebastião pelas vizinhanças de 1672, pertencia a um dos mais velhos troncos vicentinos.

Era, pois, o capitalista da empresa como hoje se diria.

Debateram os três sócios e o capitão-general as condições em que se devia levar a cabo a entrada. Lealmente, procuraram obter do governador a promessa e a garantia definitiva das mercês régias, prêmio dos extraordinários trabalhos que a todos se antolhavam inevitáveis.

Acostumados a este gênero de negociações com os singelos brasileiros não eram as promessas o que embarçava as altas autoridades coloniais.

Fácil foi a Rodrigo César tranquilizar os interlocutores e levá-los a lixar, para breve, a partida da expedição, sobre a qual tanto e tanto contava.

Em meados de junho de 1722 combinaram-se definitivamente os termos do regimento que devia nortear a grande jornada aos sertões goianos.

Inculcava o respeito dos bandeirantes à autoridade absoluta do cabo de tropa. Devia este tratar do melhor modo o gentio de paz, esforçando-se por trazê-lo ao grêmio da Igreja.

Ao gentio hostil podia matar e cativar, reservando o quinto dos prisioneiros para Sua Majestade.

Com o máximo empenho se abstinha de qualquer incursão em terras de Espanha, sob pena de grave castigo. Caber-lhe-ia a repartição das terras minerais. Delas seria Ortiz o Guarda-mor.

A 30 de junho de 1722, arrancou a bandeira de Bartolomeu Bueno e João Leite da Silva Ortiz pelo vale do Mogi-guaçu e do Pardo, para depois de atravessar o Rio Grande, galgar o Paranaíba, pelo vale do rio das Velhas até ao *Pôrto Velho*, sobre este último rio.

Informou Rodrigo César a D. João V sobre a capacidade dos três sócios. Do Anhangüera e do genro, dizia: "eram ambos com cabedal e grande conhecimento do sertão" principalmente o primeiro, "o qual tinha larguíssima experiência daquele sertão dos Guaiases, donde a maior parte dos práticos seguravam os haveres por êle prometidos".

De Bartolomeu Pais injusta e falsamente declarava que não tinha conhecimento algum do sertão por falta de experiência pelo não o haver cursado nunca: "me pareceu dizer a vossa majestade não deve ser admitido assim como o poderá ser outrem no caso em que o íntente".

Assim, com esta justiça se exprimia o Capitão-General acerca de um homem que acabava de levar uma picada à margem do rio Paraná! e isto quando o deserto absoluto começava, naquela época, a cem quilômetros de S. Paulo!

Não conhecia o sertão quem nos primeiros anos das descobertas auríferas perlustrara os caminhos do Sul mineiro em demanda dos *placers* do Espinhaço...

## CAPÍTULO II

---

### *As primeiras expedições de devassa do solo goiano. Dúvidas sôbre a biografia do Anhangüera.*

A mais velha referência documental até hoje documentada sôbre as entradas em território goiano parece ser o da carta bandeirante que em 1922 imprimimos em nossa *Coletânea* de mapas da Cartografia paulista antiga.

Não sabemos porém que valor terá uma indicação de jazidas situadas um pouco a noroeste de Vila Boa: “estas minas já foram descobertas por Sebastião Marinho no tempo de Filipe 2.<sup>o</sup> em 1592”

Entende Americano do Brasil que a segunda bandeira perlustradora das terras goianas foi a do Capitão-mor João de Sousa Pereira Botafogo, em 1596, que chegou ao rio Tocantins, ao qual chamavam os bandeirantes Paraupava ou Paraopeba.

Discute o mesmo autor o caso da expedição chefiada por Belchior Dias Carneiro, que saiu a bandeirar no sertão dos bilreiros.

Não nos convence porém que haja êste sertanista percorrido terras de Goiás.

Transposto o Paraná em direção às terras goianas, pode muito bem ter infletido para as de Mato Grosso, na Vacaria.

As mesmas objeções se podem opor ao itinerário de Martim Rodrigues Tenório de Aguiar que à saída de S. Paulo em 1608 afundou no Sertão dos Bilreiros, desaparecendo por completo.

A hipótese de Basílio de Magalhães de que haja penetrado até o vale do Tocantins é caso de indeterminação. O que se apresenta absolutamente incontestável vem a ser a expedição de Pero Domingues, em 1613, a enorme jornada dos trinta sertanistas que, saídos de S. Paulo, foram Araguaia abaixo, até a jusante da confluência dêste com o Tocantins.

A esta expedição descobriu Serafim Leite.

É a primeira grande jornada bandeirante às terras de Goiás, por ordem cronológica, fortemente alicerçada pela documentação.

Durante dezenove meses “navegou” no Sertão, consoante a narrativa do Padre Antônio de Araújo, jesuíta seiscentista. Conta-nos êle que trinta e tantos moradores de S. Paulo acompanhados por outros tantos índios atingiram as cabeceiras de um rio a que chamaram Iabeberi ou rio das Arraias. Era um formador do Tocantins. Por êste desceram até a confluência com o Araguaia. Perto da foz dêste encontraram sete grandes aldeias de índios caatingas, povo de língua geral, que mantinha re-

lações amistosas com francezes estabelecidos num fortim do baixo Tocantins.

Regressando a S. Paulo “abalou” a bandeira de Domingues três mil almas, embarcadas em trezentas canoas e remontou o Araguaia.

Mas no meio da jornada ocorreu uma revolta dos caatingas, que mataram dezesseis brancos e muitos dos seus tupis. Os escapos ao morticínio fugiram Araguaia acima, voltando à vila natal.

Deu Pedro Domingues ao Padre Araújo informes sôbre a entrada muito imprecisos como só poderiam sê-lo.

Embarcara a bandeira em Pirapetingui, a 25 léguas de S. Paulo, descera o Tietê em doze dias até o Paraná. Fôra êste remontado até a barra do Bogi, que parece ter sido o Paranaíba. Águas acima chegara à foz de volumoso tributário, o Apari, navegado durante 25 dias. E desembarcara num ponto distante duas léguas da margem do Araguaia.

Em 1632 pretendia o Padre Araújo visitar as aldeias caatingas, valendo-se dêste roteiro, numa tentativa de evangelizar êstes índios. Nesta ocasião, afirmou, havia uns 50 moradores de S. Paulo que pensavam fixar-se às margens do Araguaia.

Depois da entrada de Pêro Domingues, aparece-nos cronolôgicamente a de Antônio Pedroso de Alvarenga em 1615. Segundo Pedro Taques atingiu êste ilustre sertanista as margens do Paraupava, ao norte da Capitania de Goiás.

Contesta Americano a Diogo de Vasconcelos que “em manifesta quí-sília às coisas de Goiás” afirmou tratar-se do Paraopeba, afluente do São Francisco e não do Tocantins.

E entende que Êlis não andou certo colocando o Paraupava à esquerda do Tocantins.

A seu ver não pode haver dúvida: o Paraupava dos bandeirantes era o próprio Tocantins.

Assim, traz a colação o roteiro que Antônio Pires de Campos deu ao Capitão-mor de Cuiabá.

Diz o roteiro do Pai Pirá: “O Araguaia faz barra no Paraupaba (ou Paraupava), que corre do sul ao norte”.

Depois de Antônio Pedroso de Alvarenga cessam, por várias décadas, as referências à presença das bandeiras de S. Paulo ao território goiano. Sôbre a de Manuel Correia, existe a maior infixidez de datas. Autor há que a coloque em 1647, outro em 1670, outros ainda em 1719 e até 1738!

Se é exato que o Paraupava é o mesmo Tocantins, as indicações de vários inventários e testamentos seiscentistas revelam-nos a presença de várias bandeiras na região tocantínica.

É o que nos inculca o inventário de Antônio de Oliveira encetado a 22 de fevereiro de 1615, declarando que o inventariado morrera no sertão do rio Paraupava.

Outros inventários do Sertão se conhecem do rio Paraupava, como o de João Murzillo, os de Manuel Rodrigues, Manuel Requeixo, Martim Gomes. Todos os quatro datam-se de 1615 e os três últimos estão publicados no tomo 31 dos Inventários e Testamentos.

De 1617 é o de Pêro de Araújo, soldado da bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga.

Da entrada de Luís Castanho de Almeida e seus filhos em 1671 dá Pedro Taques pormenorizada notícia.

Foi aquêlo morto pelos próprios índios às margens do rio Meia Ponte, e os filhos se encontraram em terras de Goiás com a bandeira do Capitão-mor Antônio Soares Pais, que faleceu no Sertão em 1675.

Famosas são as bandeiras de Manuel de Campos Bicudo e de Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro *Anhangüera*, em terras goianas.

Expedições do máximo relêvo, palmilhadoras de enormes tratos de Goiás, as de Sebastião Pais de Barros, Pascoal Pais de Araújo e a do Padre Antônio Rapôso.

Escreve Americano: É fato indiscutível que, em 1625, a bandeira apostólica de Frei Cristóvão de Lisboa pisou os areões do Tocantins.

Mais tarde, em 1669, Manuel Brandão e Gonçalo Pais enviados pelo Governador Bernardo Pereira de Berredo, singraram as águas do Tocantins, excédendo a confluência do Araguaia, acontecimento seguido em 1720 do feito de Diogo Pinto de Gaia que, também por ordem do Governador Berredo, subiu até a ilha de Corumbaré ou Bananal.

Dois capítulos da prestante obra do Cônego Fonseca e Silva: *Lugares e pessoas* consagram-se à atuação dos franciscanos e jesuítas em Goiás.

O primeiro dêstes religiosos foi Frei Cristóvão Severim de Lisboa.

Sua jornada descreveu-a Bernardo Pereira de Berredo em seus *Anais*.

Não se sabe bem contudo se atingiu terras goianas. De sua permanência na bacia amazônica resta-nos documento de alta valia: sua memória sôbre a fauna da zona que explorou, sobretudo a ictiológica.

É difícil dizer-se até onde chegou a contracorrente do Tocantins. Até a grande cachoeira do Itaboca, denuncia Antônio Vieira.

A referência de Fonseca e Silva ao trecho do Padre Cristobal de Acuña "Novo descobrimento do grande rio das Amazonas" não nos parece concludente em favor da estada do comissário franciscano nas cabeceiras do Tocantins.

O primeiro jesuíta que explorou terras goianas parece ter sido o Padre Luís Figueira que, em 1636, se encontrava em Cameté, sendo o Padre Antônio Ribeiro o segundo, informa Serafim Leite em sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Mas a primeira grande jornada inacina ao Tocantins foi a de Antônio Vieira.

Com o estilo incomparável dela deixou o genial inacino o mais impressivo relato. Segundo se deprende de uma de suas cartas a D. João IV, sofreu sérios contratempos.

Fala-nos Serafim Leite de uma entrada de dois outros inacinos: os Padres Tomé Ribeiro e Ricardo, que correram Araguaia acima em 1658, em missão aos carajás. Mas dela não há pormenores.

Na carta de 28 de novembro de 1659 de Antônio Vieira a D. Afonso VI se relata a expedição ao Tocantins do Padre Manuel Nunes.

Segundo consta, atingiu um ponto um pouco abaixo do local onde se acha Carolina, no Maranhão.

Diz Fonseca e Silva que um manuscrito da Biblioteca eborense da autoria do Padre Domingos de Araújo, datado de 1720, "Crônica da Companhia de Jesus na invasão do Maranhão" refere uma entrada aos tupinambás do Padre Francisco Veloso em 1658.

Parece, contudo, duvidoso que tal expedição haja atingido a confluência do Tocantins e do Araguaia.

Fala-nos Serafim Leite de mais duas entradas jesuíticas: as dos Padres Gaspar Misch e Irmão João de Almeida, em 1668, e a do Padre Gonçalo de Veras e Irmão Sebastião Teixeira, no Araguaia.

Em 1721 e 1722 os Padres Jerônimo da Gama e Manuel da Mota estiveram no Tocantins e no Araguaia.

São estas a principais jornadas religiosas que atingiram terras de Goiás antes da expedição do Anhangüera.

Que idade teria Bartolomeu Bueno da Silva ao entrar no sertão em 1722?

Discute Washington Luís esta questão, entendendo que o bandeirante era bem mais velho do que geralmente se conta. Teria provavelmente a idade de seu grande émulo Fernão Dias Pais ao atirar-se em 1673 à grande empresa esmeraldina aos 65 anos.

Alencastre, nos *Anais de Goiás*, a copiar a *Memória* de Silva e Sousa, afirma que Bartolomeu morreu aos 19 de setembro de 1740, aos 70 anos de idade e coloca-lhe a primeira entrada aos Araés em 1682 aos 12 anos.

A ser assim deve haver nascido em 1670. Teria, portanto, quando partiu, em 1722, 52 anos, época da vida em que ninguém é propriamente velho.

Southey indica 1670 como o ano em que se realizou a entrada aos Araés. Dá igualmente a Bartolomeu 12 anos de idade. Convém lembrar que o autor inglês não deve ter conhecido a *Memória*. Seria, pois, 1658 o ano do nascimento do descobridor de Goiás, que em 1725 contaria 67 anos.

Antônio do Prado de Siqueira, amigo íntimo de Antônio Pires de Campos, informou que o Pai Pirá morrera em 1749, aos noventa anos. Se faleceu com tal idade em 1749 deveria ter nascido em 1659, e se contava 14 anos na época da sua primeira entrada, esta se teria realizado em 1673.

Assim entre 1670 e 1673 se teria realizado a expedição em que Pires e Bartolomeu Bueno, ambos meninos, se encontraram.

Alegação que jamais se fez e tem grande importância é a que provém de requerimento ao rei em 1736 de muitos paulistas do maior prol, Bartolomeu a esse tempo ainda vivia. Nela se diz que descobrira as minas de Goiás, aos setenta anos.

Como esta descoberta data de 1725 teria nascido em 1655.

Está a história dos primeiros anos de Goiás inçada de erros e contradições, convém não o esquecer.

Se é verdade que Bartolomeu Bueno era, mais ou menos, da idade do Pai Pirá, deve ter nascido nas imediações de 1660, já que o seu contemporâneo veio ao mundo em 1659.

Enfim, tudo isto representa legítimos e insolúveis quebra-cabeças, tentando justificar conjecturas. Seriam estas removíveis com o aparecimento de certidões paroquiais de batismo. Mas estas provavelmente nunca aparecerão, dado o desbarato dos nossos arquivos coloniais.

A representação de 1736 a que aludimos vem assinada por vários dos mais notáveis cidadãos de S. Paulo, sobressaindo entre todos pelo relêvo intelectual Pedro Taques, o linhagista e o filantrópico Padre Ângelo de Siqueira, o conhecido autor ascético da *Botica da Lapa* e do *Vinde e Vêde*.

Ora, o Anhangüera ainda vivia em 1736 e era sócio do pai de Pedro Taques, igualmente vivo então.

Não iria êste avançar que o sertanista teria setenta anos entre 1722 e 1725 se tal não fôsse exato.

Assim, pois, o nascimento de Bartolomeu Bueno provavelmente ocorreu entre 1652 e 1655.

E se êle tinha doze anos quando a bandeira paterna se avistou com a de Manuel de Campos Bicudo, tal encontro deve ter-se realizado entre 1664 e 1667.

Teria, pois, efetuado a entrada aos Araés em 1667, se é que realmente seria tão menino ainda como pretende Silva e Sousa.

Perdeu-se grande parte do título da *Nobiliarquia Paulistana — Buenos da Ribeira*.

No que da obra de Pedro Taques se salvou o que vem relatado do segundo Anhangüera quase nada é e representa vicioso círculo.



### CAPÍTULO III

---

*As diversas fontes de estudo para a fixação do itinerário do Anhangüera.*  
*As "notícias" de Silva Braga, documento capital.*  
*O trajeto da bandeira.*

Poucos itinerários de grandes jornadas coloniais brasileiras terão documentos fixadores de seus pontos principais quanto o da entrada do Anhangüera.

A "Notícia que dá ao padre mestre Diogo Soares o alferes José Peixoto da Silva Braga do que se passou na primeira bandeira que entrou no descobrimento das minas dos Guaiases até sair na cidade de Belém do Grão-Pará" é papel de capital importância para o estudo da descoberta do terceiro Eldorado brasileiro. Os primitivos historiadores de Goiás não o conheceram.

Procurou Calógeras, dêle se valendo, e de outros elementos, fixar os rumos da grande bandeira.

Em território paulista as indicações toponímicas de Silva Braga são as mais deficientes, apenas menciona a mata de Jundiá, e o rio Mogi-Guaçu. Afirma o alferes que a bandeira saída de S. Paulo a 3 de julho de 1722, despendeu 19 ou 20 dias para atingir o Rio Grande.

O oficial português, que se tornou acérrimo inimigo do Anhangüera, queixa-se, desde o princípio, da falta de lealdade do cabo de tropa e afirma que na bandeira se viam apenas cinco ou seis paulistas o que parece inteiramente inverídico.

Pode ser porém que o grosso dos paulistas marchasse com Ortiz que parece não ter partido com o sogro.

Levava Bartolomeu Bueno da Silva "39 cavalos, dois religiosos beneditinos, Fr. Antônio da Conceição e Frei Luís de Sant'Ana, um Franciscano, Fr. Cosme de Santo André, e 152 armas. Com êle seguiam 20 índios, que Rodrigo César lhe dera para a condução das cargas.

Em determinado dia, já além do Mogi-Guaçu requereu a Tropa ao Anhangüera, lhe fizesse a resenha prometida e a que tinha faltado.

"Escusou-se êste com a promessa, de que em chegando o Capitão João Leite da Silva Ortiz, seu Genro, que tinha ficado atrás, e era o outro descobridor, a faria".

Reinavam dissensões entre os bandeirantes; rivalidades e prevenções entre portugueses e paulistas e as desconfianças dos primeiros em relação a possível perfídia do Anhangüera.



Estátua do Anhangüera em São Paulo, de autoria de Luís Brizzolara.

Segundo Braga, não perdia êste ocasião para demonstrar aos emboabas verdadeira aversão. Foi Ortiz quem com rogos e promessas impediu várias vêzes a dissolução da bandeira.

Procurou Calógeras estabelecer o itinerário da entrada no Triângulo Mineiro e em Goiás.

Pensa que os sertanistas transpuseram o Rio Grande à altura do Rio dos Toldos ou à do Uberaba, mais provàvelmente.

Subiram o curso dêste rio até o Chapadão, penetraram no vale do Rio das Velhas, afluente do Paranaíba, que atingiram no chamado Pôrto Velho.

Mas tudo isto é absolutamente conjetural.

“À margem do Paranaíba começam as dúvidas” observa Calógeras. Eschwege seguindo as informações deixadas por Urbano do Couto, membro da comitiva de Bueno, declara que a bandeira foi a Anicuns e daí ao rio dos Pilões e às divisas de Mato Grosso, retrocedendo das margens do rio Rico, além do rio dos Araés, após lutas intestinas entre o chefe da bandeira e Ortiz, a custo apaziguadas pelos religiosos da comitiva.

A única indicação toponímica do roteiro de Silva Braga é a do rio da Meia Ponte. Depois de tal nome só nos aparece o do rio Maranhão.

Nada mais pitoresco e instrutivo, como documento do sertanismo, do que estas páginas do alferes, relatando marchas e contramarchas sofrimentos e privações, incertezas e dissensões, crueldades e provações.

Nem a respeito de expedição de tal magnitude existe, a nosso ver, em tôda a documentação brasileira coisa que se compare a êste relato, singelo, rude e sincero em que se historiam episódios por vêzes curiosíssimos.

Continuavam as dissensões. Um dos beneditinos, Fr. Antônio, lançou em rosto ao cabo da tropa a falsidade de sua atuação e em dado ponto recusou-se a continuar na bandeira.

Enorme perambulação fêz esta. Cortou largas zonas estéreis, perdeu muita gente vítima de privações e moléstias ou morta em combate com diversas tribos de autóctones.

Em dado momento atingiu grande aldeamento dos quirixás, índios agricultores vivendo fartamente em fértil terra. Três meses permaneceu na taba desamparada pelos habitantes.

Relata Silva Braga que o Anhangüera continuou com os processos desleais, demonstrando sempre a maior cupidez. Praticava injustiças na distribuição dos víveres, adiando continuamente a prometida resenha.

A tal ponto exasperou os comandados que alguns dêles pensavam em assassiná-lo, elegendo novo cabo na pessoa de seu irmão Simão Bueno. Gaba-se Braga de haver impedido tal crime a invocar o muito que a Ortiz devia a bandeira.

Em determinado ponto, ouvindo do próprio Anhangüera que por perto corria o rio Maranhão resolveu abandonar a expedição entregando-se às águas dêste caudal na esperança de atingir Belém do Pará.

Assim o fêz com dezenove companheiros, entre os quais quatorze escravos.

Penosíssima jornada realizou pelo curso de rios muito encachoeirados em cujas margens viviam numerosas tribos de ferozes selvagens. Conseguiu contudo levar a cabo, com êxito, a longa e arriscada viagem.

Revelou J. M. P. de Alencastre curioso roteiro que teve o ensejo de descobrir no arquivo goiano; papel cuja autoria se atribui, por tradição, a Urbano do Couto Meneses, soldado da bandeira e ilhéu açoriano ou madeirense.

É muito interessante mas as suas indicações de ordem topográfica, vêm a ser as mais escassas.

Não parece ter sido paulista êste Urbano do Couto, a quem Taques e Silva Leme não mencionam.

Contava vinte anos de idade quando ao Anhangüera seguiu.

Procurou Moreira Pinto identificar os rios e serras por êle mencionados mas a sua análise tem muito relativo valor.

É natural que Alencastre haja querido tirar o maior partido da sua descoberta que cuidadosamente examinou.

Mas os resultados de tal exame parecem-nos pouco convincentes.

É muito interessante o que Urbano do Couto conta das cenas do desalento, do completo desânimo que à bandeira assaltaram. Formam precioso complemento à narrativa de Silva Braga.

Desconhecendo a existência do relato de Silva Braga, acreditava Alencastre que alguns aventureiros de Bueno tivessem, desnorteados, embarcado no Tocantins com direção ao Pará. Tudo isto seria porém novela mal contada.

Quisera, porém, a Divina Providência, que depois de três anos dos maiores sofrimentos, chegasse Bueno com a sua gente ao ponto do almejado destino.

Diz a tradição que encontrara vestígios da passagem de seu pai, e que entre os índios goiases havia vivas recordações do terrível Anhangüera.

No relato de Alencastre se frisa quanto se deveu à persistência, à inflexível vontade, à energia sem desfalecimentos do cabo de tropa septuagenário.

Silva Sousa eleva o número de homens da bandeira a duzentos.

Conheceu Silva e Sousa, provavelmente, o documento de Urbano do Couto. E como escrevesse em 1812 ainda estava a menos de um século da descoberta de Goiás. Assim pôde, muito provavelmente, obter o depoimento pessoal, dos netos dos primeiros povoadores, companheiros de Bartolomeu Bueno da Silva.

Daí, a sua tentativa de fixação de alguns pontos de divagação da bandeira pelo sertão.

Entende que o Anhangüera passou pelo ribeirão de Meia Ponte indo ter ao rio dos Pilões, onde Ortiz quis deter-se por ali ver indícios de ouro, no que foi contrariado pelo sogro.

Passou depois a um "Rio Rico" que mais tarde não houve quem pudesse identificar. Em enormes caminhadas percorreu a intérmina mata cerrada do Mato Grosso vindo ter à barranca do rio Paraná.

No local onde se ergueu o arraial de São Félix teve de sufocar um princípio de sublevação de sua exausta e exasperada gente.

Ali fôra que os desertores da bandeira haviam decidido rodar Tocantins abaixo rumo de Belém do Pará.

“Tinham-se inútilmente consumido três anos; vendo os companheiros, parte nas mãos dos bárbaros, parte nas garras das feras, exalar a vida; tendo perdido muitos dos seus escravos; cansado de calamidades, desprovido de gente e do necessário, que podia Bueno fazer?

Voltou sôbre os mesmos até o ribeirão do Cabrinha, em distância de quatro léguas do lugar da vila, e sem ter conservado mais que trinta oitavas de ouro, seguiu com os poucos que restavam para S. Paulo, onde, envergonhado, se escondeu à vista do Governador, que, conhecendo o seu espírito e fidelidade, o procurou, animando-o a prosseguir numa empresa que interessava tanto à sua glória”

Inculca o cônego Silva Sousa uma série de atos de violência a Ortiz de cujo gênio arrebatado nos dá Silva Braga idéia diversa, atribuindo as cenas de discórdia aos sentimentos inflexíveis do Anhangüera.

Quantos leram a *Corografia Histórica* de Cunha Matos bem sabem quanto é obra da maior consciência, representando um dos melhores elementos básicos da história antiga de Goiás.

O seu relato da descoberta difere algum tanto do do Cônego. Aventa hipótese tão valiosa como as dos demais autores. Pensa que na divagação enorme pelas solidões centrais haja o Anhangüera entrado em terras hoje mato-grossenses nas cabeceiras do Rio das Mortes. Assim, ao seu ver, é possível que tenha tomado rumo transversal, mais ou menos o da diretriz da estrada de Goiás.

Assinala também a hipótese de que em vez de ser a oeste a grande peregrinação dos três anos dos bandeirantes tenha sido a leste, mais para a região hoje limítrofe de S. Ana do Paranaíba nos vales do Rio dos Bois e seus afluentes, o Turvo e o Verde.

São estas a principais interpretações da tão examinada e nebulosa rota do Anhangüera.

Outra existe ainda: a de Henrique Silva, que declarou pretender desfazer lastimáveis erros e confusões.

No Triângulo Mineiro, rumou o Anhangüera para o local onde se erigiu Catalão o que, entre parênteses, é perfeitamente problemático.

De Catalão, marchou rumo de nordeste até a altura de Mestre d'Armas.

O grande argumento de Henrique Silva é que a bandeira não deve ter saído da bacia do Paranaíba. Isto porque Silva Braga relata haver a sua expedição percorrido grandes chapadas desprovidas de matas, mas largamente regada por córregos onde viviam peixes como dourados, traíras e piabas, e onde ocorriam cerrados com muitos jaguarobas, palmeira de palmito amargoso.

Afirma Henrique Silva que os dourados de todo não ocorrem na bacia do Tocantins, o que parece exato. Assim, a seu ver, basta esta referência zoogeográfica para se certificar de que o Anhangüera e sua gente não ultrapassaram o *divortium aquarum* do Paranaíba-Tocantins.

Outro indício no dizer do mesmo autor: a abundância das palmeiras *jaguarobas* que o aventureiro português denominou erradamente, pois seu nome exato é *guariroba*.

Tudo isto nos parece o mais especioso. O que é contra a hipótese do nosso autor vem a ser a distância de Catalão a Mestre d'Armas, que não chega a 300 quilômetros, ou menos de 46 léguas, distância sobremodo diversa das de cem ou das oitenta léguas de Silva Braga.

Assim, parecem-nos precários os argumentos de H. Silva.

A identificação do itinerário de Urbano do Couto pelo mesmo autor ainda mais cheia de sibilinidades se encontra.

Sobretudo quando para refôrço de um *facile credimus* se invocam as indicações enigmáticas, ou melhor: charadísticas de outro roteiro de Urbano do Couto, autenticado por um morador de Mestre d'Armas que ninguém sabe quem haja sido, roteiro redigido, escreve o próprio H. Silva, em "linguagem pinturesca e cabalística"

Assim, preferimos ficar com Calógeras, que confessa as extraordinárias dificuldades do balizamento da via percorrida pela bandeira do Anhangüera, do que acompanharmos o autor da *Reconstituição dos Roteiros de Silva Braga e Urbano do Couto*.

Em suma, pretender alguém tirar deduções geográficas precisas e até mesmo aproximadas dos velhos roteiros e quejandos papéis dos que nos restam de tal literatura, é fazer obra de charadista, ou melhor, de logogrifista. Dêles se lhes fôsse possível estariam a rir os autores de semelhantes quebra-cabeças propositalmente insolúveis, compostos para fins de despistamento, ou feitos por indivíduos ignaros, freqüentemente maníacos e desequilibrados, dêsses que em qualquer ogó descobriam ouro de alto quilate.

De tal documentação tendente ao encontro de tesouros, há abundante cópia no *Livro de São Cipriano* e outras obras do mesmo jaez.

Aos que se aplicam à exegese de tais papéis recomendamos a leitura de um que data de antes de 1711.

Certo Antônio Mendes legou-o aos pósteros e Antônio Piza inseriu-o no tomo III dos *Documentos Interessantes*: o "*Aranzel ou rotel de haver ouro e pedras preciosas dos campos de Apreatuba entre o Sul e o Leste*".

Muito pouco lhe ficará a dever o segundo roteiro de Urbano do Couto, — identificado pelo ignoto morador de Mestre d'Armas.

## CAPÍTULO IV

---

*Incerteza do destino da bandeira. Expedição de socorro.  
As primeiras notícias dos triunfos do Anhangüera.  
Volta do bandeirante a São Paulo.  
Resguardo de direitos.*

**D**urante largo prazo nada se soube das passadas do Anhangüera.

Surgiram afinal as primeiras informações, que levaram Rodrigo César de Meneses a expedir o bando de primeiro de abril de 1725.

Haviam-lhe chegado notícias de que Bartolomeu Bueno nada havia descoberto. Permanecia na selva, porém, continuando a diligência. Era conveniente ao serviço de Deus, ao de Sua Majestade, acudir-se à sua tropa, com gente e munições.

Assim ordenava que tôdas as pessoas que quisessem partir fazendo serviço a Sua Majestade, se preparassem para ir na tropa que se expediria.

Por êste serviço, seriam atendidos nos requerimentos que tivessem em andamento. Aos que fôsem pobres, pólvora e munição seriam dadas.

Representante em S. Paulo dos descobridores de Goiás, não se manteve Bartolomeu Pais imóvel à espera das notícias do Sertão.

Arrematara em praça pública os dízimos de Cuiabá, para o triênio de 1722 e 1725. E para instalar a sua repartição fiscal, seguirá em direção a Mato Grosso.

Foi-lhe a viagem sumamente penosa e adversa. Duas de suas canoas naufragaram no Coxipó, perdendo-se então grande cópia de mercadorias.

Em Cuiabá, demorou-se um ano, infelizmente numa época em que a mineração se achava muito paralisada pela falta de braços. O seu contrato dos dízimos, fundado em previsões otimistas, transformou-se em ruínosa especulação.

Em meados de 1725 estava de volta a S. Paulo, onde o esperava desagradabilíssima surpresa; supunha-se irremediavelmente perdida a bandeira goiana. Alguns índios dela desertores, espalhavam a notícia do seu desastre total.

Ao mesmo tempo, intimara o fisco aos fiadores dos sertanistas a que entrassem para os cofres públicos com os 20 000 cruzados do deficit entre o cômputo da arrematação e as somas recebidas pelo tesouro régio. Caíram os fiadores sôbre o infeliz arrematante, que de Cuiabá apenas pudera trazer menos de 20 por cento da diferença, requerendo o seqüestro geral dos seus bens.

E, por cima de tudo, outra grave questão lhe surgira.

Citava-o em juízo Bartolomeu de Freitas Esmeraldo, a exigir-lhe indenização de 7 800 oitavas pelos prejuízos que lhe causara com o conduzir desastrosamente o seu comboio das margens do Paraná às do Coxipó, soma para a época exorbitante.

Um drama ocorrera neste ínterim, que muito devia tê-lo pôsto de sobreaviso acêrca dos perigos do convívio com os altos representantes do trono: a questão dos Lemes, seus primos em terceiro grau.

Para os fins de 1725 ocorreria a Bartolomeu Pais compensadora e inesperada surprêsa, a ponto de poder de novo acalentar risonhos planos de glória e fortuna.

A 21 de outubro, inesperadamente, surgia o Anhangüera em S. Paulo, trazendo a notícia da descoberta de grandes riquezas auríferas.

O governador, participando a D. João V a chegada de Bueno, exprimia-se a 27 de outubro, em têrmos jubilosos.

Três anos e dois meses sem poder acertar com a paragem que buscava, e quarenta anos antes vista, peregrinara o grande sertanista.

Sem embargo de se ver diminuído de fôrças, por se lhe haver morrido e desertado a maior parte da gente que o acompanhava, não afrouxara na diligência, aquêle valoroso, constante e leal vassalo, desprezando os perigos que sempre trouxera ante os olhos, quer pela multidão de gentio bárbaro, quer pela grande esterilidade experimentada do necessário para alimentar-se.

Assentara que não appareceria perante êle, Governador, sem satisfazer aquilo de que se encarregara, sendo-lhe mais fácil perder a vida.

Sabedor do estado em que se achava e da sua firmeza, procurara êle Governador socorrê-lo, para lhe salvar a vida e aos companheiros.

Ao tempo em que se applicava, com todo o fervor em lhe mandar socorro, chegara o sertanista muito satisfeito por haver conseguido o que com tanto trabalho buscara.

De seu descobrimento augurava grandezas iguais às de Cuiabá com a mesma permanência, e vantagem "por não serem os ares tão contagiosos" quanto os daquelas minas.

E diante da notícia de tamanha importância em relação ao serviço e à Fazenda reais, não queria demorar-se em comunicá-la, pondo na real presença o préstimo e a lealdade dos paulistas, que, se, em certo prazo, como se dizia, a tinham perdido, no tempo do seu govêrno, tanto haviam destruído aquela opinião, documentando a obediência e a sujeição em que se achavam (sic).

Tanto Bartolomeu Bueno quanto João Leite que jamais o desamparara, se faziam dignos de que o seu monarca os honrasse, mandando-lhes agradecer e fazendo-lhes aquelas mercês que costumava distribuir aos vassallos beneméritos.

Aproveitou-se o sátrapa das circunstâncias para tirar também para si alguma vantagem, encarecendo a dedicação dos próprios préstimos à coroa de seu amo.

Animava-se, declarava, a pedir à real grandeza de Sua Majestade que se lembrasse do serviço que no govêrno de S. Paulo já tinha feito

com tanto desvêlo, (sic) quer nos descobrimentos de ouro e estabelecimentos de minas quanto para aumento da Real Fazenda e acréscimos de dízimos.

Em recompensa dos grandes serviços prestados por Bartolomeu Bueno à Coroa e à Capitania de S. Paulo, foi-lhe então passada notável carta de sesmaria.

Fazia Rodrigo César saber aos povos que aos descobridores das minas dos Goiases fôra Sua Majestade servido fazer-lhes mercê do direito das passagens dos rios que dependessem de canoa no caminho de seus descobrimentos.

Valeria por três vidas, e como fôsse preciso estabelecerem-se tais passagens com gente, plantas, criações, teriam os agraciados por sesmaria, em cada uma e em seu meio, seis léguas de terras de testada e outras tantas de sertão.

Seriam elas as dos rios "Iguatibaia, Jaguari, Rio Pardo, Rio Grande, Rio das Velhas, Rio Paranaíba, Rio Meia Ponte e o Rio dos Pasmados. Ficariam livres as dos rios Mogi e Sapucaí para o capitão Bartolomeu Pais de Abreu, por haverem os suplicantes trespassado os direitos relativos aos dois rios.

A notícia de que o Anhangüera regressava com oito mil oitavas, (quase trinta quilos de ouro!) sobremaneira alvorotara todos os espíritos; inúmeros foram logo os candidatos à transmigração às terras goianas. Indispensável se tornava, e quanto antes, dar feição regular, administrativamente falando, aos novos descobertos, antes do inevitável *rush* de aventureiros.

Ansioso para que logo se começasse a minerar em Goiás, resolveu Rodrigo César prover a Bartolomeu Bueno "Capitão-mor Regente das Minas, com jurisdição absoluta no cível e no crime e com o poder de atribuir sesmarias. Na mesma ocasião foi João Leite nomeado Guardamora Geral das minas.

Trinta e seis léguas quadradas acompanhavam a doação de cada passagem.

A quase 14 000 quilômetros quadrados correspondia esta imensa concessão.

A 23 de dezembro de 1725 comunicavam o Anhangüera e João Leite da Silva Ortiz, oficialmente, ao Capitão-General, os resultados de sua expedição.

Três anos e três meses haviam gasto na jornada, deixando examinados cinco ribeiros com "pinta de lavra descoberta".

Fôra-lhes impossível prosseguir na faina por faltos "de gente e do mais necessário provimento, grande perda experimentada em escravos e homens de sua companhia, em sertão habitado por nações de gentios bárbaros.

Mas lá haviam deixado roças plantadas e gente para benefício dos mantimentos.

Invocando as razões do Real Serviço pediam a S. Excia. que nomeasse pessoa suficiente para que em companhia dêles, descobridores,

fôsse examinar os cinco ribeiros denunciados e os mais que os petição-  
nários iriam descortinar.

A 29 de dezembro nomeou Rodrigo César os “dois sujeitos” apontados, atendendo à sua capacidade e inteligência.

Nova petição endereçaram os dois sócios ao Capitão-General por saberem que velhacos e aproveitadores já pretendiam beneficiar-se dos seus trabalhos e sacrifícios requerendo concessões territoriais à margem dos principais — “rios de canoa” — cujas passagens Sua Majestade lhes outorgara.

Assim, pediam a S. Excia. que só concedesse sesmarias fora dos ditos rios e sem prejuízo dos descobridores. Tranqüilizou-os o sátrapa. Com efeito, já recebera vários requerimentos solicitando sesmarias, mas a nenhum deferira. Petição alguma em tal sentido seria despachada sem a audiência dos reclamantes.

A 27 de dezembro de 1725 narra João Leite da Silva Ortiz ao Capitão-General que partira para o sertão “a sua custa levando trinta e cinco escravos seus e trinta e oito cavalos e vários homens de sua companhia”.

Entre brancos e escravos comandava oitenta e sete homens de armas. Na expedição perdera a maior parte dos escravos e vários homens brancos, quer em refregas com os índios quer graças à esterilidade dos sertões. Afinal, conseguira descobrir cinco ribeiros de minas de ouro de lavra. Agora, regressara reduzido a doze escravos e cinco cavalos.

Queria, porém, voltar à exploração das terras percorridas mas como não dispusesse de mais escravos pedia que lhe fornecesse o Capitão-General vinte índios das aldeias reais por serem os mais habilitados para as operações da campanha.

“Visto o justo requerimento do suplicante se lhe deferirá a seu tempo, mandando-se-lhe passar as ordens necessárias”, respondeu Rodrigo César, em despacho contemporizador.

Voltaram Bueno e Ortiz à presença do Capitão-General fazendo-lhe objeções acêrca do regimento que êle lhes dera em 1722.

Fizeram-lhe ver que o gentio que habitava as campanhas goianas era dos mais prejudiciais matando e ferindo os brancos sem admitirem paz, até mesmo depois de receberem dádivas.

Quirixás e caiapós lhes haviam morto considerável número de escravos e vários brancos da bandeira.

Eram antropófagos êstes selvagens que justamente ocupavam as campanhas e serros mais promissora-mente auríferos.

Assim sendo, a segunda entrada projetada se malograria se se não movesse guerra a tais bárbaros.

Queriam, portanto, saber se não seria o caso de se alterar o artigo do antigo regimento concernente aos gentios, que se opusessem ao rompimento das campanhas e entrada das minas.

À consulta respondeu categórico o Capitão-General. O antigo regimento era o conveniente ao serviço de Sua Majestade.

Bem sabiam, requerentes e requeridos, que tudo isto era a mais perfeita simulação. O regimento do govêrno das solidões que iam começar



Bartolomeu Bueno da Silva — o Anhangüera.  
*Estátua de autoria de Amadeu Zani no vestibulo monumental do Museu Paulista.*

a civilizar-se só podia ser o da fôrça, o da superioridade das armas dos brancos sôbre as dos autóctones.

Cautelosas como eram as autoridades coloniais, não quis Rodrigo César adiantar-se muito em matéria de retribuição por parte da Coroa quando as perspectivas de fertilidade das novas minas eram ténues ainda. E assim, a 29 de dezembro de 1725 escreveu a Bartolomeu Bueno carta em tal sentido.

Caso houvesse certeza de rendimento e riqueza, não só êle, Bueno, teria os proventos das passagens dos rios, já ajustadas com o govêrno de S. Paulo, como também devia esperar, da parte de Sua Majestade, as honras e mercês que a Real Grandeza costumava dispensar aos vassallos beneméritos.

É de presumir que a segunda jornada do Anhangüera se haja realizado ainda em julho de 1726.

## CAPÍTULO V

---

*A segunda entrada do Anhangüera.  
Primeiros arraiais fundados. Redução dos goiases.  
Grande afluxo de aventureiros.  
Início do Governo de Caldeira Pimentel.  
Perseguição movida aos descobridores.*

Escrevendo em 1812, em Goiás, tendo ao seu dispor apenas a documentação local, escassa e, mais que provavelmente, lacunosa e maltratada, ignorante além de tudo da documentação paulista e portuguesa, traçou Silva e Sousa a propósito dos primórdios do povoamento de Goiás e das passadas do Anhangüera, uns tantos conceitos e afirmações menos exatas.

Assim, pretende que, deixando as terras centrais onde estivera três anos e partindo para S. Paulo, aí, de envergonhado, escondera-se o bandeirante às vistas do Governador.

A correspondência de Rodrigo César de Meneses com D. João V inculca-nos opinião absolutamente contrária a tal asserção.

Noticiou o Capitão-General ao Rei que o Anhangüera se achava muito satisfeito por haver conseguido o que com tanto trabalho havia buscado. De tal descobrimento segurava iguais grandezas às de Cuiabá”

Voltando a Goiás em 1726 continuava o nosso autor, com séqüito inferior ao da primeira expedição, levava em sua companhia o engenheiro Manuel de Barros, o padre Antônio de Oliveira Gago, Manuel Pinto Guedes, e “outros associados da mesma sorte com seu genro Ortiz”.

Depois de seis meses de marcha, agora mais bem dirigida, atingira as vizinhanças do terreno de seus desejos e esperanças.

Já no tempo de Silva e Sousa havia a maior dúvida acêrca da região onde viera ter o grande prospector.

“Aqui diversificam os monumentos que pôde conseguir a minha diligência”, expende o autor da *Memória*.

Segundo versão corrente, mandando alguns dos seus caçar e melar, haviam êles aprisionado dois índios da nação Goiá. Levados à sua presença e interrogados haviam indicado o local onde mais tarde formaria o seu primeiro arranchamento, o arraial do Ferreiro. “Pôsto que se não achem escritos autênticos que abonem êste fato, conclui Silva e Sousa, existe a tradição que nos chegou e é confirmada por pessoas vivas que ouviram de viva voz a Urbano do Couto, sócio desta expedição”

“Feitas as demonstrações possíveis de alegria passou Bueno a novo arranchamento sôbre os vestígios do antigo de seu pai, junto ao Rio Vermelho. Tal o princípio do arraial de Sant’Ana e de Vila Boa”

“Entrando em exames descobriu muito ouro no lugar da Ponte do Meio chamada do Félix, e consta que entre outras só em uma bateada de terra extraiu meia libra, e que ainda encontrou maior grandeza no lugar do Batatal, entre Ouro Fino e Ferreiro onde sem custo fazia cada trabalhador o jornal de quatro a cinco oitavas por dia (14,4 a 18 g).

Contava ainda “depois destas indagações voltar a S. Paulo, a dar conta dos seus trabalhos levando, como é constante, para mostrar 8 000 oitavas de ouro anunciando ao Governador mais cinco córregos em que tinha descoberto abundância dêste metal como se vê da conta dada a Sua Majestade no ano de 1726 que está registrada no livro daquela secretaria”.

Este milésimo está evidentemente errado pelo autor ou pelos seus copistas.

Tem Alencastre razão em inquirir de inaceitável o depoimento de Silva e Sousa, sôbre a primeira descoberta do ouro goiano. Invoca os textos da carta de Rodrigo César a D. João V, datada de 27 de outubro de 1725, seis dias após a chegada de Bueno.

Até meados de julho de 1726 permaneceu êle em São Paulo. O relato de Gervásio Leite Rebêlo da viagem de Rodrigo César a Cuiabá deixa o fato indiscutível.

A 9 de julho expediu o Capitão-General as ordens que Bueno teria de levar para o novo descobrimento dos Goiases “para onde partia com uma tropa”

Onde achar tempo para as novas pesquisas de córregos auríferos, encontrar o local do arranchamento paterno e volver a S. Paulo ainda em 1726?

Declara o analista de Goiás que ao seu ver não há grande interêsse em se saber qual haja sido a localidade que Bueno, com tanto empenho procurava, no que ao nosso ver lhe assiste tôda a razão. Tanto mais quanto a tal propósito estamos certos de que os pesquisadores se encontrarão em face de problemas dos mais indeterminados e destituídos do ponto de apoio de documentação menos vaga e imprecisa. Pelo menos até hoje.

Querem uns que se trate do sítio do Ferreiro e outros do da Barra. Certo era que neste último lugar se encontravam as lavras do descobridor. Daí se haviam transferido, em 1727, os primeiros habitantes para fundarem o arraial de Sant’Ana, mais tarde Vila Boa e ainda mais tarde cidade de Goiás.

Afirma Alencastre que em 1728 voltando mais uma vez a S. Paulo, a fim de representar sôbre o estado das minas e suas necessidades, nesta ocasião requerera Bueno a remuneração dos serviços valorosos.

“Foi-lhe então conferido o título de Capitão-regente e superintendente geral das minas de Goiás com jurisdição absoluta no cível, crime e militar e direito de conceder sesmarias”.

As provisões de Superintendente e Guarda-mor das novas minas dos Guaiases passadas ao Anhangüera e a Ortiz datam de 8 e 9 de agosto de 1728.

Mas nelas não se fala na faculdade da concessão de sesmarias.

Continuando a contar os feitos de Bartolomeu Bueno informa Silva e Sousa:

“Continuou na mesma diligência, e ao mesmo tempo, para prosseguir mais livremente cuidou em pacificar os gentios Goiás que circulavam o lugar descoberto. Porém, êstes temendo os ferros da escravidão que lhes preparavam, quiseram resistir e se fizeram fortes no lugar onde o Rio Vermelho se incorpora com o dos Bugres.

Prevaleceu, contudo, o estratagemma do Capitão-mor regente que lhes prendeu as mulheres, e prendendo-as triunfou, e os fêz mostrar os lugares em que tinham achado as folhetas de ouro que serviam de adôrno às suas mulheres”.

Prosseguindo na faina prospectora formou Bueno o arraial da Barra, ali erigindo o primeiro templo que existiu em território goiano. Já então descobrira riquíssimos jazigos.

Ao longe repercutiu a notícia dêste achado, amplificada como sempre acontece. Correram das outras capitâneas homens em tropel e em menos de um biênio era imenso o povo que se reunira em terras goianas.

“Revezaram-se as tropas de viveres e de fazendas e não bastavam”. Êstes primeiros anos, no dizer de Silva e Sousa, constituíram a idade de ouro de Goiás.

Seria de efêmera duração, não chegando a durar mais de um quarto de século. Em poucos lustros evaporaram-se as grandezas daquela região eldoradiana.

“O ouro fugiu do seu centro e não tornou — comenta o cronista. Com a mesma facilidade com que se adquiria se lhe dava consumo e sem falar no luxo desregrado que veio depois a consumir a decadência, enquanto se não povoou o caminho de São Paulo, o único que então havia enquanto a agricultura atrasadíssima da época não ministrava mantimentos”

Daí o fato de se repetirem as cenas costumeiras marginais dos pactolos, seja em que região do Globo ocorram. Os mais necessários artigos passaram a vender-se a pêso de ouro.

Pretende Alencastre que o *placer* goiano era incontestavelmente mais rico que o cuiabano, afirmativa que não documenta e não sabemos que valor possa ter.

Apesar das proibições régias multiplicavam-se pelos sertões desertos as vias de acessos ao território aurífero, partidas das Minas Gerais, Cuiabá, Pernambuco e Bahia.

Submetido aos capitães-generais de S. Paulo, concentrava o Anhangüera em suas mãos tôdas as jurisdições. Mas era-lhe impossível manter em paz homens em grande parte imorais e turbulentos disseminados em tão vasto território, quando êle, septuagenário, nem dispunha de força militar para tornar respeitada a sua autoridade.

Os delegados de confiança de que podia dispor poucos eram.

Em 1729 o *rush* para Goiás enormes proporções tomou.

A Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, representou a D. João V contando-lhe que a sua cidade estava inundada por verdadeira multidão de forasteiros que pretendiam passar às novas minas encontrando-se ela em condições de não poder acudir aos que à sua caridade recorriam, visto como o seu hospital e a sua igreja se achavam arruinados.

A 16 de julho de 1726 partiu Rodrigo César de Meneses para as Minas de Cuiabá.

Retirava-se muito às boas, contudo, com os descobridores de Goiás e Bartolomeu Pais, em particular.

Substituíam-o o tristemente célebre Antônio da Silva Caldeira Pimentel, cuja primeira missão devia ser o estabelecimento imediato da casa de fundição, para o ouro das novas minas.

Durante cinco anos iam os paulistas ser regidos pelo mais cínico, imoral e prepotente dos governantes. Associado ao até agora feliz ladravaz Sebastião Fernandes do Rêgo, preparava-se para fazer cair sobre os infelizes administrados uma série de medidas vexatórias e iníquas.

“Filho espúrio de um cônego da Sé de Lamego”, diz-nos Pedro Taquez, animava-o a mais sórdida cupidez; viera positivamente a S. Paulo “fazer a América”. Melhor sócio para as ladroeiras não podia encontrar do que Sebastião Fernandes, cujo *curriculum vitae* já era dos mais brilhantes. Inimigo nato de todos os paulistas de ação, como se na insaciável voracidade, a idéia de possível concorrência dos sertanistas o assustasse, movia Rêgo tenaz campanha de calúnia e perseguição aos descobridores de Goiás e especialmente a Bartolomeu Pais de Abreu, cuja inteligência acatava e temia.

Já nos capítulos referentes a Mato Grosso apresentamos a série documentada de seus latrocínios, espantosos para o Brasil de seu tempo, sobretudo na época em que se executaram.

Por provisão de 24 de agosto de 1727, nomeou Caldeira Pimentel ao aventureiro Procurador da Coroa e da Real Fazenda na Capitania.

Nova provisão, fê-lo provedor efetivo dos Quintos e da Casa de Fundição de S. Paulo.

Ideou imediatamente Sebastião Fernandes um golpe de audácia, inaudito para o tempo e os domínios de Portugal. Golpe que sobremaneira lhe honra a capacidade imaginativa; a famosa substituição dos quintos do ouro cuiabano por simples chumbo de caça, operação audacíssima que já deixamos narrada e da qual foi Rodrigo César acusado.

Ao passar por S. Paulo, voltando de Cuiabá, ouviu Rodrigo César o que se dizia de seu sucessor e inimigo acérrimo; sobretudo do antigo valido, hoje seu encarniçado caluniador. Tratou, pois, de documentar-se para se defender e vingar-se. Entre aquêles a quem recorreu, consultou Bartolomeu Pais, o homem de valor a quem desprezara e repelira, justamente por instigação do ex-favorito.

Encaminhava Sebastião Fernandes, naquela ocasião, outro negócio muito mais lucrativo. Nem mais nem menos de que se apossar dos lucros legítimos — nunca os houvera mais — dos descobridores de Goiás.

Por êle instigado movera-se Caldeira Pimentel a persegui-los rompendo hostilidades contra Bartolomeu Pais.

Em meados de 1728 tornou-se insuportável a perseguição do Capitão-General e seu assecla ao illustre sertanista.

Tivera êste a audácia de escrever diretamente ao rei! Ousara, em carta de julho de 1728, queixar-se ao soberano.

Tanta soberba merecia condigno castigo! Começaram as medidas opressivas a se seguirem umas às outras.

Mandou Caldeira Pimentel, em meados de 1729, suspender a cobrança das passagens dos rios de que tinham mercê real o Anhangüera e João Leite, ordenando que o provedor executasse tal recebimento por conta da Coroa.

A protestar enèrgicamente enviou Bartolomeu Pais três longas cartas ao monarca, em que se defendia, e aos sócios.

Atingiu a cólera de Caldeira Pimentel enormes proporções. Ousava o súdito fazer-lhe frente! Informado de tudo, violador emérito da correspondência dos seus administrados, meditou em sua perfidia agir com prudência, a fim de perder ao atrevido oponente.

A lembrança da recente *guerra dos emboabas* fornecia-lhe o melhor dos pretextos. Inventou, pois, um levante geral dos paulistas de Goiás, sublevados pelo Anhangüera e o genro, por instigação de Bartolomeu Pais.

Enviou à Corte longo relatório confidencial carregado de negras côres, anulou as sesmarias concedidas aos descobridores, sob pretexto de deslealdade para com a Coroa, meditando ao mesmo tempo suprimir a existência de Bartolomeu Pais.

Não pudera, contudo, impedir os trâmites da severa devassa que o ouvidor da Comarca de S. Paulo iniciara sôbre a questão dos quintos de Cuiabá. Os autos daí decorrentes "testemunho da verdade para horror e confusão dos vindouros" tais revelações continham que o Capitão-General, certamente inquieto acêrca da própria liberdade, viu-se forçado a mandar recolher o comparsa às prisões da fortaleza santista.

Em meados de 1728 efetuou-se a prisão de Sebastião Fernandes.

Confiante na useira habilidade e nas tranquiérbias antigas para se safar do mau passo, descontava Sebastião Fernandes o prazo mais ou menos longo, em que deveria trocar a prisão pela fortuna.

Ia-lhe, porém, muitíssimo mais caro do que imaginara, custar-lhe a aventura.

Seqüestrados lhe foram os bens, atíngindo êste confisco à soma de oitocentos mil cruzados, quantia enorme para a época, e prova de quanto pudera o prevaricador roubar nos seus múltiplos atentados.

Nova e formidável ladroície recém-descoberta do ex-provedor da Fazenda Real motivara o acréscimo das medidas de severidade contra êle tomadas.

Desconfiado como vivia o govêrno da Metrópole, suspeitoso em extremo dos sentimentos cordiais dos paulistas para com os reinóis, fôra a denúncia de Caldeira Pimentel ouvida com atenção. Fizera o sátrapa com que se divulgasse a notícia de sanguinolento embate em Goiás, entre

paulistas e reinóis. Logo depois, procedera à prisão do pretense cabelha inspirador do movimento nacionalista.

Cartas interceptadas não deixavam a menor dúvida de sua rebeldia. Era o maquinador da sublevação. Assim, pois, prês e algemado êste "homem malévol e prejudicial" fôra encarcerado "potenciosamente" num calabouço da fortaleza da barra santista até que Sua Majestade "tomasse resolução no seu extermínio"

Inocente, esperou Bartolomeu a intervenção dos seus, sobretudo, a do irmão e do Anhangüera.

A Goiás chegara a confirmação da guerra movida por Caldeira Pimentel, com a notícia de que, já êle expedira sesmarias dentro das áreas concedidas aos descobridores.

Em princípios de 1730 souberam, o Anhangüera e Ortiz, o que sucedera ao sócio e irmão, a desolação e o terror com que os seus, mulher, filhos, irmãos, o haviam visto partir conduzido, como se um facinora fôra, seguindo-se-lhe à prisão a mais rigorosa incomunicabilidade.

Resolveu Ortiz passar a S. Paulo, seguindo derrota até a real presença."

Encontrou a cidade de S. Paulo fremente de alvorôto. Pouco antes, a 3 de fevereiro de 1730, nela se dera espantoso escândalo.

Permitira mero acaso que o mestre fundidor verificasse que a chave do Provedor, muito recentemente nomeado em virtude do afastamento de Sebastião Fernandes, abria as fechaduras do cofre, onde se guardavam os cunhos destinados a marcar as barras fundidas.

Cofre e chaves fornecera-os Sebastião. Não havia dúvida, pois, de que pudera — e por largo prazo — utilizar-se dos cunhos, com tôda a segurança, sem a fiscalização obrigatória do tesoureiro da Fundação, a fim de marcar com falsos títulos as barras de ouro de Cuiabá e alhures.

No meio do pasmo da população, inerte conservou-se Caldeira Pimentel. E no entanto, imensa era a sua responsabilidade, dadas as íntimas relações mantidas com o ex-provedor.

Perdeu a cabeça; em vez de incontinenti agir, viu-se quiçá irremediavelmente degredado para o resto da vida, e julgou mais acertado silenciar o fato como se lhe não ligasse a menor importância.

Em vez de entregar a questão ao Ouvidor da Capitania, preferiu a inércia. É possível que filosofasse acêrca do fato: Deus está muito alto e El-Rei muito longe.

Saberia safar-se da entaladela à custa do cúmplice... Rejubilavam-se, no entanto, os paulistas. Até que enfim iam poder sacudir o jugo do déspota.

Cartas sôbre cartas partiram de S. Paulo, imediatamente, umas endereçadas ao Rei, outras aos Ministros do Conselho Ultramarino.

Imagine-se o susto que a presença e os projetos de Ortiz trouxeram ao Capitão-General! Repeliu-o, porém, com dureza, enquanto combinava anular-lhe a ação junto ao monarca.

Côncio da fôrça dos direitos conculcados, requereu João Leite, da parte do real serviço, a concessão dum encontro com o irmão, o que lhe

foi negado mesmo à janela do seu calabouço e em presença do comandante da fortaleza.

A nenhuma súplica se moveu Caldeira. Pesava sôbre S. Paulo uma atmosfera de terror e ninguém ousava afrontar as iras da perversa autoridade.

Viu João Leite que perdia tempo em insistir e partiu para Lisboa.

Ao Guarda-mor acompanhava um clérigo secular, o Pe. Matias da Costa Pinto, um destes sacerdotes detestáveis que, com tanto empenho mandavam as cartas régias fôsem expulsos das minas e recambiados presos ao Reino.

Péssima impressão causaram aos parentes e amigos de João Leite suas relações com tão mal reputado indivíduo; pediram-lhe muitos, inclusive “pessoas religiosas”, que o despedisse.

Não ousou fazê-lo por condescendência ou simpatia, muito embora tal companhia lhe pudesse trazer grandes aborrecimentos e transtornos, pois tornava-se necessário, no Rio de Janeiro, ocultar o Padre Matias, ativamente procurado pelas justiças civil e eclesiástica.

Bem sabia Ortiz que chegar a Lisboa sem muito dinheiro era falhar completamente a viagem, tanto mais quanto ia empreender luta com um Capitão-General, contenda desigual quanto possível. Assim, pois, trouxera tudo ou quase tudo quanto lhe rendera a mineração: sete mil e quatrocentas oitavas de ouro, soma enorme para a época (perto de vinte e seis quilos do metal).

Provavelmente iria bater à porta do poderoso patrono que tão bem servira a Manuel Nunes Viana, o terrível Infante D. Francisco, cujos atos perversos tanto atemorizavam o próprio Rei, seu irmão.

Na Bahia, onde significou as queixas ao Conde de Sabugosa, recebeu o mais carinhoso acolhimento. Deu-lhe o Vice-Rei recomendações e *cartas de aviso* para Pernambuco e seus amigos da Côrte.

“O Governador Capitão-General de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, e o Bispo de Olinda, D. Frei José Fialho, honraram muito a João Leite, que detendo-se à espera da partida da frota, enfermou de bexigas e foi feliz nesta enfermidade” — narra o linhagista da *Nobiliarquia*.

Eram passados quarenta dias e ainda se conservava recolhido ao leito, quando a oito de dezembro de 1730 foi visitado pelo Bispo. Retirando-se este, pediu lhe dessem a beber um copo d’água do cozimento das sementes de cidra, cuja potagem mandavam os médicos que usasse para temperar a massa do sangue, ainda exaltada de enfermidade das bexigas”.

Ministrou-lhe esta bebida o padre Matias Pinto, e antes de completar duas horas, entrava em agonia! Chamados os médicos, não hesitaram um segundo no diagnóstico do mal. Era veneno! Eis aí por que em S. Paulo, a desoras e embuçado, fôra Matias ter com Caldeira Pimentel, segundo o haviam denunciado várias pessoas ao confiante Guarda-mor!

Cometido o delito, desapareceu o giróvago como que por encanto, “deixando com a retirada mais suspeitosa a culpa da sua estragada consciência e indesculpável ingratidão contra o seu amigo, protetor e benfeitor”

Pela madrugada de 9 de dezembro de 1730 exalou João Leite da Silva Ortiz o último suspiro. "Perdia El-Rei um muito distinto e benemérito vassalo, porque êle bastava para conseguir, como pretendia, os maiores descobrimentos em todo o sertão de Goiás"

Caíram-lhe sôbre o rico espólio os abutres do fôro pernambucano. Tudo arrecadou o juízo dos ausentes.

Arruinados ficaram os filhos do bandeirante e prejudicado imenso o Anhangüera. Como que um mau fado perseguia os detentores daquele detestável metal arrancado às entranhas do solo pelo suor e o sofrimento de míseros escravos.

Imagine-se a dor de Bartolomeu Pais e a dos seus ao chegar a notícia do crime de Matias Pinto. Só lhe foi comparável, talvez, a alegria causada ao alzo do infeliz Guarda-mor. Pouco, porém, devia durar-lhe o tempo de tripúdio sôbre os sofredores governados.

A D. João V, apesar da enorme distância, chegavam as queixas dos maltratados, reforçadas pelo timbre que mais feria os régios ouvidos, as notícias de novos peculatos.

Era demais o que Caldeira Pimentel abusara e abusava da incrível paciência dos povos e afinal da Côrte partiram sinais de desaprovação à sua tôrva conduta.

Pela carta régia de 11 de julho de 1730, o Soberano o convidou a respeitar o sigilo da correspondência dos jurisdicionados.

Soubera-se, neste íterim, na Côrte, da questão das chaves falsas, do cofre da Fundição e imediatamente outro se tornara o diapasão da régia voz.

Avivadora das funções mnemônicas de Sua Majestade e seu Conselho Ultramarino veio a questão dos quintos lembrar que o infeliz Bartolomeu Pais de Abreu, inocente e perseguido, vivia sepultado num calabouço.

Convinha fazer-lhe reparação, pois, a sua soltura implicava num ato de formal hostilidade ao incriminado Capitão-General. Assim, enquanto se ordenava a transferência de Sebastião Fernandes para Lisboa, para o Limoeiro, dizia a carta régia de 15 de março de 1731 coisas muito duras a Caldeira Pimentel, acêrca da prisão do seu adversário.

Não teve remédio o tirano senão deixar escapar a indefesa vítima. Iniciado o inquérito pelo Ouvidor deu êste magistrado rápida sentença absolutória do crime imputado ao sertanista quanto ao falso incitamento dos paulistas de Goiás à revolta.

Enviada a sentença ao Rei, valeu ela ao déspota de S. Paulo forte repreensão. Por carta régia tocou-lhe nova humilhação; mandava D. João V que procurasse atender imediatamente às reclamações do seu perseguido.

Vinha, afinal, a reparação, mas quão tardia!

Ao tiranete, continuaram, porém, a amiudar-se as cartas régias portadoras de determinações severas e desaprovadoras dos atos.

Por mais doze meses ainda regeu o humilhado Caldeira Pimentel aos paulistas. Pouco reagia agora aos reverses, preocupadíssimo com a

má catadura trazida pelo desenvolver do processo de Sebastião Fernandes, cada vez mais complicado e grave.

Foi afinal, para maior gáudio dos paulistas, substituído por Antônio Luís de Távora, Conde de Sarzedas, empossado a 15 de agosto de 1732. Não era êste com o antecessor, *ex illicito et damnatoque coitu genitus* e pertencia à mais alta nobreza da Monarquia.

Dizia-lhe D. João V em carta especial de 23 de julho de 1733, tivesse sempre em vista o que fizera o seu antecessor a Bartolomeu Pais de Abreu, retido prêso longo tempo, sem culpa formada, quando a devassa feita lhe trouxera estrondosa demonstração de inocência.

Residente em Goiás e adstrito à documentação do arquivo local, deu Silva e Sousa versão inteiramente diversa dos últimos dias de Ortiz.

Mostra-se inteiramente insciente das peripécias de sua viagem pormenorizadas por seu sobrinho o linhagista.



## CAPÍTULO VI

---

*Providências régias sôbre o caso das mercês  
feitas ao Anhangüera.  
Depoimentos sôbre a mineração e a vida goianas.*

Na grande representação endereçada a D. João V pelo povo de São Paulo a 4 de agôsto de 1736, representação assinada por muitos dos mais conspícuos repúblicos foi Pimentel positivamente acusado de procurar por todos os modos estorvar a atuação dos descobridores de Goiás.

Mostrava-se bastantemente oposto a êste descobrimento “por cuja falta se atrasaram os descobrimentos e os seus descobridores e os mais de sua companhia”.

A patente de Bartolomeu Bueno dava-lhe jurisdição plena e absoluta no cível, e militar e o direito de conceder sesmarias.

Se como continuador dos trabalhos paternos merecera o Anhangüera tantos títulos e consideração como capitão regente e administrador pouco se recomendou, expende Alencastre, ou por alquebrado pelos anos e trabalhos ou a falta de instrução. Viu-se dentro em breve ludibriado pelos seus governados pecando pela fraqueza e o nepotismo”

Era mais que natural que procurasse para conter tão rudes e indisciplinados governados pessoas de sua confiança. A quem mais poderia procurar?

Não vemos em tais atos nepotismo algum e sim apenas a demonstração a mais natural do instinto de conservação da autoridade a cada passo ameaçada. Um de seus melhores auxiliares, Manuel Dias da Silva, genro de seu sócio Bartolomeu Pais, era homem do maior e do mais justo prestígio e outro o sobrinho, Antônio Ferraz de Araújo, experimentado sertanista.

O pior núcleo de desordem era Meia Ponte onde o desabusado Manuel Rodrigues Tomás arrogava-se o titulo de Guarda-mor e não fazia o menor caso das ordens de Bueno.

Assim campeava a anarquia desabaladamente em quase tôda a região goiana.

Os agentes encarregados da cobrança dos direitos reais eram expellidos dos arraiais pela população desenfreada a que insuflavam remissos contribuintes.

A influência e respeito que por algum tempo haviam acompanhado o nome do Anhangüera fôra gradualmente declinando até extinguir-se de todo, observa Alencastre.

Displicentemente exercera Caldeira Pimentel o seu govêrno detestável à gente a quem tratava com o maior desprezo. Oficiando certa

vez a D. João V dizia que São Paulo “vivia na barbaridade de inculto sertão”

A Câmara paulistana escrevera-lhe, a 13 de maio de 1729, representando sobre a necessidade de se concentrar o ouro de Cuiabá e Goiás na Fundição de sua Cidade. Deveriam as remessas do metal vir em embrulhos e borrachas invioláveis até darem entrada nos cofres.

E pedia-lhe que nomeasse provedor do Registro pessoa de ilibada conduta, fôsse ela paulista ou reinol. Furioso, respondera a tão justa representação observando aos senadores “que S. Mercês se esqueciam de suas obrigações e tomavam a confiança de lhe falarem de assunto que lhes não tocava, tudo isto por fingido zêlo”.

Ia remeter a carta a S. Majestade, explicando o que eram as verdadeiras intenções da Câmara, a fim de que o monarca a premiasse condignamente. E ao mesmo tempo levaria ao Trono a sua queixa para que se não renovasse atitude de tamanha ousadia.

Homem da maior duplicidade o que Caldeira Pimentel tinha em mente era sobretudo protelar a execução das medidas pelas quais deviam os descobridores de Goiás receber o que lhes era devido.

Em 1729 mandara pôr em praça a arrematação das passagens “dos rios do caminho dos Guaiases por um triênio, havendo esta licitação atingido 844\$000. A 27 de maio de 1730 um ato da Coroa aprovou tal arrematação mas pouco depois expediu D. João V carta régia ordenando ao Provedor da Fazenda Real em Santos a restituição imediata ao Anhangüera e João Leite da Silva Ortiz ou a seus legítimos procuradores ou herdeiros, caso fôsem falecidos, tudo quanto se houvesse cobrado, ficando nula a praça que se fizera!

Findas as três vidas sujeitas à Lei Mental a que se referia a doação então sim seriam postas as passagens em arrematação.

Representou o Provedor da Real Fazenda que à devolução se opusera Caldeira Pimentel.

Ainda em 1730 Luís Vahia Monteiro, o famoso governador fluminense alcunhado o Onça, rudemente expendeu ao Secretário de Estado o que sabia e pensava da mineração goiana. Até aquela data havia ela servido apenas para perturbar os grandes serviços que se poderiam ter realizado na Capitania das Minas Gerais.

Para documentar a asserção de quanto era mau o estado econômico daquelas minas, enviou ao correspondente uma carta recebida no Rio de Janeiro e recentemente.

O missivista, certo Rafael de Campos Aguiar, contava o que vinha a ser “a verdade do estado das Minas de Goiás e os negócios nela realizáveis” Longa e áspera a via de acesso ao território aurífero, com treze rios de permeio a serem transpostos de canoa.

Nos pousos havia a enfrentar o inferno dos carrapatos. As faisqueiras postas a descoberto mostravam-se limitadas. O ouro só ocorria no veio d’água dos córregos. E como êstes fôsem distantes uns dos outros viviam os prospectores acalentados pela esperança de melhores descobrimentos feitos por bandeiras que andavam a vaguear e outras que se preparavam a entradas.

As melhores datas achavam-se ocupadas. Os mineiros que vinham chegando quase não tinham “onde meter batéia” Os jornais do ouro se mostravam nada grandiosos. Andavam por uma média de três quartos de oitava (entre 1,80 g e 2,27 g), rendimento muito baixo.

Assim a melhor das faisqueiras vinha a ser uma boa roça de milho que dava, por mão de espigas, uma oitava de metal amarelo. Êste Campos de Aguiar era comboieiro e pelo contexto de sua carta percebe-se que escrevia a alguém que pertencia a esta filantrópica classe de traficantes.

Informava que os escravos, quando minas, e robustos valiam entre 256 e 300 oitavas (entre 921 e 1080 g). Assim o preço médio destes negros superequatoriais andava por um quilo de ouro.

Mas para negócio não feito a vista e sim a prazo de ano. Esperava o comprador que o pagamento se efetuaría com o que rendesse o trabalho do escravo.

A vista ninguém queria comprar os míseros africanos. Êle próprio Aguiar não encontrara quem lhe adquirisse um só moleque embora barateasse o preço primitivo destes jovens cativos.

Pudera porém vender a crioula que vinha no lote, alcançando *et pour cause!* 360 oitavas, aliás a serem pagas em dez meses.

Para provar que as minas não eram de todo o que delas viviam a apreçoar citou Aguiar o fato de haver a elas chegado certo Padre P.<sup>iz</sup> (Pires?) conduzindo um comboio. Havia mais de dez meses tinha os escravos encahados por não querer vendê-los fiado. Entretanto o número dos pretendentes aos servos era o mais consideráveis. Ninguém acreditasse nos gabarolas jactando-se de haverem comprado pretos à vista.

Não fornece Aguiar maiores esclarecimentos sôbre a personalidade de tal sacerdote, seu “colega”, no exercício de tão nobre mister, para dar nova comprovação da realidade do velho brocardo do *corruptio optimi pessima*.

Parece desnecessário recordar que o povoamento primevo de Goiás não poderia escapar à regra geral, inflexível, que presidiu à vida dos aglomerados decorrentes do afluxo súbito de aventureiros, arrastados pela *auri sacra fames*, turba de indivíduos de tôdas as condições, espécies e procedências.

Foi o que se deu no Brasil como se daria na Califórnia, na Austrália, no Transvaal, no Alaska, campos de depuração de fracos e seleção de fortes criados pela capacidade de resistência, a violência e a falta de escrúpulos, e nascidos do desvairamento pela fortuna rápida.

Sôbre esta mentalidade especial e das condições dela decorrentes temos nas Minas Gerais os depoimentos preciosos, principais, de Antonil e do Conde de Assumar e os testemunhos fragmentários de considerável documentação oficial relativa a tentativas de repressão do crime nos primeiros arraiais mineradores.

O mesmo se deu em Mato Grosso talvez em escala menor, devido ao afastamento da região. As mesmas fontes fornecem-nos os mesmos elementos de análise, as páginas dos cronistas e dos narradores anônimos, e a correspondência dos capitães-generais com os Reis e Vice-Reis.

Em Goiás não conhecemos nenhum depoente contemporâneo dos anos dos primórdios do povoamento como Mato Grosso os teve na pessoa de Barbosa de Sá e seu coprador e acrescentador Costa Siqueira.

Os autores que trataram das condições da vida dos primitivos povoados escreveram muitos decênios após os primeiros milésimos da conquista. Silva e Sousa em 1812, Cunha Matos em 1824. E sabemos pelo próprio Cunha Matos quanto as suas páginas foram influenciadas pelo que aprendeu na *Memória*. Passa o Cônego que a esta redigiu por ter sido de integral probidade e amigo de dizer as coisas nuas e cruas.

E realmente a cada passo fala com liberdade pouco comum entre os indivíduos seus coetâneos. Para lhe demonstrar a independência dos juízos basta lembrar o modo pelo qual se refere e narra os desmandos dos maus eclesiásticos, frisa-o o Cônego Fonseca e Silva em *Lugares e pessoas*.

Recorda, então, vários atentados de diversas naturezas.

Eram os "assassínios freqüentes e por qualquer motivo".

Os juízes ordinários a cada passo torciam a vara da justiça e abusavam da jurisdição.

De um destes tiranetes fôra D. Luís de Mascarenhas obrigado a coibir os excessos. Como no local não houvesse cadeia mandara acorrentá-lo a uma árvore. Pois, assim mesmo, aquêle mau vassalo "entusiasmado de sua jurisdição queria dar audiência convocando as partes ao som de um tambor como costumava".

Com a mais rude franqueza continua Silva e Sousa: "E que se dirá dos sacerdotes e frades? Pouco se diferenciavam dos seculares". Com a isenção de ânimo próprio dos que realmente cultivam o *ne quid falsi non audeat historia* documenta o autor da *Memória* a sua asserção.

Escrevendo doze anos depois de Silva e Sousa deixou Cunha Matos observações assaz extensas sôbre os primeiros povoadores das terras goianas.

Descobertas por intrépidos paulistas, mineradores que procuravam ouro e cativavam índios aos conquistadores haviam seguido, logo depois, inumeráveis portugueses toscos mas industriosos. Uns e outros desprezavam os brasilienses e os africanos seus cativos.

Daí a circunstância de se furtarem a consórcios legítimos. Raras haviam sido as mulheres brancas emigradas para aquela longínqua região. Chegar, trabalhar, enriquecer e voltar à pátria tal o fito daqueles ávidos aventureiros a cujas habitações não procuravam dar elegância e confôrto. Uma barraca de pau-a-pique barreada ou uma casa de paredes de adobes servia de abrigo a homens e de cofre a imensas riquezas.

Da união destes prospectores e de mulheres de côr procedera a mais vasta mestiçagem. Entendia o brigadeiro que em seu tempo haveria na província de Goiás cinco por cento de brancos puros.

Numerosos mineradores mantinham verdadeiros serralhos de escravas africanas e indígenas.

Ao período da prospecção caracterizara o nomadismo das populações: "os habitantes dos arraiais eram ambulantes. Largavam uma casa, levantavam outra e deixavam demolir tôdas, quando acabava o ouro, único objeto de seus cuidados".

Não podia haver boas condições higiênicas nestes ajuntamentos tumultuários. Epidemias de bexigas e sarampo levavam à sepultura milhares de pessoas. As escavações das minas, os tanques feitos nos vales, as lagoas cheias de ervas em putrefação, os animais mortos e corrompidos no campo, de tal modo estragavam o ar que os corpos se ressentiam, as constituições mais robustas se alteravam e os espíritos se abatiam. Moléstias desconhecidas se apoderavam de quase tôdas as pessoas; “o bócio, a hidropisia, o mal céltico minavam a natureza e a Parca ia ceifando as vidas sem piedade”.

Em Goiás o regime servil não fizera exceção ao das demais regiões da mineração. Os exploradores das lavras compravam para os seus rigorosos trabalhos africanos homens e quase nunca mulheres.

O pêso do serviço, o mau tratamento, e a má alimentação, a falta de assistência médica causava a enorme mortalidade dêstes cativos. A muitos mineradores sucedia morrerem, no espaço de ano, cem e mais escravos, mortandade que a diversos pusera em situação crítica a ponto de provocar suicídios ou fugas aceleradas conseqüentes aos seqüestros em que o fisco se mostrava inexorável.

“Os exatores fiscais, as enormes custas das diligências das justiças e as fianças haviam lançado por terra a milhares de famílias bem estabelecidas” e causando a ruína de muitos arraiais auspiciosamente nascidos.

Entende Cunha Matos que nos tempos mais prósperos da mineração existiriam em Goiás mais de trinta mil escravos.

A fase de decadência assinalara, como de esperar, o mais notável despovoamento. Crixás que chegara a contar mais de 4 000 pessoas de comunhão, menos de século mais tarde não teria mil. Pilar baixara de nove a três mil. Mas o mais espantoso era o caso de Guarinos que de três mil habitantes caíra a vinte e oito.

Barra, Anta, Santa Rita, Ferreiro, Ouro Fino e outros rapidamente se haviam convertido em campos de ruínas. A própria Vila Boa decrescia e os campos encontravam-se cheios de taperas”.

Casos houvera em que enormes massas humanas tinham corrido a locais onde se anunciara o achado de ricos jazigos. Arraiais haviam, da noite para o dia, surgido no deserto com quatro e cinco mil homens brancos arrastando atrás de si vinte mil escravos. Sobrevinha o desengano da miragem e aquêles locais passavam novamente ao deserto. Iam os emigrantes levantar novas barracas em lugares cuja riqueza os atraía.

Êstes aluviões humanos que repentinamente peregrinavam para lugares freqüentemente afastados de léguas e léguas traziam consigo a ruína certa de todos. Os alimentos para tão grandes massas vendiam-se a pêso de ouro de modo que o metal extraído da terra apenas dava para a compra da ferramenta e o sustento da escravatura que penava nas lavras. Em outra referência expende Cunha Matos que o cômputo de 30 000 escravos mineradores ao tempo do apogeu da mineração goiana era “mui exagerado”. Em janeiro de 1750 informava D. Marcos de Noronha ao Rei que naquele momento trabalhavam nas minas goianas 14 437 escravos.

Depois de haver levantado tal suspeição o próprio Cunha Matos fala-nos que em Natividade houvera em certo tempo acima de 40 000 escravos! em Arraias 16 000, Cavalcânti 9 000, Traíras mais de 14 000. Em local onde os brancos entre os paulistas reinóis e brasileiros tinham sido 14 000 haviam existido 17 000 cativos.

As informações sôbre os preços de gêneros nos primeiros anos de Goiás são muito menos abundantes nas velhas crônicas do que em Cuiabá e ficam a perder de vista a abundância de dados dos de Minas Gerais graças ao benemérito Antonil.

Fala-nos Silva e Sousa que pelos anos de 1730 (?) o alqueire de milho chegou a ser vendido a 6 e 7 oitavas e o de farinha a dez (21,6 g e 25,2 g). O primeiro porco que nas minas da Barra apareceu vendera-se por 80 oitavas (288 g) e a primeira vaca de leite por duas libras (920 g), quase um quilo de ouro! E o mais tudo à proporção.

## CAPÍTULO VII

---

*Fundação dos primeiros núcleos do povoamento goiano.  
Controvérsia sobre o Arraial de Sant'Ana.  
Os principais povoados de 1726 a 1750.*

Fundamentados sobretudo nos dados de Silva e Sousa, Cunha Matos e Alencastre, vejamos quais foram as primeiras povoações de Goiás antes da criação da capitania autônoma de seu nome.

A primeira parece ter indubitavelmente sido o arraial do Ferreiro fundado pelo próprio Anhangüera.

Discorda Joaquim Bonifácio de Siqueira de tal procedência. Atribui a prioridade a Ouro Fino sem que contudo documente a asserção.

Distava uma légua a lesnordeste de Vila Boa. Capela da Barra a oeste de Vila Boa também foi fundação do próprio Anhangüera logo após o descobrimento. Lá tinha as suas maiores lavras em 1728, pretende C. Matos. Ricas, porém faltas de água que só poderia ser aduzida mediante grande despesa.

Da Capela da Barra trasladou-se o Anhangüera às margens do Rio Vermelho em 1727, fundando o arraial de Sant'Ana, a futura Vila Boa. Silva e Sousa afirma que já existia tal povoado quando da mudança do conquistador. Alencastre perfilha tal afirmativa.

O ouvidor-geral Joaquim de Campos afirma que o primeiro estabelecimento da futura Vila Boa ocorreu em 1728.

Quer Cunha Matos que haja ocorrido em 1726 ao voltar o Anhangüera de São Paulo e Bonifácio de Siqueira fixa a data de janeiro de 1727. Pensa Fonseca e Silva, com Carvalho Ramos e Colemar Natal que em meados de 1725 descobriu Bartolomeu Bueno o local onde hoje se veneram as relíquias da velha capitania de Goiás.

O orago, Sant'Ana, do novo arraial pensamos que deva ter provindo da padroeira da vila natal do Anhangüera como julga F. e Silva.

Quer Colemar Natal que o arraial do conquistador tenha sido fundado no dia de Sant'Ana, 26 de julho de 1725, sem contudo alegar documentação abonadora de tal fixação.

Conta S. e Sousa que se deveu o nome de Anta a um Dantas, um dos seus primeiros moradores. Pretende C. Matos que o seu fundador foi F. Calhamares em terreno aurífero e em 1729, pouco depois de Barra. Muitos ricos eram os seus jazigos, aparecendo o ouro em folhetas de excelente toque.

Santa Rita, a três léguas de Vila Boa, pretende Cunha Matos que surgiu em 1729 em terreno aurífero como de esperar.

Ouro Fino também a três léguas de Vila Boa tinha lavras de ótima pinta mas muito faltas de água. Não declaram os cronistas quem o haja fundado. De Pilões a vinte léguas da capital, na estrada de Cuiabá pouco fala a *Memória* que nem se refere aos diamantes de sua redondeza. Conta-nos Cunha Matos que foi ereta em 1746 e extinta em 1749. Estava na zona diamantífera objeto dos mais especiais cuidados do governo da capitania como oportunamente veremos.

Diz a *Corografia* que o nome lhe proveio do fato de haverem os companheiros do Anhangüera pôsto alguns pilões à margem de seu rio a fim de socarem o milho de que se alimentavam.

De Meia Ponte, hoje Pirenópolis, povoado importante, contam Silva e Sousa e C. Matos que foi seu fundador, em 1731, Manuel Rodrigues Tomás.

Da origem de seu singular topônimo discordam a *Memória* e a *Corografia*.

O ouro das faisqueiras meia-pontenses não parece ter sido muito abundante.

Teve Jaraguá como fundadores uns faiscadores, em 1737. Santa Luzia deveu-se em 1746 a Antônio Bueno de Azevedo.

Foi Pilar durante anos dos principais arraiais goianos. Chamou-se a princípio Papuã e às suas lavras riquíssimas descobriu João de Godói Pinto da Silveira.

Lavrinhas, a sete léguas de Pilar, não se sabe quem a tenha fundado.

Crixás foi outro *placer* de grande rendimento de ouro de bom toque. Descobriu-o em 1734 Domingos Rodrigues do Prado. Para ali concorram numerosíssimos mineradores. Está a onze léguas de Pilar. Afirma Fonseca e Silva contudo que o seu fundador foi Manuel Rodrigues Tomás.

De Guarinos a três léguas dêste arraial sabe-se que existia em 1741 mas não quem lhe haja sido o fundador. Apenas se tem notícia de que é mais antigo que Pilar.

Do morro da Boa Vista no Pilar saíram mais de cem arrôbas conta Silva e Sousa. Chegou o arraial a contar nove mil escravos e Guarinos três mil no apogeu da mineração.

Traíras a 55 léguas ao norte de Vila Boa foi fundada em 1735, diz Silva e Sousa, por Antônio de Sousa Bastos e Manuel Rodrigues Tomás e não Manuel Rodrigues Homem, como lhe atribui Cunha Matos. Seus arredores eram mediocrementemente auríferos. O arraial chegou a ser bastante povoado.

A sete léguas de Traíras fica Água Quente, assim chamado de um lago descoberto em 1732 por Manuel Rodrigues Tomás e povoado pelos que fugiam da epidemia do Maranhão".

Sua primeira fundação realizou-se à margem esquerda do rio Maranhão um dos formadores do Tocantins a pequena distância da cachoeira da Machadinha. Teve de ser abandonada por motivo de insalubridade.

Foi Água Quente famosa pela abundância de ouro. Aí se achou uma folheta de 43 libras, remetida ao erário de Lisboa.

Esta pepita de vinte quilos deve ter sido a maior encontrada em Goiás e uma das maiores do Brasil.

Outras foram achadas em Água Quente de seis a dez libras. Atraiu esta circunstância enorme cópia de mineradores. Chegaram suas lavras a contar mais de dezesseis mil escravos segundo contam os cronistas. Na vizinhança de Água Quente ocorreu um dos mais celebrados acontecimentos dos fastos da mineração brasileira.

Em 1732, convictos de que o álveo do Maranhão era verdadeiro leito de ouro, resolveram os aventureiros explorá-lo. Construíram grande marachão (dique) serviço em que trabalharam doze mil escravos “ainda que com o desconto de uma epidemia ocasionada pela putrefação do fundo do rio, em que houve dia de cinquenta mortos”.

Concluída a obra desviou-se o Maranhão, caudal de 330 metros de largura pelo novo canal que se lhe propiciara. Mas decorridas poucas horas cedeu o dique e o rio quase apanhou os que lhe exploravam o leito.

Já neste curto lapso se haviam tirado novecentas oitavas (3 240 g) que quase pagaram as despesas feitas naquele imenso trabalho, relata Cunha Matos.

A Cocal descobriram parece que em 1749, Diogo de Gouveia Osório e o coronel Félix Caetano. *Placer* riquíssimo, nos primeiros anos, informa Cunha Matos, tiraram-se ali, no espaço menor de um oitavo de légua, 150 arrôbas (2 190 kg e as datas de preferência renderam cinco mil oitavas (dezoito kg).

Chegou a contar “dezessete mil escravos e mil e quatrocentos homens brancos europeus, paulistas e mineiros, todos celibatários”, narra Cunha Matos.

São José de Tocantins teve como fundadores em 1735 Manuel Rodrigues Tomás e Antônio de Sousa Basto, mas não alcançaram grande fama os seus campos auríferos.

Santa Rita, a seis léguas de Traíras, fundou-a em 1736 Antônio da Silva Cordovil que a duas léguas adiante realizou outra fundação, a do arraial da Cachoeira. Atribui Fonseca e Silva o estabelecimento dos dois arraiais a Rodrigues Tomás e Antônio de Sousa Basto. Tiveram ambos os povoados precária existência embora assevere Cunha Matos que os arredores do segundo encerravam muito ouro.

Amaro Leite, ou Lavrinhas, entre o Araguaia e o Tocantins, e a 21 léguas de Pilar, não se sabe quando apareceu.

Piedade surgiu a doze léguas a noroeste de Amaro Leite, em terra fértil em ouro, segundo Cunha Matos.

Em 1740 fundou Domingos Pires, quiçá paulista, um arraial a 48 léguas de Traíras. Mas como ali haja morado um Juliano Cavalcante, homem prestigioso, o povoado passou a chamar-se Arraial de Cavalcante, nome que até hoje conserva.

Chegou Cavalcante à importância de possuir casa de fundição, S. Félix de Cantalice ou melhor, Santo Antônio e São Félix de Cantalice fundou-a em 1736 um Carlos Marinho mais que provavelmente não paulista. Pretende Cunha Matos que o seu distrito é muito aurífero.

Arraias foi fundado em 1740 segundo a *Memória*. O próprio Capitão-General D. Luís de Mascarenhas assistiu à sua repartição e lhe alinhou as ruas. Foi "rico em seu princípio e no descobrimento do ouro pobre". Segundo Cunha Matos em lugar de pobre deve ler-se *podre* por motivo da côr parda do ouro. A seu ver povoou-se Arraias em 1733 e em terreno riquíssimo.

Diz aliás Silva e Sousa que muito mais tarde ali ocorreram bateadas de sessenta oitavas (216 g) e que "trabalhadores amotinados conseguiram arrancar da terra numa noite três arrôbas (44 quilos).

Fala-nos Cunha Matos do arraial da Conceição edificado em 1741 e em sítio riquíssimo. Em seu tempo (1824) era o território mais aurífero da província. Parece que seus fundadores ficaram anônimos. De Flores, lugar sobremodo insalubre, declara Silva e Sousa ignorar a data da fundação e o nome dos fundadores. Afirma Cunha Matos que se deveu a um Domingos Álvares Maciel.

Natividade no dizer da *Memória* foi descoberta em 1734 por Manuel Ferraz de Araújo, e em 1739, segundo a *Corografia histórica*.

Tanto S. e Sousa quanto Cunha Matos não se referem a ocorrências de ouro ali mas o segundo conta que o seu distrito chegou a contar de zesseis mil escravos, índice de que nêle deve ter havido mineração intensa.

Carmo, arraial pequeno e povoado em virtude da utilidade de suas minas foi criado em 1746, por Manuel de Sousa Ferreira. Não neste milésimo mas em 1741 afirma Cunha Matos.

Despovoou-se por motivo de repetidas correrias dos acroás. O mesmo sucedeu ao arraial do Pontal a meia légua de Tocantins em cujas vizinhanças havia as ricas lavras da Matança. Descobriu-o em 1738 Antônio Sanches personagem que não supomos fôsse paulista.

## CAPÍTULO VIII

---

### *Primeiros atos do Conde de Sarzedas.*

*Proibição de comunicação entre o território aurífero goiano e as Minas Gerais, os currais da Bahia e Pernambuco.*

*Perturbação da ordem.*

*Luta improficua com descaminhadores e contrabandistas.*

*Deficiências do Govérno do Anhangüera.*

Logo depois de emposado, já a 22 de agôsto de 1732, proibiu o Conde de Sarzedas, expressamente, o plantio de canaviais e a existência de engenhocas de aguardente, nas minas goianas, por serem em grande dano dos mineiros e seus escravos. Graves castigos se acenavam aos contraventores como longa prisão, seqüestro de bens, etc.

Tal decisão obedecia a um critério geral reinante na época nos meios governamentais.

A 2 de outubro baixou o General novo bando. Estabelecia um caminho único para a região aurífera. Saía de S. Paulo, cortava Jundiá e Mogi do Campo e daí rumava "até as ditas minas".

Como nestas constasse a entrada de boiadas, escravos e carregações de fazendas sêcas partidas dos Currais da Bahia, do S. Francisco e das Minas Gerais, ordenou o Governador o seqüestro e confisco de todos êstes contrabandos e a prisão severa dos indivíduos envolvidos em tais tranquibérnias. Deveriam vir purgar as penas em S. Paulo.

Três dias mais tarde prevenia Sarzedas ao Anhangüera que não permitisse, de forma alguma, a abertura de qualquer caminho para os Currais da Bahia, sob pena de confisco de bens.

A 12 de outubro escrevia o General a D. João V, denunciando a existência agora comprovada, de via de evasão pelos Currais da Bahia, caminho prejudicialíssimo aos reais quintos. Era preciso que Sua Majestade exigisse do Vice-Rei do Brasil e dos Capitães-Generais das Minas Gerais e de Pernambuco o fechamento das picadas, proibindo o estabelecimento de novas.

Más notícias chegavam a Sarzedas acêrca da paz pública nas novas minas, onde a autoridade do Anhangüera pouco se fazia respeitada.

A 24 de março de 1733 expendia Sarzedas ao seu colega de Minas Gerais, Conde das Galveias, os motivos pelos quais discordava de sua opinião acêrca do encaminhamento do ouro goiano para Vila Rica. Devia todo ser conduzido a S. Paulo, sob pena de Sua Majestade vir a perder muito de seus reais quintos.

Acrescia ainda que se tal decisão prevalecesse seria ela a causa da fuga dos escravos dos mineiros e a deserção dos devedores dos negociantes que abasteciam as minas dos Goiaes.

A questão do acesso ao território aurífero dava grande dor de cabeça ao sátrapa.

Ao mesmo tempo procurava favorecer quanto possível o trânsito pela via única permitida de S. Paulo em direção ao Rio Grande.

A 27 de agosto de 1733 escrevia a Câmara de S. Paulo a D. João V, pedindo-lhe providências no sentido de se vedarem as picadas que certos homens ambiciosos haviam aberto das Minas Gerais, Currais da Bahia, Pehahui (sic) e Maranhão, para as minas dos Goiaes, causando notável prejuízo pelo ouro que por estas veredas se evadia.

Era indispensável que o Conde de Sarzedas fôsse a Goiás levando bastante gente para subjugar tal movimento. E com êle o Dr. Ouvidor Geral Gregório Dias da Silva, a visitar aquelas partes de tanta "abundância e permanência" do metal. Se se estancassem as descaminhos haveria ouro para fazer laborar em S. Paulo, ativamente, uma casa da Moeda. Dado o grossissimo cabedal já em tão pouco tempo extraído, cabedal agora acrescido das preciosas pedras achadas no Rio Claro.

Assim, se "achariam contentes e satisfeitos os pobres paulistas" com a remuneração de seu incansável trabalho, notório e já muitas vezes presente a Sua Majestade.

Melhorava contudo a situação, depois da prisão de Rodrigues Tomás, indivíduo régulo, anarquizador da região de Meia Ponte.

Longa carta escreveu Sarzedas ao Anhangüera, cheia de recriminações a 1 de outubro de 1733.

Voltara o grande bandeirante ao sertão dos Pilões a averiguar o que por lá haveria de exato em matéria de diamantes, e ao mesmo tempo a fazer uma campanha punitiva nas terras dos caiapós.

Trazia boas notícias sôbre ocorrências dimantíferas. Assim proibia a ida de prospetores às paragens dos Pilões, até que o General de S. Paulo se pronunciasse.

Mas fôra desobedecido pelos irmãos Antônio e Fernando de Camargo e mais alguns que, com grande séqüito, haviam tirado diamantes de pêso considerável, alguns dos quais de oitava e quarta, valendo 1 200 oitavas de ouro (4 320 g), de enorme preço, portanto.

Neste ínterim grande manga de caiapós surgira, fazendo devastações em represália à entrada dos Camargos.

De tudo dera Bartolomeu Bueno leal aviso ao Govêrno e Sarzedas àsperamente lhe repontava: Faltara à sua obrigação de superintendente. Como é que sabedor do projeto dos Camargos não se opusera pela força a tal desordem, na salvaguarda dos direitos da Coroa?

A propósito dos distúrbios de Meia Ponte recordava Sarzedas que o seu principal fautor, Manuel Rodrigues Tomás, fôra por êle Bueno nomeado seu Guarda-mor substituto. E êste péssimo sujeito forçara a retirar-se o Mestre de campo Manuel Dias da Silva, vassalo tão benemérito pelos serviços prestados a Sua Majestade!

Capítulo novo este e gravíssimo de acusação! ainda articulou o Conde General. Pusera-se a proteger o irmão de seu genro Ortiz, o grande curraleiro dos Currais da Bahia, Estêvão Rapôso Bocarro, quando este, desobedecendo a ordens estritas de Sua Majestade, saíra do sertão do Urucuia para fazer ótimos negócios nas minas goianas sem sofrer o menor obstáculo.

Em suma, intimava Sarzedas ao seu tão àsperamente advertido, a que agisse com maior energia e zêlo de bom vassalo em prol dos interesses de seu soberano.

Não se arriscasse a provocar distúrbios que o poderiam lançar a um precipício, em que talvez visse anulada a mercê que Sua Majestade lhe fizera das passagens dos rios. E ainda até perder a vida, pena em que incorriam os que cometiam semelhantes delitos.

Era o mais rude golpe desferido contra o descobridor.

A 30 de setembro de 1733 comunicava Sarzedas ao Rei que nas minas da Meia Ponte reinava grande agitação. Para lá corriam muitos contrabandistas dos Currais da Bahia.

Tornava-se indispensável a ação conjunta dos governos das diversas Capitânicas. Já haviam ocorrido encontros sanguinosos entre os malveradores e os policiadores dos caminhos.

Esta questão do trancamento de estradas naqueles enormes sertões fazia com que as providências pedidas se enquadrassem em relato a que epigrafasse o estafado *risum teneatis?*

A 13 de fevereiro de 1734 comunicava Sarzedas a Bartolomeu Bueno que Sua Majestade mandava conferir ao Ouvidor de S. Paulo Dr. Gregório Dias da Silva a superintendência de tôdas as minas goianas.

Em todo o caso êle, Bueno, ficaria com a Guardamoria do arraial de Sant'Ana e seu distrito, na qualidade de Coronel Regente.

Ao Rei relatava o Conde que o Anhangüera sobremodo capaz em matéria de realizar descobrimentos auríferos, mostrava-se mau administrador e distribuidor de justiça.

A exemplo do que fizera o Conde de Assumar nas Minas Gerais, resolveu Antônio Luís de Távora despachar alguma tropa de linha à zona aurífera, esperando que o prestígio desta infantaria "paga" infundisse respeito aos turbulentíssimos moradores dos arraiais.

As amostras vindas dos novos descobertos, dizia ao Ouvidor, pouco depois, só serviriam para acoroçoar o nomadismo dos mineradores sendo a instabilidade "total causa de sua perdição e ruína, porque não contentes com os jornais em que poderiam ter lucro a êstes desprezavam sòmente por andarem girando pelo Sertão na consideração de toparem maiores pintas, seguindo-se-lhes empenhos que, no fim de contas, jamais poderiam pagar".

Apenas chegado a Sant'Ana informou o Ouvidor que continuava a infiltração de gente dos Currais da Bahia e do Sêro do Frio.

Tal a situação que tivera de contemporizar com êstes contraventores. E Sarzedas, a 31 de dezembro de 1734, aplaudia-lhe a dissimulação de que usava para com os tais falsos comerciantes.

Se acaso verificasse que vinham garimpar ou minerar, aí sim intervisse ou para lhes impedir tal intento ou para os obrigar a pagar a taxa de capitação de cem oitavas.

Ao findar o ano de 1734, expôs o Dr. Gregório Dias a Sarzedas, o péssimo estado em que nas minas goianas iam as coisas fiscais. Não havia forças capazes de resistir à investida dos contrabandistas dos Currais, graças à “devassidão dos caminhos”. Respondendo-lhe dizia o Capitão-General, resignado, que de tudo dera parte a Sua Majestade. Agisse o magistrado como melhor lhe sugerisse o critério.

Verdadeira anarquia reinava em Goiás, “continente” onde não havia quem se opusesse às violências, roubos e insultos numerosíssimos. Grandes partidas de ouro em pó se negociavam a 1 280 e 1 300 réis a oitava, desviadas para os Currais da Bahia. Pelas picadas do Sertão entravam comboios que não pagavam direitos, caminhando para os arraiais cujos povos viviam sem a menor sujeição, comunicava Sarzedas ao Rei.

Apesar da terrível epidemia de 1732, verdadeira peste, na região do rio Maranhão, prosseguiam os descobrimentos como os recentes de Guarinos e Quirixás, “de grandes conveniências”, atraindo muita gente do Sêrro do Frio e outras comarcas, verdadeiro aluvião de homens facinorosos e poderosos”, sem sujeição nem acatamento à autoridade régia.

Os emigrados do Sêrro do Frio eram homens de posses e consideráveis escravaturas. Seriam acolhidos com benevolência como aliás recomendava o Ministro do Reino, Martinho de Mendonça. Mas não convinha a franquia das entradas antes da ereção de vilas, casa de fundição e existência da polícia efetiva das estradas.

Haviam sido remetidos para Lisboa os quintos das Minas goianas na importância de 20 arrôbas e 8 libras (297,432 kg) e mais doze mil cruzados de ouro em pó (4:800\$000). Assim, uns 310 quilogramas do metal tinham entrado nas arcas do tesouro régio.

A 9 de agosto, sempre de 1735, determinava Sarzedas que os reais quintos se cobrassem por batéias e à razão de quatro oitavas e três quartos por escravo.

## CAPÍTULO IX

---

*A Junta de 25 de abril de 1735.*

*Sugestões em favor da criação de uma capitania abrangendo as terras de Goiás e as de Cuiabá, extinguindo-se a de São Paulo.*

*Estabelecimento da capitação e repulsa dos povos.*

*Partida de Sarzedas para Goiás.*

*Arbitrariedades contra o Senado da Câmara de São Paulo.*

Cansado de medidas improficuas, vendo suas ordens nem sempre cumpridas pelos subordinados, não por intencional desobediência mas porque não tinham recursos policiais para as fazer observar, dirigiu-se Sarzedas a D. João V, expondo-lhe a impotência a que se via reduzido.

A resposta, como de costume, veio com enorme dilação. Mandou o Rei que o seu delegado imediato convocasse uma junta e com esta estudasse a melhor forma a ser observada para a conservação e aumento das minas goianas, e a arrecadação dos reais quintos.

Extraordinária e solene foi, efetivamente, convocada a 25 de abril de 1735, e de tal assembléia se lavrou muito extensa ata transcrita na íntegra por Alencastre.

Tal cópia se apresenta inçada de graves erros. É possível que provenham da via da ata conservada no arquivo de Goiás, ou da impressão dos *Anais*.

Assim como se transcreve, revela muito considerável desconhecimento da história paulista pelo estropiamento de nomes dos mais celebrados nos fastos de S. Paulo, sem contar que nêle lemos "procurador da Comarca" por "procurador da Câmara", etc., etc.

Magistrados, altos funcionários de Fazenda e patentes da tropa de linha e de auxiliares, os seis membros do Senado da Câmara de São Paulo, diversos dos mais destacados republicanos foram convocados.

Como consultores técnicos, como hoje se diria, compareceram três grandes figuras do bandeirantismo: Bartolomeu Pais de Abreu, o mais importante do trio; Jerônimo Pedroso de Barros; José de Góis e Moraes.

Lembrou o Conde que as diversas picadas vindas de leste, abertas sobretudo das Minas Gerais, Currais da Bahia, Piauí e vertentes do Maranhão, constituíam a mais perniciosa via de evasão não só do ouro dos quintos reais como dos escravos e ainda dos devedores dos mineiros das lavras goianas.

Tornava-se imprescindível a mais restrita obediência à ordem régia que mandava existisse um único acesso aos jazigos de Goiás, a velha entrada dos descobridores, partindo de S. Paulo.

Opinaram, porém, os conselheiros que seria impossível vedar o trânsito entre os Currais e a região aurífera, por onde se “extraviavam grandíssimas partidas de ouro”

Verificava-se enorme diminuição no metal que vinha à Casa de Fundição de S. Paulo. Nos últimos anos nela não entrara a quarta parte do ouro arrancado ao solo goiano!

Os contrabandistas, que apenas temiam a coerção pela força, riam-se da novíssima lei de S. Majestade e dos repetidos bandos de seus delegados, cuja fraqueza de meios militares e policiais de sobra conheciam.

Nas minas de Goiás aumentara extraordinariamente o número dos mineiros “acomodados na extensão de mais de duzentas léguas de circunferência”, onde o ouro ocorria numa abundância que à Coroa prometia maiores utilidades e conveniências do que nas Minas Gerais.

Grave motivo de desordem trazia o afastamento tão considerável, de quem governava aquêles arraiais turbulentos. Facilitava as continuadas sublevações e permitia até o aparecimento de fábricas de cunhos e moeda falsos!

Era “fama constante e infalível” que o dinheiro, últimamente proibido nas Minas Gerais, circulava em grande abundância “nos subúrbios das minas de Goiás”. Trocavam-no os entrelapos por “gravíssimas partidas de ouro em pó, a 1\$280 e 1\$300 réis a oitava”.

Assim, a primeira providência devia ser criar-se em Goiás capitania, distinta, regida por governador com prática e inteligência para coibir “as destrezas dos moradores daquele país e lhes atalhar os insultos”.

Duas vilas se erigissem em Meia Ponte e Sant’Ana, onde se estabelecessem casas de registros guarnecidas por um ou dois contingentes de cavalaria.

A nova capitania se anexassem terras do Cuiabá, estabelecendo-se caminho até as suas minas. Fosse a Casa de fundição de S. Paulo transferida a Meia Ponte. Em S. Paulo ficasse, porém, uma oficina para atender à quintagem do ouro de Cuiabá, além do que produzissem as faisqueiras das minas do Paranapanema e das cercanias da cidade.

Preconizou a junta, o que é incrível, a extinção da Capitania de S. Paulo! Ficaria reduzida a Comarca, passando o território propriamente paulista a ser regido pelo governador da praça de Santos, aliás subordinado ao General da nova Capitania de Goias e Cuiabá!

Tôdas estas decisões deveriam ser, dentro do mais curto lapso, submetidas ao exame de Sua Majestade.

Cogitava-se do estabelecimento da capitação nas Minas Gerais, a que governava o Conde das Galvéias.

A 24 de março de 1734 convocou êste Capitão-General junta para a regulamentação do novo impôsto. A 21 de julho do mesmo milésimo decidia o Rei que a capitação se regulasse em Goiás pelas normas estabelecidas em Minas.

As sugestões da junta de 25 de abril de 1735 levaria o Conselho Ultramarino a ruminá-las durante nove anos.

Só a 6 de novembro de 1744 surgiria o régio alvará desmembrando de S. Paulo as terras de Goiás. E só em julho de 1746 se lembraria o Rei da nomeação do primeiro Capitão-General da nova Capitania Geral, definitivamente ereta por provisão Geral de 9 de maio de 1748.

O Regimento das Minas dos Guaiases passado por Sarzedas a 6 de fevereiro de 1736 consignava que o Provedor das Caminhos não devia permitir a entrada no território aurífero de quem quer que fôsse sem licença especial do Govêrno da Capitania.

Teria de averiguar se nas minas não existiam soldados desertores e estar atento às ocorrências relativas à perturbação da ordem pública.

Proibisse, expressamente, a entrada de boiadas tangidas da Comarca de S. Paulo. Permitisse, porém, o livre trânsito de pontas de Curitiba. Estivesse atento a que nos distritos auríferos não entrassem mulheres "de má suspeita" nem mulatas, só admitindo a presença de pretas escravas munidas de passaportes. E ao mesmo tempo zelasse pela proibição de engenhos e engenhocas de aguardente.

A execução das ordens do Trono que havia mandado estabelecer o impôsto de capitação não se realizou sem levantar fortíssimos protestos das populações.

Decorreram em diversos arraiais manifestações tão violentas que Sarzedas solicitou de Gomes Freire de Andrada, Governador das Minas Gerais a remessa de uma companhia dos seus dragões.

O primeiro ouro, não evadido das minas de Goiás foi levado à Real Casa de Fundição e Moeda de S. Paulo para ser quintado, amoeado e barreteado.

Assim se praticou até 1733, fala-nos Alencastre. Neste milésimo começou a aparecer grande quantidade de moeda falsa e recrudesceram e avultaram as operações dos contrabandistas.

Assim, resolveu a Coroa mudar de regime fiscal, estabelecendo o censo dos mineradores, a capitação e a cobrança por batéia.

A carta régia de 3 de janeiro de 1735 proibiu a circulação da moeda, mandando que a oitava de ouro em pó corresse à razão de mil e duzentos réis.

Da capitação se excluíram os escravos menores de quatorze anos, as escravas em geral e os serviçais, cativos, dos oficiais reais, ministros da Coroa e eclesiásticos.

Apesar do exemplo recente de Rodrigo César de Meneses que não duvidara abalançar-se à penosíssima jornada monçoieira, o Conde de Sarzedas, passados quatro anos de sua tomada de posse, não se decidia a imitar o procedimento do antecessor, arrostando a catadura dos sertões, muito embora fôsse a viagem a Goiás muito menor e sobretudo muito menos arriscada do que a do Cuiabá.

Recebendo a decisão da junta de abril de 1735 começou D. João V a insistir a que seu delegado fôsse visitar as minas goianas.

Não fôra a taxaço uniforme à vista das diversas riquezas de pinta e jornais. Em Sant'Ana, Meia Ponte, Santa Cruz, cobraram-se 4 oitavas e  $\frac{3}{4}$ ; em Crixás seis e um quarto; no Tocantins sete e três quartos. Estavam as lojas taxadas em 60, 30 e 15 oitavas, segundo as categorias da classe e as tabernas, em 25.

Os moradores do descoberto do Tocantins haviam-se oposto violentamente ao estabelecimento do impôsto de modo que o Intendente distrital pediu fôrça para fazer cumprir o decreto real. Precisava de um destacamento de cinqüenta dragões das Minas Gerais e de 70 homens da guarnição de Santos.

Homem de muito precária saúde, a áspera jornada a que Sarzedas se ia abalançar não era para pessoa debilitada como êle se achava.

Deve ter saído de S. Paulo em fins de novembro ou princípios de dezembro de 1736.

A 17 de janeiro de 1737 encontrava-se em Meia Ponte.

Pouco antes de deixar S. Paulo cometera um dêstes atos de Grão-Capitão a que estavam acostumados os sátrapas coloniais.

Em fins de 1736, irrompera na cidade séria crise política nascida da reação do espírito nacionalista conculcada pela intromissão crescente dos reinóis na governança municipal.

Os paulistas natos chefiados pelo enérgico e pertinaz Pedro Taques Pires clamavam pela manutenção dos alvarás do Conde de Atouguia, acêrca dos privilégios dos Pires e Camargos a que pretendia desrespeitar o Ouvidor João Roiz Campelo.

Em fins de 1736 estava acesa a luta entre paulistas e reinóis. E entre os primeiros destacavam-se pela veemência dos protestos Pedro Taques de Almeida Pais, o linhagista, primo de Taques Pires e rapaz de seus 22 anos de idade.

A D. João V, endereçou a Câmara de S. Paulo a 14 de julho de 1736 longa representação sôbre a necessidade dos caminhos terrestres para as minas de Cuiabá e Goiás. Neste documento é mais que visível a inspiração de Bartolomeu Pais de Abreu, incansável arauto de tal obra.

Começou por alegar o que representavam as hostilidades dos paia-guás.

A via fluvial era extraordinário empecilho à introdução de animais domésticos no Cuiabá, sobretudo quanto aos bois e cavalos, tão desejados ali.

“Se os generais que têm governado esta capitania soubessem tomar melhor as informações para dispor o acertado ao serviço de Vossa Magestade, já conseguido estaria o dito caminho”, ousavam afirmar os camaristas.

Levando mais longe a liberdade ousava a Câmara atribuir à desídia dos Capitães-Generais a falta de repressão dos caiapós cada vez mais perigosos e atrevidos.

Ainda agora haviam afugentado todos quantos tinham concorrido ao novo descobrimento das minas de ouro e diamantes de Pilões para

depois chegarem à vizinhança de Sant'Ana, irrompendo depois pela estrada de S. Paulo a Goiás a praticar as maiores tropelias.

Tornando-se cada vez mais altanado ousava o Senado paulistano afirmar "os que têm mando nesta capitania não cuidam em aplicar o remédio para atalharem semelhantes danos, o que devemos esperar da real grandeza e comiseração de Vossa Majestade porque os governadores põe os olhós nos seus interêsses, perecendo com isto o bein comum e o mais importante para o real serviço".

A esta inísinuação inacreditável para o tempo de submissão que era o colonial, seguiu-se outra menos evidente mas nem por isto menos grave por envolver uma questão de honorabilidade administrativa.

Afirmou o Senado que o único intuito dos Capitães-generais "em permanente cuidado, era trasladarem-se aos territórios auríferos" *Et pour cause...*

Entretanto, tal trasladação dera maus resultados. Em Cuiabá, trouxera a diminuição das minas "que estando em flor se cortara esta. Agora dificultosamente a esperança dava alento a que tornassem a florescer"

Depois desta zargunchada desferida contra Rodrigo César de Menezes, voltava-se a Câmara ao seu sucessor Caldeira Pimentel. Em relação às minas do Paranapanema obrara de tal forma que em lugar de terem tido aumento haviam ficado diminutas.

A mesma sorte aguardavam agora as de Goiás.

Ocorre depois uma série de linhas as mais confusas cheias de alusões sibilinas que nos parecem referentes aos casos tratados na grande junta de 25 de abril de 1735, e às decisões dela decorrentes.

E, com efeito, neste trecho de oracular limpidez há umas tantas alusões que nos parecem claras quando se reportam à submissão de vontades que ainda que repugnantes haviam assentido a um original já escrito e ponderado. E ainda recorda: "o mêdo e grande receio por causa de venerações".

A êste estado de coisas afirmava a Câmara, traria grande melhoria a abertura da via para o Cuiabá entroncando-se na de Goiás.

Evitava-se a travessia do Pantanal e o território dominado pelos cavaleiros da tribo poderosa e belicosa dos goiaverás.

Um destacamento de duas companhias de linha comandado por um oficial, pôsto entre os rios Guacurumbá (Corumbá) e Meia Ponte, conteria os caiapós e permitiria o desenvolvimento da prospecção em Goiás, onde o descortinamento de jazigos ainda estava muito em princípio, não se recorrendo à boa vontade daqueles que melhor se sabiam empregar no serviço real, à custa de suas vidas e fazendo-o, pelo fato de terem por desgraça sido paulistas.

Sim, porque êstes só ficavam com o trabalho dos serviços feitos ao seu soberano, que no entanto com liberalidade sabia despender de sua real fazenda dando soldos e ordenados aos que vinham lograr as maiores conveniências e pôr em consternação a capitania de S. Paulo".

Êste período deixa-nos realmente espantado de que haja sido redigido no ano da graça de 1736 e endereçado ao monarca a quem se fazia tal exprobração de injustiças.

Tal procedimento, alegava ainda o Senado, era o que deixava a Capitania pobre e necessitada, quando podia estar aumentada. E os seus naturais cômicos de sua desgraça, à vista do que sabiam ocorrer com Bartolomeu Bueno, e seus colaboradores, a quem se devia o descobrimento de Goiás, tendo-se subvertido as ordens e mercês a êles concedidas pelo Trono.

Entretanto, cada vez mais avultava a importância de tal descoberto, esperando-se as maiores riquezas da exploração das extensas campanhas ainda dominadas pelo gentio.

A obrigação dos cargos que exerciam e a qualidade de fiéis vassallos levavam os oficiais da Câmara paulistana a representar ao seu soberano pedindo-lhe as providências exigidas por semelhante matéria, a bem da real fazenda e a bem comum dos súditos. Era o que os compelia a ir à augusta presença expor-lhe aquêles extenso capítulo de queixas.

Enfureceu-se Sarzedas com a atitude independente dos defensores dos privilégios de sua gente e, apesar de detestar o Ouvidor Campelo de quem dera a pior informação ao Rei, mandou-encarcerar os principais corifeus de Pedro Taques Pires.

Assim ordenou “potenciosamente” como no tempo se dizia, que se prendesse ao futuro autor da *Nobiliarquia Paulistana* e ao companheiro encarcerando-os na Fortaleza da Barra de Santos.

Tal procedimento motivou enérgico movimento de protesto do Senado da Câmara de S. Paulo como raros, raríssimos, registraram os nossos fastos coloniais.

Ousou representar diretamente ao Rei contra o procedimento do seu delegado, lembrando legislação da monarquia que cercava de garantias os vassallos contra os abusos de autoridade dos governantes.

A 17 de novembro de 1736 encaminhava-se ao Trono êste solene protesto.

“Senhor! Na real presença de Vossa Majestade põem os oficiais do Senado da Câmara da Cidade de São Paulo que os Governadores e Capitães-Generais desta Capitania costumam prender e vexar a muitos homens mandando-os para a fortaleza da Barra de Santos e cadeia sendo muitas vêzes sem crimes donde lhes resultem culpas não ficando a êstes mais regresso (sic) que o da real grandeza de Vossa Majestade que pela prolongada distância passam três a quatro anos para que sejam soltos ficando desta sorte a inocência castigada”.

Entretanto a provisão régia de 15 de março de 1731 proibia aos generais ter gente prêsna sem formação de culpa, que deveria ser apresentada ao Corregedor da Comarca. Aos Governadores do Rio de Janeiro se vedara deixassem mais de oito dias no cárcere pessoas detidas potenciosamente.

Pois bem, o General Conde de Sarzedas mandara arbitrariamente prender a Pedro Taques de Almeida Pais e a Francisco Ângelo Xavier de Aguirre. Viera o Ouvidor a sindicar de tal prisão e o General não

se explicara sob o pretexto de que enviara ao Rei, diretamente, a justificativa de sua conduta.

Os homens timoratos do poder e da justiça fugiam, ficando os aflitos sem recurso.

Assim, o Senado suplicava a S. Majestade que pela sua real grandeza fôsse servido ordenar positivamente aos Governadores e Capitães-Generais de S. Paulo que não tivessem a pessoa alguma prêsá por mais de oito dias, sem processo. Fôsse a denúncia encaminhada ao Corregedor da Comarca. Se o magistrado entendesse que não havia motivos para a detenção fôsssem os prisioneiros soltos imediatamente, libertando-os o Governador de Santos, ainda que sem ordem do General, e sob pena de grave castigo. Só desta sorte se coibiriam os excessos que trivialmente cometiam usar os Generais e excessos nascidos de paixões violentadoras da justiça.



## CAPÍTULO X

---

*Estada do Conde de Sarzedas no território goiano.  
Conflitos de jurisdição entre as Capitânicas  
de São Paulo e Maranhão.  
Falecimento de D. Antônio Luís de Távora.  
O govêrno interino de Gomes Freire de Andrada.*

De S. Paulo saíra Sarzedas enfêrmo.

A 18 de dezembro de 1736 e no "sítio do Payva (?) a caminho dos Guaiases expedia portaria ordenando uma campanha em regra contra os caiapós.

Não nos contam os cronistas quando chegou a Meia Ponte, alvo de sua jornada; provàvelmente em janeiro de 1737.

A 4 de fevereiro, reuniu uma junta para regular o processo de arrecadação dos impostos régios da capitação.

Ficou em dúvida se deveria ou não erigir o arraial de Meia Ponte em vila como lhe pediam alguns.

A matrícula dos escravos revelou a presença de seis mil trabalhadores efetivos nas lavras auríferas.

Da permanência do Capitão-General em Goiás a documentação até agora desvendada é escassa.

Parece que não foi a Sant'Ana ver o Anhangüera, partindo de Meia Ponte para o Norte, a pacificar os arraiais da zona setentrional em virtude das perturbações ocorridas no arraial de Carlos Marinho (S. Félix).

Tinha precária vitalidade e era, segundo parece, tuberculoso. O desconfôrto e rudeza do sertão abalaram-lhe imenso a saúde. Assim mesmo continuou na jornada para o norte, onde o govêrno maranhense entendera nomear autoridades para S. Félix, Natividade e outros povoados, ordenando-lhes que tomassem posse e exercessem jurisdição plena e absoluta, não deixando sobretudo de cobrar e arrecadar os direitos do quinto, grande alvo de todos os propósitos ambiciosos.

Ninguém se entendia nem o povo sabia a quem obedecer.

A todos pareciam intrusos e incompetentes os indivíduos nomeados pelo govêrno maranhense, daí resultando sanguinolentos conflitos.

Assim, depois de informar ao Rei do que se passava, preparou-se Antônio Luís de Távora para restabelecer a ordem e obrigar a retirada das autoridades intrusas.

De Meia Ponte encaminhou-se a Traíras, num percurso de trinta e nove léguas (231 quilômetros) por trilhas vencedoras de ásperas montanhas e caudalosos ribeirões.

Faltavam-lhe as forças, e a 28 de agosto de 1737 expirou em Traíras, diz-nos Alencastre.

Aliás, segundo relatou Gomes Freire ao Vice-Rei Conde das Galéias, apenas chegado a terras goianas estivera gravemente enfermo, muito se receando a sua morte.

Coube o governo interino da Capitania de S. Paulo ao Capitão-General Governador da do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela.

Era, como se sabe, homem da maior capacidade militar e administrativa e tremendo imperialista, e desde 4 de janeiro de 1735 também governador das Minas Gerais.

Ao falecer Sarzedas, achava-se sobremodo preocupado com a defesa da Colônia do Sacramento onde o heróico Antônio Pedro de Vasconcelos desde 4 de dezembro de 1735 enfrentava a investida castelhana.

A 16 de março assinaram as duas potências litigantes o armistício de Paris, graças ao qual se mantinha a posse portuguesa à margem setentrional do Prata.

Conhecidos no Rio de Janeiro os termos do acordo, diminuiram as preocupações de Gomes Freire que se animou a ir a S. Paulo empossar-se, perante o Senado da Câmara paulistana, do governo da sua nova e enorme Capitania.

Isto se realizou a 1.º de dezembro de 1737.

Pouco se demorou na cidade piratiningana. Do Rio de Janeiro governaria a Capitania por espaço de quatorze meses e dias, pois a 12 de fevereiro de 1739 empossava-se do governo paulista D. Luís de Mascarenhas.

A atuação de Gomes Freire em Goiás tão pequena foi que Silva e Sousa nem o colocou como devia em sua lista dos Governadores, intitulando Sarzedas de terceiro e D. Luís de quarto.

Prestigiadíssimo, saíra da campanha platina de 1735-1737, e as suas sugestões começaram a ser ouvidas com o maior interesse pelo Conselho Ultramarino e o Rei.

Fácil lhe foi, pois, alcançar a promulgação da carta régia de 11 de agosto de 1738, graças à qual sofreu a Capitania de S. Paulo o segundo desmembramento, pois mandava D. João V que os territórios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul passassem a depender do governo do Rio de Janeiro.

Convém aliás recordar que sob o ponto de vista da segurança da Colônia do Sacramento era muito mais conveniente que a dependência se fizesse com o Rio de Janeiro e não com o governo situado em S. Paulo nesse tempo tão pouco acessível em virtude das dificuldades serranas.

As manobras imperialistas continuaram ativas por parte do governador fluminense.

A onze de agosto de 1738 escrevia D. João V a José da Silva Pais consultando-o a propósito de carta dêle recebida.

Dizia o Rei que na opinião de Gomes Freire devia o novo governo de Goiás, Cuiabá e mais descobertos ter governador particular subordinado ao de Minas Gerais.

Ora, como era êste o próprio Gomes Freire, revelava-se do modo mais evidente a sua preocupação de vir a ter em mãos o govêrno de todo o Brasil da Bahia para o Sul.

Procurara o incansável Bartolomeu Pais de Abreu levar novamente à real presença o caso que o empolgava havia tão largos anos: o do caminho terrestre para o Cuiabá.

E o fêz por intermédio dos oficiais da Câmara de S. Paulo a 17 de agôsto de 1737.

Historiou esta os diversos projetos de abertura da via S. Paulo-Cuiabá, desde 1720. Em 1722 propusera-se Pais a abri-la e nada alcançara devido aos "enleios" de Sebastião Fernandes do Rêgo.

Sugerira a Câmara que a diretriz fôsse agora outra. Ocasionalmente uma jornada anfíbia: a navegação pelo Tietê, Paraná, Paranaíba até a foz de qualquer dos três afluentes dêste: o Corumbá, o Veríssimo e o Meia Ponte. Dali se escolheria o melhor rumo para o percurso terrestre. Cortaria o território goiano, tendo como término Cuiabá, de modo a se evitar a travessia do Pantanal.

Não era mais possível persistir o *statu-quo* "porque ao trabalho dos paulistas se devia descobrirem-se as minas que tantos milhões tinham dado. Não fôsse pôsto a perder o que tanto lhes custara".

Recordou-se ao monarca que o caminho terrestre se não abriera graças a Rodrigo César e a Manuel Gonçalves de Aguiar que nada fizera pela realização da obra.

O traçado mais conveniente era o que aconselhava o Mestre de campo Manuel Dias da Silva.

A 26 de agôsto de 1737 realizou-se sessão especial da Câmara de S. Paulo para se tratar da abertura da estrada.

Convocara o Senado numerosos republicanos a fim de se endereçar ao Capitão-general um remédio para "negócio que não pedia demora", dada a presença de castelhanos no sertão de Vacaria e vizinhanças do varadouro de Camapoã. Foi Bartolomeu Pais dos primeiros a assinar tal representação. Poucos meses mais tarde, salteado pela varíola, a primeiro de janeiro de 1738, expirava aos 64 anos de idade, incompletos.

Morreu a confiar na reparação próxima da injustiça da Coroa para com os descobridores de Goiás.

O filho licenciado em leis, inteligente e pertinaz, mantinha-se em Lisboa defendendo a causa paterna perante os Ministros de Estado e o próprio Rei.

Mas tão infeliz a gente do bandeirante que, no mesmo ano da morte dêste, pereceria num desastre a 22 de outubro de 1738.

Assim desapareceu do mundo o ideador e propulsor da grande expedição de 1722, descobridora de Goiás, o chefe mental dessa extraordinária jornada de tão consideráveis conseqüências.



## CAPÍTULO XI

---

*Dom Luis de Mascarenhas, novo Capitão-General de S. Paulo.  
Acusações que lhe foram assacadas. Argumentos em sua defesa.  
Ida do sátrapa ao território aurífero.  
Instauração da Vila Boa de Goiás.  
Providências diversas.*

**D** Luis de Mascarenhas, filho dos marqueses de Fronteira, posteriormente Conde d'Alva e Vice-rei da Índia, onde pereceu em ação de guerra, empossou-se do govêrno de S. Paulo, a 12 de fevereiro de 1739.

Dêle diz Alencastre que era "homem de grande atividade e inteligência mas inteiramente possuído das idéias do seu tempo e muito subserviente à política que lhe inspiravam de Lisboa"

"Não levando em conta o seu grande amor pelas riquezas e os meios regulares ou ilícitos que empregou para adquiri-las durante o tempo de sua governação, podia-se dizer que os oito anos em que serviu não foram desaproveitados para os interêsses que lhe cumpria promover, segundo as instruções que recebera".

Levantando a grave acusação acima expressa, abona-a com os seguintes tópicos: "Este governador levou de Goiás considerável riqueza, de sorte que em S. Paulo comprou a fazenda da Bertioga por duzentos mil cruzados, cem casais de escravos para a mesma e também o navio em que foi para Lisboa, que depois andou na carreira do Brasil. — L. A. Silva e Sousa. — Mem. Hist."

Esta asserção é atribuída a Silva e Sousa, cuja *Memória* lemos e relemos sem encontrar a mínima referência a tão grave imputação. Também não a achamos em Cunha Matos.

Terá Alencastre sido atraído pela retentiva, attribuindo tão grave depoimento a Silva e Sousa, na *Memória*, quando tal não se deu? Existirá acaso algum apógrafo desta obra onde haja lido tal acusação?

O que em tal gravame se enuncia não tem consistência verídica de espécie alguma. Em meados do século XVIII não haveria fazenda na Capitania de S. Paulo, por mais considerável que fôsse, negociável por duzentos mil cruzados (80 contos de réis). Os maiores prédios da cidade de S. Paulo não chegavam a valer senão três a quatro contos de réis.

Cem casais de escravos valeriam incomparavelmente mais do que a tal fazenda. Negociar-se-iam em Santos, em 1748, por uns quarenta mil cruzados (16 contos de réis).

Era o futuro Conde d'Alva homem abastado ao partir para o Brasil, como demonstra o teor do seu testamento publicado por Teodoro Sampaio e Martim Francisco (III).

Ao deixar Portugal testou a nove de setembro de 1738. Possuía patrimônio superior a cinquenta contos de réis.

Não há dúvida de que aumentou êstes haveres e muito largamente, recebendo donativos de mineradores dos novos descobertos, a exemplo do que Artur de Sá e Meneses praticara nas Minas Gerais em tão grande escala.

A famosa fazenda da Bertioga, adquirida por duzentos mil cruzados (80 contos de réis) custou realmente 375 cruzados! (150\$000).

Autores houve que avaliaram as propriedades de D. Luís em um milhão de cruzados, (400 contos de réis), o que representaria 266 666 oitavas de ouro, quase 960 quilos! mais de 65 arrôbas de ouro, muitíssimo mais do que se atribuíra a Artur de Sá, que se "contentara" com 40 arrôbas.

Há ainda outro argumento em favor do Capitão-general. Regressou de Goiás em 1742 e voltou a Portugal em 1749. Houvesse êle angariado o enorme cabedal que lhe atribuem e não iria, por longos anos, permanecer no Brasil, onde a vida era inconfortável, sobretudo para um grande fidalgo como êle, pertencente a uma das maiores casas do Reino, com o mais franco acesso aos paços e pessoas régias.

Quem se portou como D. Luís de Mascarenhas em relação ao Anhangüera era certamente homem de elevados sentimentos e não um procônsul do estôfo verriano de um Caldeira Pimentel.

Afirma ainda Alencastre que D. Luís de Mascarenhas se mostrou muito subserviente em relação ao que lhe vinha como injunções da Côrte. Houvesse tido intimidade com os documentos do Arquivo de S. Paulo e outra lhe seria a impressão.

Em luta desigual empenhou-se com Gomes Freire de Andrada que bem sabia quanto era poderoso junto ao Rei. Contrariou longa e ásperamente o adversário na questão de limites entre as capitanias de S. Paulo e Minas Gerais, defendendo os direitos de sua circunscrição. Portou-se com a maior hombridade nesta justa política contra quem queria, a todo o transe, derribá-lo.

E conseguiu fazê-lo recorrendo a um expediente cortesão inesperado: o de suprimir a capitania de S. Paulo para deslocar o governador que lhe movia tão cerrada resistência.

Basta o feito extraordinário de generosidade para com o Anhangüera, gesto absolutamente ímpar em tôda a nossa história colonial para mostrar quanto o grande fidalgo que o desferiu não deve ter sido o homem devorado pelo "grande amor às riquezas", de quem nos fala Alencastre.

A carta régia de 11 de fevereiro de 1736 mandava que em território goiano se criasse uma vila, na povoação mais importante do território. Êste e outros assuntos de relevância levaram o novo Capitão-general a empreender viagem à longínqua região aurífera.

A 1.º de março de 1739 ainda estava D. Luís em S. Paulo. A 16 de junho encontrava-se em Meia Ponte.

Aí expediu bandos sôbre bandos. Ordenou que todos os possuidores de terras no distrito das minas se apressassem em tirar cartas de sesmaria.

A 23 de junho, mandou abrir a segunda matrícula de escravos para a capitação.

Os cativos sonogados ao censo seriam confiscados em favor da fazenda real; os livres e os oficiais faltosos condenados a uma multa de cem oitavas e a degrêdo a arbítrio dêle, General.

A 13 de julho já estava o Governador no Arraial da Senhora Sant'Ana.

No dia 22 expedia novo bando em que declarava expressamente proibido qualquer trãnsito do território goiano para o Maranhão, quer por caminho terrestre quer por via fluvial.

A 25 de julho de 1739 instaurou a vila que D. João V mandara criar. Erigiu o arraial da Senhora Sant'Ana em Vila Boa de Goiás.

Na escolha do nome predominou um sentimento generoso. Quis o General homenagear o fundador e descobridor do primeiro jazigo goiano.

Diz Silva e Sousa: "O Sr. D. Luís de Mascarenhas demarcou o lugar da vila que veio criar a que chamou Vila Boa de Goiás em atenção a Bueno, seu descobridor, e ao gentio Goiá. Fêz erigir o pelourinho, designou o lugar da praça, da matriz, da Câmara, da cadeia e dos edifícios principais. E não se dedignou de pegar na ponta da corda e servir de pião para se marcarem os logradouros públicos".

Medida acertada: proibiu expressamente que quem quer que fôsse entrasse em descobrimentos sem licença do govêrno.

Declarava o General que se introduzira abuso o mais prejudicial: apenas circulava a notícia de algum descoberto novo para êle corria desordenadamente, o povo a apossar-se de tudo quanto encontrasse. Acontecia freqüentemente verem-se sem parte nos descobrimentos aquêles que o haviam feito, até o próprio descobridor.

Aos que desobedecessem cominava-se a pena de confisco dos escravos e o apoleamento na reincidência!

Não menos drásticas as penas applicadas aos que pretendessem lavar novos jazigos antes de haver roças de milho em sua vizinhança.

Vinha mostrando a experiência dos fatos, à saciedade, que o resultado da exploração dos novos *placers* se esvaía na comprã de mantimentos importados para os escravos; "de sorte que ficavam as grandezas reduzidas a penúrias"

Mas a questão capital da administração de um Capitão-general era a da arrecadação dos reais quintos. E D. Luís de Mascarenhas não se podia afastar dêste mandamento do código dos perfeitos delegados régios.

Em diversos arraiais vivia gente que a S. Majestade não pagava um único vintém relativo à capitação.

Os que não mineravam "tinham a utilidade de que para as ditas minas vizinhas vendiam os seus gados ou frutos locupletando-se com o ouro das minas".

Assim severas medidas foram tomadas contra êsses maus súditos.

Afirma Silva e Sousa que D. Luís incentivou os descobrimentos auríferos. Por sua ordem, fizeram-se explorações na Serra Dourada. Ali se descobriu muito ouro e lá permaneceu por alguns meses, assistindo aos trabalhos.

Mandou uma expedição descobrir o rio Rico e os Araés, no vale do Araguaia, por bandeira comandada por João da Veiga Bueno e Amaro Leite.

Não se sabe por que se desavieram os dois cabos. Bueno se meteu no Sertão e Amaro Leite desceu o Araguaia até a confluência do Rio das Mortes.

Pretende Alencastre que deixando as canoas na Ilha do Bananal, Amaro Leite cortou o sertão, que daí em diante teve o seu nome, chegando a Vila Boa.

É singular que Silva e Sousa não mencione as expedições ordenadas por D. Luís para a conquista do gentio Pinaré, comandadas por Jacinto Sampaio Soares e João Pacheco do Couto.

Fato interessante se relaciona com a bandeira de Soares. Na portaria que o Capitão-general a seu respeito expediu pela primeira vez tivemos o ensejo de se nos deparar a palavra *bandeirante*, expressa em documento quer oficial quer particular.

Assim, pois, quer nos parecer que 19 de março de 1740 venha a ser a data do mais antigo documento até agora desvendado em que se consigna a palavra *bandeirante*.

Com o intervalo de um ano procurou D. Luís organizar duas grandes entradas. Uma sob o comando de Bento Pais de Oliveira, genro do Anhangüera, destinava-se a explorar a campanha ao sul da capital goiana já no vale do Araguaia.

A outra destinava-se a percorrer a região do rio do Sono que, como se sabe, verte de um lago do *divortium aquarum* das bacias do Tocantins e do São Francisco.

Alencastre conta-nos, sem o documentar, que a bandeira percorreu vasta região de Goiás e Piauí, não constando, porém, que houvesse descoberto minas que pudessem ser lavradas.

Não se limitou D. Luís de Mascarenhas a ficar em Vila Boa e cercanias. Partiu para os descobertos auríferos setentrionais.

Seguindo, ainda em 1740, para Natividade, assistiu “à descoberta e fundação dos arraiais de Cavalcante, Arraias, Conceição e Chapada.

## CAPÍTULO XII

---

*Encontro de D. Luís de Mascarenhas com o Anhangüera.  
Burla por parte da coroa das promessas e mercês feitas aos descobridores de Goiás.*

*A reparação do conde d'Alva.*

As mercês régias em 1725 outorgadas aos descobridores de Goiás ainda não se haviam efetivado ao assumir D. Luís de Mascarenhas o governo de S. Paulo em 1739!

Tenazmente, como vimos, haviam os seus antecessores, Caldeira Pimentel e Sarzedas, movido acirrada oposição a que se efetivassem contrariando até expressas ordens emanadas do Trono a invocarem especiosas razões jurídicas e fiscais.

De que havia a maior má vontade em relação aos descobridores dá-nos sobejas provas a informação de 18 de março de 1734 de Sarzedas a D. João V em obediência à ordem régia para que averiguasse quais os rios cortados pela estrada de S. Paulo às minas goianas.

Mandara êle governador proceder à averiguação jurídica e desta resultara uma série de depoimentos de quantos outrora haviam penetrado naquele êrmo a sertanizar.

Verificara-se que as propriedades de Amador Bueno da Veiga além do Mogi-Guaçu já existiam, o que fazia com que êste rio e o Jaguari deveriam ser excluídos do rol dos de passagens concedidas. Assim, era justo que tal tributo passasse à Real Fazenda!

Já Caldeira Pimentel alegara ao Rei que os interessados tinham adulterado o original da carta da grande sesmaria inicial concedido por R. César de Meneses!

Declarou Sarzedas que o resultado das arrecadações das passagens não fôra entregue ao Anhangüera porque em encontro de contas com a Fazenda Real se demonstrara deverem êle e os sócios grande quantia procedente dos dízimos das suas roças nas minas, e seu caminho, desde a entrada ao Sertão até aquêle momento. E dízimos não pagos!

Mandou D. João V que à vista do ocorrido fôsse o produto depositado em juízo até segunda ordem.

Ao mesmo tempo que informava o que acabamos de ver escrevia Sarzedas ao Anhangüera em resposta a cartas em que êle lhe apresentava justas reclamações contra o esbulho de que vinha sendo vítima.

“A V. Mcê. se me oferece dizer-lhe que é desnecessário recomendar-me os seus particulares porque em todos o desejo a V. Mcê. bem sucedido por conhecer o bom (sic) serviço que tem feito a Sua Majestade!”

O estôrvo oposto à efetivação das mercês provinha exclusivamente do fato de que ainda não se fizera a regularização jurídica das concessões territoriais.

Assim, continuou suspensa a resolução do caso das passagens e das sesmarias.

Não sabemos se Sarzedas se avistou com o Anhangüera. Provavelmente não. Na documentação que tivemos ao nosso dispor nada encontramos a tal respeito.

No governo interino de Gomes Freire de Andrada nada se adiantou sobre as reivindicações dos bandeirantes.

No seu período veio a morrer Bartolomeu Pais de Abreu.

Assim, o Anhangüera sobrevivia aos dois irmãos, seus sócios, muito mais moços do que êle.

Anunciou-se a nomeação de D. Luís de Mascarenhas para o governo de S. Paulo e viu-se êle logo procurado por Bento Pais da Silva, o filho de Bartolomeu Pais. Veementemente expôs ao grande fidalgo o ror de injustiças praticadas com o pai e os outros descobridores de Goiás. Apellou instantemente para os seus sentimentos generosos.

A 22 de outubro de 1738 embarcou D. Luís para o Brasil.

Acompanhara-o Bento Pais até o navio, a despedir-se do poderoso patrono que esperava ter angariado para a causa dos seus.

Voltando a Lisboa morreu afogado, em virtude do soçôbro de sua embarcação.

Mas com a morte do pobre moço não se malograria a generosa campanha.

Da eloquência e poder persuasivo do jovem advogado provavelmente muito decorreu para o desferimento do nobilíssimo gesto do novo Capitão-general em relação a um dos maiores servidores da Coroa no século XVIII.

Chegado a Sant'Ana e encontrando-se com Bartolomeu Bueno impressionou-o vivamente a clamorosa ingratidão governamental.

Achava-se o bandeirante na situação física dos que se encontram no limiar diário da morte, já de muito havendo excedido a média da existência humana, pois era então octogenário avançado, acima, ao que parece, da metade do oitavo decênio de vida.

Pecuniariamente não lhe era favorável a situação.

Começou o grande fidalgo por lhe render pública e altissonante demonstração de aprêço, ao batizar a nova vila de Sant'Ana com o nome de Vila Boa. E num rasgo absolutamente inédito, absolutamente ímpar, na história do Brasil, lançou mão de uma prerrogativa de suas atribuições semimajestáticas para, em nome do seu soberano, pagar imperiosa dívida a tão benemérito e injustiçado vassalo.

Assim relata Silva e Sousa êste acontecimento memorável que tanto recomenda a memória do Capitão-general à estima dos pósteros.

“É de admirar que o descobridor de tanta riqueza, que possuía as melhores lavras, que extraíra grossas somas na primitiva abundância, caísse, por demasiada fraqueza, em decadência tal, que para sua subsis-

tência conseguiu do Sr. D. Luís de Mascarenhas, a título de remuneração, uma arrôba de ouro da real fazenda”.

Os demais autores goianos, Cunha Matos e Alencastre, não documentam tal doação.

Expende Americano do Brasil hipótese que nos parece aceitável.

Entende descabidos os dizeres dos cronistas ao afirmarem que a arrôba de ouro fôra entregue ao Anhangüera em virtude de empréstimo.

Quem, com efeito, conhece os costumes da administração colonial não pode deixar de compartilhar de tal estranheza. Seria inacreditável que D. Luís ousasse efetuar tão vultoso empréstimo a quem quer que fôsse. E sobretudo a quem se achava em longo ostracismo e sofrera havia tão pouco, do Conde de Sarzedas tão notável *capitis diminutio*.

A melhor explicação, entende Americano, é atribuir êste pagamento a uma restituição das importâncias das passagens dos rios arrecadadas pelo fisco. Podia, aliás, o Capitão-general alegar a existência de ordens régias neste sentido como as que recebera Caldeira Pimentel.

Não fôsse isto e certamente não se abalançaria a tão vultosa, audaciosa e perigosa iniciativa, absolutamente inédita nos fastos da administração da Colônia.

Uma arrôba de ouro correspondia aproximadamente, na época, a 6:144\$000 réis. Ora, representava isto a arrecadação de um triênio. Justamente importara a arrematação do triênio de 1739 a 1741 em . . . . . 6:105\$000 réis.

Assim sendo, dar-se-ia uma restituição parcelada a se efetuar, pois o total confiscado aos descobridores já ultrapassava o triplo desta quantia.

Não foi aliás uma arrôba o que D. Luís mandou entregar ao Anhangüera, sob protesto aliás do Provedor da Real Fazenda, e sim quatro mil oitavas ou quinze mil cruzados (6:000\$000), correspondendo a arrôba a 4 096 oitavas.

Na carta régia de 8 de março de 1742, dizia D. João V achar-se informado haver o seu delegado ordenado à Provedoria da Real Fazenda de Goiás entregasse a Bartolomeu Bueno da Silva quatro mil oitavas de ouro “sem embargo de dúvida oposta pelo respectivo Provedor”

Fôra o caso levado ao Conselho Ultramarino e êste opinara que o Capitão-general exorbitara, devendo imediatamente restituir o ouro concedido sob sua responsabilidade exclusiva.

Se não o fizesse, logo e logo, fôssem os quinze mil cruzados descontados dos seus vencimentos.

Tal parecer tivera a aprovação régia como era de esperar.

Assim sendo ficaria o Capitão-general privado dos vencimentos por mais de um ano.

Relata Silva e Sousa que o fisco caiu logo sôbre o velho bandeirante. Tendo despendido o que recebera, vira-se alvo do confisco dos bens. Foi-lhe preciso despojar-se das jóias da espôsa, casas e escravos, lançados em praça de seqüestro. Assim ficara mais pobre do que antes de receber o malfadado subsídio do generoso Governador.

Mas Alencastre retificou o que avança o patriarca da história goiana a recordar que o seqüestro só se realizou entre 1742 e 1743, dois ou três anos após a morte do bandeirante.

Verberando o procedimento da Coroa escreveu J. M. Pereira de Alencastre algumas frases repassadas da mais justa indignação.

“A morte de Anhangüera veio ocultar vergonhoso procedimento de um rei que assim pagava o presente de uma das mais preciosas jóias de sua coroa”.

Nos últimos dias da existência, em vez da recompensa de tamanhos serviços, iria ser punido com a vergonha de um seqüestro por haver recebido uma esmola!”

Até aí o autor dos *Anais*. Seja-nos permitido recordar que esmola absolutamente não fôra e sim restituição de pequena parcela de avultado total que o ânimo generoso de D. Luís de Mascarenhas se abalancara a realizar.

Verdadeiro conluio de larápios e gratuitos invejosos se conjurara para arrancar aos descobridores o fruto dos tão árduos trabalhos.

Caldeira Pimentel, açulado pelo ladravaz Sebastião Fernandes, e o Conde de Sarzedas, deixaram-se envolver pela intriga de um bando de funcionários da justiça e do fisco reais, negando pão e água aos espoliados. E quando nobilíssimo sentimento de eqüidade por parte de D. Luís de Mascarenhas tentara a reparação, aliás medíocre, de tantos atos perversos e clamorosamente injustos, tudo se desmoronara, porque o mesmo espírito de injustiça levava o Conselho Ultramarino a aconselhar ao monarca a castigar o ato alevantado de seu delegado.

Mais uma vez se dera razão ao salmista ao enunciar: *Nolite confitere in Principibus!*

E ao evocar a vitória da causa dos inimigos de Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva e Ortiz e Bartolomeu Pais de Abreu, ressoa-nos aos ouvidos aquela frase fulminante da oratória de Antônio Vieira, tão lapidar como se em latim haja sido vazada: “Se servistes a vossa Pátria e ela vos foi ingrata fizestes o que devíeis e ela o que costuma!”

## CAPÍTULO XIII

---

*Os dois Antônio Pires de Campos.  
Confusão acêrca dêstes illustres sertanistas.  
Campanhas contra os caiapós.*

Das maiores figuras do bandeirantismo foram certamente os dois ituanos, homônimos, Antônio Pires de Campos, pai e filho, alcunhado aquêlo o *Pai Pirá*, ao que parece, não se sabendo bem se tal alcunha foi realmente sua ou a do filho, ou a de ambos como é muito provável.

Afazendara-se o primeiro em Itaiçi a vinte quilômetros de Itu. Ali chegou a ter centenas de índios aldeados.

A notável existência do primeiro Antônio Pires de Campos pontuaram enormes jornadas nas terras do âmago do nosso continente, por Mato Grosso e por Goiás. E as suas campanhas foram tão relevantes quanto as do filho e homônimo que aliás viveu muito menos do que êle.

Nas terras mineiras foi sua passagem medíocre se não desvaliosa. O seu grande campo de atuação vieram a ser enormes áreas mato-grossenses e goianas onde sertanizou dezenas de anos.

Traço sobremodo notável da personalidade do segundo Antônio Pires de Campos é o do relêvo intelectual. Atribui-lhe a mais elevada posição, entre a gente de sua grei sertanista, formidável, mas ignara.

Dêle se conhecem a "*Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas de Cuiabá*" e o "*Roteiro dado pelo Capitão-mor do Cuiabá Antônio Pires de Campos para a descoberta das terras dos índios Araés*".

Sertanizando, menino ainda, com seu pai Manuel de Campos Bicudo, teve o Pai Pirá, como já vimos, o ensejo de se encontrar com a bandeira dos dois Anhangüeras, pai e filho, em terras mato-grossenses ou goianas.

Entende Carvalho Franco que o primeiro Antônio Pires de Campos voltou a Mato Grosso, à Vacaria nas vizinhanças de 1716 a perseguir o gentio aripoconé ou coxiponé.

Subiu o rio Cuiabá mas não conseguindo o principal intento regressou a São Paulo.

Pelos têrmos da "*Breve notícia do gentio bárbaro*" deve ter realizado enormes jornadas no imenso território mato-grossense, jornadas que se efetuaram no decurso de muitos anos.

Fixou-se em Cuiabá, tomou parte na luta contra os paiaguás e já idoso, recolheu-se à terra natal onde faleceu nonagenário.

Do segundo Antônio Pires de Campos diz Pedro Taques que se mostrou "Adônis na praça e Marte no Sertão"

Desde os primeiros anos da descoberta do ouro e do povoamento de Goiás, opuseram-se os caiapós ou bilzeiros, tenazmente, à marcha dos civilizados que de São Paulo iam ter às novas terras da promessa.

Espalhavam-se por enormes áreas, eram numerosos, muito bravos e aguerridos, inspirando verdadeiro terror aos que demandavam os longínquos páramos centrais.

As suas agressões não tiveram a latitude e o vulto das dos paiaguás, mas nem por isto deixaram de ser das mais graves, obrigando os civilizados a terríveis represálias.

"Infestava este gentio a estrada toda das minas de Goiases em comprimento de mais de duzentas léguas desde o rio Uruçanga até Vila Boa", escreve Pedro Taques.

Multiplicam-se os atos pelos quais a Câmara de S. Paulo e os Capitães-generais documentaram a agressividade destes índios.

Antigamente tinham atingido a quase vizinhança de São Paulo, irrompendo em Jundiá.

As suas correrias varriam enormes áreas atualmente mato-grossenses.

A Câmara Municipal de São Paulo a 2 de dezembro de 1737 representava a Gomes Freire de Andrada que as minas de Goiás havia dois anos vinham experimentando invasões do gentio bárbaro que as assolavam até as vizinhanças de seu primeiro principal arraial Sant'Ana. Cada vez mais ousado se mostrava. Não progrediriam enquanto não fôsse conquistado tal gentio. O "vão" entre Goiás e Cuiabá que os índios não deixavam examinar era de terras minerais capazes de proporcionar grandes haveres.

Encontrou D. Luís de Mascarenhas, em 1739, péssima a situação de segurança na única via de acesso a Goiás.

A 6 de janeiro de 1742 baixou "o regimento de que haveriam de usar os capitães da Conquista do Caiapó no distrito e circunvizinhança de Vila Boa", regimento que consigna ferozes medidas repressivas.

Seria a entrada chefiada por Bento Pais de Oliveira, genro do Anhangüera. Mas daí nada de prático resultou.

Resolveu então o Conde de Alva recorrer a algum sertanista dos de maior coturno.

Pensou a princípio em Ângelo Prêto que se achava em Cuiabá, madeiro de grande reputação e companheiro de Pascoal Moreira Cabral nas primeiras descobertas cuiabanas.

Mas este não quis ou não pôde vir. Em seu lugar apareceu o segundo Antônio Pires de Campos, pronto para entrar em campanha.

"Do Cuiabá chegou em princípios de agosto de 1742 com perto de cem bororos de arco e flecha" Entrou imediatamente em campanha com notável êxito.

Esperava-se que recebendo o refôrço dos 150 ou 200 arcos, que mandara buscar, alcançaria as maiores vitórias sobre o tão temido inimigo.

E como recompensa de serviços pedira e obtivera o subsídio de uma arroba de ouro.

Obrigara-se ainda a explorar as campanhas entre a Serra Dourada e o Rio Grande abstendo-se da vertente onde corriam rios diamantíferos.

Mas tôda a sua diligência e cuidado se devia dirigir a um fim único: que Vila Boa e as suas vias de acesso aos arraiais de mineração ficassem desafrentadas, desinfestadas e livres da opressão dos selvagens.

Comprometeu-se ainda a permanecer dois anos nas terras dos caiapós até debelar e destruir esta nação.

A primeira campanha de Pires de Campos logrou notável êxito e D. Luís de Mascarenhas, voltando a São Paulo em novembro de 1742, pôde referir ao Rei as vantagens obtidas.

Mas eram os caiapós numerosos e aguerridos. Batidos, não tardariam a voltar à carga em novas e terríveis correrias.

A 30 de setembro de 1744 representou a Câmara de S. Paulo a D. João V sobre os últimos e lastimosos sucessos do caminho dos Goíases.

Haviam-se os bilreiros dêle por assim dizer apoderado.

A 8 de março de 1746, ordenou o monarca que o Capitão-general de São Paulo, ajustasse, novamente, com Antônio Pires de Campos a desinfestação do caminho do Povoado às Minas de Vila Boa.

A 29 de dezembro ao Pai Pirá escrevia o futuro Conde de Alva pedindo-lhe que localizasse os seus numerosos e aguerridos bororos na estrada de São Paulo.

Depois de aldeados na paragem que julgasse a mais conveniente, desejava muito que viesse a São Paulo para assentarem o modo pelo qual deveria executar a nova emprêsa. Nesta esperava fizesse grandes serviços a Sua Majestade e desempenhasse o conceito que tanto êle como o dito senhor Rei faziam de tão prestimoso vassalo.

A 5 de abril de 1747 expedia D. Luís de Mascarenhas longa carta ao Vice-Rei do Brasil, Conde das Galveias, dando-lhe as impressões do que estava sendo a atuação do capitão-mor.

Os caiapós já não ousavam assaltar as tropas de viandantes transitando pela estrada geral, escoltados por soldados aventureiros.

Continuavam, porém, a agredir os civilizados a quem a ambição e imprudência levavam a tentar o apossamento de terras afastadas do eixo da estrada.

Antônio Pires de Campos apenas recebera a sua carta partira para os sertões do Cuiabá a fim de trazer a Goiás o resto dos seus bororos.

Pretendia logo localizá-los no Sítio do Lanhoso, daí continuando a marcha para o povoado a avistar-se com êle Capitão-general.

No ano seguinte, a 14 de fevereiro, novas informações expedia ao Vice-Rei.

Chegara em meados de novembro Antônio Pires de Campos de volta de Cuiabá, acompanhado de grande comitiva, entre bastardos e bororos.

Nos últimos meses do govêrno, a 15 de julho de 1748, expediu o Conde de Alva, o "Regimento que há de observar o Coronel Antônio

Pires de Campos no estabelecimento dos bororos por ajuste de Sua Magestade e procedimento mais que há de ter”

Na sua base de operações, em sua aldeia do Rio das Pedras, atualmente no Triângulo Mineiro poderia ser assistido por trinta soldados brancos, se assim precisasse.

Mas só faria jus à terça de cinquenta mil réis anuais, do hábito de Cristo a que pretendia quando indiscutivelmente se provasse que por completo reduzira os caiapós a impotência.

Recebendo o regimento entrou Antônio Pires de Campos em nova campanha. Desta vez, diz Pedro Taques, “Fêz várias entradas com o que pôs a estrada desinfectada por alguns anos”.

A apreciação de Silva e Sousa abrange fatos de 1742 e de 1748.

“Consta que fêz barbaridades espantosas e grande mortandade chegando até a aldeia grande do Caiapó, que dizem fica na vizinhança de Camapoã, em que não se animou a entrar por serem inumeráveis os seus habitantes.

Mas aliviou de alguma sorte o povo e tornou mais praticável o caminho de São Paulo, fundando as aldeias de Sant’Ana, Rio das Pedras, e Lanhoso, que foram ao princípio povoadas de bororos.

Na opinião de Cunha Matos o sertanista que mais se distinguiu em Goiás depois do Anhangüera foi João de Godói Pinto da Silveira, sucessor de Antônio Pires de Campos no comando da guerra com os caiapós e um de seus lugares-tenentes.

Alencastre consagra assaz extensa notícia às façanhas do Pai Pirá e de João de Godói.

Afirmam Alencastre e Silva e Sousa que Antônio Pires mobilizou quinhentos bororos e ainda um têrço de homens brancos bem armados e municados batendo sempre, desde o primeiro encontro, os caiapós que “às mãos do valente cabo deixaram numerosas prêsas. Mais de mil prisioneiros fêz em três meses num raio de 150 léguas”.

Extraordinário êxito alcançara sobretudo se o confrontasse com os fracassos das bandeiras de Antônio Ferraz de Araújo e João Bicudo de Brito. Levava as suas armas até Camapoã.

Três grandes campanhas efetuou Antônio Pires de Campos: as de 1742 e 1748 e aquela em que perdeu a vida, por volta de 1751, ao que parece.

Fala-nos Carvalho Franco na fundação de seis aldeias, por êle efetuada.

Silva e Sousa só menciona três.

Localizou-se Rio das Pedras, a principal, a oitenta e oito léguas de Vila Boa e a duas léguas da barranca esquerda do Paranaíba.

Apesar de tão batidos os terríveis bilreiros mais uma vez, em 1751, tornaram-se tão audazes que chegaram a matar civilizados dentro de Vila Boa.

Novamente recorreu o primeiro Capitão-general de Goiás, D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos aos serviços de Antônio Pires, que



O Pai Pirá e seus hororos na Aldeia do Rio das Pedras.  
*Painel de Antônio Luís Gagni no Museu de Itu.*

imediatamente se pôs em marcha partindo do Rio das Pedras com os seus bororos.

Seguindo a trilha da retirada dos caiapós alcançou-os fazendo-lhes grande mortandade.

Mas próximo lhe estava o dia final! Conta-o Pedro Taques saborosamente. "Saiu-lhe caro o triunfo por ser nesta ocasião acometido de um atrevido índio (na ocasião do maior apêto em que se viu entre os bárbaros) que lhe introduziu uma flecha pelo peito direito, abaixo do ombro e não bastou esta infelicidade para que assim mesmo atravessado de flecha lhe não tirasse a vida com o alfanje"

Malferido, mas não mortalmente, retirou-se para Vila Boa "onde se recolheu com muitos aplausos do General".

Robustíssimo, não tardaria em sentir-se em condições de regressar à aldeia do Rio das Pedras a convalescer.

Esperava ali "formar novo corpo de armas e penetrar o Sertão e destruir quantas aldeias descobrisse do bárbaro inimigo".

Lá estava quando recebeu do Capitão-general nova solicitação. Pediu-lhe que escoltasse considerável remessa de ouro a Vila Rica prestando mais êste serviço de leal vassalo a Sua Majestade.

Não se fêz de rogado e partiu "puxando por um trôço de sua maior estimação dos seus soldados bororos, excelentes arcabuzeiros. A Paracatu chegou com felicidade.

Mas sobreestimara a robustez e a vitalidade.

Ainda não estava de todo são da ferida. Veio-lhe febre que, agravando-se, o prostrou.

Conta Aires de Casal que seus camaradas o medicaram por muitos dias com toicinho assado quente até o porem numa povoação de cristãos em Minas Gerais para ver se o curavam.

A singular terapêutica a que se vira submetido fôra certamente a causa do abreviamento de seus dias.

Documento divulgado por Ernesto de Souza Campos permite fixar-se a morte do Pai Pirá em 1751.

A João de Godói Pinto da Silveira incumbiu o Conde dos Arcos da prossecução da campanha contra os caiapós e outros índios infestadores habituais da estrada de S. Paulo a Vila Boa.

Sôbre a capacidade militar de João de Godói expendeu Silva e Sousa conceitos muito depreciativos.

Pretende Pedro Taques escrevendo em 1763 que o sertanista se fizera bem conhecido pelo destemido ânimo de que se revestia para o castigo dos gentios que infeccionavam o continente das minas e sua comprida estrada.

Como as suas jornadas houvessem sido suspensas "por ordem superior, bastara isto para que os bárbaros repetissem com maior excesso ainda os insultos de tantos incêndios e mortes que tinham executado".

Mas "em 1763" tornara a vir ordem de Sua Majestade para se conquistar êste inimigo à fôrça de armas, visto serem incapazes de redução por meio da suavidade de paz, que, como brutos indômicos não admitiam".

Pavorosas barbaridades cometeram-se durante as expedições do Pai Pirá e de João Godói, denunciou em 1775 o alferes Pinto da Fonseca.

Praticaram-nas homens cuja vida era de perene alarma e sobressalto escoada na selva e na contínua presença de espetáculos da maior violência. E homens obedientes a sentimentos atávicos de superioridade racial e dentro da vigência de instituições decorrentes de tal mentalidade.

*.....na mesma terra é rma*

*A mesma Humanidade é sempre a mesma enférma...*

proclamava em fins do século XIX o grande poeta açoriano. Dos fatos ocorridos nas selváticas margens do Araguaia, em 1750, aos passados na Europa, flagelada pela maior, talvez, das insânias coletivas de que nos fala a História, dois séculos se interpunham...



## CAPÍTULO XIV

---

### *Domingos Rodrigues do Prado e sua atuação em Goiás. Notícias sôbre diversos povoadores de destaque.*

Dos mais notáveis povoadores de Goiás foi certamente o já tão nosso conhecido Domingos Rodrigues do Prado.

Emigrou para Goiás depois de descobertas as minas pelo sogro e o concunhado.

“Nelas também extraiu grosso cabedal de oitavas de ouro”, informa o linhagista. Fundou o arraial de Crixás em 1734 e provavelmente foi nas jazidas vizinhas que enriqueceu.

“Retirou-se para a estrada geral de Goiáses a S. Paulo, continua Pedro Taques, fazendo assento em um sítio além do rio Paranaíba”

Aí aconteceu o último grande episódio de sua vida de violências, de que temos notícia, por intermédio de narrativa de Pedro Taques.

Desfeitoado por um capitão de linha, português, que com a sua companhia fôra ter à sua fazenda, reagira contra a insolência do militar. Daí proveio que um dos seus filhos matasse o agressor, motivo pelo qual ambos por algum tempo se homizaram. Desapareceu Domingos do Prado em 1738 segundo informa Pedro Taques, dois anos antes do traspasse do ilustre sogro.

Povoador de relêvo veio a ser José de Moraes Navarro, estabelecido nas minas do Pilar.

Teve o filho primogênito assassinado por um bando de quilombolas, após heróica resistência.

A êste atentado seguiram-se outros quase imediatos e as coisas tomaram tal vulto que o próprio Capitão-general Conde dos Arcos resolveu ir em pessoa ao Pilar tomar conhecimento da perigosa situação.

À vista do que percebeu decidiu recorrer a uma medida extrema autorizando plena liberdade de ataque aos quilombos, matando-se todos os quilombolas que acaso resistissem, como em Minas Gerais se praticava.

Corria o ano de 1751 e receava-se o levantamento geral dos pretos contra os brancos.

A tal propósito louva Pedro Taques o Coronel José Antônio Freire de Andrada, quando governara a capitania de Minas Gerais. Convinceu Bartolomeu Bueno do Prado, a chefiar uma expedição “contra um quase reino de pretos foragidos que ocupava a campanha desde os rios das Mortes até o Rio Grande, percorrida por quem palmilhava a estrada para Goiás.

Tanto soubera Bartolomeu Bueno “desempenhar o conceito formado de seu valor e disciplina de guerra que se recolhera vitorioso, apresentando três mil e novecentos pares de orelhas de quilombolas.

Cita Pedro Taques numerosos homens de posição emigrados para Goiás. Entre outros, Brás Martins de Andrada, Francisco do Amaral Coutinho, que levou para Goiás mulher e filhos e numerosa escravidão, formando “grande estabelecimento de lavras minerais”.

O papel capital desempenhado por Ortiz e Bartolomeu Pais foi o determinante do encaminhamento para as minas de vários dos numerosos filhos e netos de uma sua irmã, Leonor Correia de Abreu, casada com José Dias da Silva.

Dos filhos deste casal passaram às terras goianas, Estêvão Rapôso da Silva, que nelas faleceu, Francisco Dias, que nas minas do Alto Tocantins morreu, João Leite da Silva, morto numa operação de contrabando no Paraguai. Fato que provocou graves reclamações do Capitão-general D. Carlos Murphy ao General de S. Paulo, Morgado de Mateus.

O irmão de João Leite, Inácio Dias Pais, envolvido nesta história de contrabando, fôra Sargento-mor da comarca de Vila Boa de Goias, e genro do Anhangüera.

Nesta expedição, passou Inácio Dias muito mal no dizer de D. Carlos Murphy, quando cheia de ferina ironia escrevia ao Morgado de Mateus “todos ellos podran contar a V. S. como les fue en la feria desta Provincia; pero no se podra quejar de ella al llamado Ignacio Paes; los frayles le salicaron (sic) el bulto y cierto Cavallero, por una caridad mal entendida todas sus alajas”.

Dentre outros emigrados de destaque saídos de S. Paulo arrola Pedro Taques, Domingos da Silva Bueno, filho do primeiro Domingos da Silva Bueno, o mestre de campo, cujo nome figura com grande brilho nos primeiros anos da história das Minas Gerais.

Passou este Domingos, homem de fortuna, a lavar em Crixás. Dos seus parentes mais ou menos próximos, Taques Pompeus cita o linha-gista a diversos e entre outros João Pires de Almeida, filho de Francisco de Almeida Lara, um dos mais importantes mineiros de Paracatu e homem muito áspero com os filhos e escravos, a ponto de angariar uma alcunha pejorativa, recordando certa abelha silvestre de picada muito urente.

O irmão deste Lara, José Pires de Almeida, prestou excelentes serviços a D. Luís Mascarenhas. Passou-se depois a Paracatu, onde minerou com muito êxito e por último ao Sêro do Frio, acompanhando a filha Branca, espôsa de Felisberto Caldeira Brant, o celebrado contratador dos diamantes.

Continuando a resenha, arrola Pedro Taques o filho e genro de Sebastião do Prado Cortez. O primeiro teve grandes fazendas de gado nos campos do rio Uruú e o segundo, senhor da fazenda e engenho da casa de telha da Borda do Mato, perto de Vila Boa, foi assassinado pelos escravos.

Homem de grande senso, deve ter sido Francisco Pedroso de Almeida. Capacitara-se de que os grandes aproveitadores das descobertas auríferas

não são os que mineram e sim os que suprem os mineiros. E assim, no sertão é estrada das minas, na fazenda chamada Araraquara, estabeleceu-se “com grossas culturas, de cujos frutos pelas sementeiras de milho e feijão e criação abundante de porcos, se aproveitavam os viandantes daquela comprida estrada, fornecendo-se de todo o necessário para sustento da jornada”.

Mas “com grandes utilidades dêle, Pedroso, que com avançada idade faleceu na mesma fazenda”.

Dos Prados cita Pedro Taques: entre outros Pedro José Vieira, jesuíta-professo do quarto voto, missionário apostólico dos gentios Acroás e Xavantes. A expulsão da Companhia o apanharia em Goiás.

Dos Alvarengas Monteiros arrola as filhas de José Pinto Guedes e Timótea de Oliveira, filha de Antônio de Oliveira Leitão, o famigerado filicida.

Dentre os Pires aponta Antônio Dias da Silva, alcunhado o *Papudo*, o primeiro juiz ordinário de Vila Boa “pelas honradas informações que dêle tivera D. Luís de Mascarenhas”.

Seu cunhado, Pedro Fernandes de Avelar, estabeleceu-se no Pilar de Papuã.

Dentre os Gaias, que sobretudo se localizaram nos Currais da Bahia, arrola Pedro Taques, Tomé Gomes Mazagão, sebastianense.

Dos Chassins partiu para Goiás Maria Leite do Rosário, filha do opulento minerador das Minas Gerais, Rodrigo Bicudo Chassim.

Seu marido, Fernão Bicudo de Andrade, angrense, passou do território das Minas ao de Goiás, estabelecendo-se em Meia Ponte com lavras de grande rendimento.

Outra filha de Rodrigo Bicudo Chassim, Escolástica Leite, mulher de Francisco da Rocha Lima, passou de casa mudada a Vila Boa, levando os quatro filhos.

Dentre os Campos indica Pedro Taques Maria Teresa Isabel Pais, filha do Sargento-mor de batalha Domingos Jorge da Silva, irmã do Capitão-mor de Itu, Salvador Jorge Velho e nora do Anhangüera.

Páscoa Veloso Rebêlo, neta de Antônio Rodrigues Velho, Capitão-mor de Pitangui onde “fôra morador com fabrico grande de minerais”. Partiu para Goiás com o marido, o Sargento-mor Lopo Bernardo Rebêlo.

Em S. Félix muito prosperou êste Lopo nas minas locais.

Antônio Cardoso de Campos estabeleceu-se em Crixás, em lavras onde trabalhava numerosa escravatura.

Fêz-lhe Pedro Taques o maior elogio como homem de “excelente docilidade, muita honra e verdade”.

Repetidas vêzes teve sôbre si “o pesado jugo” das duas repúblicas de Crixás e do Pilar, separadas uma de outra por dez léguas, “ou talvez mais”

Em Cocais viveu seu primo-irmão o ituano Miguel Pais de Campos, genro de João Leite da Silva Ortiz. Veio a ser Capitão-mor e Guardamôr de Crixás.

Outro Campos de destaque, Filipe Cordeiro de Campos, parnaibano, figurou entre os primeiros povoadores, vindo a ficar muito abastado graças às suas lavras do Ferreiro.

Mas era muito pouco sensato e até dissipador, conta Pedro Taques.

“Foi pródigo, vendo-se em prosperidades de fortuna. E como não atendeu aos futuros contingentes pela variedade dos tempos acabou pobre, procurando com resignação católica (depois de viúvo e sem filhos para educar) servir a Nossa Senhora da Luz tomando o hábito de ermitão”.

Entre os Lemes emigrados às lavras goianas destacam-se Domingos Jorge da Silva, filho do celebrado sertanista Salvador Jorge Velho, José Dias Pais, sebastianense, sobrinho de Bartolomeu Pais de Abreu e de Ortiz. A este seu tio acompanhara estabelecendo-se em Vila Boa.

O outro tio, Estêvão Rapôso Bocarro, teve grande destaque, como já vimos.

Dêle escreve o sobrinho linhagista: “Passou da pátria (São Sebastião) ao Sertão dos Currais da Bahia, rio de S. Francisco, onde se estabeleceu com grossas fazendas de gados vacuns e foi um dos mais potentados daquele sertão. Dêle abriu estrada franca pelo sertão do Urucuia para as minas de Vila Boa de Goiás.

Foi um dos grandes sertanistas de seu tempo, cujo valor o creditou por espaço de alguns anos, conquistando e domando o bárbaro gentio, naquela guerra que se lhe fêz o governador Matias Cardoso de Almeida”.

Teve Estêvão uma filha, Francisca Leite, mulher viril.

Dos filhos de Ortiz ficou em Goiás Estêvão Rapôso Bocarro que de balde tentou reviver as pretensões paternas ao encarte dos rios.

Ainda entre os Lemes citemos um nome de destaque: o de Antônio Ferraz de Araújo, sobrinho de Fernão Dias Pais e cunhado do Anhangüera.

Fato interessante ocorreu com o santista Francisco Tavares Cabral da família dos Lemes, homem prestigioso pelo nascimento e fortuna.

Era em excesso gastador, e assim para os anos da velhice decaíra da opulência primitiva.

Uma de suas filhas, Francisca Xavier Tavares, desposara o Capitão-mor de Curitiba, Francisco Xavier Pizarro, que partiu para as minas goianas “no princípio de sua grandeza, estabelecendo-se com lavras minerais e numerosa escravatura no sítio chamado do Ferreiro, até que extintas as terras, ou já enfraquecidas de pinta rica, passou-se para as minas do Pilar, onde fêz estabelecimento de lavras minerais, das quais os seus escravos extraíram muita grandeza d’ouro”.

Vendo o pai em má situação financeira e já com avançada idade, dirigiu-lhe D. Francisca Xavier “amorosas rogativas” que o induziram a ir de Santos para o centro com os treze filhos.

Morreu porém no decorrer da enorme jornada que empreendera.

Tão inflamados ficaram todos os seus com as notícias do eldorado goiano que a família transmigrou, em pêso.

Das onze filhas de Francisco Tavares Cabral, sete se opulentaram com a emigração às minas goianas, onde já duas haviam prosperado antes da vinda das irmãs. Uma apenas não logrou aliança. As demais ali realizaram brilhantes casamentos.

Citamos pormenorizadamente êstes fatos por constituírem pitoresca documentação dos fastos do povoamento brasileiro, determinado pela ocorrência do ouro nas longínquas terras centrais.

O mais ilustre dos emigrados paulistas para Goiás, aí atraído das "grandezas daquelas minas", na época de seu povoamento mais intenso, na década de 1740, foi certamente Pedro Taques, o grande linhagista dos bandeirantes e cronista das bandeiras, autor de imensa obra da qual infelizmente apenas um têrço parece ter sido salvo da destruição.

Nascido em 1714, e em S. Paulo, filho de Bartolomeu Pais de Abreu, parente de grande número de mineradores e povoadores, era mais que natural desejasse conhecer as longínquas terras centrais, cuja descoberta tanto se devera à inteligência e pertinácia paternas.

Estudara nos Pátios do Colégio de S. Paulo e desde os mais tenros anos revelara viva inteligência, prodigiosa memória e imensa curiosidade pelos feitos de sua grei.

Em nosso *Pedro Taques e seu Tempo*, pormenorizadamente estudamos a vida e a obra do grande linhagista.

Em S. Paulo desde muito moço alcançara a maior notoriedade.

Serviu como vereador de sua cidade natal e em 1748 viu-se nomeado escrivão do Senado da Câmara.

Em fins dêste ano decidiu-se a empreender a jornada a Goiás, levando a mulher, um filho de um ano e escravos.

Já neste tempo as lavras dos arredores de Vila Boa estavam rendendo muito menos, ao passo que as de Pilar, Crixás e Guarinos desfrutavam enorme reputação.

Cogitava o govêrno da Capitania de ali estabelecer uma Intendência do Ouro. Nomeou o Conde dos Arcos intendente da nova repartição um dos mais opulentos mineiros existentes em sua satrapia: Antônio Pereira do Lago.

Era Pedro Taques parente de sua mulher, e a 30 de janeiro de 1750 foi nomeado escrivão fiscal da Intendência e comissário do Pilar.

Afirma o linhagista que para tal cargo o convidou diretamente o Conde General. Assim, "não duvidou fazer aceitação dêste laborioso emprêgo, para cujo exercício se transmigrou com mulher e filhos e os seus escravos para o Arraial do Pilar, transitando por sertões desprovidos mais de cinqüenta léguas à custa da própria fazenda, sem a menor ajuda de custo do real erário".

Gaba-se o linhagista de que "ajudado do amor que mereceu a todos aquêles moradores conseguiu que no primeiro ano de sua capitação tivesse El-Rei 19 892 oitavas de ouro (71 213,36 g).

Entretanto, jamais nos anos pretéritos, jamais haviam Pilar e Crixás produzido mais de 7 500 oitavas (26 850 g).

Em meados de 1754 decidiu-se Pedro Taques a deixar de vez as terras goianas, onde sofrera de gravíssima oftalmia.

Voltando a S. Paulo em princípios de 1755 partiria logo depois para Lisboa, com o fito de alcançar a restituição dos direitos devidos pela Coroa aos herdeiros dos descobridores de Goiás. Ao mesmo tempo pretendia imprimir a sua muito já considerável *Nobiliarquia Paulistana*, cujos originais consigo transportara. Mas o cruel fadário de sua existência lhe impediria êste tão calorosamente desejado *desideratum*.

A primeiro de novembro de 1755 seria uma das vítimas do terrível terremoto que arrasou a capital portugêsa.

Na voragem da catástrofe desapareceram os originais da *Nobiliarquia* em enorme detrimento dos fastos paulistas.

## CAPÍTULO XV

---

*Atos diversos de Dom Luís de Mascarenhas.  
Conflito com os governos do Maranhão e do Pará.  
Medidas para impedir o acesso ao distrito diamantífero.*

Muitas das medidas de D. Luís de Mascarenhas sôbre as minas goianas foram em geral a reiteração do que haviam estabelecido os seus antecessores ali e em outras zonas auríferas.

Irritantes incidentes trouxeram conflitos de jurisdição com os governadores maranhenses, que, a todo o transe pretendiam anexar ao território de sua jurisdição os distritos auríferos sendo neste afã amparados pelos bispos de S. Luís e Belém.

Já em 1731 pretendera Alexandre de Souza Freire governador do Pará-Maranhão impor a sua autoridade às minas de S. Félix, Natividade e outras. Um dos seus sucessores mais invasor ainda se mostraria.

Não nos conta Alencastre quem seria êle.

Supomos que se trate de José de Sena (1732-1736).

Ordenou D. João V pela carta régia de 30 de maio de 1737 que o seu delegado do Pará-Maranhão fizesse praticar exatíssimamente a lei sôbre a vedação das picadas abertas rumo às minas goianas.

As de 20 de agôsto de 1738 e 10 de março de 1739 ainda mais explícitas foram. Recebeu João de Abreu Castelo Branco formal intimação a que se não intromettesse nos negócios de Goiás.

Mas tão desordenadas eram as coisas do regime colonial que as autoridades maranhenses ainda persistiram longamente nos arraiais litigiosos. De diversos lugares foram enxotados pelo futuro Conde d'Alva.

Voltando do Norte em novembro de 1741, ao que parece, tendo deixado os arraiais em perfeita paz, pensou D. Luís de Mascarenhas em dar seguimento a projeto muito acarinhado: o de descobrir diamantes.

Desde muito se falava na riqueza das lavras dos Pilões, o que motivara a proibição expressa da ida de quem quer que fôsse às margens dêste rio.

Regressando a S. Paulo deixou como autoridade suprema nas terras goianas ao Ouvidor Manuel Antunes da Fonseca, a quem expediu uma Instrução contendo larga série de normas de govêrno.

Entre outras coisas recomendou-lhe com todo o empenho incansável vigilância sôbre a guarda do Rio Claro, Rio dos Pilões e o córrego de Santo Antônio, onde se dizia ocorrerem diamantes.

Obedecesse às reiteradas ordens de Sua Majestade proibindo a extração de tais pedras e quaisquer outras, também preciosas. Em face de

qualquer transgressão ficaria armado de plenos poderes para agir com a máxima severidade.

Do mesmo modo estivesse atento à conduta dos maus eclesiásticos espalhados pelas minas agindo contra eles como procedia o governo das Minas Gerais.

Para a defesa dos interesses da Coroa ou do prestígio da autoridade ficava autorizado a requisitar o auxílio dos dragões da Capitania.

Interessante é que dois anos e meio mais tarde escrevia o mesmo D. Luís de Mascarenhas reservadamente ao Capitão dos Dragões indagando se realmente andava o Ouvidor envolvido numa questão de garimpagem nos rios proibidos. Apesar desta suspeita permaneceu o Dr. Fonseca tranqüilamente em seu cargo de Ouvidor-Geral Corregedor até 1749.

O caso dos diamantes continuou a preocupar o Capitão-general que de Santos a 30 de junho de 1744 declarava ao Ouvidor-geral estar ciente das prisões de indivíduos mineradores dos rios proibidos.

Por esta época houvera grandes conflitos em Meia Ponte por causa de novo descoberto realizado pelo Capitão João Monteiro de Azevedo. Vira-se o Guarda-mor desacatado pelo feitor e os escravos do Padre José Caetano Lôbo Pereira.

Principiava a grave contenda a que alude Silva e Sousa.

Era terrível este padre Pereira. Esclarece Silva e Sousa que recebeu o juiz ordinário da sua vila, que ia ao Rio do Peixe, à frente de oitenta armas de fogo.

Naqueles enormes territórios desertos quem iria ligar importância a proibições de autoridades a quem faltava a força para se fazerem respeitadas?

Denúncias sobre denúncias vinham de que vivia o distrito diamantino explorado por numerosos garimpeiros.

Furioso com a atitude do Ouvidor Fonseca, porque este vivia a se corresponder com Gomes Freire de Andrada, repreendeu-o D. Luís a lhe lembrar que nada tinha Gomes com o governo de Goiás.

E o chacoteou sobre a inutilidade de sua atuação no caso dos rios defesos.

Vivia Fonseca a expedir ao Governo cartas sobre cartas a respeito da invasão do território proibido. E D. Luís, sarcásticamente, lhe afirmava crer na veracidade dos informes, "porque a ambição dos homens, a fecunda riqueza dos rios e o dilatado âmbito dos sertões eram circunstâncias convidativas aos transgressores". Por que não agia em vez de se contentar com atos de mero palavrório? Por que não prendia os indivíduos denunciados pelas testemunhas depoentes no seu inquérito?

Se os garimpeiros tão insolentes fôsem que resistissem, advertisse-os que se rendessem. Se não atendessem à intimação que os atacasse sem lhes dar quartel e trouxesse as cabeças dos rebeldes a Vila Boa a fim de se dependurarem pelas estradas.

Enquanto tão severamente repreendia o juiz louvou o General a conduta do Intendente Macedo, que expedira aos rios proibidos o Sargento-mor Inácio Dias Pais e o Alferes de Dragões Luís Pimentel de Sousa, comandando quarenta infantes e vinte cavalarianos.

Favorável êxito teve a comissão de Pimentel. Encontrara nos rios Claro e Pilões muita gente arranchada a garimpar diamantes. Intimara-a a que se retirasse imediatamente.

Haviam os garimpeiros respondido que dispunham de muita pólvora e chumbo. Verificara então o oficial que a partida era muito desigual. Dispunha de poucos homens e os intimados muitos se contavam. Retirara-se pedindo refôrço a Vila Boa mas logo depois desistira de tal auxílio porque os garimpeiros tomados de pânico haviam desaparecido. Tal fôra o resultado da notícia que entre êles se espalhara acêrca da severidade das ordens do Capitão-general.

Em fevereiro de 1748 soube D. Luís por Gomes Freire que a Coroa pretendia pôr em hasta pública o contrato de exploração dos diamantes do Sêrro do Frio unindo-se-lhe a dos rios Claro e Pilões.

Respondendo ao Governador fluminense dizia-lhe que até então só sabia da ocorrência de diamantes em Goiás no Claro, Pilões e Ribeirão de Santo Antônio.

Mas pelo que se espalhava os contratadores certamente haveriam de mais fazer nestes rios num dia do que no Sêrro em um mês.

Assustado declarava-lhe o Ouvidor Fonseca que suas ordens seriam cumpridas, convindo contudo que o fôssem moderadamente e não quando se estendessem a grande número de transgressores, pois a Sua Majestade não agradaria a exposição dos riscos de vida de seus vassalos.

Furioso, retrucou-lhe o Capitão-general: "por mais numeroso seja o número dos transgressores sempre Sua Majestade tem fôrças superiores para castigar êsse grande número de rebeldes ladrões e insolentes".

Pela confusa redação de um documento temos a impressão de que o Ouvidor alegou ter mandado ao patíbulo dois dos garimpeiros, sentenças "de que se lhe fazia carga à alta presença de Sua Majestade".

E D. Luís lhe repontava em tom de perfeito desdém não lhe fizessem horror as duas mortes. "Sempre ficaria com saúde para encomendar a Deus as almas dos seus defuntos" (1).

---

(1) Vide referências documentárias na primeira parte do Tomo undécimo e último de **História Geral das Bandeiras Paulistas**.



## CAPÍTULO XVI

---

*Bandeiras paulistas na Amazônia.  
As jornadas de Manuel Félix de Lima e  
Francisco Leme do Prado.  
João de Sousa de Azevedo, figura de real relêvo.*

A maior jornada bandeirante na Amazônia foi a de Antônio Rapôso Tavares, que já historiamos. Também tratamos das jornadas de Sebastião Pais de Barros, Pascoal Pais de Araújo e do Padre Antônio Rapôso.

A bacia do Rio Mar achando-se a imensa distância de São Paulo, a ela não muito concorreram as bandeiras quando na contigüidade dos seus chãos tanto havia a devassar. Assim mesmo há referências a diversas incursões dos “calções de couro” nas regiões amazônicas, como as que nos refere Monteiro Baena a contar que os governadores do Pará receberam pedidos de proteção dos índios do Tocantins ameaçados por bandeiras de São Paulo. Tal o caso de Pedro César de Menezes (1671-1678) que em março de 1673 despachou Pedro da Mota Falcão ao encontro dos preadores defrontando-se com a tropa do mestre de campo Pascoal Pais, “o qual insultava aquêles sertões” tendo “reduzido a injusto cativo” a nação dos índios guarajós. Intimado a entregar a prêsa, descomediou-se Pascoal diante de cuja atitude Falcão se acovardou, voltando a Belém *in albis*.

Em 1742 realizou-se a famosa expedição do português Manuel Félix de Lima, Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas abaixo. Compreendia um bando de reinóis e paulistas. Tal viagem desobedecia formalmente ao que dispunha o alvará régio de 27 de outubro de 1733, interdizendo, por completo, a navegação pelo Madeira com o fito de se evitarem questões com os espanhóis lindeiros do distrito do Mato Grosso, dos Moxos e Chiquitos. Chegada a monção a Belém foi Manuel Félix prêso por ordem do Capitão-general João de Abreu Castelo Branco e remetido ao Reino. Teve êle contudo imitadores imediatos.

Em 1744 partiram de Vila Bela com destino a Belém o ituano Matia Correia, a quem os muras mataram na viagem, um seu irmão e diversos outros sertanistas. Em 1749 José Leme do Prado foi de Vila Bela a Belém em cinqüenta e dois dias e sua jornada teve grande importância porque sua passagem pelo Guaporé fêz com que jesuítas espanhóis adiassem o seu plano de estabelecimento à margem oriental dêste rio. Em 1750 voltou Leme do Prado a Vila Bela como guia de uma monção saída de Belém; era a segunda jornada nesse sentido a contra-corrente. Além da via magnífica representada pelo Madeira ou-

tra fôra recentemente reconhecida — a do Tapajós —, por onde, em 1742, desceu Leonardo de Oliveira, paulista, segundo afirma Ferreira Reis com a sua autoridade das coisas amazônicas. Segundo João Lúcio de Azevedo, a jornada de Leonardo durou quatro meses.

Mas o mais notável dos paulistas entradistas da Amazônia no século XVIII foi certamente João de Sousa de Azevedo, ituano, que negociava sobretudo com sal entre Araraitaguaba e Cuiabá. Desiludido dos proventos da pesquisa aurífera nas nascentes do Arinos, resolveu descer o Tapajós e realizou tal feito em 1746, indo ter a Belém.

Como dispusesse de boa cópia de ouro, efetuou grandes compras tendo conseguido que o Governador Castelo Branco não o prendesse como fizera com Manuel Félix de Lima.

Depois de longa demora partiu com uma flotilha comercial aportando em Vila Bela a 10 de julho de 1749, trazendo a primeira cargação mercante que pela via fluvial amazônica chegava às minas de Mato Grosso.

Nesse mesmo ano resolveu voltar a Belém pelo Madeira, mas foi prêso aí por ordem do Capitão-general Gorjão, que o forçou a entrar para o serviço real. Em Belém ficou detido longamente até que, em 1752, conseguiu um *modus vivendi*. Não navegaria no Madeira sem licença governamental. Daí em diante fêz diversas vêzes a viagem de Vila Bela a Belém, ignorando-se a data do seu falecimento, posterior a 1762.

Entre as últimas entradas salientes do século XVIII duas há que percorreram terras da Bacia Amazônica: As de Jacinto São Paio Soares e João Pacheco do Couto, que Ferreira Reis supõe terem sido paulistas. Ambas desceram pelo Tocantins. João Pacheco estêve em 1741 em Cametá, tendo perdido vários homens em combate com os índios. Soares infletiu para leste, passando a explorar os vales maranhenses do Mearim e do Pindaré, onde sofreu vários reveses.

Comentando a atuação das bandeiras paulistas na Amazônia, escreve Ferreira Reis: “os bandeirantes de São Paulo criando na história nacional estupendo epítome de duas centúrias de heroísmo não estiveram fora do ambiente amazônico. Não encontraram na Amazônia as minas que os atraíam ao sertão. Não foram bem sucedidos nas sortidas contra a indiada”

“Delas não se socorreram as autoridades portuguesas para as campanhas contra as tribos levantadas contra o ádvena branco, visto que havia no vale sertanistas da mesma envergadura varonil.

Sucessores naturais dos portugueses que procuravam no Oriente a especiaria e o ouro para as operações mercantes na Europa, foram em Goiás, em Mato Grosso, nas Minas Gerais, na hinterlândia baiana, ótimos povoadores.

E no contato com as águas do país do ouro negro, não se deixaram a êle ligar, como mais tarde sucederia ao sertanista nordestino do ciclo da borracha. Exceção ruidosa êsse interessantíssimo João de Sousa de Azevedo” (1).

---

(1) Vide para a parte documental a segunda parte do Tomo oitavo da **História Geral das Bandeiras Paulistas**.

## CAPÍTULO XVII

---

### *Conspecto geral do movimento bandeirante*

**E**scriveu Euclides da Cunha que “a tradição heróica das entradas constitui o único aspecto original da nossa história”

Não é bem exato o conceito do autor ilustre dos “Sertões”. Esta originalidade tem o Brasil de a repartir com dois dos maiores impérios territoriais do globo hodierno: a Rússia e os Estados Unidos.

No reino de Ivã, o Cruel (1535-1584) com o famoso hetman Yermak encetaram os russos em 1578 a fácil ocupação da Sibéria. Cêrca de sessenta anos mais tarde atingiam as praias do Oceano Pacífico. Já em 1689 o tratado de Nertschink estabelecia o Amur como fronteira sino-moscovita.

Em 1720 a imensa região siberiana, com uma superfície correspondente à do continente sul-americano formava um único govêrno.

Naquelas ímpares vastidões, porém, nada sèriamente se opusera à conquista. Nelas viviam algumas escassas tribos perdidas na solidão das estepes. Em 1875 passados três séculos da investida de Yermak contava tôda a Sibéria cinco milhões de almas apenas, quando ao Brasil quase três vêzes menor povoavam dez milhões de almas.

E geogrâficamente os obstáculos opostos a tal penetração foram certamente muitíssimo menores do que os exigidos pela conquista brasileira. Se as planícies siberianas são varridas pelos excessivos frios polares o hinterland brasileiro opôs aos devassadores a ardência da temperatura.

E sua salubridade é menor do que a do setentrião asiático, sua calidez propícia aos flagelos da agressão parasitária de incontáveis legiões entomológicas e aracnológicas hematófagas, insuportável, a cada momento desesperadora da mais robusta resignação. E isto sem contar ainda o ataque invisível dos agentes de transmissão de microorganismos geradores de pavorosos males.

A resistênciã dos primitivos siberianos à penetração moscovita foi além de tudo incomparavelmente menor do que a das nações indiáticas do Brasil bandeirante.

Nos Estados Unidos, como se sabe, o movimento entradista se processou dois séculos mais tarde que o brasileiro.

Em 1783 seu território constituía a fímbria costeira da Nova Inglaterra. Até 1802 ainda não compreendia o ocidente do Mississipi. A exploração das Montanhas Rochosas só se processou em princípios do século XIX quando já em 1750, o Brasil tinha linha fronteira defnida pelo tratado de Madri, e se encerrara o ciclo bandeirante. Dezenas de anos mais tarde encetar-se-ia o dos norte-americanos.

A expansão branca encontraria a resistência de nações indígenas belicosas, e belicosíssimas, mas contaria com o mais eficaz instrumento de conquista, a extraordinária superioridade do armamento, incomparavelmente mais eficiente do que o dos seus precursores do Brasil, com a distância que vai do rifle à escopeta, do revólver à pistola.

Daquilo que na área em quilômetros quadrados várias vezes milionar realizou o bandeirantismo paulista, coube a Augusto de Saint-Hilaire em 1830 exprimir ao mundo, e em conceitos sintéticos dando a nítida e exata impressão do assombro, que dêle se apossara. "Depois que se conhecem os pormenores das interminas jornadas dos antigos paulistas, fica-se como estupefato e levado a crer que êstes homens pertenciam a uma raça de gigantes".

E êste sentimento admirativo êle o reforçaria quando meditando sôbre o que exigia a gigantesca jornada das monções cuiabanas declarou que os europeus, habituados à navegação dos seus mesquinhos rios não podiam, de todo, avaliar o que representava semelhante empresa.

E com efeito esta e última fase do bandeirantismo, esta sim, não encontra similar em qualquer outro episódio de tal natureza, nos fastos de qualquer nação do globo.

A prodigiosa navegação fluvial de Araraitaguaba a Cuiabá não tem o que se lhe compare em qualquer outra região do universo. Ela sim representa a grande nota realmente original que Euclides da Cunha atribui a todo o movimento entradista.

Uma série de circunstâncias coincidentes de ordem histórica, geográfica, climática e etnológica impôs ao planalto piratiningano o determinismo da localização do epicentro de um movimento cujas ondas sucessivas viriam a cobrir enorme área brasileira e sul-americana.

*L'Histoire ne se fait jamais*, expendeu Villemain, em célebre aforismo. E realmente, a cada passo, detêm-se à espera do renovamento eventual que lhe tragam os resultados das pesquisas documentais.

Com a desta nossa Terra de Santa Cruz, ainda tão pouco sabida imenso há que remodelar, como muito já foi remodelado daquilo que os velhos cronistas e os historiadores honestos dos dois últimos séculos avançaram, valendo-se de quanto até então se sabia. Sem o desvendamento intenso do enorme acervo jacente de papéis existente em Portugal, o conspecto de nossos fastos coloniais se apresentará cheio de falhas a preencher e erros a expungir.

As descobertas dos últimos anos vieram, por exemplo, notavelmente alterar aquilo que se tinha como perfeitamente assentado sôbre os fatos referentes aos primórdios do nosso povoamento, no que toca a São Vicente.

Escusado parece lembrar quanto a descoberta do *Diário de navegação* de Pêro Lopes refundiu o que os velhos analistas achavam imutável na descrição da viagem de Martim Afonso de Sousa.

Encontros relativamente recentes dão-nos outra idéia do que foram as determinantes e os resultados da grande jornada marítima do senhor de Alcoentre.

Não o mandou D. João III ao Brasil para uma expedição especialmente fundadora, como tanto se escreveu e sim para verdadeira viagem de inspeção das feitorias esparsas pela nossa costa e de lançamento de reforços àquele que se apresentava mais cheia de positivas condições de vitalidade.

E esta era a povoação de São Vicente de cuja existência se achava o rei perfeitamente informado.

Assim o início da colonização regular do Brasil não se procedeu às apalpadelas geográficas como tanto se tem dito e sim como decorrência de plano maduramente delineado.

Examinou o senhor de Tagarro os recursos dos pequenos esboços do povoamento litorâneo, de Pernambuco para o Sul. E despachou Diogo Leite para o Norte onde percorreria larga costa deserta de homens brancos até a foz do Gurupi.

Em Pernambuco presenciou a ruína da feitoria de Iguaraçu, destruída pelos franceses. Na Bahia avistou-se com Diogo Álvares, tranqüilo, cercado de seus tupinambás mas desacompanhado de portugueses. Na Guanabara a nenhum branco divisou. Ali se deteve largamente e fêz explorar o hinterland.

Bem sabia que em São Vicente haveria de ver casas de pedra e a torre fortaleza de um povoado onde viviam umas duas dezenas, quiçá, de portugueses e espanhóis, pôrto já assinalado numa das cartas sumárias do *Yslario* de Alonso de Santa Cruz, sob o nome do santo padroeiro de Lisboa.

Com aquêles povoadores se encontravam os elementos mais sólidos, os únicos plausíveis para o estabelecimento da projetada cabeça de ponte firme da colonização a que a sua armada vinha trazer o magnífico reforço de centenas de povoadores.

Certamente ouvira D. João III falar da presença de João Ramalho naquelas paragens remotas da sua imensa possessão americana. E quiçá já também o houvessem informado de que aquêles extraordinário vasalo transpusera a barreira da Paranapiacaba como primeiro vanguardeiro da penetração do Brasil.

Figura central do apossamento português tornou-se o famoso filho de Vouzela, avoengo, em nossos dias, de incontável multidão de brasileiros.

Julga-se que a sua aparição date dentre 1508-1515. Dos povoadores primevos nenhum alcançou o relêvo dêste homem de ímpar robustez e energia de quem, em 1553, dizia Tomé de Sousa ao Rei Piedoso: "que apesar de bisavô não se lhe viam cans, tendo o habito de andar nove leguas antes de jantar.

"Tantos os filhos, netos e bisnetos e descendentes dele que ho nomo de dizer a Vossa Alteza" concluía o Governador-Geral.

De sua capacidade de condutor, na mesma época deporia Manuel da Nóbrega a relatar quanto "o gentio não só o conhecia como o venerava". E desta faculdade de dominador ainda no mesmo milésimo surgiria o testemunho do aventureiro teuto Ulrico Schmidel a afirmar

quanto o seu prestígio era incomparavelmente superior ao dos delegados régios.

Vencido o áspero socalco da Serra do Mar surge a suave derrama das terras planaltinas, lavradas por excelência, admiravelmente regadas e submetidas a um clima recordando o de Portugal. Ou pelo menos muito mais próximo dêste do que o de qualquer outra região brasileira, até então desvendada. Constituía êste conjunto poderoso motivo da fixação para os rudes iberos transplantados à América.

Ante a inflamada mente dos aventureiros não menos sedutor seria o conhecimento de que volumoso caudal nascido nas grimpas da Serra Marítima abria a mais auspiciosa porta às aspirações de um internamento profundo no continente, à busca daqueles jazigos de metais nobres certamente existentes na vastidão das terras ocidentais e desviadores das esperanças de tão ásperos homens.

Fator de forte sedimentação, decorria ainda da abundância do braço servil recrutado entre as nações do gentio afeiçoável, que sem grande resistência vinha aceitando a dominação branca.

Muito estreita, impaludada, cálida, vantagens não oferecia a baixada paulista.

Quando o massapé pernambucano começou a lançar as safras opulentadoras, rápidas, dos colonos de Duarte Coelho e novas áreas se entregaram, no Recôncavo baiano, às plantações canavieiras, a indústria açucareira vicentina arrastava-se sobremodo medíocre, embora lhe houvesse cabido a primazia cronológica graças à fundação, pelos Schetz, antuerpianos, do famoso engenho de São Jorge dos Erasmos, o primeiro do Brasil.

Avidamente ambicionado pela Europa como era o açúcar, houvessem compensadoramente rendido os canaviais vicentinos e tão mesquinhos não vegetariam.

Assim, quando em 1580, exportava Pernambuco duzentas mil arrôbas e a Bahia cento e vinte mil levavam os três engenhos fluminenses e o único vicentino muito pobre existência.

Contemporaneamente, processava-se no planalto, sob a influência de João Ramalho e seus companheiros, intenso caldeamento racial da mais vigorosa vitalidade, uma das mais curiosas miscigenizações ocorrentes nos fastos da colonização européia mundial.

Qualificou-a Saint-Hilaire de criadora de uma raça de gigantes; Southey de genitora de feroz e intratável estirpe aquisidora de incansável atividade constitucional; Eduardo Prado, de geradora de uma grei "em que a inteligência do branco alteara o nível da mentalidade do vermelho enquanto dêste proviera o refôrço da robustez muscular daquele; Rui Barbosa, de autora de uma simbiose entre o gênio europeu e a energia americana da qual resultara "uma constituição à prova do mêdo e uma atividade inacessível ao cansaço".

Já por volta de 1640, a Filipe IV apontava Montoya os mamalucos "Portugueses de San Pablo" como gente "camiñando sin ningum es-

torbo, por tierras y valles, a pie y descalzos, trescientas y cuatrocientas leguas como pudieran por las calles de Madrid”.

Quando Tomé de Sousa e Manuel da Nóbrega, homens superiores como inteligência e sabedoria, resolveram incentivar o povoamento do Sul brasileiro, certamente examinaram e com o maior cuidado, a conveniência de alguma fundação vultosa no litoral guanabarina, tão sedutor, apresentando as facilidades de seu gôlfo magnífico e a prodigiosa beleza que universal destaque lhe dá.

Mas em 1549 nêle não viviam brancos. Faltava-lhe a presença de um João Ramalho. E depois os relatos provindos dos exploradores da expedição martim-afonsina deviam prevenir o Governador-Geral e o Provincial que por ali incomparavelmente mais áspera se apresentava a penetração das terras do que na região vicentina.

Nesta a quase verticalidade do altíssimo paredão paranapiacabano, uma vez vencida, surge um piso de enorme área plana, ao passo que os Órgãos e a Estrêla contam atrás de si os esgalhos serranos dos vales apertados, contrafortes a sucederem a contrafortes, criadores dos estreitos desfiladeiros onde correm os afluentes do Paraíba, série de escarpas em montanha russa, se tiverem de ser transpostas em corte transversal.

Tais as condições topográficas daquele largo trato de terras. Condições que não fenecem a margem do Paraíba, como tanto se sabe.

Durante dois e meio séculos inderrocável imperativo econômico nêle criaria curiosa situação demográfica.

Manteria deserta, e magnificamente florestada, aquela grande área, proporcionando aos fastos brasileiros notável originalidade. A da existência de longa solução de continuidade entre duas zonas civilizadas, uma essencialmente tributária da outra e dela separada por largo trato de sertão bruto.

E isto quando na baixada existia considerável cidade portuária, como o Rio de Janeiro e à zona mineira pontuavam numerosas vilas e arraiais das regiões aurífera e diamantífera, estendendo-se a mais de um milheiro de quilômetros do mar e abrigando índices numerosos de elevado padrão artístico.

Foi preciso que cultura de grandes proventos surgisse, como a do café, para que cessasse tal singularidade. E o hinterland fluminense e a Mata Mineira se desbravassem. Mas já aí ia o século XIX adiantado.

A larga baixada guanabarina mostrava-se muito mais afeiçoável à cultura canavieira do que a estreita faixa vicentina. Grande óbice opunha-se, porém, ao alargamento da indústria dos engenhos: o da carência de mão-de-obra.

Da ausência de um grupo europeu já vultoso e coeso como o de João Ramalho provinha a dificuldade extrema do aproveitamento dos elementos indígenas locais.

Em tórno do patriarca do planalto, congregavam-se, decênios antes da fundação do Rio de Janeiro, algumas dezenas de povoadores intrépidos. Inspiradamente o aproveitaria Tomé de Sousa ao fundar a vila, ao mesmo tempo aldeia portuguesa e taba brasílica, surta em

tôrno da ermida de Santo André. Dar-lhe-ia, ao arraial paupérrimo, a 8 de abril de 1553, o predicamento vilarejo sob a invocação do apóstolo irmão de São Pedro e deferindo a autoridade de Alcaide Mor do seu campo a quem só poderia caber.

À aquilina inteligência de Manuel da Nóbrega encantaria fazer imediata fundação perto daqueles cristãos desde muito tão afastados de qualquer assistência espiritual e numa região que bem sabia ser farto viveiro de neófitos. Daí as providências para que se encetasse, e quanto antes, tal empresa.

No meio de tão numerosa gentildade, como que se impunha ao novo colégio da Companhia o padroado do Apóstolo das Gentes. E assim, em dia prefixado e na festa evocadora da cena da Estrada de Damasco, nasceria o Colégio de São Paulo do Campo de Piratininga, a 25 de janeiro de 1554, célula inicial da vila e cidade capital do bandeirantismo.

◀ Circunstância que notavelmente retardaria o povoamento fluminense decorria ainda da animadversão dos intrépidos tamoios aos portugueses e o seu extraordinário afeiçoamento aos franceses, sobretudo depois da vinda de Villegaignon.

Terrível a sua luta com os detestados *perós!* Fizeram supremo esforço para, em 1562, arrasar-lhes a colonização vicentina. A São Paulo salvou a concentração das forças brancas transferidas, com João Ramalho, de Santo André, graças à presciência dos inacinos e a defeção do grande cacique Tibiriçá, fiel à amizade jesuítica e ao interesse pela sua já vultosa descendência mamaluca.

Atacados os tamoios e os seus amigos *moires*, na própria Guanabara e afinal completamente derrotados por Mem e Estácio de Sá, reforçados pelos vicentinos, dentro em breve, sofreriam a implacável dizimação levada a cabo por Antônio de Salema e o Capitão-mor vicentino Jerônimo Leitão.

Com o extermínio desta raça brava e inteligente ficaria o gentio fluminense sobremaneira reduzido, restando-lhe, serra acima, escasso contingente tapuia, incomparavelmente inferior ao do litoral como material humano. É o que explica o afã pelo qual o Capitão-General do Paraguai, D. Luís de Céspedes Xeria, pretendia, em 1628, povoar os canaviais de sua mulher, D. Vitória de Sá, em Jacarepaguá, com os guaranis escravizados no Guairá.

A lei do menor esforço pesaria sobre os principais núcleos costeiros do Brasil quinhentista: a Bahia e Pernambuco. Vivendo na abundância proporcionada pelo açúcar, pouco se interessariam pela faina da devassa de seus territórios sertanejos, habitados por tribos numerosas e belicosas como os aimorés baianos e mais tapuias nordestinos.

Além de tudo proporcionava-lhes o mar a fácil recruta dos trabalhadores africanos, incomparavelmente mais afeiçoados ao regime servil, atávico, plurissecular do seu continente, do que os autóctones americanos, gente de vida patriarcal e igualitária.

Os outros e insignificantes centros litorâneos arrastavam-se na penúria decorrente do fraco surto inicial que por assim dizer praticamente se malograra.

Daí a justeza da famosa frase do cronista quando comparava a atuação dos colonos do Brasil do primeiro século às passadas dos crustáceos beliscadores das areias atlânticas.

Achava-se o planalto piratiningano integrado num território de assaz forte densidade demográfica homogênea, como nenhum outro podia a colônia apresentar, a região guaranítica larga e sobretudo profunda.

Pertencia a uma faixa onde a seqüência dos agrupamentos de indivíduos da mesma estirpe ia das praias oceânicas às ribanceiras do Paraná, do Paraguai e do Uruguai *ad instar* de afloramentos da mesma série geológica.

Permitiria tal circunstância memorável facilitação à obra da conquista. Daí também decorreria o bilingüismo dos paulistas, reinante durante todo o ciclo das bandeiras e tão profusamente demonstrado pela documentação. Fato desta ordem não se registraria em parte alguma do país, a não ser e em muito menor escala, no Extremo Norte.

Este recrutamento de gente da mesma língua traria uma homogenização das camadas populares da sub-raça euramericana, sobretudo favorável à estabilidade da conquista.

A princípio ocupou ela pequena área onde as condições altimétricas criavam variações climatéricas incomparavelmente mais marcadas do que as de hoje como consequência de extraordinário desflorestamento do planalto. Ocasionavam esta variabilidade as bruscas e violentas transições que os climatologistas entendem sobretudo favoráveis à conservação da energia das raças.

Da existência de populações indiáticas, oriundas do mesmo tronco nas velhas províncias guaraníticas, de aquém e além Paraná nascera continuado trânsito terrestre e fluvial, datando de época imemorial.

Os colonos espanhóis do Paraguai e do Guairá, industriados por seus índios facilmente e desde os primeiros anos, demandavam a costa atlântica. Em 1554 remontaram Irala e seus castelhanos o Paraná e o Tietê até o Avanhandava segundo parece.

Nada mais natural do que aproveitarem os europeus do planalto, primeiros jornadaes da selva, da experiência dos vermelhos parentes de seus filhos.

Nestes emergiam veementes demonstrações de faculdades atávicas utilizadas nas incessantes jornadas sertanistas.

Precioso lhes era o senso capital da orientação em intérimos páramos cheios de incertezas, mistérios e surpresas, o acerto dos rumos, valendo-se de instinto que lembrava o dos pombos-correios.

Da experiência dos avoengos americanos valiam-se para superar os obstáculos diários da selva.

Este magnífico conhecimento dos recursos da natureza teria eloqüente demonstração num dos mais trágicos lances da guerra holandesa. Em 1640 durante a famosa retirada do cabo de São Roque, quanto aos retirantes esfaimados, imersos nas brenhas do oeste pernambucano, notavelmente valeu o conhecimento dos *guaribás*, os

“paus de digestão” nas matas descobertas pelos paulistas da coluna perseguida de Luís Barbalho Bezerra!

Em 1554 promovia Manuel da Nóbrega a fundação de São Paulo que oito anos mais tarde resistiria triunfantemente ao terrível assalto das tribos da chamada Confederação dos Tamoios.

Depois de 1562 jamais passaria São Paulo por provação da ordem que assinalou este milésimo, embora em 1590 tivesse de atravessar fase de grande alarma.

Assim, durante mais de um quarto de século pudera desenvolver-se lenta, mas seguramente, assumindo o feitio de vilarinho português de acanhados recursos mas de vida primitiva e farta.

Cercavam-no pequenas propriedades de lavradores e criadores.

“Esta terra é das boas que há no Reino e se dará nela, segundo parece, quanto lá se dá”, dizia o padre Baltasar Fernandes, em 1556.

Em 1585 cabia a Anchieta depor: “terra de grandes campos, fertilíssima, de muitos pastos e gados, abastada de muitos mantimentos onde as boiadas e manadas multiplicavam-se notavelmente”.

“Esta terra parece um novo Portugal!” exclamava Fernão Cardim contemporaneamente.

Era o núcleo do campo piratiningano industrioso e laborioso. Em 1589 já a vila contava passante de cento e cinquenta fogos. E seus moradores viviam modesta mas abundantemente.

Em 1599, à chegada de D. Francisco de Sousa, tal a singeleza do seu vestuário que disse muito se espantou o Governador-Geral, narra Frei Vicente do Salvador.

Profunda impressão aos paulistas causaria aquêlê homem de alto relêvo cuja memória lhes perduraria grata e longamente, como a de alguém de notáveis méritos e assinalados serviços à causa pública.

Quase um século decorrera da descoberta de Cabral e no entanto o Brasil nada revelara daquilo que acima de tudo devia dar no consenso geral da Europa de seu tempo. E no entanto desde muito do bôjo dos galeões despejava-se para as arcas do tesouro dos Áustrias aquela massa enorme metálica e nobre, saída das entranhas do México e do Peru.

Permitira êle ao Grande Imperador, de sacra e cesárea majestade e ao filho, o *Rey Papelero*, a ingente tarefa de manterem a supremacia espanhola na Europa quinhentista.

No Brasil nada se encontrara ainda, nem prata, nem ouro, nem pedras! Na última década do século como governador-geral viria regêlo um daqueles obcecados pela miragem do Eldorado, tão numerosos entre os que cogitavam das coisas americanas a ponto de formarem legião.

A notícia da existência de pequenas faisqueiras auríferas nas vizinhanças de São Paulo atraíra-o. Se não o deslumbrara, pelo menos incutira-lhe a convicção de que poderia presidir ao início de um ciclo de expansão mineradora capaz de rivalizar com o do Potosí.

Daí o afã com que se transferiu às paragens vicentinas e organizou considerável aparelhamento prospector do sertão; a insistência com que apontou à Coroa a convicção própria no futuro de emprêsa de infalível êxito. Ele próprio realizou jornadas de assaz dilatado raio para verificar a valia das indicações ministradas por informantes singelos e ignavos. Não eram os arredores de São Paulo detentores de riquezas apreciáveis. Os seus pequenos filões auríferos, como os que Afonso Sardinha explorava no Jaraguá davam e sempre deram muito mediocres resultados.

Já antes da longa permanência do Governador-Geral em São Paulo, expedições de prospecção se tinham realizado como as de Brás Cubas e Luís Martins, Sebastião Marinho, Antônio Pedroso de Alvarenga, etc. Mas tôdas elas de incertíssimo roteiro e resultados nulos como nulos haviam sido até então os de uma série de entradas oficiais e particulares em terras hoje baianas, espírito-santenses e mineiras.

Nada lograria o senhor de Beringel obter de concreto sôbre a ocorrência de minérios nobres nas zonas exploradas. Apenas encontraria umas bôlsas ferríferas como a do Araçoiaba, de minério pobre e de metal que na época tinha reduzida importância.

Mas extraordinário serviço iria prestar à obra da expansão territorial com a instigação e a incentivação aos paulistas a que se lançassem à selva.

Organizou as duas primeiras grandes bandeiras de largo raio de percurso, as de André de Leão e Nicolau Barreto, cujos itinerários, incertos, tão discutidos têm sido e provávelmente ignotos continuarão.

Surgiam os albores da primeira grande fase do bandeirantismo: a da devassa do território destinado a cobrir todo o século dezessete.

A ela se daria o nome de ciclo da caça ao índio não menos caracterizador daquilo que foi, abrangendo as operações cruéis, extensivas a todo o continente americano, da escravização e dizimação dos autóctones. Série de fatos em que espanhóis e portugueses, ingleses e franceses, alemães, tanto têm o que se exprobrar mutuamente em maior e menor escala.

Começam as entradas paulistas a proceder à faina da cativação dos homens de seus sertões no duplo intento de angariar a segurança de seus povoados e a abundância de mão-de-obra para os seus rudes e mal fabricados estabelecimentos agrícolas.

No século XVI ao que afirmam os jesuítas espanhóis assolara Jerônimo Leitão trezentas aldeias do vale do Anhembi, arrebanhando trinta mil silvícolas para os arrastar à labuta das lavouras e engenhos do litoral. Certo é que em 1628 não encontraria D. Luís de Céspedes ao longo de sua navegação tieteense aglomerações indiáticas.

Muito se exagerou, freqüentemente, o cômputo dos escravizados pelas bandeiras. E assim a cifra dos inacinos deve achar-se muito acima da realidade.

O estágio da vida entre os índios, não permitia densidade apreciável de população. Afirmou autorizado economista que se em 1900 tôda a população de nosso pequeno e já quase superpopulado planêta

vivesse da natureza como, em 1500, os aborígenes americanos, precisaria ter a superfície de Saturno, se não a de Júpiter.

Certo é que com os primeiros anos do século XVII sentem as bandeiras o campo de ação desimpedido. Grandes áreas tornam-se cada vez mais seguras para o seu trânsito.

Agem elas em todos os quadrantes. Os incentivos do comércio baseado na mercadoria humana levam-nas, lógica e naturalmente, aos centros de maior abastecimento, às terras dos carijós da costa meridional, aos grandes viveiros ao sul do Paranapanema, do Iguaçu e do Uruguai, onde procedem a largas *razzias* encaminhando as migrações forçadas dos prisioneiros ao planalto piratiningano.

A enormes distâncias atingem as entradas. Tanto se afastam que nem mais parecem obedecer a qualquer intento econômico e sim à instigação meramente esportiva. Assim se poderá explicar por que razão tantas se embrenhavam anos e longos anos, reaparecendo em povoado, quando todos supunham que nenhum dos seus componentes escapara à morte.

É o que tão expressivamente descreveu Montoya: “Há sucedido à estos portugueses estar tantos anos ausentes de sus casas que juzgados ya por muertos, á manos de los yndios se casaron sus mujeres y volviendo vivos, hallaron agenos hijos llevando ellos los que en las yndias gentiles procrearon”

O imenso périplo de Rapôso Tavares, o maior de quantos até a sua data e em qualquer continente se conhece certamente foi uma destas jornadas esportivas, tal o gigantismo das dimensões assumidas. Outras podem apontar-se com os mesmos propósitos embora em menor escala, como, por exemplo, as andinas de Luís Pedroso de Barros e Antônio Castanho da Silva.

Verdade é que muitas expedições realizaram imensos percursos obedientes a propósitos escravistas exclusivos já desde os primeiros anos seiscentistas como a de Pêro Domingues, assinalada na confluência do Araguaia com o Tocantins.

É muito difícil se não impossível, na enorme maioria dos casos, fixar a profundidade das operações de prea.

As algaras atingem o centro do atual Rio Grande do Sul, a Mesopotâmia parano-uruguaia, o Sul de Mato Grosso, zonas hoje bolivianas e paraguaias, o Piauí, o Maranhão, o Nordeste.

Enquanto existiram populações consideráveis ao sul do Paranapanema e no litoral hoje paranaense e catarinense e no centro do atual Rio Grande do Sul, as jornadas preadoras abrangeram percursos muito menores do que as da segunda metade do século XVII.

Impossível torna-se calcular o volume do descimento de índios. Alguns autores jesuíticos atribuíram-lhe uma cifra de trezentos mil indivíduos, número que nos parece sobremodo exagerado e lançado para impressionar os monarcas, os pontífices e seus ministros.

Autores do século XVIII chegaram a falar em dois milhões.

Incomparavelmente menores do que as africanas eram as aglomerações sul-americanas da vertente atlântica que tanto praticavam o nomadismo. A permanência do estado de guerra tribal era além de tudo

quanto havia de menos propício a que os autóctones do Brasil viessem a constituir núcleos populosos. Sua civilização, como ninguém ignora, apresentava-se muito mais baixa do que a dos africanos que se valiam de agricultura muito mais intensa e de siderurgia elementar *in totum* desconhecida pelos seus fronteiros transatlânticos.

Impossível se torna conjecturar o que haja sido a cifra dos cativos exportados da região vicentina para o Norte açucareiro, circunstância a que têm alguns autores dado, por vêzes, o mais exagerado relêvo. Julgamos que tal cômputo deva ter sido muito diminuto em relação ao contingente africano na época em que concorriam as duas correntes do tráfico, a transatlântica e a da cabotagem.

Prova eloqüente da pequena importância desta segunda corrente, temo-la em 1629, quando ocorreu o encaminhamento dos aprisionados do Guairá às praças do Norte. Jamais se vira tão grande massa de apesados e no entanto os jesuítas que à presença do Governador-Geral foram pedir a sua libertação, encontraram mínimos contingentes de servos vendidos no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e na Bahia.

Durante decênios retumbaram perante o trono do terceiro e do quarto Filipe as palavras de grave advertência, o sombrio prognóstico de vários daqueles “crudos castellanos” conquistadores da América meridional atlântica.

Homens dessa grei que tanto sabia praticar a famosa divisa “a la espada y al compás, mas y mas y mas y mas!” como um Irala, um Hernandárias de Saavedra alertando os seus monarcas sôbre “los grandes danos que hacian los Portugueses del Brasil” e os propósitos de “los maloqueros de San Pablo”.

A ilharga dêstes *maloqueros* viviam os poucos jesuítas do Colégio piratiningano. Acirradamente lhes combatiam os processos mas eram impotentes ante a unanimidade de vistas da população que os circundava. Afirmava um jesuíta castelhano que em São Paulo haveria apenas um ou dois vizinhos que não se entregavam às expedições preadoras.

Tentaram escudar-se com as decisões dos soberanos e esta atitude lhes valeu em 1612 a quase expulsão quando experimentaram apelar para os têrmos da lei de 10 de setembro de 1610, condenadora formal das jornadas escravistas. Procurando salvaguardar a responsabilidade impetraram nobre declaração formal da Câmara paulistana de que jamais haviam participado de atos cerceadores da liberdade dos indígenas.

A mesma mentalidade escravista dominava os colonos espanhóis de tôda a América onde se estabelecera o hipócrita sistema da *encomienda* e da *mita* fraudadoras das solenes “leyes de Indias”.

Praticava-se o regime da escravidão integral no Paraguai de aquém e além Paraná.

Mais numerosos e menos tímidos do que os seus confrades portugueses do Sul do Brasil, contrariavam os jesuítas castelhanos o desenvolvimento do escravismo espanhol imprimindo notável impulso à obra da catequese.

Haviam em 1628 conseguido no atual oeste paranaense estabilizar trinta mil almas, quiçá, nos treze pueblos colocados abaixo do Paranapanema, mau grado a contumaz má vontade dos seus compatriotas e vizinhos colonos de Vila Rica del Spiritu Santo e de Ciudad Real.

Contra essa rêde de pontos de apoio da conquista castelhana e da repulsa à sua expansão insurgiu-se a belicosidade dos paulistas, instigados duplamente, pela conveniência econômica de seu "remédio do sertão" e o atavismo secular da hostilidade lusitana.

Irromperia esta última pela bôca de um dos seus grandes cabos de tropa ao responder ao inacino que lhe exprobrava invadir territórios da Coroa de Espanha: "esta terra é de nosso Rei e do nosso Conde Donatário".

A política escravocrata dos delegados régios castelhanos era irremovível empecilho a que os inacinos conseguissem o armamento de fogo graças ao qual os seus catecúmenos tentariam enfrentar a agressão bandeirante com outra eficiência que não a permitida pelas suas armas primitivas americanas e o armamento branco europeu de que dispunham seus doutrinadores. Essa repulsa à concessão de melhores elementos de combate acobertava-se com o terror da revolta geral dos índios contra os duros senhores e os interesses econômicos de um punhado de colonos brancos.

Nada mais frisante desta unanimidade de vistas inter-ibérica do que a atitude do Capitão-General do Paraguai, D. Luís de Céspedes, perante a destruição da obra efêmera da Companhia de Jesus no Guairá, pela arrancada paulista de 1628-1629. Graças a ela verificarse-ia o êxodo geral dos catecúmenos, Paraná abaixo, determinado por Montoya. Prosseguindo o avanço das bandeiras rumo ao sul, passou a visar os vastos celeiros humanos do Tape onde a infatigável Companhia de Jesus conseguira não menos vultosa obra da agremiação guaraníca cristianizada.

Processou-se vitoriosamente êste avanço, guiado por chefes da envergadura de Antônio Rapôso Tavares, André Fernandes, Fernão Dias Pais.

Era demasiado, porém, o que os temíveis mamalucos vinham alcançando.

Apesar da inércia dos Áustrias, ecoaram em Madri os brados de socorro partidos dos jesuítas e das mais altas autoridades sul-americanas a apontarem ao Trono a ruína da dominação castelhana na vertente atlântica do continente.

Daí proviria a tardonha atuação do governo paraguaio em defesa dos inacinos na campanha de 1638 de que resultou o destrôço dos paulistas em Caasapaguaçu. E pouco depois o catastrófico revés às margens do Uruguai, em Mbororé, no ano de 1641, derrota causada pelo farto fornecimento de armas de fogo aos jesuítas pelos governantes do Prata, do Paraguai e do Peru. Trouxe êste sucesso extraordinário desafôgo aos espanhóis que de tal sentimento deram as mais estrepitosas demonstrações.

Apesar de tão assinalado triunfo, ainda durante anos sentir-se-iam os castelhanos ameaçados no baixo Paraná. E até na foz do Prata em

Buenos Aires, como quando se deu a irrupção de Domingos Barbosa Calheiros na região correntina; que tamanho alarma causou na cidade portenha.

Em princípios de 1641 chegaria ao Brasil a inesperada e estarrecente notícia de que a Metrópole recuperara a independência. E este fato determinaria em São Paulo manifestação do mais alto significado nos fastos de todo o continente americano: a primeira irrupção coletiva e vultosa de um sentimento nacionalista em terras do Novo Mundo: o episódio da aclamação recusada de Amador Bueno da Ribeira como rei de São Paulo.

Já para os paulistas não mais era o soberano o rei do Escorial. Mais liberdade lhes caberia, portanto, para as correrias extratordesilhanas.

Haviam demonstrado a solidariedade lusa acudindo aos apelos do Governo-Geral para a recuperação do Nordeste, ao partir o seu contingente na esquadra do conde da Torre, em 1639.

No período de 1640 a 1643 deram largas ao espírito belicoso numa série de violentas questões intestinas, freqüentemente sanguinosas afastando-os do que se ia passando pelo Norte do Brasil onde a partir de 1644 começaria a década gloriosa da reação nacionalista antinflamenga. Mas ainda assim a agressão batava lhes valeria em 1641 a repulsa, em Santos, de uma frota vultosa, vitoriosamente enfrentada por Fernão Dias Pais e a remessa de um socorro militar em 1647 à Bahia, ameaçada por Segismundo Van Schkoppe.

Incansáveis na defesa de suas cristandades, haviam os padres Tanho e Montoya levado ao trono espanhol e ao sólio pontifício os protestos veementes de sua Companhia contra a agressão às suas reduções.

E Tanho em 1639 conseguiria do Sumo Pontífice Urbano VIII o breve de 22 de abril mandando observar no Brasil a bula de Paulo III, de 1537, estatuidora da liberdade dos indígenas.

A publicação do decreto papal depois de haver provocado no Rio de Janeiro e em Santos arruaças graves, determinaria em São Paulo a mais enérgica reação da Câmara local apoiada pelas diversas municipalidades da capitania e no sentido de se expulsarem os inacinos do colégio piratiningano o que se levou a efeito a 13 de julho de 1640.

Durante treze anos estariam eles afastados do seu já quase secular cenóbio onde se reintegrariam graças aos esforços de Fernão Dias Pais e mediante a promessa de não cercearem a atuação das bandeiras.

A partir de 1640 e durante dois decênios iriam as entradas atravessar um período de semicolapso, em virtude de gravíssimas dissensões irruptas em seu centro capital, dissídio que atingiu as proporções de verdadeira guerra civil.

Singular belicosidade animava os paulistas, como de esperar de homens afeitos às provações terríveis do sertão.

Em 1628 deles dizia D. Luís de Céspedes: "Vienen al pueblo los dias de fiesta y eso armados con escopetas, rrodelas y pistolas y publicamente consientelo las justicias. Porque já non son mas que en la apa-

rencia y son como las demas muertes, cuchilladas y otras insolencias, matando se y aguardando se en los caminos todos los dias sin que aya sido castigado hombre ninguno hasta el dia de oy ni tal se save”

Terríveis podem freqüentemente vir a ser as pugnas pelo poder nas aglomerações vilarejas, no regime das competições de campanário. De uma questão entre dois potentados em arcos, Pedro Taques e Fernão de Camargo, alcunhado o *Tigre*, decorreram as mais graves conseqüências.

Afervorou-se o ódio das parcialidades com o assassinato de Taques por Camargo.

As peripécias dessa guerra civil “dos Pires e Camargos” narradas em documentação escassa, fragmentária e obscura acham-se ainda muito mal esclarecidas e talvez nunca nos venham a ser claramente conhecidas. Complicam-se os seus incidentes com os casos de contenda com os jesuítas, de oposição ao Governador do Sul, Salvador Correia de Sá e Benevides, amigo da Companhia, e ainda uma questão passional entre pessoas do maior prol da vila, o uxoricídio praticado por Alberto Pires.

Imenso sofreu São Paulo com essa série de acontecimentos decorrentes do ódio e do acirramento das paixões. Serviu de teatro a numerosas ocorrências onde, certamente, pereceram muitos viajantes dos sertões.

Afinal intervieram os governadores-gerais do Brasil e desta conjugação de esforços procedeu em 1655 um acôrdo negociado pelo conde de Atouguia, delegado imediato de D. João IV.

Mas a paz não se firmou e apenas uma trégua. Recomeçou intensa a luta que só em 1660 veio a terminar com a atuação do ouvidor-geral dr. Portugal, delegado de Salvador Correia desde 1658, governador-geral da Repartição do Sul.

Visitou êste os seus ásperos governados do planalto, conseguindo desvanecer-lhe as prevenções, ciosíssimos como eram da autonomia, da quase independência em que viviam, havia um século.

Apaixonado das pesquisas minerais, graças à sua intervenção como governador das Minas, fundara em São Paulo, e em 1645, a primeira Casa da Moeda que o Brasil teve, casa de efêmera duração por falta de material aurífero abundante a fundir, amoedar e quintar.

Coincidência ou não com a permanência do Restaurador de Angola em São Paulo, recomeçaram as operações do bandeirantismo com muito maior intensidade. Vemos em 1661 voltar Fernão Dias Pais a sertanizar, e lança-se Luís Pedroso de Barros à sua enorme jornada do sertão dos Serranos no Peru, onde perece.

Até então não se haviam por iniciativa particular abalançado os paulistas a nenhuma grande expedição de pesquisa de minerais. Era a prea de gentios o grande estímulo do seu “remédio do sertão” Se às vêzes um ou outro sertanista declarava entrar na selva à procura da prata e do ouro, fazia-o hipòcritamente, para evitar não menos hipócritas conflitos judiciários ou, principalmente, para tentar obter índios das aldeias reais como soldados de suas “armações” e “viagens”.

Verdade é que os achados metalíferos até então realizados revelavam a maior pobreza do solo brasileiro em matéria de ocorrências nobres.

No terceiro quartel da era seiscentista acentuou-se o ritmo da devassa. As entradas sucedem às entradas a que assinalam os nomes de seus cabos de tropa como João Pedroso de Morais, “o terror dos índios”; Luís Castanho de Almeida, Manuel Dias da Silva, o *Bixira*, Manuel de Campos Bicudo, Bento Pires Ribeiro e tantos mais *duces menores*.

Com a deposição do degenerado Afonso VI, em 1667, nova fase da penetração surgiu sob a instigação premente do novo soberano, o Príncipe Regente D. Pedro.

Era convicção entre os portugueses que fatalmente ocorreriam no interior do Brasil colossais jazigos metálicos capazes de rivalizar com aqueles que os espanhóis exploravam desde o primeiro meio século quinhentista.

Esperava-se muito maior ocorrência de prata do que de ouro.

Viviam os delegados régios e os cronistas convencidos de que por todos os motivos devia o Brasil ser mais rico do que o Peru. Estava a leste dêste e o Oriente era sempre mais nobre do que o Ocidente. Por “boa filosofia” cabiam à região brasileira mais e melhores minas do que ao Peru, afirmava um documento oficial de 1610, pelo fato de ser mais oriental do que êle e portanto “mais disposto à criação de metais”.

Persistia tenaz a convicção nascida do célebre e misterioso caso fantástico das chamadas minas de Robério Dias. Em princípios do govêrno do Príncipe, singular vigor angariaria tal quimera.

Muito contribuiu Salvador Correia, aliás, para que se avolumasse tal miragem. Na mesma ocasião recrudesceu a antiga fé na existência de grandes jazigos esmeraldinos, determinante de infrutíferas expedições quinhentistas.

Em 1664 incumbia o govêrno de Afonso VI a Agostinho Barbalho Bezerra de perquirição em regra em busca da prata. E nesta ocasião solicitou de diversos grandes vultos do bandeirismo paulista a cooperação às passadas do novo governador das minas.

A respeito do êxito de tal jornada mostrou-se o vice-rei do Brasil, conde de Óbidos, absolutamente céptico e para tanto tinha razão, pois Barbalho não só viu perecer muita gente de sua tropa como êle próprio veio a morrer em campanha.

Em 1671 despachou o príncipe regente como governador-geral do Brasil o Visconde de Barbacena com instruções expressas para incentivar as pesquisas mineiras.

Dirigiu-se imediatamente aos grandes nomes do sertanismo e com tamanha insistência que conseguiu pronta repercussão nas atividades bandeirantes.

Partiram Sebastião Pais de Barros e Pascoal Pais de Araújo para a região do Tocantins onde o primeiro encontrou a morte e onde a sua bandeira veio a ser socorrida por outra despachada de Belém do Pará

sob o comando do padre bandeirante, o antigo vigário de São Vicente, Antônio Rapôso. Diversas outras expedições de pequeno vulto embrenharam-se contemporaneamente.

Determinaria a insistência da instigação governamental a mais longa e a mais notável das jornadas de perquirição mineira: a de Fernão Dias Pais, nomeado "Governador das Esmeraldas".

Duraria um octênio de marchas e contramarchas, privações e sacrifícios extraordinários, lances dos mais trágicos, culminados pela ruína do opulento sertanista e a sua morte no sertão, onde, ilusoriamente encontrara pedras que supunha esmeraldas quando não o eram.

Duas foram as diretrizes principais da política americana de D. Pedro II: levar as fronteiras do Brasil à margem setentrional do rio da Prata e envidar todos os esforços em favor da descoberta de metais nobres e pedras preciosas.

Com real tenacidade levou à frente êste duplo plano. Conseguiu o *desideratum* em relação ao primeiro anseio, fundando em 1680 a Colônia do Sacramento mas nada de positivo realizou quanto ao segundo intento, mau grado avultados gastos do erário régio.

Pôs à testa da prospecção personagem que lhe arrebatara a confiança plena, o espanhol D. Rodrigo de Castel Blanco, afamado especialista ao que se dizia. Incumbiu-o de examinar o que no Brasil existia de mais reputado como importância potencial mineira: a prata de Itabaiana em Sergipe e o ouro de Paranaguá. Caber-lhe-ia ainda averiguar o que realmente seriam os já lendários jazigos da ainda não localizada serra de Sabarabuçu.

Recorreu o Príncipe Regente aos grandes sertanistas de São Paulo, novamente, e pediu-lhes a coadjuvação intensa por meio de cartas autógrafas.

Não é possível fazer-se idéia do que valeria a técnica de Castel Blanco julgado por alguns contemporâneos seus como mero charlatão e por autores do nosso tempo menos severamente. Nada resultou de suas passadas ao Norte e ao Sul. Acabaria assassinado em 1681, no sertão do Rio das Velhas, no desempenho da terceira parte da sua missão, quando pretendia avistar-se com Fernão Dias Pais, a quem não mais encontrara vivo. Em todo o caso firmara a desilusão acêrca do que podiam render os cerros de Itabaiana e as faisqueiras de Paranaguá.

Diante do retumbante fracasso da custosa empresa esmoreceriam e muito as tentativas da prospecção oficial.

Todos os pendores dos paulistas haviam-se, até então, voltado para as expedições preadoras. Pouco, muito pouco os preocupava o encontro dos metais e das gemas preciosas. Era o que aos reis repetidamente vinham avisando várias das mais altas autoridades da colônia.

Acompanhava-lhes a fama de insuperáveis dominadores dos mais bravios e irredutíveis gentios. Assim, viam-se os seus serviços requisitados pelos governadores-gerais para combater os terríveis tapuias do

hinterland baiano, ameaçadores da segurança da zona canavieira do Recôncavo.

Em 1658 uma primeira expedição, chefiada por Domingos Barbosa Calheiros e Fernão de Camargo por completo fracassara, mas em 1671 segunda, comandada por Estêvão Ribeiro Baião Parente, Brás de Arzão e o filho de Estêvão, João Amaro Maciel Parente, conseguiria estrondoso triunfo.

Entre uma e outra ocorrera uma das maiores jornadas sertanejas: a de Domingos Jorge Velho que, em 1662, afazendara-se no Piauí, na confluência do Parnaíba e do Poti, a milheiros de quilômetros de sua terra natal e em região até então inteiramente selvática.

Em sua esteira, pouco depois viera outro e notável cabo de tropa, Francisco Dias de Siqueira, o feroz *Apuçá*, cujas cruéis passadas no Piauí e no Maranhão tanto se destacaram.

Duas grandes preocupações afligiam, no último quartel do século XVII, os governantes do Brasil: a existência dos grandes quilombos alagoanos dos Palmares e a agressividade das numerosas e belicosas nações tapuias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Dura empreza a da destruição dos redutos negros, objeto de já muito numerosas expedições malogradas. E mais duro ainda a da submissão dos autóctones a quem flibusteiros operando na costa nordestina abasteciam de armas de fogo e munições.

Ao quilombo palmareense conseguiu destruir, em 1694, e como tanto se sabe, o pioneiro do povoamento do Piauí após longa e penosa campanha.

O mesmo Domingos Jorge Velho destacou-se notavelmente na luta de extermínio contra os tapuias a que se deu o nome de Guerra dos Bárbaros. Nessa pugna que muitos anos durou, ocorreram numerosos lances documentadores da sua intensidade. Episódios em que sobressaíram diversos êmulos do expugnador de Palmares, como Matias Cardoso de Almeida, Manuel Álvares de Moraes Navarro, João Amaro Maciel Parente, Antônio Gonçalves Figueira e outros de menor relêvo.

Do prestígio alcançado por êstes chefes de “calções de couro” nada mais eloqüente como depoimento há do que o do arcebispo governador-geral do Brasil: D. Frei Manuel da Ressurreição:

“Para a Guerra do Sertão nem a infantaria paga nem a de ordenança se achou nunca capaz. Por maiores que fôssem, no decurso de quarenta anos, os esforços de várias tropas opostas à ferocidade dos bárbaros nunca se conseguiu efeito algum até mandar o govêrno-geral vir os paulistas, gente acostumada a penetrar sertões e tolerar as fomes, sêdes e inclemências dos climas e dos tempos, de que não têm uso algum os infantes nem os milicianos a quem falta aquela disciplina e constância”.

Justificando a concessão de patentes de oficiais de linha, aos bandeirantes, declarava o arcebispo que o fizera “por aquêle incomparável serviço feito a Sua Majestade, em virem de São Paulo, a tantas

centenas de léguas por sertões, em muitas partes estéreis, sem água e sem nenhum gênero de caça, sustentando-se de raízes”.

Ao menor aceno de ordem emanada do govêrno-geral haviam deixado a sua conveniência, voltando-se contra os bárbaros, com quem tantas vêzes tinham pelejado. Graças a êles haviam sido “vitoriosas as armas de Sua Majestade, a tempo em que tão oprimidos estavam das hostilidades inimigas”. Bastava “o seu valor e fama para os bárbaros perderem a insolência e tomar a guerra outro semblante”.

Nova e importante consequência decorreria destas campanhas cruéis: o afeiçoamento de largas áreas da bacia do alto São Francisco à civilização.

Findas as operações de guerra diversos dos principais cabos de tropa, como Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira fundaram enormes fazendas de criação de bovinos e eqüinos em território hoje norte mineiro. Sobretudo na ribeira francisquense e no vale do rio Verde e do Urucuia na região outrora intitulada: os Currais da Bahia, cujo limite extremo meridional era a confluência do rio das Velhas e do São Francisco. Mais tarde a zona pecuarista se dilataria para o sul pelo vale do Guaicuí, depois que na zona de Sabará se encetaram os trabalhos da mineração, no grande ciclo inicial do Ouro.

O último quartel do século seiscentista presenciou as derradeiras grandes expedições de preá, algumas das quais rumaram ao mais longínquo oeste das terras de além Paraná já na bacia amazônica.

Foi a mais notável a de Francisco Pedroso Xavier, em 1676, a operar no norte do Paraguai. Imenso alarmaria os hispano-americanos, tanto mais quanto sentiam o enfraquecimento progressivo de sua imensa monarquia.

Era verdadeira expedição de pequeno corpo do exército do qual, a Carlos II, dizia o cabildo de Asuncion: “toda esta provincia queda en riesgo manifesto de perder se”. Retirou-se o cabo de tropa depois de bater-se com a coluna do mestre de campo Juan Diaz de Andino mas levando grande cópia de prisioneiros. Larga repercussão teve a expedição acêrca da qual eximiu-se o govêrno de Portugal de qualquer responsabilidade, fazendo ao embaixador espanhol em Lisboa a cabal confissão de impotência quanto à repressão das bandeiras.

“Estos portugueses de San Pablo, explicava o diplomata ao seu monarca, viven sin freno del respecto y del terror del castigo de los gobernadores del Brasil. Son jente como sublevada y foragida. Por la grande distancia que se hallan de la Vahya de Todos los Santos sitio onde reside el governador general del Brasil, apenas lo reconocen y obedecen viviendo con grande desenfrenamento, falta al respecto y amor a la justicia”.

Em 1680 reaparecia Pedroso Xavier em correria pelo norte paraguaio onde numa refrega perderia a vida.

Mas um dos seus lugares-tenentes, Pascoal Moreira Cabral, mais tarde tão célebre, teria a audácia de estabelecer um campo entrincheirado à margem do Mbotetêú, hoje Miranda, mantendo naquelas águas

uma flotilha de oitenta canoas, base magnífica para impedir a marcha dos castelhanos para o norte pelo curso do Paraguai.

Nos últimos anos seiscentistas não foram geralmente felizes as entradas de prea. De 1682 parece datar-se a de Brás Mendes Pais a que notabilizou o popularíssimo episódio da repulsa de Pedro Leme, o *Torto*, à intimação castelhana da retirada de sua bandeira da região da Vacaria.

A de André de Frias Taveira e Jerônimo Ferraz de Araújo, invasora do distrito de Santa Cruz de la Sierra, sofreu formidável derrota por parte dos jesuítas e seus índios.

É provável que na base do Mboteteú hajam sediado muitas expedições de cujas passadas não se desvendaram documentos, ainda.

Ao longo do litoral atlântico contemporaneamente prosseguia a obra de ocupação por meio de avanços intermitentes mas constantes, pois jamais recuou a distensão do povoamento. Cananéia e Itanhaém são quinhentistas, como também se pensa em relação a Iguape e Paranaguá. Esta última seria vila em 1648 e base para o povoamento do planalto com a fundação de Curitiba em 1668, por Gabriel de Lara.

Com Curitiba não se deu contudo o que se passou com Parnaíba, Itu, Sorocaba e Taubaté. Como centro de expansão bandeirante seu papel é mínimo, por fraqueza demográfica e ter hinterland deserto de índios graças às *razzias* de princípios do século XVII.

São Francisco do Sul já no século XVI preocupava os espanhóis que na sua ilha tiveram efêmero povoado. O povoamento definitivo do arraial de Nossa Senhora da Graça ocorreria por volta de 1658. A ilha de Santa Catarina atraía na centúria quinhentista, e muito, a atenção dos conquistadores castelhanos que contudo não a povoaram, recuando no século seguinte ante a progressão bandeirante. Estava em 1660 deserta. Seria pouco depois, em 1662, o teatro do grande e malogrado ensaio colonizador de Francisco Dias Velho.

Importante como base militar, quando da fundação da Colônia do Sacramento teria o seu azemel de Nossa Senhora do Destêro arrasado por flibusteiros que até hoje não se sabe a que nacionalidade pertenciam.

A existência da Colônia do Sacramento seria o pertinaz estímulo a que os reis promovessem o constante avanço do povoamento, rumo ao sul.

Daí o empenho pelo qual D. Pedro II estimulou o ousado vicentino Domingos de Brito Peixoto a estabelecer-se nas terras do que então se chamava a Alagoa dos Patos, fundação que se realizou entre 1676 e 1690.

Aspero foi o apossamento definitivo da região onde se elevaria o arraial de Santo Antônio dos Anjos d'Alaguna. Teve Domingos de Brito Peixoto como colaboradores de inestimável valia, seus filhos

Francisco e Sebastião. Ao primeiro e seu sucessor, se deveu a marcha para o meridiano da qual decorreria a conquista do Rio Grande do Sul.

Estava a findar o século XVII e no solo vicentino existiam onze vilas litorâneas: Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaém, Iguape, Cananéia, Paranaguá, São Francisco do Sul; três no vale do Paraíba: Guaratinguetá, Taubaté e Jacaré; seis no do Tietê: São Paulo, Moji das Cruzes, Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiá; uma no vale do Iguaçu: Curitiba.

Pontas de lança da penetração civilizadora representavam então Itu, Sorocaba, Jundiá e Curitiba, à distância entre 120 e 165 quilômetros da costa.

Eram então em todo o Brasil os núcleos civilizados mais profundamente entranhados no âmago das terras, quando não implantados à margem de rios navegáveis, vertendo para o Atlântico e de fácil acesso.

E ainda existiriam minúsculos arraiais paulistas perdidos na vastidão das terras como o de João Amaro, no Paraguaçu, o de Matias Cardoso, nos Currais da Bahia, o do *Apuçá* na Mocha piauiense, etc.

No século XVII, mau grado a guerra civil e a sangria contínua causada pelas entradas nas quais tantos partiam para jamais voltarem, crescera a vila de S. Paulo graças à prolificidade da raça que a habitava como demonstram os róis genealógicos.

No limiar do século contava 210 fogos aglomerados e pouco depois D. Francisco de Sousa augurava que com o divino favor seria, dentro de não largo lapso, cidade.

A Câmara de 1637 com certa ênfase apregoava que sua vila era passante de seiscentos vizinhos. Mais de três mil brancos contava em 1660, declarava Salvador Correia. Assim não nos parece exagerado crer que a vila atravessaria o limiar da era seiscentista contando uns cinco mil habitantes brancos.

Já então haviam as bandeiras varrido enorme área.

Sem falarmos no périplo portentoso de Antônio Raposo Tavares, assinalado no norte do Paraguai, em terras da atual república do Equador, perto de Quito, no Rio Negro e na foz do Amazonas havia o Paraguai sido numerosas vezes atravessado, avistando-se as mesnadas bandeirantes nas campanhas do Uruguai como nos vales do Tocantins e do Araguaia, do rio das Mortes, mato-grossense. Verificava-se sua presença ainda no âmago do Piauí e do Maranhão, assim como na mesopotâmia parano-uruguaia e em terras da vertente ocidental dos Andes e no vale do Madeira.

Destas façanhas prodigiosas nascera no Brasil e na América do Sul, na monarquia lusitana e na Europa uma série de atoardas altissonantes e justificadas.

Uma informação oficial de 1695 a D. Pedro II prevenia de que os homens de São Paulo eram "capazes para penetrar todos os sertões por onde andavam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, não lhes sendo molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito de

tal vida. E ninguém lhes podia negar que o Sertão todo que Portugal tinha povoado no Brasil êles o haviam conquistado de gentio bravo, espalhado por serras, penhas, matas e catingas”.

Os jesuítas e os hispano-americanos que tantos motivos de queixa tinham dos paulistas, publicaram na Europa assaz vultosa bibliografia contra os seus agressores do Guairá, do Tape e do Itatim como Montoya na *Conquista espiritual*, Jarque nos *Insignes misioneros*, etc.

Divulgaram-se as extravagâncias colhidas no Brasil seiscentista como as dos capuchinhos Frei Miguel Ângelo de Gattina e Frei Dionísio de Carli, do engenheiro naval francês Froger e outros. Criou-se como que a consciência de que a vila de São Paulo era tributária e não súdita dos reis de Portugal, constituindo uma espécie de república, cuja lei primordial vinha a ser não reconhecerem os seus cidadãos a autoridade de governador algum estrangeiro.

Ao mesmo tempo firmou-se a opinião de que os paulistas marchavam pelos sertões, em bandos de algumas dezenas de brancos seguidos de numerosos índios, dos quais se valiam com superioridade não igualada por quaisquer outros homens da raça européia.

Atravessavam todo o Brasil, incursionando no Prata e no Amazonas para voltarem à vila natal às vêzes com centenas de cativos. Em suas montanhas sentiam-se ao abrigo das injunções dos reis.

A êstes depoimentos sôbre a sua bravia independência avolumavam muito os das próprias autoridades brasileiras.

A D. João IV informava o Provedor da Real Fazenda, Pedro de Sousa Pereira, que com a maior facilidade se amotinavam e desobedeciam às mais estritas ordens dos delegados régios.

Em 1663 o Governador-Geral Francisco Barreto expendia o conceito de que São Paulo constituía legítima Rochela, injuriosíssimo epíteto naquelas eras de ardente fé católica. Em 1691 dizia Luís César de Meneses, Governador do Rio de Janeiro, a D. Pedro II que “os moradores de São Paulo, não guardavam mais ordens que aquelas convenientes aos seus interesses”.

Em fins do século XVII cresceu extraordinariamente a reputação de turbulência e desobediência às ordens emanadas do Trono, graças aos violentíssimos “motins da Moeda”.

No meio de pavorosa crise econômico-financeira, em que se debatia a monarquia e sobretudo o Brasil, lembrara-se a Coroa de recorrer ao expediente da alta fictícia do numerário. ao inepto recurso dos reis medievais, moedeiros falsos, tipo Filipe, o Belo, da França. Tal medida provocara os mais arrebatados protestos dos paulistas de que resultaram de 1690 a 1694 diversas explosões públicas da maior desobediência às injunções régias.

Deram êstes fatos azo a pitoresco incidente entre D. Pedro II e seu Secretário de Estado, Mendo de Foyos Pereira.

Como o Rei dêste indagasse quais exatamente eram as vilas do Sul do Brasil, pusera-se o ministro a enumerá-las. Estranhou o monarca que de tal rol houvesse excluído os nomes das de São Paulo, respondendo-lhe o interpelado: “Porque aquelas vilas não pertencem a Vossa

Majestade, que sendo em tôdas mais do Brasil obedecido, nestas é des-  
prezado!”

Até os últimos anos do século XVII pouco se haviam interessado as  
bandeiras pela pesquisa de minérios nobres e pedras preciosas.

Era o que ao rei explicava o provedor Pedro de Sousa Pereira: “Aca-  
bei de experimentar quanto os paulistas tratam de se conservar livres,  
no mau ânimo que todos têm para o particular das minas, trazendo  
essa prática que, havendo as de importância, ficarão sujeitos aos pre-  
sídios e governadores de Vossa Majestade e lhes está melhor viverem  
de suas lavouras, com a liberdade que até agora têm de quererem  
recusar ou aceitar os ministros que vão a São Paulo”.

Era então curiosa a situação econômica da capitania vicentina.

Em tôrno da vila paulistana, e num raio máximo de uma centena  
de quilômetros afazendavam-se os homens de prol da república. Nas  
demais vilas e naturalmente em escala muito menor reproduzia-se o  
fato.

Não eram grandes estas explorações agrícolas, as quais acompanha-  
vam a indústria de rude tecelagem e a prática de sumário artesanato  
das profissões elementares essenciais da carpintaria, olaria e ferraria.

Nelas não se produziam gêneros destinados a uma exportação com-  
pensadora, mas em escala muito reduzida como testemunhava a insigni-  
ficância do movimento portuário em tôda a Capitania.

Começava o açúcar a produzir-se com maior abundância em tôrno de  
Itu, onde as lavouras canavieiras encontravam solo mais adequado e  
sobretudo clima muito mais propício, pela menor intensidade do frio  
e das geadas.

Mas êste açúcar andava mal preparado e mal reputado comercial-  
mente, no resto do Brasil. Servia ao abastecimento local. Viviam os  
paulistas cercados da abundância da sua produção cerealífera, dispondo  
de bastante algodão para as exigências do seu consumo. O mesmo se  
dava quanto à lã que fornecia matéria-prima “às fábricas de chapéus  
grossos que ainda no fim do século e ano de 1699 estavam estabele-  
cidas”, informa Pedro Taques.

A altíssima muralha vertical do Paranapiacaba, intransponível aos  
animais cargueiros até fins do século XVIII, constituía tremendo obs-  
táculo impôsto à exportação. Avultava a produção agrícola planaltina  
a ela recorrendo as mais altas autoridades da colônia, quando em  
ocasiões de penúria e apertos de guerra requisitavam do celeiro paulista  
os “socorros da farinha de trigo, carnes de porco e feijão que pediam  
os governadores-gerais do Estado em diversos tempos”, como refere  
Pedro Taques.

Dá a pungente queixa de Antônio Vieira a D. Pedro II, motivada  
pela ocorrência destes apertos de guerra e outros quando ao monarca  
apresentava a dureza da vida dos índios, transportadores dos fardos de  
exportação do altiplano, pelas encostas da Serra Marítima “não só car-  
regados como homens, mas sobrecarregados como azêmolas”

Os rebanhos de bovinos e eqüinos pouco vultosos se apresentavam no platô e no século XVII muito inferiores aos dos sertões da Bahia e Pernambuco.

Em suma: as vilas do planalto bastavam-se largamente a si mesmas. Cercavam-nas propriedades de áreas geralmente exiguas em face da vastidão das terras desabitadas, fazendas em geral mal delimitadas como de esperar.

Diminuta a densidade demográfica, embora incomparavelmente maior do que um século atrás. Em fins do século XVII o Secretário do Conselho Ultramarino avaliava a população de São Paulo e das oito vilas suas satélites de Serra Acima, "do seu Recôncavo", que deviam ser Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiá, Moji das Cruzes, Jacaré, Taubaté e Guaratinguetá em vinte mil vizinhos. Referia-se naturalmente aos homens brancos o que levaria a população a umas sessenta mil almas, pois os negros, os do gentio da terra e os de Guiné não entravam no censo.

Havia potentados em arcos que regiam centenas de "serviços forros" e alguns a mais de um milheiro como sucedia a Fernão Dias Pais e aos irmãos Pedro Vaz de Barros e Fernão Pais de Barros.

Sucedia às vêzes que os rebanhos servis se rebelassem tomando temível desfôrço da contenção a que estavam submetidos. Tal o caso da insurreição dos servos de Antônio Pedroso de Barros a quem assassinaram destruindo-lhe ao mesmo tempo a fazenda. Em 1660, como consequência provável da guerra civil vários casos desta natureza ocorreram.

Muitíssimo poucos são, aliás, os documentos reveladores de movimentos de repulsa ao cativo por parte dos "serviços forros" livres por lei de Sua Majestade. A importação de africanos ainda se mostrava muito escassa em terras paulistas.

Com o declinar do século XVII não tardaria que o campo de exploração das bandeiras fôsse precipuamente outro, devido a inesperado encontro revelado pelo desvendamento do sertão dos Cátaguás.

Notável documento representa o que o governador fluminense Antônio Pais de Sande expendeu a D. Pedro II, em meados de 1693, expressão daquilo que pensava acêrca da questão até então muito nebulosa da existência de minas no Brasil.

Quem últimamente estorvara a descoberta de jazigos preciosos fôra a incompetência e a inépcia dos delegados da Coroa, encarregados de tal emprêsa, como ainda recentemente D. Rodrigo de Castel Blanco.

Rematado disparate pretender-se, oficialmente, a execução de jornadas sertanejas de prospecção. Escusado seria entregar a chefia de tais expedições a outrem que não paulistas. Gente briosa, intrépida, "impaciente da menor injúria", amantíssima da pátria, vaidosa e ambiciosa de honrarias, benéfica a forasteiros e adversíssima a atos servis, saía do berço, imbuída da doutrina da conservação da independência! Imenso receava trocar a liberdade de govêrno da sua quase livre república pela sujeição que fatalmente lhes traria o estabelecimento de um apa-

relho administrativo e burocrático se acaso revelasse as riquezas mineiras de seus sertões.

Com muito tato precisavam os monarcas levar tão suspicazes, altanados e bravios vassalos. Essencial se tornava provar-lhes que longe de os reduzir a humilhante sujeição haveriam de os distinguir e agraciar com honras e mercês, postos, patentes, cargos e ofícios.

Quando se convencessem da lealdade das intenções soberanas haveriam, ambiciosos de glória e cheios de competições mútuas, de efetuar tôdas as diligências em revelar os tesouros do solo brasileiro com a energia de que eram capazes, vencendo o “empenho com que os traziam ocultos”

Caberia ao sucessor de Pais de Sande, Sebastião de Castro e Caldas (1695-1697) noticiar a D. Pedro II as notícias estarrecentes do encontro de extraordinários jazigos auríferos, naquele mesmo sertão dos Cataguás, por onde durante oito anos perlustrara Fernão Dias Pais. Obcecado pela miragem esmeraldina longamente vira correr as águas de regatos, ribeirões e rios sôbre verdadeiro leito de granetes e grãos de metal finíssimo do mais apurado quilate qual o da região saba-rense. E não suspeitara a existência de tal pactolo.

Até agora parece impossível atribuir seguramente a êste ou àquele sertanista a prioridade da revelação do ouro das Minas Gerais. E o mesmo se dá quanto à fixação do milésimo do tal desvendamento.

O famoso relato de Bento Fernandes Furtado de Mendonça, papel inicial da documentação histórica de Minas Gerais, tal glória atribui a Antônio Ruiz de Arzão, em 1693.

Pretendeu Garcia Rodrigues Pais, em 1695, avocar a si tão notável prioridade, mas às suas pretensões falta a indispensável documentação. Deve, aliás, o célebre Guarda-mor Geral ter sentido amargamente haver permanecido por longo prazo, ao lado do enorme jazigo do rio das Velhas, sem lhe ter suspeitado a existência.

Foi o achado de Arzão insignificante e sua divulgação teve restrito raio, não causando impressão ao público brasileiro e ainda menos ao reinol. Não fôra assim e já 1693, ou, ao mais tardar, 1694 teria presenciado o início do enorme *rush* de alucinados aventureiros prospectores do ouro.

Já por volta de 1697 imenso crescera a fama das perspectivas dos *placers* do Espinhaço e a Coroa despachou ao govêrno do Rio de Janeiro, delegado de grande capacidade e inteligência: Artur de Sá e Menezes, incumbindo-o de averiguações minudentes sôbre o que já muito veementemente afirmava a atoarda universal.

Ao chegar ao Brasil encontrou os paulistas, novamente, entregues a sanguinolento dissídio. O assassinio de Pedro de Camargo, chefe da facção que com a maior insolência desacatara a autoridade do novo delegado régio intimando-o a que não viesse a São Paulo — porque os paulistas se sabiam muito bem governar sendo conveniente que êle se deixasse ficar no Rio de Janeiro com a sua infantaria — o assassinio de Camargo pelo bravo Gaspar de Godói Colaço, trouxe completo desfôgo à atuação inteligente e diplomática do novo capitão-general.

Veio ter a São Paulo onde conseguiu perfeito conhecimento do que se passava no território aurífero, tomou ótimas providências administrativas mostrando-se organizador de larga visão e instou vivamente os paulistas a prosseguirem na faina mineradora. E afinal saiu a percorrer o distrito mineiro.

Já então o invadira enorme e desvairada turba, com tamanha impaciência e imprevidência, se não inconsciência, que daí resultara catastrófica situação. Esgotados os poucos recursos naturais da região invadida, ilhada na selva, distante centenas de quilômetros dos centros que poderiam abastecê-la de carne e cereais, terrível fome assolou os famélicos do ouro, obrigando-os a uma dispersão, causadora de enorme mortandade e numerosíssimos crimes.

Em 1700 apareceu Artur de Sá no distrito do ouro e em 1701 a êle voltou.

Verdadeiro delírio coletivo empolgou Portugal e o Brasil. Superestimou-se a cubagem dos recém-encontrados depósitos auríferos. Inesgotáveis minas! Havia ouro a desentranhar por séculos e séculos! Era o que corria cis e transatlânticamente. Boatos circulavam de que a Lisboa se encaminhavam naus lastradas de ouro em pó!

Realmente prodigiosos iam ocorrendo os achados nas primeiras zonas descortinadas, nas Minas Gerais do Ouro Preto e do Ribeirão do Carmo, do Sabará e do Rio das Mortes. Os primeiros acorridos à borda do curso dos novos pactolos, maiores e menores, auferiam espantosos lucros do rápido trabalho.

Procurou Artur de Sá infundir algum feitio civilizado àqueles arraiais turbulentíssimos onde campeavam a violência e o crime.

Enquanto isto prosseguia, impetuoso, o movimento prospector, revelando novas descobertas, muitas das quais de enorme valia. Surgiam os arraiais, uns após outros, ao sabor dos achados. Muitos dêles de vida efêmera, outros persistentes que com o tempo dariam nascimento a vilas, mais tarde cidades.

Tais, por exemplo, o do Ribeirão do Carmo do qual nasceriam Mariana, Vila Rica do Ouro Preto e seus contíguos Antônio Dias, Tripuí, etc. Sabará, mais tarde Vila Real, para depois voltar ao primitivo nome e seus satélites Caeté, Santa Bárbara, Brumado, etc. Rio das Mortes, depois São João d'El-Rei, e seu vizinho São José, Pitangui, Sêro do Frio.

Formam verdadeira legião os paulistas denunciadores dos novos jazigos, cujos nomes se fixaram imorredouramente nos fastos e na toponímia de Minas Gerais, sendo que muitos dêles adquiriram verdadeira projeção nacional, como Manuel de Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera, Garcia Rodrigues Pais, João Leite da Silva Ortiz.

A diversas localidades se prendem nomes de clãs de São Paulo, como Pompeu, Betim, Rapôso, Furquim, Camargo, etc. A outras os patronímicos individuais como Mateus Leme, Antônio Dias, etc.

Habitat de homens afeiçoados à terrível vida do sertão e da preta, em desertos a enorme distância de qualquer ponto civilizado, era de

esperar que a região do ouro servisse do mais favorável campo de expansão aos sentimentos da violência e da exclusão sobretudo quando nela fervilhava a competição em favor da posse do objeto causador da maior cobiça humana.

Nos primeiros momentos estabeleceu-se a rivalidade entre os grupos dos primeiros descobridores, filhos do mesmo local, e outros da mesma grei mas oriundos de outra zona. Daí a má vontade dos taubateanos para com os paulistanos e demais filhos da sua capitania vicentina, sobretudo para com os primeiros que, no dizer dos depoentes do tempo, mofavam da pequenez da vila de São Francisco das Chagas comparando-a à sua, muito maior.

Mas não tardou que todos êstes paulistas, aliás parentes e aparentados, fizessem frente única ante a avalanche dos outros brasileiros e dos reinóis precipitados do sul e do norte sequiosos de compartirem da riqueza dos achados de pinta rica.

Mais numerosos, dispondo de elementos financeiros mais vultosos, fornecidos por capitalistas da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, tomaram, forasteiros e emboabas, posição a mais saliente ante aquêles que se julgavam e com mil motivos naturais para tal sentimento os senhores de uma região de sua descoberta e laboração inicial.

Agravou-se muito esta situação no primeiro decênio setecentista, em cujo final se tornou intolerável, marchando para sanguinosa distensão.

Nos primeiros milésimos dos achados do ouro no até então deserto território mineiro, ordem alguma reinava nesta região onde praticamente não existiam quaisquer autoridades judiciárias, militares e administrativas e onde para o agravo da situação viviam péssimos clérigos, trânsfugas de suas religiões. Era um campo de desenfreada anarquia e verdadeiro reino do bacamarte e da tocaia.

Três indivíduos encabeçavam a oposição aos paulistas, dois portugueses Manuel Nunes Viana e o trinitário Frei Francisco de Menezes e um fluminense Bento do Amaral Coutinho.

Disponha Viana de dotes de extraordinária inteligência e capacidade para a luta.

Era, como complexo de qualidades combativas, a mais notável personalidade das Minas. Quer como mineiro opulento, quer como organizador do comércio de gado, vindo do Norte aos arraiais do ouro, e sobretudo como chefe principal da vultosa quadrilha dos descaminhadores dos quintos reais.

O trinitário girovago, homem da maior bravura pessoal, e não menor cupidez, visava a enriquecer rapidamente à sombra da proteção do grande contrabandista a quem se aliara.

Quanto a Coutinho, indivíduo feroz, homiziado em virtude de atrozes crimes e homem não menos intrépido, fizera também a mais natural aliança com o chefe emboaba.

A êste trio de lutadores de notável capacidade, apenas podiam os paulistas opor um único chefe de grande prestígio. Desde muito, aliás, fazia êle frente a Viana tentando reprimir-lhe o contrabando: Manuel

de Borba Gato. Eram além de tudo os paulistas inferiores, em número, aos seus contrários.

Incidente insignificante veio deflagrar o conflito. Uma pendência entre Jerônimo Pedroso de Barros e Nunes Viana, pôs em armas as duas parcialidades em fins de dezembro de 1708.

Depois de uma refrega em Cachoeira do Campo onde destroçou os adversários, ocupou Manuel Nunes o arraial vila-ricano mas viu-se repellido pelo vizinho do Ribeirão do Carmo.

Deixou-se então solenemente aclamar Governador das Minas, investido de todos os poderes ditatoriais.

Uma coluna sob o comando de Bento do Amaral Coutinho surpreendeu contemporaneamente como tanto é sabido um trôço de paulistas perto do rio das Mortes, e obrigou-o, por esgotamento de munições, a render-se discricionariamente.

Aos prisioneiros mandou o cruel vencedor trucidar, o que valeu ao local o nome de Capão da Traição.

Parece muito exagerado, pelos cronistas, o vulto dêste morticínio cujas vítimas chegaram a computar em várias centenas.

A mais penosa impressão causaram no Rio de Janeiro as notícias da conflagração mineira. Partiu o Governador D. Fernando de Lencastre para o teatro da luta e a Viana intimou a que se apresentasse, cassando-lhe todos os atos praticados.

Recebeu-o o caudilho à frente de numerosa tropa, disposta em ordem de batalha e Lencastre a tôda pressa recolheu ao Rio de Janeiro, onde em breve, a 11 de junho de 1709, passou o govêrno a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, homem corajoso, cheio de prudência e tato político.

Sentia-se Viana, aliás, em posição falsa. Vários dos seus principais lugares-tenentes assumiam atitudes hostis. E assim procurou negociar com o delegado régio.

Intimou-o Albuquerque a abandonar imediatamente o território mineiro, sendo *in totum* obedecido. Proclamou o novo governador a anistia régia, da qual ficavam excluídos Viana e Bento do Amaral, e foi ter ao rio das Mortes onde emboabas e frausteiros se achavam muito receosos de provável investida paulista de desfôrço ao caso do Capão da Traição.

Descendo a Mantiqueira encontrou Albuquerque, em Guaratinguetá, o vultoso corpo do exército que, sob o comando do cabo maior Amador Bueno da Veiga, marchava para o território mineiro. Tentou desarmar os chefes paulistas mas por êles viu-se desacatado.

A 14 de novembro de 1709 surgia em face do arraial do rio das Mortes a tropa de Amador Bueno que encontrou o local apercebido de bem guarnecido fortim. Encetou-se o assédio da pequena praça vigorosamente defendida. Lavrava, porém, a discórdia entre os chefes do exército paulista. Ao da vanguarda, o bravo Luís Pedroso de Barros, frouxamente auxiliava o cabo maior. Houve diversos combates e os sitiados exaustos de munições iam lançar mão do desesperado recurso de uma sortida em massa quando, inesperadamente, retiraram-

se os paulistas, receosos de se verem entre os fogos do arraial, e os de forte coluna apoiada por tropa de linha do Rio de Janeiro, e que a marchas forçadas vinha socorrer os assediados.

Portou-se Albuquerque com a maior habilidade. Em vez de abusar da vitória, correu a São Paulo a efetuar a pacificação dos vencidos, conseguindo de tal intervenção os melhores resultados.

Em julho de 1710 aos paulistas desarmava levando-lhes a notícia de criação da nova capitania de São Paulo e Minas do Ouro, cuja capital seria a sua vila.

Assegurou, então, que dentro em breve seria esta levada à dignidade de cidade e provávelmente à de sede de nova diocese.

E realmente pelo alvará de 3 de novembro de 1709 Dom João V criava a nova circunscrição anunciada, cujas fronteiras viriam a delimitar colossal área de quase três e meio milhões de quilômetros quadrados, encerrando os territórios de seis Estados atuais da Confederação Brasileira: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina, grande parte do Rio Grande do Sul e ainda um trato de terras hoje fluminenses.

A 11 de julho de 1711 ratificava o rei as palavras do seu delegado, elevando a antiga vila do Campo de Piratininga à categoria de cidade capital de sua imensa capitania, que já então contava mais de duas dezenas de vilas.

Prosseguiu o *rush* minerador, sobretudo depois que deixou de ser limitada a importação de africanos.

Enorme o abalo causado pela aparição do ouro num país onde o numerário todo é metálico até então se mostrara o mais escasso. Fortíssimo desequilíbrio econômico ocasionou em tôda a colônia, como tão lúcidamente aponta Antonil.

Quer pela sucção, em mercados de pequena produção dos gêneros de consumo, quer pelo despovoamento dos centros produtores.

Nada mais natural do que êste fenômeno obediente à mais imperativa das leis, a da oferta e da procura. Encaminhavam-se as carnes e os cereais para os centros de uma região onde dezenas de milhares de indivíduos viviam pagando, a pêso de ouro, aquilo de que precisavam, para poder subsistir em terras sáfaras, ainda na véspera virgens de qualquer amanho, por desertas. E a miragem aurífera arrebatava levas e levas de obcecados arrastando consigo comboios e mais comboios de escravos adquiridos pelos mais elevados preços, desguarnecendo-se de tal forma o pessoal dos estabelecimentos agrícolas que muitos e muitos deles haviam cessado de produzir.

Nos primeiros anos da mineração representou a região paulista de Guaratinguetá a Curitiba, o papel de retaguarda econômica das Minas, mas a custo, como de esperar, de consideráveis sacrifícios pela elevação do custo de vida e sobretudo pela extraordinária diminuição do seu cabedal demográfico.

Contemporaneamente trouxe o afluxo do ouro o mais notável desenvolvimento ao Rio de Janeiro. Foi certamente a fama de metrópole do ouro que lhe atraiu os assaltos franceses de 1710 e 1711.

De 1710 em diante alargou-se extraordinariamente a área de prospecção incentivadora de não menos considerável importação de escravos, que agora se utilizava das extraordinárias vantagens trazidas pelo recém-rasgado Caminho Novo de Garcia Rodrigues Pais.

Eram êles em 1716 e na região das lavras, 27 909, cifra que ascendeu a 52 273 em 1728 e a 92 729 em 1735.

Os três primeiros capitães-generais de São Paulo e Minas do Ouro residiram sempre fora de sua capital, no Ribeirão do Carmo, centro do distrito principal de exploração aurífera.

Problemas graves do seu governo foram a cobrança dos quintos da produção das lavras devidos ao fisco régio e a manutenção de certa ordem e disciplina nos tão vastos territórios onde tão frouxamente se fazia sentir a presença de sua autoridade.

Naquelas enormes regiões êrmas como estabelecer qualquer polícia, senão do modo mais precário? A multiplicação das veredas e picadas favoreciam extraordinariamente a evasão do ouro subtraído à quinta-gem. E esta questão do descaminho dos quintos converteu-se no maior pesadelo das altas autoridades. E a seu lado florescia o mais intenso contrabando dos rebanhos e das mercadorias subtraídas ao pagamento dos impostos.

Depois de 1702 grandes boiadas desciam continuamente do Norte, passadas as duas grandes fomes, pois a balela de existência de fazendas de criação na zona aurífera, por ocasião da descoberta não passa de descabelada fantasia. Inclui-se entre essas histórias que o conhecido prolóquio francês classifica como capazes de adormecer pessoas de pé.

Escreve um dos mais velhos depoentes sôbre o povoamento mineiro o autor da Relação do principio descoberto destas Minas Gerais (Códice Costa Matoso — 43, 3): “com notícias de haver ouro nestas Minas e povoação de gente, vieram do sertão da Bahia abrindo picada e trazendo algum gado para elas e o grande preço por que vendiam a cabeça que era a meia libra de ouro naqueles princípios (228 gramas de ouro) os animava à esterilidade do caminho, no qual morreu muita gente naquele tempo de necessidade e outros que matavam para os roubar, na volta, que levavam ouro e ainda os camaradas que iam juntos fazer o seu negócio”

Em 1703 ainda mais alto custaria uma rês, segundo Antonil, nada menos de 350 gramas de ouro.

A contribuição da carne, artigo essencial de alimentação dos araias, vinda do sul era muito pequena em relação à setentrional como se deduz dos apelos desesperados do Conde de Assumar, já em 1719, aos criadores de São Paulo, a que despachassem boiadas às vilas do centro mineiro.

A produção controlada do ouro das Minas Gerais de 1700 a 1735, segundo os dados oficiais deve ter sido de umas 14 200 arrôbas, ou se-

jam, 210 000 quilogramas. Concordam os autores que tal cifra deve ser majorada de trinta por cento, coeficiente razoável atribuído à quota da evasão dos quintos reais. Convém não esquecer que Antônio de Albuquerque, em 1710, dizia a D. João V avaliar o descaminho no triplo do pêso do metal apresentado à quintagem.

E bastante verdade haveria em tal asserção, pois de 1700 a 1713 renderam os quintos 56 655 gramas e o ouro subtraído à quintagem e confiscado pelas autoridades subiu a 46 975 gramas, quase outro tanto. E quem poderá avaliar o que passou a salvo por aquelas veredas múltiplas abertas em tamanha vastidão de terras onde campeavam a audácia, a argúcia, a artilosidade de Manuel Nunes Viana e seus comparsas?

A percepção dos impostos régios fêz-se a princípio baseada no número dos bateadores. Em 1714 resolveu o segundo Capitão General D. Brás da Silveira que os mineiros pagariam trinta arrôbas anuais, como quota dos quintos reais, soma aceita sob protesto, aliás. Em 1719 atendendo aos reclamos gerais decidiu o Conde de Assumar que a contribuição fôsse de 25 arrôbas.

Já então quase desaparecera o ouro do leito dos ribeirões e dos rios e os mineradores viam subir o custeio de suas lavras onde trabalhavam escravos muito caro comprados. Assim a maioria vivia acossada pelos débitos contraídos.

A notícia do próximo estabelecimento de casas de fundição e moeda ainda mais os alarmou. Mas Assumar não recuou ante o movimento de reação então esboçado. Viera com o firme propósito de, em sua capitania, introduzir o maior respeito à autoridade, a ordem administrativa e fiscal e um regime de grande severidade na repressão do crime e da anarquia.

E conseguiu-o plenamente valendo-se da presença da tropa de linha que com tôda a solicitude requisitara do rei.

Assim anulou o poderio de diversos indomináveis régulos como Domingos Rodrigues do Prado em Pitangui, Antônio de Oliveira Leitão no rio das Mortes — a quem fêz subir ao cadafalso — e sobretudo Manuel Nunes Viana, dominador absoluto do território que ia de Sabará ao centro das terras hoje baianas.

Em 1720 teve Assumar de enfrentar a mais grave questão do seu quadriênio proconsular, ao esmagar os amotinados de Vila Rica a cujo cabecilha, Filipe dos Santos Freire, ilegalmente fêz justiça de modo espetacular. Com a execução de tal caudilho findou o “motim de portugueses” como tão exatamente o definiu e precisou Feu de Carvalho.

Fêz êste probó historiador, apoiado em esmagadora documentação, ressaltar quanto tal movimento não passou de mera assuada fiscal sem o menor laivo de fundo nacionalista. Basta lembrar que para combater a sedição apoiou-se o conde de Assumar nos paulistas contra os próprios compatriotas.

E, no entanto, autores modernos, avessos à consulta documental elevaram o movimento vila-ricano à altitude de primeira demonstração

do espírito patriótico brasileiro em anseios pela independência do Brasil!

Retirando-se do govêrno ainda coube a Assumar o ensejo de comunicar a D. João V a notícia da descoberta do segundo eldorado brasileiro, o do Cuiabá. Aventou, então, ao monarca a vantagem de se desmembrar o imenso território de sua capitania e viu-se atendido.

Pela provisão régia de 20 de fevereiro de 1720 criou o monarca a capitania das Minas Gerais, destacada da de São Paulo e Minas de sua Repartição para a qual despachou, como capitão-general a Rodrigo César de Menezes, irmão do vice-rei do Brasil, Conde de Sabugosa.

Empossou-se êste, a 6 de setembro de 1721, do govêrno da recém-desmembrada capitania que ainda assim cobria uma área de seus três milhões de quilômetros quadrados.

A presença assídua dos delegados régios na cidade paulistana viria trazer novo fâcies ao bandeirantismo, diminuindo-lhe extraordinariamente a autonomia já secular. Verificar-se-ia o que Pais de Sande apontara como sendo o principal receio dos antigos "calções de couro", o cerceamento daquela independência que lhes era tão cara.

Iria dentro de poucos anos desaparecer o entradismo, de caráter particular e individual, ante a intervenção oficial cada vez mais autoritária e ferrenha.

A descoberta de Cuiabá seria como que o penúltimo grande canto do epos sertanista.

Nova fase bandeirante se encetava, da maior relevância e da mais extraordinária originalidade, nos fastos universais. Faça-nha espantosa como teste de resistência, e de feitio todo novo, destas que se incluem na categoria das emprêsas cujo vencimento exige

### *Mais do que promete a fôrça humana.*

Essa navegação fluvial de três mil e trezentos quilômetros do mais áspero, do mais penoso cumprimento, cuja rememoração arrancou a Saint-Hilaire grandiloquo comentário: "navegação gigantesca, perigosa e prodigiosa que causa espanto aos europeus acostumados a seus rios mesquinhos"...

Mais longa, mais dilatada já se praticara no próprio Brasil, na Amazônia com Orellana e Pedro Teixeira, e os jesuítas das missões espanholas, com Samuel Fritz.

Mas em águas plácidas, quase lacustres sem o menor estôrvo aos embarcações como se dera no Mississipi com La Salle.

Como que o curso do Tietê constituiu uma haste de lança cujo conto era o Caminho do Mar, lança enristada contra o meridiano de Tordesilhas forçando-o a recuar para oeste mais de quinze graus, do litoral atlântico às margens do Madeira.

A não ser em território hoje de Minas Gerais, até o segundo quartel do século XVIII nenhuma ocorrência notável do ouro se verificara, sal-

vo quanto a reduzidos bolsões como o de Minas no Rio das Contas, celeberrizado pelas cruéis façanhas do terrível Sebastião Pinheiro Rapôso.

Fôra a conquista das terras de além Paraná facilitada pelo conhecimento destas regiões, adquirido pelos homens de preça, sobretudo graças à base bandeirante de Pascoal Moreira Cabral.

Tornou-se o centro da devassa e da conquista. Em 1718 ocasionalmente surgiu a descoberta dos ricos jazigos do Cuiabá.

Em 1720 encetou-se o novo *rush* para os recém-encontrados campos auríferos.

Muitos paulistas, antigos mineradores no território das Minas Gerais, dêle se haviam retirado fugindo ao contato com os vencedores de 1709. Acorriam agora para o novo Eldorado, que como tão expressivamente expendeu Southey “desde muito estaria às mãos dos espanhóis do Paraguai ou de Santa Cruz de la Sierra se êstes houvessem possuído metade do gênio empreendedor e da atividade dos brasileiros” E o ânimo de arrostarem os obstáculos da jornada cuiabana já em águas plácidas mas prenhes do perigo da agressão indiática, violentíssima como soía ser a dos paiaguás e guaicurús.

No Cuiabá dos primeiros anos ocorria o ouro a aflorar da terra como a nata sobrenada ao leite, exprimiui Eschwege em comparação pitoresca.

Aos audaciosos que se aventuravam à tremenda viagem dos rios das bacias do Paraná e do Paraguai para atingirem o segundo eldorado brasileiro, extraordinária mortandade dizimou. Os velhos cronistas descrevem-nos de modo mais impressivo as cenas pavorosas ocorridas na travessia dos intérminos e inóspitos sertões.

“Houve comboios em que morreram todos achando os que vinham atrás os corpos mortos pelos barrancos dos rios e as fazendas podres no fundo das canoas, as rêdes armadas com os donos dentro mortos.”

Não houve em tôda a longa série dos episódios bandeirantes lance que exigisse maior messe de sacrifícios e sofrimentos do que êste do apossamento e da permanência no Cuiabá.

A tenacidade da ocupação cuiabana forçou a um dispêndio de energia digno complemento da temerosa viagem fluvial, bordejante de terras assoladas pelas mais virulentas formas da malária e das úlceras, proteiformes e invencíveis à terapêutica do tempo. Arrostavam-se os perigos das furiosas corredeiras e dos rebojos tragadores das embarcações, por vêzes em flotilhas inteiras. Padecia-se a perseguição de uma fauna entomológica e aracnológica abundantíssima, e incansavelmente agressora. Afrontavam os acidentes de uma navegação a cada passo pontuada pelos naufrágios, onde se consumiam vidas e submergiam-se carregamentos de cuja perda decorria a fome das equipagens. A tôda esta série de provações culminava a agressão de índios, intrépidos, aguerridos, numerosos, defensores tenacíssimos de seu solo natal.

A meditar sôbre os lances desta navegação “quase tão longa quanto a da Europa às Índias Orientais” expendeu Augusto de Saint-Hilaire, em 1822, êstes conceitos repassados de justiça integral: “Tão perseverantes quanto intrépidos, os antigos paulistas arrostavam todos os perigos. Não receavam nem a flecha do selvagem, nem a fome, nem

as intempéries das estações, nem a falta de repouso, nem as privações de todos os gêneros nem mesmo as moléstias pestilenciais que, entretanto, haviam devorado, no meio de desertos, tão grande número de seus precursores”.

Atingirem as monções a vila cuiabana constituía a renovação de uma das mais heróicas emprêsas de expansão lusa pelos oceanos e os continentes. A temeridade da permanência do punhado de bandeirantes no antigo arraial do Bom Jesus foi o digno complemento da extraordinária façanha fluvial.

Contra êstes ocupadores invencíveis conspiraram os fatôres climáticos e a hostilidade zoológica representados pelas longas sêcas, por vêzes de anos, torradoras das roças, e a ocorrência de pragas decorrentes da invasão de incontáveis insetos, aracnídeos, roedores, aves.

Podiam os primeiros habitantes de Cuiabá orgulhosamente alegar o que dos horrores do sertão de Iguatemi dizia Teotônio José Juzarte: certamente não mais sofreram os vassalos da Coroa nas jornadas oceânicas do Oriente quanto os seus êmulos da navegação monçoeira.

As margens do Cuiabá reproduziram-se as cenas terríveis das fomes das Minas Gerais e a vila durante decênios viu-se, a cada passo, ameaçada do corte do único liame mantido com a civilização, pelos paia-guás em vitoriosas investidas, algumas delas catastróficas como a que em 1730 aniquilou a monção do ouvidor Lanhas Peixoto.

Mas apesar de tudo vinham os reforços sucessivos dos empolgados pela miragem aurífera. E Lacerda de Almeida a evocar o deslumbramento destasavas aventureiras relembrava o vergiliano *Quid non mortalis pectora cogis auri sacra fames?*

Ao Brasil, à monarquia tôda, desvairavam as notícias das prodigiosas pintas das lavras cuiabanas. Jamais se vira coisa como a que sucedera a Miguel Sutil de Oliveira, que, num mês, apurara quatrocentas arrôbas de ouro, perto de seis mil quilos de metal! E a aventura estranha de Antônio de Almeida Lara cujo cavalo, ferido num inesperado tropeção, o arremessara da sela ao chão? Examinando a causa da claudicação do “formoso bruto” vira o cavaleiro que êle pusera o casco em cima de aguda pepita reveladora de um “batatal” de onze arrôbas!

Não tardaria que segundo jazigo opulento se descortinasse ao norte de Cuiabá, o do Guaporé, descoberto pelos irmãos Pais de Barros em 1734.

Para lá se precipitaram os aventureiros e como o prazer cuiabano já estivesse empobrecido, os resultados das explorações guaporeanas muito se lhe avantajaram, a ponto de levarem o primeiro capitão-general governador da nova capitania criada por D. João V, com as terras de além Paraná, D. Antônio Rolim de Moura, a fundar, em 1752, à margem do Guaporé, nova vila, capital do distrito das “minas de Mato Grosso”, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Já nesta ocasião o percurso dos rios do sistema monçoeiro de Araraçuaba a Cuiabá mais seguro se achava.

Durante quase dez anos, de 1725 a 1734 verdadeira temeridade constituiu-se tal trajeto. Grandes e sucessivos assaltos tinham desfechado os canoieiros em 1731, devastadores das vizinhanças de Cuiabá. Em 1734 sofreram tremendo revés infligido por grande expedição militar partida de São Paulo mas ainda de 1736 a 1744 renovaram as agressões em larga escala. Não muito menos perigosos se mostravam os guaicurús e os caiapós que percorriam as terras da bacia do Paraguai e do Paraná!

A abertura de uma picada da capital goiana a Cuiabá trouxe desafogo a esta situação insuportável de perturbação de comunicações com o “rio do Povoador” e o Povoador.

O ouro guaporeano surgia abundante à flor da terra mas péssima era a localização de Vila Bela, sujeita às enchentes do Guaporé, submetida a condições climáticas detestáveis. Mas como em 1738 observava Lacerda e Almeida: o que ali servia de grilhões aos homens eram as boas minas de ouro de subido quilate as mais ricas de quantas contava a monarquia.

O *placer* guaporeano deu notável cópia de ouro mas tal não ocorreu com outros pontos do setentrião do atual Mato Grosso. Falaz miragem fez com que às brenhas do Arinos, do Corumbiara e outros pontos acudissem multidões de aventureiros que nelas só encontraram desengano, miséria e morte.

Seja como for, a presença das bandeiras delimitou a nossa fronteira ocidental mato-grossense num *uti possidetis* a que o Tratado de Madrid, em 1730, daria rigor jurídico, estabelecendo a nossa linha limítima pelo Paraguai, o Verde, o Guaporé, o Mamoré, até a formação do Madeira.

A solução de continuidade existente entre as áreas hoje mato-grossenses da bacia amazônica e as que se distribuem pelo Pará e o Amazonas começou a ser apagada em 1742 com a famosa viagem de Manuel Félix de Lima e Joaquim Ferreira Chaves, de Vila Bela a Belém do Pará.

Desrespeitou o navegador a proibição régia da intercomunicação dos territórios de Mato Grosso e do Estado do Pará, Maranhão. Na esteira de Lima lançaram-se sertanistas de São Paulo como José Leme do Prado, Leonardo de Oliveira, Francisco Leme do Prado e sobretudo João de Sousa de Azevedo, que com o maior afã procurou manter seguida comunicação entre Vila Bela e Belém, mau grado a oposição formal dos capitães-generais do Pará-Maranhão. Realizou várias viagens num e noutro sentido, esteve detido por ordem dos sátrapas que aliás obedeciam a estritas ordens reais e sua memória merece ser evocada como um dos mais audazes sertanistas de seu tempo. Foi o grande monçoeiro da Amazônia prolongando as atividades da navegação a que se habituara, de Araraitaguaba a Cuiabá.

A guerra dos emboabas e os rigores do conde de Assumar fizeram com que muitos e notáveis sertanistas deixassem o território das Minas

Gerais recolhendo ao solo natal. Entre êles Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera.

Vivia neste tempo um dos homens mais inteligentes do bandeirantismo: Bartolomeu Pais de Abreu, constantemente preocupado com emprêsas sertanistas, ora cogitando de abrir picada pelos sertões do sul, de São Paulo a Laguna e à Colônia do Sacramento, ora e com maior interêsse de São Paulo ao recém-descoberto Cuiabá, ou pelo menos à barranca do rio Paraná poupando às expedições cuiabanas, pelo menos, o terrível vencimento dos obstáculos do Tietê.

A circunstância de que o Anhangüera afirmava haver nos sertões região ricamente aurífera quando em menino acompanhara o pai em dilatada jornada, levou Bartolomeu Pais a incitar o velho sertanista a abalançar-se a nova expedição de pesquisa.

Obtida a sua aquiescência a êle fêz com que se associasse seu irmão João Leite da Silva Ortiz, rico minerador do Curral d'El-Rei na região de Sabará.

Animado pelas perspectivas do achado de novo pactolo deu-lhe, o capitão-general, todo o apoio e assim a 3 de julho de 1722 arrancou de São Paulo uma das maiores bandeiras jamais organizadas, com o fito de explorar as terras centrais a oeste do Paranaíba.

Temerosos foram os obstáculos opostos a esta entrada, a que comandava um quase septuagenário. Três anos divagou pelos sertões, perdendo muita gente em numerosos combates com os gentios, de fome e moléstias, contando, ainda, numerosos desertores.

Com prodigiosa pertinácia e heroísmo, Bueno e Ortiz levaram a cabo a tarefa. Quando passados mais de três anos todos supunham haver perecido os últimos homens da bandeira, surgiu o Anhangüera em São Paulo, a 21 de outubro de 1725, com a notícia de que encontrara o terceiro grande eldorado do Brasil, o dos Guaiases.

Aí se repetiu o que ocorrera em Minas Gerais e no Cuiabá. Entre o grande afluxo de aventureiros de tôda espécie, renovaram-se as mesmas cenas de violência e prepotência habituais em recém-desvendadas regiões auríferas.

O que deu singular e triste destaque à conquista de Goiás foi o procedimento da Coroa para com os descobridores do novo e riquíssimo jazigo.

Prometera-lhes grandes terras de sesmarias e o direito de cobrar tributos de quem se encaminhasse às novas minas. E no entanto de chicanas de tôda espécie lançaram mão os capitães-generais Caldeira Pimentel e conde de Sarzedas, a fim de impedirem a efetivação da justíssima recompensa. Pimentel, sobretudo, instigado pelo ladravaz Sebastião Fernandes do Rêgo, chegou ao cúmulo de longamente encarcerar a Bartolomeu Pais sob o pretexto de que maquinava sublevar os paulistas de Goiás contra os reinóis.

Tal perseguição levou Ortiz a tentar queixar-se ao rei, morrendo no Recife, envenenado, ao que se afirma, por um sicário agente do Capitão-General.

O conde de Sarzedas compartiu da animosidade do antecessor, praticando novas injustiças para com o Anhangüera.

A êste governador se deveu, em 1735, a primeira sugestão à Coroa de extinção da capitania paulista, criando-se as de Goiás e Cuiabá e rebaixando-se a de São Paulo à categoria de comarca.

Prosseguindo em sua campanha malévola contra os descobridores, procurou Sarzedas prejudicar quanto possível ao Anhangüera já octogênio e sumamente empobrecido.

Seu sucessor, D. Luís de Mascarenhas, Conde d'Alva, procedeu de modo totalmente oposto. Mandou pagar ao Anhangüera parte daquilo que lhe devia a Coroa, arrecadando os direitos das passagens, mercê que não mereceu a sanção régia, aliás.

Numerosos foram os núcleos do primeiro povoamento goiano, determinados pela presença de ouro como se deu com os arraiais do Ferreira, depois Sant'Ana e mais tarde Vila Boa de Goiasés, capital da capitania, autônoma desde 1748.

Os primeiros achados foram muito abundantes e alguns lugares chegaram a ter grandes populações de escravos mineradores, passando em poucos anos a extraordinário despovoamento.

Não se compara, porém, o volume do ouro goiano com o procedente dos jazigos das Minas Gerais. Não há documentação que nos habilite a dizer qual haja sido a produção goiana e a mato-grossense. Pensa Calógeras que a primeira superou a segunda de uns vinte por cento, e que a mineira haja sido 3,65 maior do que a goiana e a mato-grossense juntas.

Um dos grandes óbices opostos ao povoamento de Goiás proveio da hostilidade dos caiapós, nação numerosa e aguerrida a quem acabou destruindo Antônio Pires de Campos, o famoso *Pay Pirá*, em diversas jornadas.

Em 1748, depois de ter sofrido três enormes desmembramentos com a criação das capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e o deslocamento dos territórios hoje catarinense e rio-grandense-do-sul para a jurisdição fluminense, foi extinta a capitania de São Paulo, certamente por instigação de Gomes Freire de Andrada dando largas a pretensões imperialistas.

Terminara a fase do bandeirantismo que havia século e meio vinha alargando de modo tão extraordinário as nossas fronteiras pátrias, incansavelmente.

Encerrara-se um ciclo de notabilidade por assim dizer, ímpar nas tábuas da História Universal, êsse que se devera a uma categoria de homeriadas em condições de ombrearem com quaisquer dos mais intrépidos desbravadores caminheiros e nautas que do século XV ao século XX revelariam o Universo todo à insaciável curiosidade da civilização ocidental.

Encarado em conjunto, o bandeirantismo paulista obedeceu a dois imperativos. Um do apresamento do índio, extensão de prática secu-

lar no continente africano e exercido na América espanhola desde os primeiros dias da conquista.

O segundo o afã pela descoberta de jazigos de metais preciosos do que vinham beneficiando tão extraordinariamente os monarcas espanhóis com o enxurro da prata e do ouro mexicano e peruano, já no primeiro quartel do século XVI, com Fernão Cortez e Francisco Pizarro.

A contribuição americana veio, como ninguém ignora, trazer prodigioso florescimento de negócios na Europa onde o meio circulante era todo metálico e sobremaneira escasso, além de desacompanhado de organização bancária que atendesse às exigências do comércio.

Mas sob Carlos V e Filipe II viu-se a Europa literalmente inundada pelos metais preciosos americanos, popularizando-se os topônimos Peru e Potosi como sinônimos de incalculáveis tesouros.

No Brasil nada disto ocorreu nos dois primeiros séculos de existência, ao passo que os espanhóis já encontraram acumulados pelos soberanos aztecas e os incas, enormes depósitos de ouro e prata.

Decorreu todo o século XVI sem que nada se revelasse em matéria de jazigos nobres. E a miragem das pedras preciosas não se concretizou, mau grado as sucessivas expedições de prospecção.

A única mina brasileira passou a ser a açucareira, mas esta, por força de circunstâncias climáticas se confinou, por assim dizer, às terras pernambucanas e baianas.

Tiveram os portugueses de São Paulo a mesquinha vida econômica que o ambiente lhes podia proporcionar e puseram em prática o que os seus compatriotas vinham, desde 1442, fazendo em África. Prearam os indígenas forçando-os a trabalhar em seus modestos estabelecimentos agrícolas.

Era o tráfico um grande negócio transatlântico nas duas margens do lago oceânico lusitano ao sul do Equador.

Os paulistas a êle se dedicaram, obedientes a um sentimento não só racial como peninsular, como universal e de ano para ano se viram empolgados pela paixão da devassa do infindo sertão que se lhes oferecia às jornadas, interminas.

O sertão era-lhes a área da satisfação da sêde de aventuras, tanto ou mais quanto a fonte do "remédio de sua vida" consoante a pitoresca e expressiva frase do escrivão municipal paulistano de 1640.

Não podia o Brasil fugir a uma contingência universal, que Quintana recordou em versos a cada passo repetidos para escusar os autores das atrocidades, do escravismo hispano-americano, os decassílabos tão populares e repetidos desde que Eduardo Prado os divulgou:

*Su atroz codicia, su inclemente saña  
Crímen fueram del tiempo no de España.*

Quiçá se descubram elementos capazes de nos dar alguma percepção nítida do que representou o volume do tráfico vermelho brasileiro. Por enquanto o que se tem desvendado não permite senão vagas ava-

liações tendentes a fazer crer que tal comércio veio a ser muito menor do que asseveraram alguns autores antigos aventando cifras sobremaneira vultosas.

Curioso é que as palavras *paulista*, *bandeirante* e *bandeira* sejam relativamente recentes em nossa documentação nacional.

Para os hispano-americanos e os espanhóis, a designação dos paulistas sempre foi *portugueses de San Pablo*. O mais antigo emprêgo do gentílico de que temos notícia ocorre numa ordem do visconde de Barbacena a 27 de julho de 1671. Daí em diante generalizou-se rapidamente.

A palavra *bandeira* vemo-la empregada pela primeira vez num documento do Conselho Ultramarino, datado de 1676 e pelo padre Altamirano em 1679 a falar em “banderas de certonistas”, meio século antes do que pensa Alcântara Machado.

Mas *bandeirante* parece ter-se tornado corrente mais tarde. Os espanhóis diziam “certones” como em 1682 Juan Ortiz de Zárate.

O mais antigo emprêgo do substantivo, que se nos deparou, data de 1740, quando D. Luís de Mascarenhas, Conde d’Alva, se referiu aos “*bandeirantes*” de uma “*bandeyra*” despachada contra os índios Pinarés.

Os mais antigos documentos paulistas designam geralmente as bandeiras por *viagem*, *entrada*, *jornada*. Frota é mais recente e tornou-se inapagável para recordar a bandeira de João de Magalhães no Rio Grande do Sul.

Muito papel já se tem gasto e muita sutileza empregado para estabelecer distinção entre entrada e bandeira. Visa semelhante nuga determinar o que se nos assemelha absolutamente indeterminável à luz do critério reinante na era das bandeiras.

Quando a entrada passa a bandeira ou vice-versa é que se torna difícilimo discriminar.

Os velhos inventários paulistas referem-se freqüentemente a *entradas* e *viagens* e os cronistas nos falam de sertanistas que “topavam bandeiras e gentios brabos”...

O primeiro a querer estabelecer esta divisão imaginosa entre bandeira e entrada pensamos haja sido o padre Rafael Galanti, o erudito autor de estimado compêndio de história pátria.

Os seus argumentos diferenciadores de uma e outra coisa parecem-nos sobremodo inconsistentes. Pretendem outros autores reservar o nome de entrada às expedições organizadas pelas autoridades coloniais e bandeira para as que se puseram a campo por influência de particulares.

Mas a fronteira entre um e outro tipo freqüentemente se nos afigura tudo quanto há de mais indefinido. Em todo o caso tal distinção é mais aceitável do que a explicação de Galanti. Permite ela chegar-se

à extravagância de que uma bandeira privada de seu estandarte passava a ser entrada.

No século XVI, dentro de um quadro onde um punhado de homens se move em enormes áreas de sertão, os resultados da atuação das bandeiras só podiam ser restritos, como realmente o foram.

Nada se sabe de positivo daquilo que elas conseguiram na faina da devassa do território e se realmente realizaram grandes ou pequenas jornadas. Os dados existentes sobre tais façanhas tão vagos se apresentam...

A conquista da costa processou-se lenta mas seguramente. Ao findar a era quinhentista a posse lusitana balizada entre Cananéia e Natal apresentava-se sem soluções de continuidade, fechado como fôra o bolsão da intrusão francesa na Guanabara.

A penetração do hinterland só podia ser o que foi: mínima. Atingira o seu máximo em Parnaíba, incipiente arraial a menos de cem quilômetros do Atlântico. Era a boca de sertão mais profunda em todo o Brasil do seu tempo.

As expedições quinhentistas em busca do ouro e das pedras preciosas, em território baiano, mineiro e espírito-santense nada trouxeram de prático, como fixação de postos de povoamento naquelas terras inanes devassadas em maior e menor profundidade.

Surge D. Francisco de Sousa e sua presença de eldoradomaniaco como que eletriza os paulistas a quem lança ao sertão.

É extraordinário como já no primeiro quartel do século XVII, a área varrida pelas entradas se torna grande. Basta lembrar que já em 1613 aparece uma de suas expedições na confluência do Araguaia e do Tocantins. E outras nos sertões do atual centro mineiro.

Em 1622 vê-se Antônio Castanho da Silva em terras do Peru!

A dilatação da posse costeira em princípios do século XVII processou-se gradativamente no litoral do Ceará e do Maranhão — onde houve a superar a necessidade da expulsão dos franceses de La Ravardière — e no do Pará. Com a fundação de Francisco Caldeira em 1616, a costa atlântica portuguesa teve como marcos extremos Cananéia e Belém, pois mal se esboçava Paranaguá.

Ao sul, no período da reunião das duas coroas, perdurou a indeterminação das esferas de apossamento. Reclamavam os espanhóis como suas, as terras abaixo do paralelo cananeano, ao passo que os portugueses viviam convictos de que a demarcação da sua Coroa devia levar as quinas à confluência do Paraná e do Uruguai, apesar das reclamações dos conquistadores espanhóis defensores dos direitos da sua monarquia.

A continuidade das populações guaraníticas da faixa de São Vicente à margem esquerda do Paraguai facilitara aos paulistas o perfeito conhecimento da hidrografia da bacia do rio da Prata.

Até 1650 a área da devassa das bandeiras alargou-se enormemente. Para o sul englobou campinas atualmente uruguaias e para oeste atingiu a margem esquerda do Paraguai.

Para o norte as entradas familiarizavam-se com a navegação do São Francisco, seu conhecido provavelmente desde os princípios do século, de Pirapora para jusante.

Núcleos de povoamento ainda se apresentavam escassos. Na costa sul despontava Paranaguá no hinterland, dera-se a progressão para Itu e Jundiá, Moji das Cruzes e Taubaté. Durante decênios seria Itu a sentinela extrema da civilização, em todo o Brasil, com o seu afastamento de 160 quilômetros do litoral.

Na Amazônia ocorrera neste período o episódio notável do alargamento colossal do domínio das quinas, graças à expedição de Pedro Teixeira que sem encontrar a menor oposição castelhana tomou, para Portugal, posse daquela imensa *no man's land*.

No terceiro quartel do século XVII encerrou-se o prodigioso périplo raposiano, ímpar em qualquer continente.

Valendo-se do São Francisco, internaram-se Domingos Jorge Velho já em 1662 no Piauí e Francisco Dias de Siqueira além Parnaíba, no Maranhão.

Durante a segunda metade da era seiscentista e na marcha do povoamento meridional costeiro ocorrem a fundação de São Francisco do Sul e a primeira tentativa da colonização da ilha de Santa Catarina.

No interior vemos aparecer Curitiba, Sorocaba, Jacaré, Guaratinguetá. Em parte alguma do Brasil haveria povoações tão distantes do litoral quanto estas, exceção feita das que se achavam à margem dos rios navegáveis, desembocando no oceano.

No último quartel seiscentista verifica-se o apogeu do bandeirantismo do ciclo da devassa. No meridiano de Mato Grosso notam-se grandes expedições de prea que invadem o norte do Paraguai e efetua-se o estabelecimento da base de Pascoal Moreira Cabral.

As lutas contra os índios nordestinos e os quilombolas dos Palmares tornaram o São Francisco caminho continuamente perlustrado pelas bandeiras.

Destroçados tapuias e canhemboras, presenciavam as terras conquistadas a expansão do povoamento branco num ciclo de especiais características, o dos criadores de gado que em pouco tempo toma enorme expansão, sobretudo no vale francisqueense baiano e pernambucano e na zona norte mineira dos chamados Currais da Bahia.

Ao mesmo tempo, para o sul, a dilatação portuguesa prossegue polarizada pela obsessão da tomada de posse da margem setentrional do Prata, da qual surge a fundação da Colônia do Sacramento em face de Buenos Aires.

Para a manutenção de tão cobiçada e difícil posição, funda-se Laguna, onde os Brito Peixoto, pai e filho, revelam-se os admiráveis fronteiros condutores do Brasil às terras meridionais que fenecem à margem do Prata.

Desta atalaia meridional, parte o movimento que terminará pela apropriação do território sul-rio-grandense. Detém-se a dilatação castelhana que vinha das margens do Uruguai para o oceano apoiada na

obra catequística da Companhia de Jesus que, renovando antigas passadas, marchava do vale do Uruguai para o do Jacuí.

Para anular a grande solução de continuidade entre o avanço lagunense e a última baliza das terras lusas implantada à margem do Prata, ingentes esforços se fazem no segundo quartel do século XVIII numa fase a que ilustra o grande nome do vianense Cristóvão Pereira de Abreu, incansável promotor da ligação da Colônia do Sacramento às terras brasileiras. Atuação esta poderosamente auxiliada pelo zêlo e a capacidade de Gomes Freire de Andrada e a bravura de Antônio Pedro de Vasconcelos.

Assim, em 1750, com o tratado de Madri, o litoral brasileiro ia de Castilhos Grandes, na costa hoje uruguaia, pouco ao norte de Montevidéu, à foz do Oiapoc, tendo Portugal trocado territórios da Colônia pelos sete povos das Missões.

O gênio de Alexandre de Gusmão daria pela primeira vez configuração jurídica ao território do Brasil nesse primeiro ajuste de limites das duas coroas ibéricas que foi o Tratado das Côrtes.

Recebera o glorioso santista como que uma delegação de seus patrícios os sertanistas, violadores seculares do tratado tordesilhano, para a delimitação do chão dos brasileiros dentro do balizamento do avanço das bandeiras.

Assim, a fronteira do Brasil, partindo do litoral atlântico apanhava, pelo Ibicuí e o Uruguai, o velho território do Tape, teatro das algaras das bandeiras seiscentistas. Chegada à foz do Pepiriguaçu, no Uruguai, embocava por esta via e descia o seu contravertente, o Santo Antônio, até a foz do Iguazu, deixando a leste o território do antigo Ibituruna, assolado pelas bandeiras do século XVII. Acompanhava o Iguazu à sua foz no Paraná, remontava por êste até o desaguadouro do Iguaré, dando ao Brasil definitiva posse dos antigos territórios do Taiaoba e do Guairá, de onde haviam os paulistas expulso os espanhóis, da expansão oriental paraguaia, além Paraná, de Ciudad Real de Vila Rica e das reduções jesuíticas castelhanas.

Prosseguindo a sua diretriz Iguaré acima e um seu contravertente, a ser fixado na bacia do Paraguai, caía no álveo dêste grande rio até a foz do Mboteteú, assim incorporando o território antigo dos Itatim, de onde as bandeiras haviam expulso os espanhóis de Santiago de Xerez. Da confluência do Mboteteú à do Jauru, continuava o Paraguai a ser a linde inter-ibérica. Da barra do Taquari para o norte até a do São Lourenço percorria parte da esteira das monções cuiabanas. Da embocadura do Jauru uma linha reta apanharia a confluência do Sararé e do Guaporé, continuando por êste, o Mamoré e o Madeira. Cobria, portanto, o território mato-grossense dos irmão Pais de Barros e respeitava o itinerário fluvial de Manuel Félix de Lima e João de Sousa de Azevedo.

Era o *utis possidetis* criado pelas bandeiras terrestres e fluviais na bacia do Paraná e do Paraguai e em grande área da bacia amazônica nos vales do Madeira, do Tapajós e do Xingu. Assim reconhecia a

Espanha a posse portuguesa sobre mais de dois milhões de quilômetros quadrados de terras que o ajuste tordesilhano não lhe concedera.

E esta concessão da fronteira meridional e central arrastaria o acôrdo sobre a posse da região amazônica que em 1750 não passava de verdadeiro *no man's land*, habitada, talvez, por meia dúzia de milhares de civilizados.

A linha mista Madeira-Javari, o curso dêste caudal, das nascentes a Tabatinga, seria sanção jurídica à tomada de posse de Pedro Teixeira.

Findara o ciclo das bandeiras. Por uma destas irrisões do destino, entendeu a Coroa que, em 1709, criara a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com uma superfície abrangendo, em 1720, três e meio milhões de quilômetros quadrados, seccioná-la a fundo. Reduziu-se o território da colossal circunscrição a um oitavo do que fôra. Mal inspirado fizera D. João V obra de amesquinramento, suprimindo a existência de uma província a cujos filhos devera a conquista de tão consideráveis domínios e a revelação de três enormes jazigos auríferos.

Poucas injustiças administrativas tão graves existiram quanto à diminuição infligida em 1748 à capitania de São Paulo, transformada em mera comarca do govêrno fluminense.

Decorreu tão injusta decisão de intrigas e competições cortesãs, e da fraqueza do Conselho Ultramarino e da rainha regente ante as imposições do imperialismo de Gomes Freire de Andrada, o grande homem do Brasil de seu tempo. O seu desaparecimento em 1763 facilitaria a restauração da Capitania de São Paulo decorridos mais de dezesseis anos de inexplicável interregno.

Encerrara-se a fase territorial da *Gesta Brasiliae per paulistas* com a grande jornada do Anhangüera e a entrada guaporeana dos irmãos Pais de Barros. Daí em diante pequenos episódios mais e menos notáveis seriam como que as últimas centelhas desferidas da oficina forjadora de tão grande parcela do patrimônio nacional brasileiro.

As diretrizes de expansão das bandeiras pela vastidão sul-americana obedeceram, geralmente, ao conhecimento das trilhas primitivas dos caminhos indiáticos que os paulistas hauriam do contato com os aborígenes seus companheiros das primeiras entradas. Veredas terrestres e roteiros fluviais. Entre as primeiras a mais conhecida é a do Piabiú, ou de São Tomé, que rumava para o sul cortando perpendicularmente o curso dos grandes afluentes do Paraná e do Prata e a região guaranítica das comunicações, já pré-martim-afonsinas, dos autóctones paraguaios com os do litoral vicentino, freqüentes entre povos, todos, de língua geral.

A estrada fluvial por excelência era a do Tietê-Paraná, como nos revelam os textos quinhentistas de Ruy Diaz de Guzman e sobretudo o curiosíssimo mapa de Dom Luís de Céspedes, datado de 1628.

Para o norte o grande caminho parece ter sido aquêle que mais tarde seguiram os devassadores da região aurífera do Espinhaço, a marcha ao longo do Paraíba e o vencimento da Mantiqueira pela garganta do Embaú, para se atingirem as terras elevadas do sul mineiro.

Havia outra picada, a que por Atibaia ia ao morro do Lopo, penetrando nas atuais terras mineiras.

O alto São Francisco deve ter sido navegado pelos paulistas desde princípios do século XVII. Deu trânsito às expedições de socorro à Bahia ameaçada pelos holandeses, à de Domingos Jorge Velho, em sua enorme jornada de São Paulo à região central do Piauí, às “frotas” de Matias Cardoso de Almeida e Manuel Álvares de Moraes Navarro, marchando para o teatro da *Guerra dos Bárbaros*.

Mais a oeste procurariam as bandeiras outro grande caudal correndo para o norte. O Tocantins a que chamavam Paraupava, se lhes depararia, ao deixarem o vale do São Francisco para o ocidente, como se dera já com a bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga, em 1616.

A navegação do Tocantins é, como se sabe, aspérrima, exatamente o oposto do que ocorre com a do Araguaia, remontado em 1613 da foz até quase às cabeceiras pela bandeira de Pêro Domingues.

Afirmou Oliveira Lima, de autoridade, aliás, fraca, em relação às intimidades do movimento entradista de São Paulo, que as bandeiras “tanto quanto possível aproveitaram-se dos rios para subi-los ou descê-los, tendo freqüentemente de contornar as cachoeiras que lhes obstruíam a navegação”.

Tal asserto é perfeitamente exato quando se refere ao poderoso sistema fluvial de que se utilizaram as monções cuiabanas, de Araraítaguaba à vila do Bom Jesus e a outros trajetos aliás pouco freqüentados, descritos na *Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para o Cuiabá e Província do Cochiponé*.

É provável que Domingos Jorge Velho e os seus hajam navegado no Parnaíba como os sertanistas dos Currais da Bahia nos afluentes do São Francisco, como Estêvão Rapôso Bocarro no Urucuia e no Paracatu, Antônio Gonçalves Figueira no Verde, Borba Gato e Garcia Rodrigues Pais no rio das Velhas.

Mas entradas e muitas houve, e da maior importância, em que os trajetos foram terrestres e só poderiam sê-lo dadas as circunstâncias geográficas das terras atravessadas.

Assim se deu com as que revelaram o pacto mineiro e o goiano, quase sempre a pé enxuto. O mesmo aconteceu com as expedições guerreiras dirigidas contra as reduções ao sul do Paranapanema, no Guairá, no Ibituruna, no Tape, atingindo o âmago do Rio Grande do Sul atual.

Isto não impede que diversos destes itinerários não hajam sido mistos, como por exemplo, o da grande bandeira de 1641 que desceu o Uruguai em considerável flotilha fabricada abaixo do Salto Grande para sofrer o terrível revés do Mbororé.

As enormes caminhadas dos cabos de tropas empregadas na Guerra dos Bárbaros e na extinção de Palmares só podiam ser terrestres e através de regiões semi-áridas e áridas de vegetação xerófila como tanto frisam os depoimentos dos governadores-gerais.

O mesmo certamente se passou com as bandeiras operando no vale do Paraguaçu e adjacências.

A imposição dos rumos norte-sul faria com que, descobertas as Minas Gerais e tornando-se indispensável o contato com o litoral, tivessem as veredas dos chamados Caminho Velho e Caminho Novo partido dos jazigos auríferos à costa, de cortar terras acidentadíssimas, onde não havia um único trecho de navegação fluvial.

O quadro geográfico dos rumos bandeirantes traçado por Capistrano de Abreu está sujeito, a nosso ver, a alguns reparos. Por mais que acatemos as opiniões de tão alto mestre, convém recordar quanto depois de sua morte se alargou o âmbito do esclarecimento da documentação, permitindo visão de conjunto mais perspicua do que a do seu tempo.

Assim não cremos que o álveo do Paraíba haja sido muito utilizado pelas bandeiras que rumavam para a Mantiqueira, embora dê o rio franca navegação do Guararema a Guaipacaré, às famosas roças de Bento Rodrigues, hoje Lorena.

Se assim fôsse não deixaria Antonil, escrevendo em 1710, de mencionar esta via fluvial em seu *Roteiro do Caminho da vila de São Paulo para as Minas Gerais*.

As marchas no vale paraibano devem quase sempre ter-se feito pelas margens do caudal e não pelo seu álveo.

Também discordamos dos pontos de vista do Mestre quando afirma que “viajando em rumo de Jundiá a Moji deixavam as bandeiras à esquerda o salto do Urubupungá chegando a Goiás pelo Paranaíba”. Seria esta uma das suas diretrizes, mas não a principal; e a mais seguida no século XVII, mas abandonada no século XVIII por caminho mais oriental a que, a nosso ver, superpõe-se, mais ou menos, o rumo do tronco da Estrada de Ferro Mojiana, de Campinas a Jaguara, sobre o Rio Grande. E esta suposição nos inculca o itinerário escolhido pelo Anhangüera, para a sua grande expedição de 1722, de preferência a qualquer outro. Jamais se modificaram os rumos da nova estrada dos Guaiases.

E este insigne mateiro fixando a sua marcha pelo caminhamento São Paulo-Moji-Triângulo Mineiro, terá obedecido às indicações da experiência própria e da dos demais bandeirantes “cursados naqueles sertões”

Parece-nos perfeita a afirmação de Capistrano quando escreve “de Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai”. Era esta a grande diretriz do Sul que cortava o Paranapanema, o Iguazu e o Uruguai.

Não menos exata a observação de que a passagem da bacia do Paraná à do Paraguai realizaram-na as bandeiras pelos rios cujas fozes se encontram entre os saltos de Urubupungá e das Sete Quedas.

Pormenorizando, conviria lembrar, contudo, que tal transposição se fazia quase sempre pelo Pardo e muito pouco pelo Ivinheíma e o Verde.

Com o tempo continua o mestre cearense, a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco e Parnaíba.

E realmente galgada a Mantiqueira, cortados os vales do Sapucaí e do rio das Mortes, penetravam as entradas nos vales do Paraopeba e do Guaicuí e por êles atingiam o Alto São Francisco, navegado até as vizinhanças do atual Juazeiro, de onde através da Serra dos Dois Irmãos, passavam para o vale do Parnaíba.

O trânsito das terras goianas, cuiabanas e mato-grossenses e o curso do Amazonas, se fêz, sobretudo, pelo Araguaia e o Madeira e muito menos pelo Tapajós.

Os três roteiros de Antonil: o de São Paulo e os dois do Rio de Janeiro às Minas Gerais, referem-se a jornadas bandeirantes. Já tal não se pode dizer do quarto inculcado pelo ilustre jesuíta: o caminho da cidade da Bahia para as Minas do Rio das Velhas, picada aberta para fins comerciais, sobretudo para o abastecimento de gado aos arraiais de mineração, depois das duas grandes fomes em tôrno de 1700, fomes que não teriam ocorrido se houvesse uma zona pecuarista na contigüidade das lavras como pretendem afirmativas fantasiosas, cabalmente contestadas pela documentação, aliás.

Serviram muitas das antigas veredas perlustradas pelas bandeiras, de leito das nossas estradas de ferro atuais, como se dá com a Mojiana, a Sorocabana, a São Paulo — Rio Grande, a antiga Minas e Rio, etc.

Assim quilômetros e quilômetros de trilhos assentaram-se nos velhos caminhos bandeirantes que por sua vez não eram freqüentemente mais do que imemoriais trilhas indígenas.

O ciclo da devassa das terras e da preia pouco de si deixou na obra da definitiva configuração brasileira pelo balizamento de fronteiras por intermédio da implantação de postos avançados permanentes. Era de esperar que assim fôsse, pois a natureza das suas operações implicava a prática do nomadismo.

Realmente de todo o século XVII que subsiste em matéria de sedimentação povoadora do bandeirantismo? Talvez nem meia dúzia de atalaias do sertão.

Na imensa região explorada apenas se ergueu um ou outro arraial de efêmera existência, no gênero da tranqueira dos Batatais ou da base de operações de Pascoal Moreira no Mbotetéu. — Das feitorias de Fernão Dias que vingaria? Minúsculos aglomerados atuais como o Sumidouro e São Pedro do Paraopeba. O mesmo ocorreu com a obra de Domingos Jorge Velho e do Apuçá nos longínquos Piauí e Maranhão.

Como exceção única talvez de persistência temos o muito medíocre Morrinhos de Matias Cardoso. Na vastidão das terras devassadas pelas bandeiras seiscentistas quase nenhum vestígio resta da ocupação civilizada.

A marcha para o extremo sul, da qual resultaria a colonização de Santa Catarina, esta obedeceu sobretudo a injunções da Coroa como a que provocou a fundação da Laguna, cabeça de ponte para a colô-

nia do Sacramento e o território rio-grandense, ainda por anexar ao domínio português.

Foi o ouro o verdadeiro causador da tomada de posse definitiva das terras centrais. Não existissem o arraial do Bom Jesus do Cuiabá e o arraial guaporeano, futura Vila Bela, e Alexandre de Gusmão disporia de débil base de argumentação para invocar o *utis possidetis* em favor da fixação da fronteira do Brasil a dois mil quilômetros a oeste da linha tordesilhana.

Já à pesquisa do ouro se devera a fundação de Paranaguá, de Curitiba e de São Francisco do Sul, no século XVII.

Extraordinária expansão daria ela ao povoamento na centúria seguinte, quer nas regiões mais próximas do litoral, quer nos territórios longínquos. Assim, desde os primeiros anos da era setecentista, vemos surgir as aglomerações mineiras principais de Vila Rica (Ouro Preto), Ribeirão do Carmo (Mariana), Rio das Mortes (São João Del Rei), Vila Real (Sabará), Vila do Príncipe (Cêrro do Frio), Vila da Rainha (Caeté), Pitangui, etc.

Grande rêde de vilarejos secundários cercaria êstes núcleos salientes e a exploração do solo aurífero fêz avolumar do modo mais notável a primeira grande corrente imigratória despejada no Brasil, a africana.

Um quarto de século mais tarde era outra zona que também — embora em menor escala — se enchia de arraiais, a de Goiás, com Vila Boa, Meia Ponte e aldeias e aldeolas onde, por vêzes, se adensavam volumosas populações para, dentro em poucos anos, passarem a ser verdadeiros amontoados de ruínas em tôrno de lavras abandonadas.

Poucos anos antes do início da colonização goiana encetara-se a cuiabana. Mas esta mais restrita em virtude do enorme afastamento do litoral e as dificuldades tremendas do acesso pela intérrmina jornada fluvial.

O núcleo principal do povoamento seria o de Cuiabá, a que se seguiria alguns anos mais tarde o de Mato Grosso. Os demais centros eram todos insignificantes e milagre foi que os maiores subsistissem no meio de tamanha inclemência das circunstâncias que lhes acompanharam a existência.

O reflexo principal dos fatos oriundos do ciclo do ouro operou-se como de esperar no Rio de Janeiro por onde se escoava a produção das Minas Gerais, aí determinando muito considerável desenvolvimento comercial. Trouxe-lhe tão avantajada situação econômica que, no terceiro quartel do século XVII, imporia a transferência da capital do Brasil para a margem meridional da Guanabara.

A aventura sertanista seria, para o núcleo que a praticava, a causa da mais grave exaustão. Da espalha dos paulistas pelo Brasil central e meridional procederia o desenvolvimento do território de onde partira o movimento norteadado pela ânsia da devassa da selva e a procura do ouro.

O lançamento, nos mercados europeus, do ouro brasileiro, em largos jorros, exerceu muito considerável influência na economia do mundo ocidental. Já no século XVIII assinalaram-no autoridades do tomo de Montesquieu, no *Espírito das Leis*, em 1748 e Adão Smith no famoso *Ensaio sobre a Natureza e as Causas da Origem das Nações*, em 1776.

Em 1728 o primeiro destes grandes autores chamara a atenção pública sobre a abundância do ouro do Brasil circulante na Europa civilizada a exercer benéfica influência sobre a economia do Norte do continente.

Adão Smith frisou quanto o metal brasileiro imenso incrementara o intercâmbio comercial anglo-português. Chegou a admitir que no seu tempo quase todo o ouro inglês amoedado provinha das jazidas brasileiras.

E, certamente, a primeira consequência da aparição do nosso ouro no cenário mundial veio a ser o famoso tratado de 16 de maio de 1703, celebrizador do nome do seu negociador John Methwen.

Tratado que tantas objurgatórias sobre si atraiu e atrai por parte dos historiadores portugueses, para quem tal ajuste enfeudou, se não acorrentou o comércio de sua monarquia ao pesado jugo britânico. A ponto de a tal comissão levar ilustre publicista lusitano a observar, pitoresca e amargamente: “em relação ao ouro do Brasil fêz Portugal o papel de bôca e a Inglaterra o de estômago”

Outra grande autoridade, esta por assim dizer contemporânea, Werner Sombart, expendeu que sem a descoberta dos jazigos auríferos do Brasil retardado teria ocorrido o desabrochar do homem econômico moderno.

Foi o metal brasileiro que à Grã-Bretanha permitiu a formação das grandes reservas asseguradoras da sua tão longa quanto extraordinária predominância no comércio mundial através do progresso e aperfeiçoamento de suas indústrias.

Trar-lhe-ia êste instrumento de conquista contemporaneamente, graças aos lucros enormes de tal expansão, a acumulação de capitais que de Londres, e por tanto tempo, fazia verdadeira sede do grande banco universal socorredor dos governos de finanças avariadas e precárias. E de tôda sorte de candidatos a empréstimos aventureiros e não aventureiros.

Observando o que ocorria em sua capitania ao conde de Oeiras, recordava o Morgado de Mateus, no terceiro quartel do século XVIII que Sua Majestade Fidelíssima escambava o rico ouro de suas minas com a reles baeta provida das fábricas de Sua Majestade Britânica.

A fase do ouro não deixou no Brasil empreendimentos de grandes resultados para o porvir mas alargou enormemente a arca aberta aos cometimentos de civilização, promovendo intenso movimento imigratório europeu e sobretudo africano, e a profundeza do povoamento.

Dela decorreu o nascimento de numerosas cidades e vilas de nossos dias, muitas das quais se desenvolveram, ao passo que outras fundações de origem mineradora, de elevado surto inicial, passaram a vegetar e muitas se aniquilaram. Dêsse polvilhamento de povoações proveio a

abertura de extensas vias de comunicação, rasgadas por numerosos ramos, obedientes à atração exercida por núcleos demográficos disseminados por enormes áreas.

Dai promanou o progresso da pecuária e robusteceu-se o intercâmbio comercial e social das capitâneas do Norte e do Sul do país, fortalecendo-se o frouxo liame do sentimento de unidade nacional.

Deslocando-se a capital da colônia, consagrar-se-ia a predominância da região meridional sobre a setentrional.

E como o Rio de Janeiro constituísse a grande base do comércio, com o hinterland de sua dependência geográfica traria o movimento mineiro à cidade guanabarina o ensejo da formação de capitais. Meio século mais tarde, seriam a grande alavanca do surto cafeeiro fluminense desdobrado, com o correr dos anos, na magnífica expansão das lavouras da rubiácea em todo o vale do Paraíba, no Norte paulista, na Mata Mineira antes de galgar as terras ocidentais de São Paulo. Como características de relêvo original do ciclo do ouro poderemos ainda recordar quanto no interior do território mineiro trouxe a exploração aurífera a eclosão de curiosa florescência civilizada, de que proveio larga documentação literária e artística, sobremodo valiosa, pelo cultivo das artes plásticas e da arquitetura cheia de atributos superiores.

E o que é mais original: tudo isto desabrochado e evoluído num âmbito de terras cercadas de áreas selváticas, como as que separam as vilas das Minas Gerais, até a baixada fluminense e o litoral da Guanabara.

Sobre a delimitação territorial brasileira definitiva não tanto influiu o ciclo do ouro.

Antes do seu início existia a Colônia do Sacramento e os lagunenses dos Brito Peixoto marchavam para o sul; Pedro Teixeira chantara os marcos da posse brasileira a quatro mil quilômetros da foz do Amazonas.

Para o lado de oeste, com Pascoal Moreira Cabral e os seus sorocabanos, já antes de 1690 encontravam-se implantados os padrões portugueses à margem esquerda do Paraguai; “detendo o passo aos leões de Hespéria”, consoante o verso de Evaristo da Veiga.

Em todo o caso a descoberta do jazigo cuiabano, a manutenção do arraial do Bom Jesus, obra formidável de constância e espírito de sacrifício, originaram-se do segundo grande ciclo aurífero, conseqüência do estabelecimento da base do Mbotetêú.

O achado do *placer* guaporeano arredondaria a conquista, consolidando naturalmente a linha fronteira ocidental mato-grossense.

Parafraseando conhecida imagem de Brasília Machado sobre Portugal “apertado pela Espanha e dilatado pelo Oceano”, podemos expender que a São Paulo comprimiu a Serrania Marítima mas alargou o sertão, remédio bissecular dos seus impávidos “calções de couro”.

A documentação que das operações intrínsecas do bandeirantismo nos resta, é a mais sumária e tôda, por assim dizer, de ordem jurídica.

Constituem seu acervo as peças dos “inventários do sertão”, papéis originais da maior evocatividade pelas circunstâncias que rodeavam seu nascimento.

Selváticos os locais de sua abertura a centenas e milheiros de quilômetros de povoado em alguma sumária tranqueira ou efêmero tejujar de pouso. Trágicas as ocorrências que os traziam a lume, refregas com o gentio, moléstias da pestilência dos sertões, picadas de cobra, acidentes numerosos de jornada.

Raros papéis, haverá em nossos fastos, tão sugestivos, tão provocadores de evocações fortes quanto êstes inventários do deserto a que quase sempre precedem testamentos.

Abrem-se refertos de recomendações piedosas, típicas daqueles tempos de invencível fé; consignam disposições relativas à encomendação da alma aos protetores preferidos dos testadores e aos sufrágios implorados em favor de sua salvação eterna.

Surgem, depois, os gritos de consciência implorando reparações, referentes a infidelidades conjugais, a amôres ancilares, ao reconhecimento de filhos espúrios, à alforria de amantes, à declaração de dívidas, ao ajuste de negócios, a legados. Os sentimentos afetivos não se expandem nesses instrumentos porque a mentalidade colonial não comportava tais expansões.

Nem sequer encerram quaisquer adeuses ou expressões de despedida a espôsa, filhos, pais, irmãos, como hoje não concebemos que possam faltar em peças desta natureza. E é de reparar que a estas manifestações extremas de fé, honradez e justiça não se entremeciam dúvidas sôbre a iniqüidade da instituição servil. Tão entranhada estava no espírito dos contemporâneos das entradas a noção da legitimidade do escravismo que a nenhum dêstes testadores ocorreu a lembrança de mandar libertar os silvícolas por êles recentemente arrebatados para o cativoiro, nos quinhões que lhes cabiam. E entretanto a lembrança da alforria não lhes era estranha, quando objetivava serviçais domésticos e sobretudo as mães de sua progênie bastarda.

Arrolada a bagagem do bandeirante morto, armas, farpela, tôda sua impedimenta enfim, procedia-se ao seu leilão, presidido pelo cabo de tropa assessoriado pelo escrivão da bandeira. Seria êste freqüentemente talvez um dos muitos poucos não analfabetos da sua mesnada. As arrematações acompanhava o compromisso de liquidação completa quando a bandeira se achasse de volta ao povoado.

De tudo isso ressumbra o espírito, ao mesmo tempo solene e singelo, da consciência do mundo luso, orientado pelos seus romanistas coimbrões.

Ao dorso de um dêstes toscos instrumentos sertanejos apõe-se certo número de anônimas linhas, de cuja presença, em rude escrita, surge uma das mais inesperadas e magníficas associações de idéias e comparações que imaginar se pode. São a cópia de algumas estrofes do Poema da Raça integrante do seu episódio máximo. O do encontro do Gama com o Titã oceânico intimidador da audácia lusa que tanto

o ofendia ao pretender o nauta sulcar os mares do seu oculto e grande cabo tormentório.

Da alma do pobre soldado ignoto da bandeira irrompia naquele momento o clamor da glória de sua gente mais que ousada, obreiro humilde e obscuro, que sentia ser, da expansão lusa sôbre a vastidão dos mares e das terras, ao enfrentar agora as terríveis agruras da selva brasileira, que acabavam de prostrar o mísero companheiro.

Da correspondência dos sertanizadores até agora só se divulgou ínfima parcela.

Do século XVII sobra-nos uma única carta de sertão datada de certo "arraial dos Batatais". Da centúria imediata nada se descobriu ainda daquilo que se colocava na primeira talvez das caixas de coleta postal jamais existente no Brasil. A que ficava sôbre frondosa árvore, à margem do rio Paraná, e onde os jornadeadores, a meia distância do percurso total da sua enorme navegação depositavam a correspondência a ser examinada e transportada pelos demais, que navegavam nos dois sentidos.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO



- Abreu (Antônio de), 101, 102.  
 Abreu (Antônio Fernandes de), 43, 83.  
 Abreu (Bartolomeu Pais de), 69, 71, 187 a 189, 203, 205, 212 a 214, 216, 217, 219, 233, 236, 243, 250, 252, 262, 264, 265, 307, 310.  
 Abreu (Cristóvão Pereira de), 313.  
 Abreu (João Capistrano de), 21, 316.  
 Abreu (Leonor Correia de), 262.  
 Abreu (Manuel Cardoso de), 38, 149, 164, 167, 168, 170, 175.  
 Acuña (Cristobal de), 193.  
 Afonso VI, 193, 287.  
 Aguiar (Manuel Gonçalves de), 243.  
 Aguiar (Rafael de Campos), 220, 221.  
 Aguilár (Martim R. Tenório de), 191.  
 Aguirre (Francisco Ângelo Xavier de), 238.  
 Aguirre (D. Juan Francisco de), 77, 78, 144.  
 Alarcão (D. José de Barros), 178.  
 Alencastro (José Martins Pereira de), 200, 210, 211, 219, 225, 233, 235, 242, 245, 246, 251, 252, 256.  
 Almada (Antônio Borrvalho de), 56.  
 Almeida (Francisco José Lacerda e), 20, 104, 135, 143, 146 a 148, 168 a 171, 174, 175, 181, 183, 305, 306.  
 Almeida (Francisco Pedroso de), 262, 263.  
 Almeida (João de), 194.  
 Almeida (João Pires de), 262.  
 Almeida (José Pais de), 16.  
 Almeida (José Pompeu de), 178, 179.  
 Almeida (D. Lourenço de), 27, 53.  
 Almeida (Luís Castanho de), 16, 18, 34, 48, 83, 193, 287.  
 Almeida (Matias Cardoso de), 264, 289, 290, 315, 317.  
 Almeida Júnior (José Ferraz de), 136, 138.  
 Alva (Conde de), 100, 245, 254, 255, 267.  
 Alvarenga (Antônio Pedroso de), 192, 193, 291, 315.  
 Amaral (Manuel Gomes do), 132.  
 Anchieta (Ven. Joseph de), 124, 149, 171, 280.  
 Andino (Juan Diaz de), 290.  
 Andrada (Gomes Freire de), 96, 98, 100, 235, 242, 243, 246, 250, 254, 268, 269, 308, 313, 314.  
 Andrada (José Antônio Freire de), 261.  
 Andrade (Brás Martins de), 262.  
 Andrade (Fernão Bicudo de), 263.  
 Angeja (Marquês de), 15.  
 Antonil (J. A. Andreoni), 29, 224, 300, 301.  
 Arantes (Altino), 138.  
 Araújo (Antônio de), 191, 192.  
 Araújo (Antônio Ferraz de), 219, 256, 264.  
 Araújo (Jerônimo Ferraz de), 291.  
 Araújo (Manuel Ferraz de), 228.  
 Araújo (Padre Domingos de), 194.  
 Araújo (Pascoal Pais de), 193, 271, 287.  
 Arcos (Conde dos), 256, 261, 265.  
 Arouche (José Manuel), 164.  
 Arzão (Antônio Roiz de), 296.  
 Arzão (Brás de), 289.  
 Assumar (Conde de), 15, 25, 31, 43, 189, 221, 301, 302.  
 Atouguia (Conde de), 236.  
 Avelar (Pedro Fernandes de), 263.  
 Azambuja (Conde de), 105, 139, 141, 156, 160, 161, 163, 165, 167, 173, 174, 178.  
 Azara (Félix de), 109.  
 Azevedo (Antônio Bueno de), 223.  
 Azevedo (Antônio de Pinho), 92.  
 Azevedo (João Lúcio de), 272.  
 Azevedo (João Monteiro de), 268.  
 Azevedo (João de Sousa de), 272, 306, 313.  
 Azevedo Marques (Manuel Eufrásio de), 16, 81.  
 Baena (Antônio Ladislau Monteiro), 271.  
 Barbacena (Visconde de), 287.  
 Barbosa (Rui), 276.  
 Barhy (Quitéria), 77.  
 Barreto (Francisco), 293.  
 Barreto (Nicolau), 281.  
 Barros (Antônio Pedroso de), 295.  
 Barros (Artur Pais de), 83, 101, 305, 314.  
 Barros (Fernão Pais de), 83, 101, 102, 105, 295, 296, 305, 314.  
 Barros (Jerônimo Pedroso de), 233, 299.  
 Barros (Pedro José de), 105.  
 Barros (Luís Pedroso de), 32, 282, 286, 299.  
 Barros (Manuel de), 121 a 124.  
 Barros (Pedro Vaz de), 295.  
 Barros (Sebastião Pais de), 271, 287.  
 Bastos (Antônio de Souza), 76, 226, 227.  
 Beaurepaire Rohan (Visconde de), 64.  
 Berreto (Bernardo Pereira de), 193.  
 Beyer (Gustavo), 155.  
 Bezerra (Agostinho Barbalho), 287.  
 Bezerra (Luís Barbalho), 280.  
 Bicudo (Filipe de Campos), 78, 84, 106, 119.  
 Bicudo (Manuel de Campos), 19, 193, 195, 253, 287.  
 Bobadela (Conde de), 100, 242.  
 Bocarro (Estêvão Raposo), 187, 231, 264, 315.  
 Botafogo (João de Sousa Pereira), 191.  
 Braga (José Peixoto da Silva), 197, 199, 201.  
 Brandão (Manuel), 193.  
 Brant (Felisberto Caldeira), 262.  
 Brasil (Antônio Americano do), 191 a 193, 251.  
 Brito (João Bicudo de), 256.  
 Bueno da Ribeira (Amador), 285.  
 Bueno (Domingos da Silva), 262.  
 Bueno (João da Veiga), 248.  
 Cáceres (Luís de A. Melo Pereira e), 183.  
 Caetano (Félix), 227.  
 Cabral (João de Araújo), 78.  
 Cabral (Francisco Tavares), 264, 265.  
 Cabral Leme (Pascoal Moreira), 14 a 16, 18 a 20, 33, 34, 48, 110, 111, 254, 290, 304, 312, 317, 320.  
 Caldas (Sebastião de Castro), 296.  
 Calhamares (Manuel Peres), 225.  
 Calheiros (Domingos Barbosa), 285, 289.  
 Calheiros (Vito de Madureira), 104.  
 Calógeras (João Pandiá), 19, 188, 197, 199, 202, 308.  
 Camargo (Antônio), 230.  
 Camargo (Fernando), 230.

- Camargo (Fernão de), 286, 289.  
 Camargo (Pedro de), 296.  
 Camelo (João Antônio Cabral), 56, 139, 163, 169, 173.  
 Caminha (Mariana), 71.  
 Campelo (João Roiz), 236.  
 Campos (Antônio Cardoso de), 263.  
 Campos (Antônio Pires de), 14, 16, 19, 22, 23, 87, 119, 192, 194, 253 a 256, 258, 259, 308.  
 Campos (Ernesto de Sousa), 258.  
 Campos (Filipe Cordeiro de), 264.  
 Campos (João E. Pompeu de), 151, 179 a 181.  
 Campos (Miguel Pais de), 263.  
 Campos (Pedro Vaz de), 87, 106.  
 Capassi (Domingos), 121.  
 Cardim (Fernão), 280.  
 Carli (Dionísio de), 293.  
 Carlos II, 290.  
 Carlos V, 309.  
 Carneiro (Belchior Dias), 191.  
 Carneiro (Bento de Castro), 70.  
 Carvalho (Antônio de A. Coelho de), 187, 188, 299, 300, 302.  
 Carvalho (Manuel Rodrigues), 84, 85, 88, 90, 94, 95, 106.  
 Carvalho (Teófilo Feu de), 302.  
 Casal (Manuel Aires de), 156, 258.  
 Castel Blanco (D. Rodrigo de), 288, 295.  
 Castelo Branco (Francisco Caldeira de), 311.  
 Castelo Branco (João de Abreu), 267, 271, 272.  
 Cavalcanti (Julião), 227.  
 Cavichi (índio), 44.  
 Céspedes Xeria (D. Luís de), 110, 139, 151, 167 a 169, 173, 183, 184, 278, 281, 284, 285, 314.  
 Chassim (Rodrigo Bicudo), 55, 263.  
 Chaves (Joaquim Ferreira), 306.  
 Cibrão (Pedro Pereira), 87.  
 Claro (João Martins), 101.  
 Coelho (Duarte), 276.  
 Coelho (Filipe Nogueira), 14.  
 Colaço (Gaspar de Godói), 296.  
 Conceição (Frei Antônio da), 197, 199.  
 Cordovil (Antônio da Silva), 227.  
 Correia (Alexandre), 82.  
 Correia (Diogo Álvares), 275.  
 Correia (Manuel), 192.  
 Correia (Matias), 271.  
 Correia Filho (Virgílio), 19, 61.  
 Corte Real (Diogo de Mendonça), 65, 69.  
 Cortez (Fernão), 309.  
 Cortez (Sebastião do Prado), 262.  
 Coutinho (Bento do Amaral), 298, 299.  
 Coutinho (Francisco do Amaral), 262.  
 Couto (João Pacheco do), 248, 272.  
 Cuatiguacu (Cacique), 78.  
 Cubas (Brás), 281.  
 Cunha (Euclides da), 273, 274.
- Dias (Francisco), 262.  
 Domingues (Pedro), 49.  
 Domingues (Pêro), 191, 192, 282, 315.
- Eschwege (Guilherme, barão de), 20, 304.  
 Esmeraldo (Bartolomeu de Freitas), 204.
- Falcão (Antônio de Almeida), 97.  
 Falcão (Fernando Dias), 16, 19, 26, 38, 39, 43, 47, 54, 78, 97, 104.  
 Falcão (José Pais), 98.
- Falcão (Pedro da Mota), 271.  
 Falcão (Tomé de Lara), 16.  
 Faria (José Custódio de Sá e), 98, 135, 150, 160.  
 Fernandes (André), 284.  
 Fernandes Furtado de Mendonça (Bento), 296.  
 Fernandes (Baltasar), 280.  
 Ferreira (Manuel de Sousa), 228.  
 Fialho (D. Frei José), 215.  
 Figueira (Antônio Gonçalves), 289, 290, 315.  
 Figueira (Padre Luís), 193.  
 Filipe II, 191, 280, 303.  
 Filipe III, 283, 293.  
 Filipe IV, 110, 139, 276, 283.  
 Florence (Hércules), 135 a 138, 156.  
 Flores (D. Manuel de), 77, 78, 144, 164.  
 Fonseca (Alferes Pinto da), 259.  
 Fonseca (Antônio A.), 44.  
 Fonseca (João Severiano da), 56.  
 Fonseca José Gomes da), 152.  
 Fonseca (José Gonçalves da), 75, 83, 102, 103.  
 Fonseca (Manuel da), 178.  
 Fonseca (Manuel Antunes da), 267 a 269.  
 Franco (Francisco de A. Carvalho), 253, 256.  
 Franco de Almeida Serra (Ricardo), 133.  
 Freire (Alexandre de Sousa), 267.  
 Freycinet (Luís de), 135.  
 Fritz (Samuel), 303.  
 Froger (Eng.), 293.  
 Fronteira (Marquês de), 245.
- Gago (Antônio de Oliveira), 209.  
 Gaia (Diogo Pinto de), 191.  
 Galante (Rafael), 310.  
 Galvão (Frei Antônio de Sant'Ana), 177, 179, 180.  
 Galveias (Conde das), 229, 234, 242, 255.  
 Gama (Jerônimo da), 194.  
 Gato (Manuel da Borba), 297, 299, 315.  
 Gattina (Miguel Ângelo de), 293.  
 Godói (Pedro Correia de), 105.  
 Gomes (Martins), 192.  
 Gorjão (Francisco P. de Mendonça, Capitão-General), 272.  
 Guedes (José Pinto), 209.  
 Guedes (Manuel Pinto), 263.  
 Gusmão (Alexandre de), 112, 113, 313, 318.  
 Guzman (Rui Dias de), 314.
- Haase (Cristiano), 135.  
 Holanda (Sérgio Buarque de), 29, 137, 151, 152, 156.  
 Homem (Manuel), 117.  
 Homem (Manuel Rodrigues), 226.
- Irala (Domingos M. de), 283.  
 Ivan IV, 273.
- Jarque (Francisco), 293.  
 João III (Dom), 275.  
 João IV (Dom), 193, 286, 293.  
 João V (Dom), 15, 28, 32, 45, 47, 53, 63, 65, 67, 71, 79 a 81, 88, 90, 93, 94, 97, 121, 139, 155, 189, 190, 204, 209, 210, 212, 216, 219, 220, 229, 230, 233, 236, 242, 247, 249, 251, 267, 300, 302, 303, 305, 314.

Juzarte (Teotônio José), 13, 138, 141, 143, 152, 155, 156, 159, 160, 162, 167, 168, 171, 177, 181, 305.

La Ravardière (Daniel de), 311.  
La Salle (Roberto Cavalier de), 303.  
Lago (Antônio Pereira do), 265.  
Langsdorff (Barão de), 135 a 137.  
Lara (Antônio de Almeida), 16, 30, 55, 56, 75, 82, 87, 183, 305.  
Lara (Francisco de Almeida), 262.  
Lara (Gabriel de), 291.  
Lara (Manuel Godinho de), 32.  
Leão (André de), 281.  
Leitão (Antônio de Oliveira), 263, 302.  
Leitão (Jerônimo), 281.  
Leite (Diogo), 275.  
Leite (Escolástica), 263.  
Leite (Francisco), 264.  
Leme Leite (Serafim), 191, 193, 194.  
Leme (João) 26, 28, 35, 37 a 46, 49, 50, 164.  
Leme (Lourenço), 26, 28, 35, 37 a 46, 49, 50, 164.  
Leme (Pêro), 37, 291.  
Lencastre (D. Fernando M. Mascarenhas de), 299.  
Lima (Francisco da Rocha), 263.  
Lima (Manuel Félix de), 271, 272, 306, 313.  
Lima (Manuel de Oliveira), 315.  
Lima (Miguel Pedroso de), 77.  
Lisboa (Frei Cristóvão Severino de), 193.  
Lôbo (Antônio Antunes), 51.  
Lopes (Jacinto Barbosa), 54, 61, 65, 69.

Machado (J. Alcântara), 310.  
Maciel (Antônio Antunes), 14, 16, 47, 84, 87.  
Maciel (Filipe Antunes), 47, 87.  
Maciel (Gabriel Antunes), 15, 31, 47, 81, 85, 87, 90.  
Maciel (João Antunes), 26, 43, 47, 48.  
Maciel (Miguel Antunes), 47, 51.  
Madre de Deus (Frei Gaspar da), 157  
Magalhães (Basílio de), 191.  
Magalhães (João de), 310.  
Mandu (Antônio), 202.  
Manduaçu, 92.  
Manso (Manuel de Melo Godinho), 35, 38, 43, 44, 46, 50, 63.  
Maria Aientejana, 96.  
Marinho (Carlos), 227.  
Marinho (Sebastião), 191, 281.  
Martim Francisco III, 246.  
Martins (Luís), 281.  
Mascarenhas (D. Luís de) 96, 98, 100, 102, 222, 228, 242, 245 a 251, 254, 255, 262, 263, 267, 308, 310.  
Mateus (Morgado de), 73, 262, 319.  
Matos (Raimundo J. da Cunha), 201, 222, 223, 224 a 228, 245, 251.  
Mazagão (Tomé Gomes), 263.  
Medeiros (Antônio José de), 96.  
Meira (Jerônimo Gonçalves), 95.  
Mendonça (Antônio José de), 65.  
Mendonça (Martinho de), 232.  
Meneses (Luís César de), 293.  
Meneses (Pedro César de), 271.  
Meneses (Rodrigo César de), 25 a 27, 29, 31, 33, 35, 37 a 43, 45, 47, 48, 50 a 53, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 66, 69, 75, 79, 84, 111, 114, 116, 117, 119 a 121, 155, 187 a 190, 197, 203, 205, 206, 208, 210, 212, 235, 237, 243, 249, 303.

Meneses (Urbano do Canto), 199, 200, 202, 209.  
Methwen (John), 319.  
Misch (Gaspar), 194.  
Monteiro (Domingos da Silva), 26, 27, 32, 46.  
Monteiro (Estanislau de Campos), 100.  
Monteiro (Luís Bahia), 46, 65 a 69, 220.  
Montesquieu (C. de La Brède de Secondat, Barão de), 319.  
Montoya (Antônio R. da), 276, 282, 284, 293.  
Morais (João Pedroso de), 287.  
Morais (José de Góis e), 233.  
Mota (Cândido N. de), 138.  
Mota (Cardeal D. Carlos de Vasconcelos), 179.  
Mota (Manuel da), 194.  
Moura (D. Antônio Rolim da), 98, 103, 105, 139, 140, 155, 168, 305.  
Moura (Bernardo da), 84.  
Murphy (D. Carlos), 262.  
Murzilo (João), 192.

Nascimento (Frei Antônio do), 91.  
Navarro (Antônio de Morais), 106.  
Navarro (José de Morais), 261.  
Navarro (Manuel A. de Morais), 289, 315.  
Nóbrega (Manuel da), 141, 277, 278, 280.  
Noronha (D. Marcos de), 223, 256.  
Nunes (Padre Manuel), 193.

Óbidos (Conde de), 287.  
Oeiras (Conde de), 319.  
Oliveira (Bento Pais de), 248, 254.  
Oliveira (Basílio Machado de), 320.  
Oliveira (José de), 97.  
Oliveira (J. J. Machado de), 66.  
Oliveira (Leonardo de), 272, 306.  
Oliveira (Timóteo de), 263.  
Ordonhez (Diogo de Toledo Lara e), 16, 50, 148, 160, 165 a 171, 175.  
Orellana (Francisco de), 303.  
Ortiz (João Leite da Silva), 187, 188, 200, 197, 199, 204 a 206, 211 a 217, 220, 231, 252, 262, 263, 297, 307.  
Osório (Diogo de Gouveia), 227.

Pais (Antônio Soares), 193.  
Pais (Brás Mendes), 291.  
Pais (Fernão Dias), 32, 151, 264, 284 a 286, 288, 317.  
Pais (Garcia Rodrigues), 188, 296, 297, 301, 315.  
Pais (Gonçalves), 193.  
Pais (Inácio Dias), 262, 268.  
Pais (José Dias), 264.  
Pais (José da Silva), 242.  
Pais (Maria Teresa Isabel), 263.  
Pardinho (Rafael Pires), 50.  
Parente (Estêvão Ribeiro Baião), 289.  
Parente (João Amaro Maciel), 289.  
Paulo III, 285.  
Pedro I (Dom), 135.  
Pedro II (Dom), 287, 288, 291, 292, 293, 294, 296.  
Peixoto (Antônio Alves Lanbas), 50, 76, 78, 81, 305.  
Peixoto (Domingos de Brito), 291, 320.  
Peixoto (Francisco de Brito), 292, 320.  
Penteado (Antônio de Barros), 106.  
Penteado (Francisco de Barros), 106.

Penteado (Francisco Rodrigues), 105.  
 Penteado (José Manuel Leite), 102, 105.  
 Pereira (Duarte Sodré), 215.  
 Pereira (João Gonçalves), 93, 95, 96.  
 Pereira (José Caetano Lôbo), 268.  
 Pereira (Mendo de Foyos), 293.  
 Pereira (Pedro de Sousa), 293, 294.  
 Pimentel (Antônio da Silva Caldeira), 62 a  
 65, 67, 69 a 71, 81, 212, 213, 215, 216,  
 219, 220, 237, 251, 305.  
 Pimentel (José Cardoso), 91.  
 Pinto (Alfredo Moreira), 200.  
 Pinto (Matias da Costa), 215, 216.  
 Pires (Alberto), 286.  
 Pires (Pedro Taques), 236, 238.  
 Piza (Antônio de Toledo), 35, 149, 171, 202.  
 Pizarro (Francisco), 309.  
 Pizarro (Francisco Xavier), 264.  
 Pontes (Belchior de), 177, 179.  
 Portela (João Batista), 136.  
 Portes (Manuel), 180, 181.  
 Portugal (Infante D. Francisco de), 215.  
 Prado (Domingos Rodrigues do), 26, 188,  
 189, 261, 262, 302.  
 Prado (Bartolomeu Bueno do), 261.  
 Prado (Eduardo), 109, 276, 309.  
 Prado (Francisco Leme do), 306.  
 Prado (Francisco Rodrigues), 77.  
 Prado (José Leme do), 271, 306.  
 Prado (Manuel Rodrigues do), 92.  
 Prêto (Angelo), 16, 105.

Queirós (André dos Santos), 64, 124.

Ramalho (João), 275, 277, 278.  
 Ramos (H. Carvalho), 225.  
 Raposo (Antônio), 193, 288.  
 Raposo (Sebastião Pinheiro), 75, 304.  
 Rebêlo (Gervásio Leite), 114, 116, 117, 160,  
 164, 167, 173.  
 Rebêlo (Lopo Bernardes), 263.  
 Rebêlo (Páscoa Veloso), 263.  
 Régo (Sebastião Fernandes do), 35, 37 a 40,  
 42, 44, 46, 62 a 67, 69 a 71, 73, 87, 212  
 a 214, 216, 217, 243, 252, 307.  
 Régulo (Marco Atílio), 171.  
 Reis (Artur C. Ferreira), 272.  
 Requeixo (Manuel), 192.  
 Ressurreição (D. Frei Manuel da), 289.  
 Ribeiro (Padre Antônio), 193.  
 Ribeiro (Bento Pires), 287.  
 Ribeiro (João), 119.  
 Riedel (Luís), 135.  
 Rio Branco (Barão do), 183.  
 Rodrigues (Bento), 316.  
 Rodrigues (Manuel), 192.  
 Rosário (Maria Leite do), 263.  
 Rubzoff (Astrônomo), 135.

Saavedra (Hernandárias de), 283.  
 Sá e Benevides (Salvador Correia de), 286,  
 287, 292.  
 Sá e Menezes (Artur), 246, 296, 297.  
 Sá (Estácio de), 278.  
 Sá (Joseph Barbosa), 14, 26, 33, 34, 47 a  
 49, 51, 62, 65, 76 a 78, 83, 87, 88, 95,  
 97, 104, 222.  
 Sá (Mem de), 278.  
 Sabugosa (Conde de), 25, 45, 90, 215, 303.  
 Saint-Hilaire (Augusto de), 274, 276, 303,  
 304.

Salema (Antônio de), 278.  
 Salvador (Fr. Vicente de), 280.  
 Sampaio (Teodoro), 246.  
 Sanches (Antônio), 228.  
 Sande (Antônio Pais de), 296, 303.  
 Sant'Ana (Frei Luis de), 197.  
 Santa Cruz (Alonso de), 275.  
 Santo André (Frei Erasmo de), 197.  
 Santos (Filipe dos), 43, 302.  
 São Leopoldo (Visconde de), 79.  
 Sarmento (Tomé Ferreira de Moraes), 78.  
 Sarzedas (Conde de), 14, 44, 73, 85, 90, 91,  
 93, 100, 217, 229 a 232, 236, 238, 241.  
 242, 249 a 251, 307, 308.  
 Schetz (Erasmo), 276.  
 Schmidel (Ulrico), 181, 275.  
 Schkoppe (Segismundo van), 285.  
 Sebastião (Prêto benguela), 51.  
 Sena (João de), 267.  
 Silva (Antônio Castanho da), 282, 311.  
 Silva (Antônio Dias da), 263.  
 Silva, o Anhangüera (Bartolomeu Bueno da),  
 77, 188, 189, 193 a 195, 200, 201, 203 a  
 206, 208 a 214, 216, 225, 226, 229 a 231,  
 238, 241, 297, 307, 308, 314, 316.  
 Silva (Bento Pais da), 187, 250.  
 Silva (Colemar Natal e), 225.  
 Silva (Domingos Jorge da), 263, 264.  
 Silva (Estêvão Raposo da), 262.  
 Silva (Francisco Xavier da), 105.  
 Silva (Gregório Dias da), 73, 230 a 232.  
 Silva (Henrique), 201, 202.  
 Silva (João de Carvalho), 32.  
 Silva (João Leite da), 262.  
 Silva (José Dias da), 262.  
 Silva (José Trindade Fonseca e), 193, 194,  
 222, 225, 226.  
 Silva (Manuel Dias da), 79, 80, 219, 230,  
 287.  
 Silva (Manuel E. Altenfelder), 181.  
 Silva Leme (Luís Gonzaga), 200.  
 Silveira (Antônio Franco da), 103.  
 Silveira (João de Godói Pinto da), 226, 256,  
 258, 259.  
 Siqueira (Padre Ângelo de), 143, 195.  
 Siqueira (Antônio Álvares de), 97.  
 Siqueira (Antônio do Prado de), 194.  
 Siqueira (Francisco Dias de), 289, 312, 317.  
 Siqueira (Joaquim da Costa), 14, 50, 61, 75,  
 77, 222.  
 Siqueira (José Manuel da), 19, 29, 30.  
 Siqueira (Pedro de Moraes), 91.  
 Smith (Adão), 319.  
 Soares (Diogo), 121, 124, 133, 197.  
 Soares (Jacinto Sampaio), 248, 272.  
 Sombart (Werner), 319.  
 Southey (Roberto), 19, 194, 276, 314.  
 Sousa (Cândido Xavier de Almeida e), 155,  
 157, 159.  
 Sousa (D. Francisco de), 280, 292, 311.  
 Sousa (D. Luís Antônio de), 157.  
 Sousa (Rui Pimentel de), 268, 269.  
 Sousa (Luís Antônio da Silva e), 194, 195,  
 200, 201, 209, 211, 224 a 226, 228, 242,  
 245, 247, 248, 250, 251, 256, 258, 268.  
 Sousa (Martim Afonso de), 274.  
 Sousa (Pêro Lopes de), 274.  
 Sousa (Tomé de), 275, 277.  
 Sutil (Miguel), 30, 32, 305.

Tanho (Francisco Dias), 285.  
 Taques (Pedro), 286.  
 Taques de Almeida Pais Leme (Pedro), 16,  
 31, 37, 38, 46, 47, 56, 64, 79, 98, 105,  
 111, 178, 188, 189, 192, 195, 200, 212,  
 238, 254, 256, 258, 261 a 266, 294.  
 Taunay (Amado Adriano), 135, 136, 138,  
 143, 145.

- Taunay (Nicolau Antônio), 135.**  
**Tavares (Antônio Raposo), 75, 271, 282, 284, 292.**  
**Tavares (Francisco Xavier), 264.**  
**Taveira (André de Frias), 291.**  
**Távora (Antônio Luís de), 71, 73, 84, 217, 231, 241.**  
**Teixeira (Pedro), 303, 314, 320.**  
**Teixeira (Sebastião), 194.**  
**Tibiricá, 278.**  
**Tinoco (Diogo Grasson ou Garcão), 151.**  
**Tomás (Manuel Rodrigues), 209, 226, 227, 230.**  
**Torquemada (D. Luís de), 78.**  
**Tórres (Manuel Rodrigues), 197.**
- Urbano VIII, 285.**
- Val dos Reis (Conde de), 139.**  
**Valdelirios (Marquês de), 77, 144, 154.**  
**Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro), (Francisco A. de), 19.**  
**Vasconcelos (Antônio Pedro de), 79, 242, 313.**  
**Vasconcelos (Diogo de), 192.**  
**Veiga (Amador Bueno da), 249, 299.**  
**Veiga (Evaristo da), 320.**
- Velho (Antônio Rodrigues), 263.**  
**Velho (Domingos Jorge), 289, 312, 315, 317.**  
**Velho (Francisco Dias), 291.**  
**Velho (Salvador Jorge), 104, 253, 265.**  
**Veloso (Padre Francisco), 194.**  
**Veras (Gonçalo de), 194.**  
**Viana (Manuel Nunes), 71, 215, 298, 299, 302.**  
**Vieira (Antônio), 193, 294.**  
**Vieira (Pedro José), 263.**  
**Vila Lóbos (José de Burgos), 82, 102.**  
**Vilares (Luís Rodrigues), 75.**  
**Villegaignon (Nicolau D. de), 278.**  
**Villemain, 274.**
- Xavier (Francisco Pedroso), 290.**
- Yermak (Hetman), 273.**
- Zani (Amadeu), 138.**  
**Zarate (Juan Ortiz de), 310.**  
**Zunega (Manuel Caetano de), 157.**  
**Washington Luís P. de Sousa, 25, 38, 40, 42, 194.**





## *Bibliografia do autor*

### VOLUMES IMPRESSOS

#### HISTÓRIA DO BRASIL

História Geral das Bandeiras Paulistas — *em onze tomos.*  
História das Bandeiras Paulistas — *edição abreviada e ilustrada.*  
Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas.  
Assuntos de Três Séculos Coloniais.  
Visitantes do Brasil Colonial.  
Rio de Janeiro de Antanho.  
No Rio de Janeiro dos Vice-Reis.  
No Rio de Janeiro de Dom Pedro II.  
Iconografia Carioca.  
Na Bahia Colonial.  
Na Bahia de Dom João VI.  
Santa Catarina nos Anos Primevos.  
Em Santa Catarina Colonial.  
Viagens na Capitania das Minas Gerais.  
Viagens e Viajantes.  
De Brasiliae Rebus Pluribus.  
No Brasil Imperial.  
No Brasil de 1840.  
Do Reino ao Império.  
O Senado do Império.  
A Câmara dos Deputados sob o Império.  
Grandes Vultos da Independência Brasileira.  
A Glória dos Andradas.  
A Grande Vila de Fernão Dias Paes.  
Sob el Rey Nosso Senhor.  
Subsídios Para a História do Tráfico Africano no Brasil.  
Ensaio da História Económica.  
A Propagação da Cultura Cafeeira no Brasil.  
Subsídios Para a História do Café no Brasil Colonial.  
História do Café no Brasil.  
Pequena História do Café no Brasil.

#### HISTÓRIA DE SÃO PAULO

João Ramalho e Santo André da Borda do Campo.  
Na Era das Bandeiras.  
A Glória das Monções.  
Índios! Ouro! Pedras!  
Um Grande Bandeirante, Bartolomeu Paes de Abreu.  
Coletânea de Documentos da Antiga Cartografia Paulista.  
Estudos de História Paulista.  
Terra Bandeirante.  
Antigos Aspectos Paulistas.  
Ensaio da História Paulistana.  
Amador Bueno e Outros Ensaio.

São Paulo: Vetera et Nova.  
Um Paulista Eminentíssimo: Augusto C. da Silva Telles.  
Guia do Museu Paulista.  
Guia do Museu de Itu.  
História da Cidade de São Paulo.  
São Paulo nos Primeiros Anos.  
São Paulo no Século XVI.  
Non Ducor, Duco.  
Piratininga.  
História Seiscentista da Vida de São Paulo.  
História da Vila de São Paulo no Século XVIII.  
História da Cidade de São Paulo (1711-1740).  
História da Cidade de São Paulo no Século XVIII.  
História Colonial da Cidade de São Paulo no Século XIX.  
História da Cidade de São Paulo na Era Imperial.  
História Antiga da Abadia de São Paulo.  
Velho São Paulo.

## HISTÓRIA DA ARTE, DA CIÊNCIA E DA LITERATURA NO BRASIL

A Missão Artística de 1816.  
Nicolau A. Taunay. Documentos Sobre sua Vida e sua Obra.  
A Vida Gloriosa e Trágica de Bartolomeu de Gusmão.  
Bartolomeu de Gusmão e sua Prioridade Aerostática.  
Bartolomeu de Gusmão, Inventor do Aeróstato, Primeiro Inventor Americano.  
Achegas à Biografia de Bartolomeu de Gusmão.  
Zoologia Fantástica do Brasil.  
Monstros e Monstregos do Brasil.  
Pedro Taques e seu Tempo.  
Escritores Coloniais.  
Martim Francisco III

## FICÇÃO

Leonor de Ávila, *romance histórico brasileiro do século XVII*.

## LINGUÍSTICA

Léxico de Termos Técnicos e Científicos.  
Léxico de Lacunas.  
Vocabulário de Omissões.  
Coletânea de Falhas.  
Reparos ao Dicionário de Cândido de Figueiredo.  
A Terminologia Científica e os Grandes Dicionários Portugueses.  
Insuficiência e Deficiência dos Grandes Dicionários Portugueses.  
Inópia Científica e Vocabular dos Grandes Dicionários Portugueses.

## ASSUNTOS CIENTÍFICOS

Ensaio de Bibliografia Referente ao Brasil e às Ciências Naturais. (*em colaboração*).  
1.<sup>a</sup> parte: *Literatura Brasileira*.  
Ensaio de Bibliografia (2.<sup>a</sup> parte: *Literatura Estrangeira*).

## TRADUÇÕES

A Retirada da Laguna.  
A Segunda Viagem de Saint-Hilaire a São Paulo.  
Contos de Edgar Pöe e de Hoffmann.

## REEDIÇÕES COMENTADAS

Pedro Taques: *Nobiliarquia Paulistana.*

*Informação Sôbre as Minas de São Paulo.*

*História da Capitania de São Vicente.*

Frei Gaspar da Madre de Deus: *Memórias Para a História da Capitania de São Vicente.*

Antonil: *Cultura e Opulência do Brasil.*

Bartolomeu de Gusmão: *Obras Completas.*

Jorge Marcgrave: *História Natural do Brasil.*

Guilherme Piso: *Medicina Brasiliense.*

Roque de Macedo Pais Leme da Câmara: *Nobiliarquia Brasiliense.*

Fausto Naironi: *De saluberrima potione cahve seu café nuncupate discursus.*

São Paulo: Vetera et Nova.  
Um Paulista Eminente: Augusto C. da Silva Telles.  
Guia do Museu Paulista.  
Guia do Museu de Itu.  
História da Cidade de São Paulo.  
São Paulo nos Primeiros Anos.  
São Paulo no Século XVI.  
Non Ducor, Duco.  
Piratüninga.  
História Seiscentista da Vida de São Paulo.  
História da Vila de São Paulo no Século XVIII.  
História da Cidade de São Paulo (1711-1740).  
História da Cidade de São Paulo no Século XVIII.  
História Colonial da Cidade de São Paulo no Século XIX.  
História da Cidade de São Paulo na Era Imperial.  
História Antiga da Abadia de São Paulo.  
Velho São Paulo.

## HISTÓRIA DA ARTE, DA CIÊNCIA E DA LITERATURA NO BRASIL

A Missão Artística de 1816.  
Nicolau A. Taunay. Documentos Sobre sua Vida e sua Obra.  
A Vida Gloriosa e Trágica de Bartolomeu de Gusmão.  
Bartolomeu de Gusmão e sua Prioridade Aerostática.  
Bartolomeu de Gusmão, Inventor do Aeróstato, Primeiro Inventor Americano.  
Achegas à Biografia de Bartolomeu de Gusmão.  
Zoologia Fantástica do Brasil.  
Monstros e Monstregos do Brasil.  
Pedro Taques e seu Tempo.  
Escritores Coloniais.  
Martim Francisco III

## FICÇÃO

Leonor de Ávila, *romance histórico brasileiro do século XVII.*

## LINGUÍSTICA

Léxico de Termos Técnicos e Científicos.  
Léxico de Lacunas.  
Vocabulário de Omissões.  
Coletânea de Falhas.  
Reparos ao Dicionário de Cândido de Figueiredo.  
A Terminologia Científica e os Grandes Dicionários Portugueses.  
Insuficiência e Deficiência dos Grandes Dicionários Portugueses.  
Inópia Científica e Vocabular dos Grandes Dicionários Portugueses.

## ASSUNTOS CIENTÍFICOS

Ensaio de Bibliografia Referente ao Brasil e às Ciências Naturais. (*em colaboração*).  
*1.ª parte: Literatura Brasileira.*  
Ensaio de Bibliografia (*2.ª parte: Literatura Estrangeira*).

## TRADUÇÕES

A Retirada da Laguna.  
A Segunda Viagem de Saint-Hilaire a São Paulo.  
Contos de Edgar Pöe e de Hoffmann.

## REEDIÇÕES COMENTADAS

Pedro Taques: *Nobiliarquia Paulistana.*

*Informação Sôbre as Minas de São Paulo.*

*História da Capitania de São Vicente.*

Frei Gaspar da Madre de Deus: *Memórias Para a História da Capitania de São Vicente.*

Antonil: *Cultura e Opulência do Brasil.*

Bartolomeu de Gusmão: *Obras Completas.*

Jorge Marcgrave: *História Natural do Brasil.*

Guilherme Piso: *Medicina Brasiliense.*

Roque de Macedo Pais Leme da Câmara: *Nobiliarquia Brasiliense.*

Fausto Naironi: *De saluberrima potione cahve seu café nuncupate discursus.*

São Paulo: Vetera et Nova.  
Um Paulista Eminente: Augusto C. da Silva Telles.  
Guia do Museu Paulista.  
Guia do Museu de Itu.  
História da Cidade de São Paulo.  
São Paulo nos Primeiros Anos.  
São Paulo no Século XVI.  
Non Ducor, Duco.  
Piratininga.  
História Seiscentista da Vida de São Paulo.  
História da Vila de São Paulo no Século XVIII.  
História da Cidade de São Paulo (1711-1740).  
História da Cidade de São Paulo no Século XVIII.  
História Colonial da Cidade de São Paulo no Século XIX.  
História da Cidade de São Paulo na Era Imperial.  
História Antiga da Abadia de São Paulo.  
Velho São Paulo.

## HISTÓRIA DA ARTE, DA CIÊNCIA E DA LITERATURA NO BRASIL

A Missão Artística de 1816.  
Nicolau A. Taunay. Documentos Sobre sua Vida e sua Obra.  
A Vida Gloriosa e Trágica de Bartolomeu de Gusmão.  
Bartolomeu de Gusmão e sua Prioridade Aerostática.  
Bartolomeu de Gusmão, Inventor do Aeróstato, Primeiro Inventor Americano.  
Achegas à Biografia de Bartolomeu de Gusmão.  
Zoologia Fantástica do Brasil.  
Monstros e Monstregos do Brasil.  
Pedro Taques e seu Tempo.  
Escritores Coloniais.  
Martim Francisco III

## FICÇÃO

Leonor de Avila, *romance histórico brasileiro do século XVII.*

## LINGUÍSTICA

Léxico de Termos Técnicos e Científicos.  
Léxico de Lacunas.  
Vocabulário de Omissões.  
Coletânea de Falhas.  
Reparos ao Dicionário de Cândido de Figueiredo.  
A Terminologia Científica e os Grandes Dicionários Portugueses.  
Insuficiência e Deficiência dos Grandes Dicionários Portugueses.  
Inópia Científica e Vocabular dos Grandes Dicionários Portugueses.

## ASSUNTOS CIENTÍFICOS

Ensaio de Bibliografia Referente ao Brasil e às Ciências Naturais. (*em colaboração*).  
*1.ª parte: Literatura Brasileira.*  
Ensaio de Bibliografia (*2.ª parte: Literatura Estrangeira*).

## TRADUÇÕES

A Retirada da Laguna.  
A Segunda Viagem de Saint-Hilaire a São Paulo.  
Contos de Edgar Pöe e de Hoffmann.

## REEDIÇÕES COMENTADAS

**Pedro Taques:** *Nobiliarquia Paulistana.*

*Informação Sôbre as Minas de São Paulo.*

*História da Capitania de São Vicente.*

**Frei Gaspar da Madre de Deus:** *Memórias Para a História da Capitania de São Vicente.*

**Antonil:** *Cultura e Opulência do Brasil.*

**Bartolomeu de Gusmão:** *Obras Completas.*

**Jorge Marcgrave:** *História Natural do Brasil.*

**Guilherme Piso:** *Medicina Brasiliense.*

**Roque de Macedo Pais Leme da Câmara:** *Nobiliarquia Brasiliense.*

**Fausto Naironi:** *De saluberrima potione cahve seu café nuncupate discursus.*







N°2356